



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
INSTITUTO DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA

ISIS JULIANA FIGUEIREDO DE BARROS

**AS PREPOSIÇÕES INTRODUTORAS DE DATIVO EM VERBOS DITRANSITIVOS  
DINÂMICOS NO PORTUGUÊS RURAL DA BAHIA: EVIDÊNCIAS DO CONTATO  
ENTRE LÍNGUAS**

Salvador - BA

2018

ISIS JULIANA FIGUEIREDO DE BARROS

**AS PREPOSIÇÕES INTRODUTORAS DE DATIVO EM VERBOS DITRANSITIVOS  
DINÂMICOS NO PORTUGUÊS RURAL DA BAHIA: EVIDÊNCIAS DO CONTATO  
ENTRE LÍNGUAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Língua e Cultura.

**Orientadora:** Maria Cristina Vieira de Figueiredo Silva.

Salvador - BA

2018

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Figueiredo de Barros, Isis Juliana  
AS PREPOSIÇÕES INTRODUTORAS DE DATIVO EM VERBOS  
DITRANSITIVOS DINÂMICOS NO PORTUGUÊS RURAL DA BAHIA:  
EVIDÊNCIAS DO CONTATO ENTRE LÍNGUAS / Isis Juliana  
Figueiredo de Barros. -- Salvador, 2018.  
266 f. : il

Orientadora: Maria Cristina Vieira de Figueiredo.  
Coorientador: Danniel da Silva Carvalho.  
Tese (Doutorado - Programa de Pós-graduação em Língua  
e Cultura) -- Universidade Federal da Bahia,  
Instituto de Letras - UFBA, 2018.

1. Preposições. 2. Dativo. 3. Construção  
ditransitiva. 4. Português afro-brasileiro. 5.  
Aquisição de L2. I. Vieira de Figueiredo, Maria  
Cristina. II. da Silva Carvalho, Danniel. III.  
Título.

ISIS JULIANA FIGUEIREDO DE BARROS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Língua e Cultura.

---

Professora Doutora Maria Cristina Vieira de Figueiredo Silva  
Universidade Federal da Bahia

---

Professor Doutor Danniell da Silva Carvalho  
Universidade Federal da Bahia

---

Professora Doutora Silvana Silva de Farias Araújo  
Universidade Estadual de Feira de Santana

---

Professora Doutora Heloisa Maria Moreira Lima De Almeida Salles  
Universidade de Brasília

---

Professora Doutora Lílian Teixeira de Souza  
Universidade Federal Da Bahia

Dedico à minha mãe Lourdes.

## AGRADECIMENTOS

Ao longo da minha vida acadêmica, tenho me deparado com diversos colaboradores, verdadeiros anjos em forma de amigos, colegas, professores e orientadora. A eles e a elas, tenho muita gratidão, meu sentimento mais sincero a essas pessoas que fizeram parte dessa trajetória.

A Deus, meu senhor, por ter cuidado de mim do início ao fim desse processo e durante a minha vida inteira.

Aos meus pais, Claudino e Graça, por todos os sins e por todos os nãoos.

Às minhas irmãs Dany, Pri e Jéssica, pelo carinho, apoio e compreensão de sempre.

À minha orientadora, Profa. Dra. Maria Cristina Vieira de Figueiredo Silva, pelos anos de convivência, pela paciência, parceria, amizade, e incentivo ao desenvolvimento acadêmico.

De forma muito especial, à Profa. Dra. Ilza Ribeiro (*in memoria*) a quem admiro eternamente.

Ao Prof. Dr. Dannel Carvalho, pela leitura minuciosa do capítulo formal e contribuições no Exame de Qualificação desta tese.

À Profa. Dra. Silvana Silva de Farias Araújo, pela leitura cuidadosa e comentários valiosos a esta pesquisa no Exame de Qualificação.

Às Profas. Dras. Heloísa Salles e Lilian Teixeira, por aceitarem o convite para fazer parte da banca, e, assim trazer contribuições à construção desta pesquisa.

Ao Prof. Dr. Alan Baxter, pelas contribuições nos envios de referências e *corpus*, e pela pronta atenção, estando perto ou distante.

À Profa. Dra. Maria do Carmo Pascoli, por todo carinho e apoio durante o doutorado.

À Profa. Dra. Lanuza Lima, pela amizade, pela revisão cuidadosa do texto e pelas reflexões valiosas.

Ao Prof. Dr. Fabrício da Silva Amorim, a quem eu tenho em grande conta e admiração, pelas contribuições em todos os sentidos na minha vida, seja no âmbito pessoal, acadêmico e profissional, e também pela leitura apurada do texto.

À minha grande amiga, futura nutricionista, Criste Elen Leal, a quem eu amo e admiro, por todas as gargalhadas, silêncio e concentração.

A meu amigo Euler, pela torcida, preocupação e força.

À minha amiga Raisa Reis, futura doutora, presente de Deus que a pós-graduação me deu ao longo desse percurso acadêmico.

Ao meu mais novo e bom amigo, João Paulo (JP), futuro publicitário, por todo carinho, parceria, e contribuição na formatação desta tese.

A Tanisio Neves, futuro profissional em Educação Física, por toda paciência e amizade, e momentos de descanso.

Aos colegas da pós-graduação, em especial àqueles com quem sempre tenho contato e estabeleço relações de troca: Carla Elisa, Karem Nogueira, Victor Mariano, Fernanda Cerqueira, Daniela Alves, Camila Mello, Sinval Medeiros e Amanda.

Aos colegas de trabalho, pela compreensão e apoio durante o período antes e depois do afastamento para doutorado, em especial: os professores Cleiton, Ronei, Aline, Ana Luisa, Marcelo, Vera, Cícero, Elivana e Levi, além dos colegas terceirizados por toda parceria.

Às minhas orientandas de PIBIC, que me deram a oportunidade de me lançar como pesquisadora na UFOB, Karla Montenegro, Paula Isabella, e Élide Nunes.

Aos colegas e funcionários da pós-graduação em Língua e Cultura, especialmente: Ricardo Luiz, Thiago Rodrigues, e Cristiane Daltro, por toda eficiência, profissionalismo e solicitude.

À UFBA, por ter me acolhido como estudante.

A todos: gratidão.

*GAM ZU LE TOVAH*<sup>1</sup>  
(Rabi Nachum Ish Gamzu)

---

<sup>1</sup> Tradução do hebraico: *Isto também é para o bem.*

## RESUMO

Esta tese tem por objeto de estudo a (não) realização das preposições *a* e *para*, introdutoras de dativo *alvo/meta* de verbos ditransitivos de movimento e de transferência no português afro-brasileiro. O aporte teórico-metodológico que serve como base para a construção da argumentação nesta pesquisa valida-se na Teoria da variação e mudança laboviana, na abordagem formalista, e nas teorias da aquisição de línguas em contato. Os objetivos foram delimitados da seguinte forma: i) descrever os aspectos linguísticos e extralinguísticos no tocante à variação e mudança dessas preposições; ii) desenvolver a explicação para os resultados da análise dos dados do português afro-brasileiro, com base nas teorias de aquisição de segunda língua em situação de contato entre o português brasileiro e línguas africanas, devido ao número considerável de africanos das zonas bantas que teriam sido enviados para o Brasil, sobretudo para a Bahia. A hipótese explicativa se desenvolve em torno do fato de que o item prepositivo *para* teria se inserido em contextos dativos *alvo/meta*, a partir de um processo de relexificação (LEFEVBRE, 1998; 2002) pela interpretação do traço [deslocamento] equivalente às preposições prefixais *ku*, *mu* e *bu*, das línguas de substrato banto. Esse processo teria iniciado na situação de contato intenso entre línguas que se instaurou durante todo o período colonial, com os desembarques sucessivos de africanos no Brasil por causa do tráfico. Em consequência desses fatos históricos, verifica-se a perda do núcleo aplicativo, nos termos de Pylkkänen (2002), expresso morfologicamente na língua alvo pela preposição *dummy a* e clíticos dativos de terceira pessoa *lhe/lhes*, devido à escassez e à ambiguidade de *inputs*, resultando na seleção (inconsciente) do parâmetro de uma gramática não marcada (ROBERTS, 2007): a construção ditransitiva preposicionada (CDP), em concorrência com outra gramática mais marcada: a construção aplicativo (COD). O resultado da análise dos dados no *corpus* do português afro-brasileiro evidencia que a gramática não marcada tem vencido a competição, tendo em vista a alta frequência na faixa etária mais jovem, em detrimento das demais variantes: *a* e  $\emptyset$ , demonstrando uma mudança em curso no que se refere à distribuição dessas variantes pelas faixas etárias nas quatro das comunidades rurais afro-brasileiras em estudo, a saber: Helvécia, Rio de Contas, Cinzento e Sapé. Além disso, os dados apontam para o seguinte resultado: as três estratégias são covariantes apenas com verbos *discendi* e de transferência material; a alta frequência da preposição *para* em contextos semânticos verbais mais concretos e o uso frequente das demais variantes, *a* e  $\emptyset$ , em contextos mais abstratos; a ordem V OD prep.+DAT favorece a preposição *para*, enquanto a ordem V DAT OD favorece *a* e  $\emptyset$ ; a variante do padrão português ocorre em alta frequência dativos anafóricos, enquanto a variante sem preposição ocorre em contextos com DP lexicais; Sapé é a comunidade que mais favorece a realização da variante padrão da língua alvo por sua proximidade à capital baiana, enquanto o apagamento da preposição ocorre principalmente em Helvécia e Cinzento, enquanto que Rio de Contas é a comunidade que mais possui ocorrência da variante inovadora.

**Palavras-chave:** Preposições. Dativo. Construção ditransitiva. Português afro-brasileiro. Aquisição de L2.

## ABSTRACT

This thesis is a study of the nonrealization of the Portuguese prepositions *a* and *para*, introducers of *target/goal* datives of ditransitive verbs of movement and transference into Afro-Brazilian Portuguese. The theoretical-methodological contribution that serves as the basis for this study's discussion is validated by the Labovian theory of variation and change, by the formalist approach, and by the theories of language acquisition through language contact. The following objectives were delimited: i) to describe the linguistic and extralinguistic aspects of variations and changes in these prepositions; ii) to develop an explanation for Afro-Brazilian Portuguese data analysis results, based on the theories of second language acquisition, given a situation where, due to the considerable number of Africans from the Bantu areas that were sent to Brazil (especially Bahia), there was strong contact between Brazilian Portuguese and African languages. This explanatory hypothesis develops from the notion that the insertion of the prepositional item *para* arose in *target/goal* dative contexts, from a process of relexification (LEFEVBRE, 1998; 2002), through the interpretation of the [displacement] equivalent feature of the *ku*, *mu*, and *bu* prefixal prepositions (from languages of the Bantu substrate). This process would have been kickstarted by the intense contact between languages, characteristic of the entire colonial period, with the successive arrivals of Africans to Brazil as part of the slave trade. A consequence of these historical facts, the loss of the applicative head, according to Pylkkänen (2002), is morphologically expressed in the target language by the 'dummy' preposition *a* and by the third-person dative clitics *lhe* and *lhes*, due to the scarcity and ambiguity of inputs. This would result in the (unconscious) selection as a parameter of a grammar characterized by the unmarkedness (ROBERTS, 2007) of the prepositional ditransitive construction (PDC), in competition with a grammar characterized by the markedness of the applicative construction (CDO). Data analysis of the Brazilian Portuguese-African *corpus* shows that the marked grammar has won the competition in the younger age group, in view of a higher occurrence of the preposition *para* in comparison to the other variants (*a* and  $\emptyset$ ). It indicates there is a change in progress, owing to the distribution of these variants throughout age groups of the four studied Afro-Brazilian rural communities, namely: Helvécia, Rio de Contas, Cinzento and Sapé. In addition, results indicate the following: a) the three variants ( $\emptyset$ , *a*, *para*) are co-variate only for transfer verbs; b) there is a higher occurrence of the preposition *para* in more concrete semantic contexts, and a higher occurrence of the other variants, *a* and  $\emptyset$ , in more abstract contexts; c) the V DO prep + DAT order favors the preposition *para*, while the V DAT DO order favors *a* and  $\emptyset$ ; d) the European Portuguese-standard variant has higher occurrence in anaphoric datives, while the variant  $\emptyset$  has higher occurrence in the context of lexical DP; e) due to its proximity to Bahia's capital city, among studied communities Sapé is the most favorable to the realization of the variant of the superstratum language; f) the empty preposition occurs mainly in Helvécia and Cinzento; g) Rio de Contas has the highest occurrence of the innovative variant.

**Keywords:** Prepositions. Dative. Ditransitive construction. Afro-Brazilian Portuguese. L2 acquisition.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Quadro comparativo sobre as propriedades das preposições .....	42
<b>Quadro 2</b> - Resumo dos ciclos dos tráficos negreiros baseado em BONVINI (2008) e VIANNA FILHO (2008 [1946]).....	93
<b>Quadro 3</b> - Distribuição das etnias no Brasil no século XIX.....	120
<b>Quadro 4</b> - Distribuição dos informantes por comunidade e faixa etária - elaborado pelo Projeto Vertentes - UFBA .....	150
<b>Quadro 5</b> - Distribuição dos informantes do <i>corpus</i> de controle – Comunidade de Helvécia.....	152
<b>Quadro 6</b> - Codificação dos dados .....	179
<b>Quadro 7</b> - Lista de rodadas no Programa <i>GoldVarb</i> 2001 .....	180
<b>Quadro 8</b> - comparação entre as preposições prefixais bantas e o <i>para</i> na língua alvo .....	243

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Distribuição das preposições por faixa etária em Helvécia .....	204
<b>Gráfico 2</b> - Distribuição das preposições por faixa etária em Cinzento .....	205
<b>Gráfico 3</b> - Distribuição das preposições por faixa etária em Rio de Contas.....	206
<b>Gráfico 4</b> - Distribuição das preposições por faixa etária em Sapé .....	208

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Zonas de Guthrie .....	109
<b>Figura 2</b> Distribuição das línguas bantas na África .....	110
<b>Figura 3</b> Distribuição das línguas da família Kwa no norte da África.....	111
<b>Figura 4</b> Língua Iorubá no norte da África.....	112
<b>Figura 5</b> – Mapa da Bahia e as comunidades afro-brasileiras .....	154

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Distribuição Geral dos dados.....	159
<b>Tabela 2</b> - Distribuição geral das preposições em variação - <i>a</i> , <i>para</i> e $\emptyset$ .....	183
<b>Tabela 3</b> - Distribuição de preposições pelo tipo semântico de verbo .....	186
<b>Tabela 4</b> – Uso da preposição <i>a</i> segundo o tipo semântico de verbo em relação às variantes <i>para</i> e $\emptyset$ .....	187
<b>Tabela 5</b> – As estratégias de introdução do dativo e a configuração sintática da estrutura do VP .....	190
<b>Tabela 6</b> – As preposições dativas e o contexto discursivo-pragmático.....	195
<b>Tabela 7</b> – Estrutura sintática do dativo.....	197
<b>Tabela 8</b> – Distribuição quantitativa das preposições em relação às comunidades .....	199
<b>Tabela 9</b> – As variantes $\emptyset$ e <i>a</i> nas comunidades rurais afro-brasileiras.....	200
<b>Tabela 10</b> – A distribuição das preposições em relação à Faixa etária .....	202
<b>Tabela 11</b> – A distribuição das preposições em relação ao sexo dos informantes .....	209
<b>Tabela 12</b> – A distribuição das preposições em relação ao sexo dos informantes .....	210
<b>Tabela 13</b> – Distribuição das preposições em relação à estada fora da comunidade .....	211
<b>Tabela 14</b> – Distribuição das preposições em relação à escolaridade dos informantes .....	212
<b>Tabela 15</b> – Cruzamento das variáveis comunidade e Faixa etária .....	216

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>17</b>
<b>2 A DESCRIÇÃO FORMAL DO FENÔMENO</b> .....	<b>27</b>
2.1 AS PREPOSIÇÕES A E PARA NO PB: DELIMITANDO O CONTEXTO DE DATIVOS .....	27
2.1.1 Introdutores de DP <i>alvo</i> ou <i>meta</i> .....	31
2.1.2 Introdutores de DP <i>alvo secundário</i> ou <i>beneficiário</i> .....	37
2.1.3 Introdutores de DP que indicam <i>location</i> (localização) .....	43
2.1.4 Introdutores de DP <i>fonte</i> .....	44
2.1.5 Introdutor de <i>finalidade</i> .....	46
2.2 A ESTRUTURA ARGUMENTAL DOS DITRANSITIVOS .....	47
2.2.1 (As)simetria nas construções dativas .....	49
2.2.1.1 Testes de c-comando assimétrico.....	49
2.2.2 Análises prévias sobre as construções ditransitivas .....	53
2.2.3 A teoria dos núcleos aplicativos.....	57
2.2.4 O português europeu .....	64
2.2.5 Existe aplicativo no Português Brasileiro?.....	68
2.2.6 O português afro-brasileiro (PB-afro).....	81
<b>3 CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DO PB E O CONTATO ENTRE LÍNGUAS</b> .....	<b>86</b>
3.1 O CICLO DO TRÁFICO AFRICANO .....	87
3.2 A PRESENÇA DOS AFRICANOS: DEMOGRAFIA .....	95
3.3 POVOS OESTE-AFRICANOS E BANTOS: ASPECTOS SOCIAIS .....	99
3.4 AS LÍNGUAS DOS POVOS OESTE-AFRICANOS E BANTOS .....	106
3.5 A HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS DO BRASIL.....	113
3.5.1 Línguas em contato: a sócio-história do PB .....	116
3.5.2 Hipóteses sobre a formação da gramática do PB .....	123
3.5.2.1 Crioulização prévia.....	121
3.5.2.2 Deriva secular.....	123
3.5.2.3 Transmissão Linguística Irregular.....	124
<b>4 PRINCÍPIOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA TEORIA DA VARIAÇÃO E MUDANÇA</b> .....	<b>130</b>
4.1 PRESSUPOSTOS PRÉ-LABOVIANOS .....	130
4.2 PRINCÍPIOS TEÓRICOS DA SOCIOLINGUÍSTICA.....	132
4.3 PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS DA SOCIOLINGUÍSTICA.....	139

4.4 A MUDANÇA LINGUÍSTICA: PRINCÍPIOS NORTEADORES PARA A PESQUISA SOCIOLINGUÍSTICA.....	145
4.5 METODOLOGIA.....	150
<b>4.5.1 As Comunidades Rurais Afro-Brasileiras.....</b>	<b>152</b>
<b>4.5.2 Critérios para seleção dos dados no <i>corpus</i>.....</b>	<b>157</b>
4.5.2.1 <i>Tipo semântico do predicador verbal.....</i>	155
4.5.2.2 <i>Ocorrências não consideradas no corpus de análise.....</i>	162
<b>4.5.3 Variáveis observadas no <i>corpus</i> .....</b>	<b>166</b>
4.5.3.1 <i>Variável dependente (a, Ø, para).....</i>	165
4.5.3.2 <i>Variáveis independentes.....</i>	166
<b>4.5.4 Tratamento Estatístico dos Dados .....</b>	<b>178</b>
<b>5 AS PREPOSIÇÕES DATIVAS NO <i>CORPUS</i> AFRO-BRASILEIRO: ANÁLISE QUALI-QUANTITATIVA DOS DADOS.....</b>	<b>182</b>
5.1 QUANTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS VARIANTES DATIVAS NO <i>CORPUS</i> .....	182
5.2 VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS .....	185
<b>5.2.1 Distribuição das variantes dependentes pela variável tipo semântico de verbo .....</b>	<b>185</b>
<b>5.2.2 Distribuição das preposições dativas e a estrutura do VP .....</b>	<b>189</b>
<b>5.2.3 Contexto discursivo-pragmático do dativo.....</b>	<b>194</b>
<b>5.2.4 Estrutura interna do sintagma dativo .....</b>	<b>196</b>
5.3 VARIÁVEIS EXTRALINGUÍSTICAS.....	199
5.3.1 As comunidades afro-brasileiras.....	199
5.3.2 Faixa etária.....	202
5.3.3 Sexo do informante.....	209
5.3.4 Estada Fora da Comunidade.....	210
5.3.5 Escolaridade do informante.....	212
5.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A SEÇÃO .....	213
<b>6 A substituição de a por para: o resultado do contato entre línguas .....</b>	<b>216</b>
6.1 A AQUISIÇÃO DE LÍNGUA E O CONTATO ENTRE LÍNGUAS NA FORMAÇÃO DO PB .....	220
6.2 A ESTRUTURA ARGUMENTAL DOS DITRANTIVOS NO PB-AFRO: UM CASO DE COMPETIÇÃO DE GRAMÁTICA .....	226
<b>6.2.1 A queda do clítico de terceira pessoa e o efeito cascata .....</b>	<b>235</b>
6.3 FENÔMENO NO SUBSTRATO BANTO: RELEXIFICAÇÃO DA PREPOSIÇÃO PARA EM CONTEXTOS DE VERBOS DITRANSITIVOS.....	239
<b>7 CONCLUSÃO.....</b>	<b>246</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>252</b>

## INTRODUÇÃO

O propósito desta tese é apresentar e discutir uma proposta acerca dos fatores linguísticos e sócio-históricos que levaram aos processos de variação e mudança das preposições *a* e *para*, introdutoras do complemento dativo de verbos ditransitivos dinâmicos (transferência ou movimento) no Português Brasileiro (PB) (SCHER, 1996; TORRES MORAIS, 2007; ARMELIN, 2011; BERLINCK, 1997, FREIRE, 2005; BARROS, 2008; 2013; BARROS; RIBEIRO, 2011; GOMES, 2003; BAXTER; MELLO; SANTANA, 2014; CALINDRO, 2016), conforme (01)<sup>2</sup> e (02).

(01) eu cedo a tenda **pro** senhô (HV-02)

(02) b. vendeu os pedacim **a** ele (SP-09)

Sob a hipótese de que esses processos foram desencadeados devido ao processo inicial de contato entre línguas durante o período colonial brasileiro, descrevo, numa perspectiva sociolinguística variacionista e analiso, de acordo com a perspectiva gerativa, o fenômeno no português afro-brasileiro falado em comunidades rurais relativamente isoladas na Bahia (doravante PB-afro), a saber: *Helvécia*, *Rio de Contas*, *Cinzento* e *Sapé*, conforme já observado por Barros (2008), Lucchesi; Mello (2009), Barros; Ribeiro (2011), Baxter; Mello; Santana (2014). Nessas comunidades, além da estrutura verificada em (01-02), em que o dativo é realizado por um PP (sintagma preposicionado), verificam-se também construções dativas sem a realização fonológica da preposição, uma estratégia a qual denomino  $\emptyset$  (SCHER, 1996; GOMES, 1999; BARROS, 2008; LUCCHESI; MELLO, 2009), conforme o exemplo em (03).

(03) **Dá o pessoá** muita lembrança, minha fia!! (HV-19)

Como demonstro a partir de exemplos retirados do *corpus* do PB-afro, em (01-03), são três as estratégias introdutoras de dativo em contextos de verbos ditransitivos dinâmicos. E é sobre elas que a presente pesquisa se desenvolve. Tendo isso em vista, busco investigar através dos aspectos sócio-históricos que compõem a formação do vernáculo dos falantes dessas comunidades, sob a ótica do contato entre línguas e aquisição de línguas, as motivações internas

---

<sup>2</sup> A numeração dos exemplos se reinicia a cada capítulo.

e extremas que levaram à inserção do *para* como marcador de caso dativo alvo/meta com verbos ditransitivos dinâmicos no PB.

Nas línguas humanas, há possibilidade de duas estruturas argumentais que envolvem o as preposições, conforme demonstrado em (01-03): a) construções em que o dativo é introduzido por preposição, como em (01) e (02); b) construções em que o dativo ocorre sem preposição, como em (03). Esse fenômeno é denominado na literatura linguística como alternância dativa, podendo ser observado em diversas línguas, no inglês (LARSON, 1988), no espanhol (CUERVO, 2003); nas línguas africanas, como o kichaga (BRESNAN; MOSHI, 1990) e Swahili (MARANTZ, 1993), por exemplo. Essas construções, exemplificadas em (04) e (05), respectivamente, são denominadas: i) *construção de objeto duplo* (COD) e ii) *construção ditransitiva preposicionada* (CDP).

- (04) CDP
- a. Eu ensino **a ele**. Eu digo **a ele** pa num ir de junto, pa ININT sozinho. (SP-01)
  - b. Eu já... mim indentifiquei quem eu sô, pelo meno, eu pergunto **ao senhô**... (HV-02)
  - c. quand'eu levei ela **pro médico** (HV-01)
  - d. Eu faço café, dô de comê **pá meu sobrim**, que ele fica mais eu o dia todim. (CZ-02)
- (05) COD
- a. Nós perguntou **ele** primeiro..." Bom, chegou voltou ele pegou a cerca quando ele (HV-CONTROLE-4)
  - b. é...mas não pode ficá eu e ele parado aqui que a gente não ia dá saúde **ela** nem a morte que não deu (RC-11)

Em (04), as construções que possuem complementos dativos preposicionados podem ser introduzidos tanto pela estratégia preposicionada *a* (04a-b) quanto por *para* (04c-d). Em geral, as estratégias prepositivas *a* e *para* ocorrem na sentença quando há a ordem V OD DAT, e também ordem inversa: V DAT OD. Em (05), o dativo sem a preposição quando está na posição adjacente ao verbo (05a), embora também haja casos em que se verifica o dativo sem preposição em posição posposta ao objeto direto (05b).

Além dessas estruturas, outra estratégia de realização do dativo é a forma clítica. No PB-afro, não há ocorrências de clítico de terceira pessoa, como na variedade europeia, mas de primeira e de segunda pessoa do discurso, conforme exemplo em (06).

- (06) Ela **me** deu antes de ontem, meu pagamento do meu mês e meu décimo terceiro (HV-03)

Outra forma atestada no PB-afro é o dativo nulo, como em (07). Apesar de não ser o foco da pesquisa, é válido mencionar que a constatação do aumento da não realização fonológica do dativo como estratégia anafórica no PB-afro pode ser uma evidência das consequências do desaparecimento do clítico dativo de terceira pessoa, conforme aponta a hipótese de Torres Morais e Berlinck (2006).

- (07) aí fiquei aqui dano  $\emptyset$  chazinho casêro  $\emptyset$  (HV-01)

Quanto aos aspectos semânticos, é importante mencionar que, de acordo com a literatura vigente, e considerando as noções de papéis temáticos na literatura formal, as preposições *a* e *para* podem introduzir dativos com o sentido ora de *alvo/meta* (8a), ora de *beneficiário* (08b), ora de *fonte*<sup>3</sup> (08c).

- (08) a. Fui ensiná  $\emptyset$  **meu sobrim!** Meu sobrim é como eu era! (HV-19)  
 b. Ele comprô uma bicicleta **pa mim...** (HV-02)  
 c. É finado Melo. É Melo que comprou **na mão de Matia.** (HV-controle-01)

São quatro os tipos semânticos de verbo que comportam o argumento dativo, conforme (09). Essa tipologia verbal é baseada, prioritariamente, na abordagem de Berlinck (1996), sendo eles de transferência (verbal ou material) ou de movimento (físico ou abstrato), aos quais me refiro por verbos ditransitivos dinâmicos.

---

<sup>3</sup> No português europeu (PE), existem também os argumentos que recebem papel temático *fonte* geralmente são introduzidos pela preposição *a* (Comprei mangas *ao* [DP<sub>fonte</sub> menino]). No entanto, o quadro é diferente no PB, sendo a preposição *de* que antecede argumentos como estes (Comprei as mangas *do* [DP<sub>fonte</sub> menino]). Praticamente não há realização de *a* introduzindo DP dativo com papel temático *fonte* no PB. Por essa razão, não foram considerados introdutores de dativo *fonte* para esse estudo.

(09)

- a. **transferência material:** *verbos que ocorrem com dativos meta/alvo:* Alugar, atribuir, confiar, devolver, distribuir, emprestar, entregar, fornecer, legar, mandar, oferecer, pagar, passar, restituir, transferir, etc.; *verbos que ocorrem com dativos fonte:* Arrebatado, arrancar, comprar, confiscar, cortar, emprestar, pedir, furtar, roubar, subtrair, suprimir, tirar, tomar;
- b. **transferência verbal ou perceptual (doravante *discendi*):** Aconselhar, anunciar, assegurar, augurar, confessar, contar, ensinar, escrever, falar, jurar, narrar, notificar, ordenar, perguntar, prometer, protestar, provar, repetir, responder, sugerir, telefonar, etc.;
- c. **movimento físico:** Acrescentar, atirar, conduzir, dirigir, encaminhar, instilar, lançar, pôr, trazer, etc.;
- d. **movimento abstrato:** Acrescentar, adaptar, anexar, atribuir, conferir, consagrar, dedicar, destinar, filiar, imputar, incorporar, juntar, pôr, sensibilizar, subordinar, trazer, etc..

Sobre os verbos de *transferência material*, em (09a), a autora diz que o verbo protótipo é o verbo *dar*. Nesse tipo de construção, o complemento dativo preposicionado pode ser substituído por um clítico e ocorrer com o traço [+animado], além disso, o OD não pode ser uma oração.

Os verbos *discendi*, em (09b), segundo a autora, possuem como protótipo o verbo *dizer*, o dativo é um complemento preposicionado com traço [+animado] e pode ser substituído por um clítico e o OD quase sempre ocorre introduzido por uma conjunção integrante *que*, isto é, no formato de uma oração subordinada.

Conforme Berlinck (1996), os verbos de *movimento físico*, como em (09c) não expressam subordinadas com *que* nem infinitivas como seu OD, e os dativos preposicionados possuem claro significado de *locativo*, com traço [-animado] e não são fáceis de ser substituídos por clítico. O verbo prototípico dessa classificação é o *levar*, diz a autora.

Por fim, os verbos de *movimento abstrato*, como em (09d), são mais raros e, segundo Berlinck (1996), podem ocorrer com subordinadas infinitivas ou com conjunção integrante *que*,

além disso, o verbo prototípico é *submeter* e o dativo preposicionado pode ser facilmente cliticizado.

Na fixação do objeto do estudo, considerei como estratégias introdutoras de dativos, as preposições *a* e *para* que ocorrem em verbos dinâmicos ditransitivos, conforme classificação de verbos Berlinck (1996), tendo em vista alguns critérios sintático-semânticos: i) obrigatórios na construção ditransitiva (CAMPOS, 1999); ii) denotam *alvo/meta* ou *fonte* (HOECKE, 1996); conforme a autora, são capazes de iii) serem substituídos por um clítico (*lhe* no PE ou PB culto); na forma de um PP, iv) incluírem um DP como complemento ou um pronome lexical; v) não podem ser sujeitos gramaticais de uma sentença passiva, ainda que sem preposição; vi) quando estão topicalizados podem ser vinculados ao clítico ou ao pronome lexical; vii) não apresentam valores temporal nem espacial. Tendo esses aspectos em vista, a autora sugere quatro listas de verbos cuja construção argumental pode prever as preposições *a* e *para*, divididas por grupos semânticos

Embora o dativo possa se manifestar em diversas estruturas sintáticas e em diferentes contextos semânticos verbais<sup>4</sup>, para o presente estudo, cujo objetivo principal é analisar o uso das preposições introdutoras de dativo, delimitei como objeto de estudo apenas as construções dativas, com papel temático de *alvo/meta*, manifestam-se em contextos de verbos dinâmicos com dois argumentos internos (BERLINCK, 1996), um não preposicionado e outro preposicionado, CDP respectivamente, conhecidos pela tradição gramatical por *objeto direto* (doravante OD) e *objeto indireto*<sup>5</sup> (doravante *dativo*). Esses dois argumentos internos, quando ocorrem no contexto semântico de verbos dinâmicos, envolvem-se em uma relação que denota a noção de *transferência de posse*.

Secundariamente, analiso as construções com clítico dativo e as COD, a fim de verificar as configurações sintáticas disponíveis no *corpus*, e também levantar as motivações de referência anafórica do dativo *al/meta* em variação com o objeto de estudo.

Nesta tese, as preposições *a* e *para*, assim como a estratégia  $\emptyset$  são descritas e analisadas sob dois enfoques: *formal* e *sócio-histórico*. O primeiro enfoque é requerido no intuito de compreender, sob a perspectiva da abordagem gerativa, quais são as restrições sintático-

---

<sup>4</sup> O complemento dativo pode ser **obrigatório** em uma construção, como o *dativo propriamente dito* (HOECKE, 1996), mas pode ocorrer em ambientes em que seu uso é **opcional** como, o dativo *de interesse* ou *commodi, ético* (CAMPOS, 1999), dativo *de posse* Bechara (1999), ou de finalidade (HOECKE, 1996). Para mais detalhes: Barros (2013).

<sup>5</sup> Embora esse tipo de dativo seja denominado de *objeto indireto* pela Gramática Tradicional (ROCHA LIMA, 1972), por diversas vezes autores tradicionais incluem nessa mesma classificação outros tipos complementos preposicionados, quando são distintos nos aspectos semântico e sintático (CUNHA; CINTRA, 1985; BECHARA, 1999).

semânticas da estrutura argumental dos verbos ditransitivos (contexto sintático em que estão inseridas as estratégias de introdução de dativo (*a*, *para* e  $\emptyset$ ), visando, a partir disso, explicar de que forma tais restrições puderam interferir na mudança linguística observada no PB-afro quanto à substituição progressiva do *a*, variante conservadora, por outras variantes resultantes do contato entre línguas ocorrido do Brasil colonial:  $\emptyset$  e *para*. O segundo enfoque cumpre o objetivo de descrever e analisar os introdutores de dativo *a*, *para* e  $\emptyset$ , sob o olhar empírico para as motivações intra e extralinguísticas, de caráter da sociolinguística histórica, os quais conduziram o fenômeno linguístico a manifestar variação e mudança observáveis na variedade do português afro-brasileiro nas comunidades rurais estudadas, devido ao contato intenso entre línguas e à influência de substrato africano, sobretudo das línguas bantas, ainda nos primeiros séculos do Brasil.

A hipótese que norteia a investigação realizada tem por universo de observação a premissa de que as preposições introdutoras de dativo no PB-afro teriam sofrido mudança por meio de “um processo de simplificação morfológica, com a perda das marcas exclusivas de dativo, acompanhada da expansão do uso de uma preposição multifuncional”<sup>6</sup>, o que pode ser confirmado ao observar a variável faixa etária, conforme Lucchesi e Mello (2009, p.429). A explicação dos autores tem por base os dados observados por Torres Morais e Berlinck (2006) no tocante ao PB geral, as quais atestam os aspectos de uma mudança configuracional na sintaxe do dativo no PB:

- a) o desaparecimento da expressão morfológica exclusiva do clítico dativo de terceira pessoa (*lhe/lhes*) e uso desses pronomes como segunda pessoa do discurso;
- b) a queda da preposição *a*;
- c) o aumento do uso da preposição *para*;
- d) e uso dos pronomes lexicais sem o redobro do clítico e sem leitura contrastiva.

Do ponto de vista do contato entre línguas observado no PB e das teorias da aquisição de L2, como se observa no último capítulo desta tese, defendo que o item i) é decorrente da gramática banta cujo padrão pronominal é idêntico tanto para o caso dativo quanto para o acusativo, exibindo a mesma forma para ambas posições sintáticas (GALVES, no prelo); o item ii) e iv) podem ser explicados a partir da competição de pelo menos duas gramáticas distintas

---

<sup>6</sup> Gomes (2014) demonstra através dos dados do PB-afro uma expansão do item de vocabulário *mais* em contextos de coordenação e subordinação, no lugar das formas *e* e *com* da língua portuguesa culta.

(ROBERTS, 2007): por um lado, uma que prevê um aplicativo sintático baixo (PYLKKÄNEN, 2002), e também em algumas línguas bantas assimétricas (BAKER, 1988; BRESNAN; MOSHI, 1990), tal como a COD no PE, em que há exibição do marcador morfológico *a* e redobro do clítico dativo (TORRES MORAIS, 2007); por outro lado, uma gramática que não prevê aplicativo, simétrica (BRESNAN; MOSHI, 1990), necessitando, portanto, de uma preposição introdutora de dativo (CDP), tal como se observa em línguas bantas, como no quimbundo (CHARTELAIN, 1888-89) e suas variedades, em que o dativo não é obrigatório e, quando ocorre, é introduzido por um elemento prepositivo (*ku, mu, vu*); por fim, o item iii) é explicado a partir da relexificação (LEFEBVRE, 1998) de itens da língua de superstrato para desempenhar funções observadas nas línguas de substrato, como a inserção da preposição *para* nos mesmos ambientes sintáticos em que ocorrem os itens prepositivos observados nas línguas bantas trazidas para o Brasil colonial.

No que se refere ao aspecto formal do fenômeno em estudo, se comparado ao Português Europeu (PE), as estratégias de introdução do dativo se apresentam distintamente em relação ao PB, inclusive, PB-afro. De acordo com Torres Morais e Berlinck (2006), além de não se constatar no PE a realização da preposição *para* nos contextos verbais em foco nesta pesquisa, a preposição *a* não seria uma preposição, mas um marcador morfológico de caso dativo (*a*-DP). Sem adentrar nos aspectos históricos da mudança, a explicação das autoras se dá sob a hipótese de que o PB teria sofrido uma reanálise nas propriedades gramaticais de expressão morfológica do dativo, e, como consequência disso, passou a apresentar configurações gramaticais diferentes do PE:

O PB se distancia do PE, de forma marcante na língua falada, não só pelo uso preferencial da preposição *para*, como também pela ausência dos pronomes *he/hes* em seu uso como 3ª pessoa. (MORAIS; BERLINCK, 2006, p. 13)

O pensamento das autoras é norteador no processo de verificação dos dados da presente pesquisa, tendo em mente as diferentes estratégias sintáticas anafóricas de realização do dativo: se *clítico, pronome, nome* ou *nulo*. Assim, tenho por objetivo descrever e explicar em que configuração se encaixa o estatuto categorial da estratégia introdutora de dativo e seu contexto em termos de estrutura argumental da sentença ditransitiva, se se trata de uma construção aplicativa (PYLKKANEN, 2002; ARMELIN, 2011), ou de uma construção ditransitiva prepositiva (TORRES MORAIS, 2007; CALINDRO, 2016), nas comunidades afro-brasileiras analisadas, através da verificação dos dados quanto às restrições sintático-semânticas constatadas nas línguas, como as relações de c-comando assimétrico, as relações semânticas de

transferência de posse e papéis temáticos, movimento de DP, entre outros (BAKER, 1988; BARSS; LASNIK, 1986).

No tocante à análise sociolinguística e sócio-histórica (capítulos 3 e 5), tem-se por material de observação o *corpus* do PB-afro, constituído por 48 inquéritos, sendo 16 de cada faixa etária, distribuídos uniformemente entre informantes dos sexos masculino e feminino, extraídas nas quatro comunidades, como citadas anteriormente: *Helvécia*, *Rio de Contas*, *Cinzento* e *Sapé*. Tal os dados analisados no *corpus* do PB-afro apresentam evidências empíricas semelhantes às aquelas verificadas por Morais e Berlinck (2006) e Lucchesi e Mello (2009), os quais evidenciam que a variedade nas comunidades rurais isoladas adquiriu novos recursos para expressar o caso dativo por meio da preposição *para*, conforme tem sido verificado por Lucchesi e Mello (2009), por Baxter, Mello e Santana (2014) e nesta investigação.

Tendo em vista estudos anteriores que demonstram o aumento da preposição *para* e redução da preposição *a* no PB, como a partir de um *continuum* progressivo, conforme demonstro no esquema a seguir, busco investigar nesta tese as motivações que desencadearam para essa mudança.

- a) o uso quase categórico da preposição *a* e número reduzido da preposição *para*, mais especificamente em contextos em que os dativos apresentam traço [-animado], em que não há correspondentes anafóricos, como pronomes *lhe/lhes* ou pronomes tônicos (*ele/s; ela/s*), nos séculos XVIII e XIX (BERLICK, 2001; BARROS, 2013);
- b) o início do declínio na frequência do uso da preposição *a* no PB e expansão da preposição *para* ao longo do século XX, em contexto de verbos ditransitivos dinâmicos (BERLINCK, 1996);
- c) na comunidade de Helvécia-BA, no final do século XX, observa-se a consolidação do uso da preposição *para* dentre os mais jovens da comunidade. (BARROS; RIBEIRO, 2011).

Apesar do quadro de evidências do processo de mudança linguística apresentado, não há uma explicação clara e evidente na literatura existente acerca das razões históricas que levaram a sintaxe das construções dativas e conseqüentemente, da realização das estratégias prepositivas, a adquirir aspectos distintos do PE verificados no PB de modo geral e mais claramente no PB-afro. Assim sendo, a presente análise persegue a hipótese de que tal processo

teve seu início no contato nos primeiros séculos entre a língua portuguesa e o substrato africano banto, cuja estratégia de inserção do argumento dativo se dá por meio de aplicativos morfológicos. Tal processo teria ocorrido durante a aquisição da variedade do português, de modo gradual, com início na erosão da preposição *a* (por razões morfossintáticas, passando a existir a variante  $\emptyset$ ), e posterior relexificação da preposição *para* como estratégia introdutora de dativo no PB-afro, de modo a expandir as suas funções para esse contexto. Esse processo de mudança ao qual me referi insere-se no contexto social constituído pela presença significativa dos africanos no Brasil e dos indígenas autóctones em detrimento ao número de europeus no período colonial (MUSSA, 1991; MATTOS; SILVA, 2004; LUCCHESI; 2009). Portanto, a percepção amplificada acerca dos processos sócio-históricos por quais as comunidades afro-brasileiras passaram, como os efeitos do contato entre línguas ocorrido no Brasil colonial, é fundamental para a compreensão da realidade sociolinguística das estratégias de introdução do dativo no PB-afro, visto que, mediante o domínio do colonizador português, o inevitável processo de aprendizado da Língua Portuguesa como língua alvo (L2) pelos africanos recém-chegados à Bahia teria decorrido de maneira associada aos aspectos morfossintáticos da língua materna.

A esse respeito, Lucchesi (2003; 2009) defende que o processo de aquisição do português pelos africanos e seus descendentes durante o período colonial e pós-colonial no Brasil, constituindo-se uma variedade diferente do português europeu, desencadeou o processo de *Transmissão Linguística Irregular* (TLI). Tal processo se caracteriza, segundo o autor, desde uma simplificação até uma eliminação de estrutura gramatical da língua-alvo, evidenciada no aumento de formas não marcadas na língua, principalmente nas normas populares do PB, inclusive as que são faladas nas comunidades rurais isoladas aqui investigadas. Tendo em mente que a gramática internalizada dos falantes do PB-afro é resultante desse processo de reestruturação gramatical em diferentes níveis, decorrente do contato linguístico nos primeiros séculos da colonização brasileira e nível de isolamento das comunidades de fala (LUCCHESI, 2003; 2009), busco apresentar novas evidências a fim de contribuir para a hipótese da TLI, por meio de uma descrição e análise quali-quantitativa de dados das estratégias introdutoras de dativo (*a*, *para* e  $\emptyset$ ) no PB-afro no *corpus* das comunidades afro-brasileiras.

Tendo em vista a história da vinda dos africanos para o Brasil, sobretudo de base banta, a aquisição do português como L2 por esses africanos e as teorias que giram em torno da estrutura argumental dos verbos ditransitivos dinâmicos, a presente pesquisa projeta-se como objetivo de responder às seguintes questões norteadoras:

- a) Como os aspectos sociais e culturais da história da formação do PB-afro teria contribuído no processo de mudança linguística das estratégias introdutoras de dativo (*a*, *para* e  $\emptyset$ ) no contexto dos verbos ditransitivos dinâmicos, como o contato do português com as línguas bantas, e como tais formas inovadoras teriam se expandido a outras variedades do PB?
- b) No tocante às estratégias de introdução de dativo de verbos dinâmicos, quais etapas consistem o processo de aquisição como L2 do fenômeno em questão pelos descendentes africanos, desde o uso da estratégia nula  $\emptyset$  até a verificação da expansão multifuncional da preposição *para* no PB-afro? E que processos linguísticos no âmbito da aquisição da linguagem podem ser verificados na averiguação dessa mudança nos dados?
- c) Quais aspectos linguísticos das línguas africanas, sobretudo do substrato banto, teriam influenciado na variação e mudança linguística das estratégias de introdução de dativo de verbos dinâmicos?
- d) E quais são aspectos sintático-semânticos resultantes dessa interferência na variedade do PB-afro quanto ao fenômeno?

A presente tese de doutoramento é composta introdução, cinco capítulos de desenvolvimento, considerações finais, e referências bibliográficas. Na presente introdução, apresentei a delimitação do objeto de estudo do presente trabalho. Para o desenvolvimento da tese, no capítulo 2, apresento a revisão dos estudos teóricos formais acerca do fenômeno nas línguas, buscando aplicar a teoria aos dados do PB-afro, a fim de estabelecer um diagnóstico formalista para a compreensão acerca das estratégias introdutoras de dativo em verbos ditransitivos dinâmicos; no capítulo 3, a partir da literatura da história da formação do PB e contato entre língua e das teorias crioulísticas, busco descrever o contexto sócio-histórico em torno do objeto de estudo; no capítulo 4, retomo a teoria laboviana, a fim de fundamentar a pesquisa concernente aos princípios teórico-metodológicos da pesquisa da Teoria da Variação e Mudança, bem como apresento a metodologia desenvolvida ao longo da elaboração deste trabalho; no capítulo 5, apresento os principais resultados encontrados no decorrer da análise dos dados, contendo descrição e análise do fenômeno no PB-afro; no capítulo 6, explico os processos de aquisição de L2 pelos quais as estratégias de introdução de dativo passaram até um estágio de mudança em progresso verificado nos dados. Por fim, elaboro as considerações finais da tese.

## 2 A DESCRIÇÃO FORMAL DO FENÔMENO

Este capítulo tem por objetivo descrever o comportamento sintático e natureza semântica das preposições introdutoras de dativo em contexto sintático de verbo ditransitivo dinâmico, a partir da discussão da literatura relevante, a fim de construir uma fundamentação teórica acerca das preposições dativas e de fornecer subsídios para a construção da análise explicativa acerca do fenômeno no PB-afro. Na primeira parte do capítulo, descrevo as principais características que definem, convergem e divergem entre o PB e PE quanto às preposições *a* e *para* (seções 2.1). Na segunda parte do capítulo, faço uma revisão teórica a respeito das principais abordagens no âmbito da teoria gerativa e sobre a estrutura argumental das construções ditransitivas dativas nas línguas, buscando descrever quais aspectos são pertinentes ao PB no tocante à manifestação das preposições dativas (seções 2.2). Por fim, na terceira parte do capítulo, discorro sobre os usos das preposições introdutoras de dativo nas línguas resultantes do contato, a fim de verificar se as situações de contato do português com línguas africanas no início do período colonial teriam influenciado tais variedades, e, em consequência disso, procuro levantar hipóteses e questões norteadoras que auxiliam na investigação do estatuto categorial das preposições dativas no *corpus* do PB-afro, se preposição ou se marcador morfológico de caso<sup>7</sup>, a depender da estrutura argumental na qual a variante se realiza (seção 2.3).

### 2.1 AS PREPOSIÇÕES A E PARA NO PB: DELIMITANDO O CONTEXTO DE DATIVOS

Nesta seção, descrevo os diferentes usos, análogos e distintos, das preposições *a* e *para*, no PB e PE. A análise comparativa tem por finalidade delimitar os usos peculiares dessas preposições na variedade brasileira, além disso, descrever o padrão europeu, haja vista que o PE representa o cânone na qual a gramática da variedade brasileira foi baseada e, consequentemente, serviu de base para os primeiros africanos que deram origem à formação do PB e, assim sendo, o vernáculo falado nas comunidades rurais estudadas na presente tese, além de cumprir o propósito básico de dar suporte teoricamente a construção do entendimento e delimitação sobre objeto de estudo em questão.

---

<sup>7</sup> Chomsky (1981) postula que apenas elementos que possuem o traço [-N] são capazes de atribuir caso sintático a outros elementos. Tendo isso em vista, o princípio universal prediz que as preposições, por possuírem o traço [-N -V], são núcleos predicadores e marcadores de caso por excelência.

Tradicionalmente, as preposições equivalem a “palavras invariáveis que relacionam dois termos da sentença, de tal modo que o sentido do primeiro (o antecedente) é explicado ou completado pelo segundo (o conseqüente)” (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 542). Essa definição comporta uma amplitude de preposições na Língua Portuguesa (LP), fornecendo pistas sobre a sua principal função: estabelecer uma relação sintático-semântica entre dois objetos. Sobre isso, Castilho (2010, p. 599) acrescenta que “as preposições são operadores que realizam a relação assimétrica entre o objeto *A* que queremos localizar (FIGURA) e o objeto *B* com referência ao qual queremos localizar o objeto *A* (ponto de referência)”. O autor defende a ideia de que as preposições possuem uma noção universal de tempo e de espaço e, no caso daquelas como *a*, *para*, *em* e *até*, são preposições que denotam um eixo horizontal que significam de maneira ampla ponto final/meta de um percurso. Essa noção corrobora a proposta localista (JACKENDOFF, 1972; LEVIN; RAPPAPORT HOVAV, 2005) de que as preposições de alguma forma denotam a noção de localidade. A partir disso, distribuo as seções conforme cada noção de localidade que as preposições *a* e *para* podem representar nas variedades do PB e PE.

Diferentemente de línguas como latim e alemão, as quais definem a sua função sintática por meio da morfologia, em línguas em que não há um sistema de marcação morfológica, as preposições desempenham o papel de marcar caso sintático ao nome que regem e, por caso, concebe-se a noção universal de é função sintática de todo nome com uma matriz fonética (CHOMSKY, 1981). Dentre os casos existentes nas línguas, tais como: o *nominativo*, o *vocativo*, o *acusativo*, o *genitivo*, o *ablativo*, o *obsoletivo*, e o *dativo*, para a discussão do fenômeno investigado nesta tese, considera-se predominante o último, dado que o dativo no PB envolve o uso das preposições *a* e *para*, de modo a marcar caso ao seu complemento.

Desde o latim clássico, as preposições de modo geral desempenhavam um papel tão importante quanto os morfemas marcadores de caso, que designavam a função sintática dos nomes. E no português atual, a marcação de caso se dá ou através da *posição sintática* que ocupa o DP ou através das *preposições* – foco de interesse nesta tese. São as preposições que funcionam como marcas casuais<sup>8</sup> e licenciam um DP na sentença, pelo fato de a língua ter perdido a maior parte de sua expressão morfológica casual na transição entre o latim e o português.

Quanto ao português, para Brito (2003, p. 400), existem preposições lexicais e funcionais. As preposições funcionais ocorrem com verbos que requerem esse recurso em sua configuração sintática, a fim de marcar um caso ao seu objeto por intermédio de uma preposição

---

<sup>8</sup> Salvo a exceção dos clíticos de terceira pessoa *lhe/lhes* que são um vestígio desta forma de marcação casual.

funcional. As preposições de conteúdo lexical introduzem adjuntos ou predicativos nominais (BRITO, 2003, p. 401). Em função disso, Ordoñez (1999, p. 1867) divide as preposições *a*, *para* e *em* atribuidoras de caso tanto de *oblíquo* (01a-b) quanto de *dativo* (01c-e), a depender da configuração sintática em que ocorrem, conforme exemplifico em (01). Assim, a seguir em (01), as preposições em negrito desempenham importante papel na ação que o verbo pretende expressar. O núcleo verbal necessita da preposição para marcar caso e/ou papel semântico a seu complemento e, por isso, requer a preposição. Sem a presença da preposição, o resultado seria agramatical, pois o complemento ficaria sem papel temático e, portanto, não interpretável nas formas lógica e fonética.

- (01) a. Meus pais foram [**pro/ao** cinema] mais cedo.  
 a'. Meus pais foram \*[∅ o cinema] mais cedo
- b. Ela vai [**na/à/pra** praia] todos os dias.  
 b'. Ela vai \*[∅ a praia] todos os dias
- c. O governou roubou [**do** povo] toda a sua esperança.  
 c'. O governou roubou \*[∅ o povo] toda a sua esperança.
- d. Entregue o documento [**ao/pro** Mineirinho] hoje ainda!  
 d'. Entregue o documento \*[∅ o Mineirinho] hoje ainda!
- e. Teresa deu um conselho [**a/pra** ela]  
 e'. Teresa deu um conselho \*[∅ ela]
- f. Graça fez um bolo [**pro** Tony], né?  
 f'. Graça fez um bolo \*[∅ Tony], né?
- g. Ela pôs/colocou/arrumou as toalhas [**no** armário]  
 g'. Ela pôs/colocou/arrumou as toalhas \*[∅ o armário]
- h. Vamos sair [**no** Verão]  
 h'. Vamos sair \*[∅ o Verão]

Os exemplos em (01c-d) possuem um complemento dativo preposicionado cuja função semântica é de *meta/beneficiário* (01d) ou *fonte* (01c) da sentença, e em (01a-b-f), *locativo*. A estrutura argumental das sentenças em (01d) é o contexto sintático que interessa para esta pesquisa: i) há dois argumentos por verbo (“o documento”; “o Mineirinho”), porém o verbo é capaz de atribuir caso acusativo apenas ao argumento com a função temática de *tema* (“o documento”), de modo que o segundo argumento (“o Mineirinho”) *alvo/meta* nos exemplos continuaria a precisar da marcação casual para ser visivelmente interpretável, necessitando, por isso, da preposição *a* ou *para*. A estrutura argumental da sentença em (01c) também é ditransitiva dinâmica, porém não apresenta a variação entre as preposições *a* e *para*, já que no PB a possibilidade de uso é a preposição *de*, por isso, foi excluída da presente análise.

Quanto ao exemplo em (01e), embora alguns autores considerem esse tipo de sentença como estrutura semelhante ao exemplo em (01d), o verbo “dar” nesse exemplo, por não ser pleno, mas do tipo leve, encaixa-se em uma configuração distinta do exemplo em (01d), haja vista que o verbo *leve* forma uma lexia com seu complemento “um conselho”. Assim, embora se observe a variação entre as preposições *a* e *para* no PB, esse tipo de verbo, além de ocorrer também com a preposição *em*, por ser uma expressão fixa ou semifixa, raramente ocorre com o dativo adjacente ao verbo (BARROS; FIGUEIREDO; CAVALCANTE, no prelo). Os exemplos em (01f-h), os verbos “fazer” em (01f), *por/colocar/arrumar* (01g) e “sair” em (01h) somente possuem sentido completo, havendo um núcleo preposicional que atua de forma independente, de modo a acrescentar uma informação semântica nova à sentença, e o uso da preposição é não argumental.

As sentenças exemplificadas em (01a-h) podem ser distribuídas conforme a tipologia dos papéis temáticos<sup>9</sup> de Gruber (1965 apud JACKENDOFF, 1972), conforme apresento nas subseções subsequentes. Na primeira versão de sua proposta, Jackendoff (1972) preconiza que nas línguas todos os verbos, mesmo os não dinâmicos, podem expressar *movimento* ou *localização* ainda que seja uma noção abstrata. Essa hipótese localista conjuga-se com a ideia de Castilho (2010) de que as preposições denotam uma noção de espaço e tempo nas línguas, haja vista que, de acordo a hipótese localista de Jackendoff (1972), a distribuição das preposições nas expressões em (01) divide-se em dois grupos semânticos principais: i) contextos de verbos que denotam *localização* (*location*), como em (01a-b), em que o tema se relaciona com um local (físico ou abstrato), e *movimento* (*motion*) (físico ou abstrato), em que

---

9 De acordo com Levin e Rappaport Hovav (2005, p. 6), papéis semânticos são responsáveis pela distinção das “facetetas do significado que são gramaticalmente relevantes”, haja vista que a leitura informacional designa o argumento a ser selecionado.

o tema subjaz a uma mudança/transferência de posse, como (01c-e), que podem ser *fonte*, *alvo/meta* primário ou *alvo/meta* secundário. A hipótese localista não apenas fornece definições relevantes para a compreensão da sintaxe das preposições quanto ao papel temático do DP que introduzem, como tem servido de noções teóricas indispensáveis para as novas discussões acerca dos papéis temáticos nas línguas e as implicações da hierarquia temática na sintaxe dos argumentos (cf. LEVIN; RAPPAPORT HOVAV, 2005). Assim, considero, nas seções a seguir, as assunções de Jackendoff (1972; 1990) sobre as relações temáticas dos termos envolvidos na sentença, a fim de distribuir as seções de acordo com a função semântica do DP introduzido pelas preposições *a* e *para*, alternantes em alguns casos e em outros não, conforme demonstro a seguir. A exemplificação dos contextos sintático-semânticos em que ocorrem as preposições *a* e *para* tem por base alguns referenciais contemporâneos Xavier (1989), Brito (2003), Torres Morais (2007), Farias (2005), buscando clarificar o comportamento de cada uma dessas no PE, e por base em Torres Morais e Berlinck (2006), Castilho (2010), Armelin (2011), Calindro (2016), etc., para situar no PB.

Na seção a seguir, começo a apresentação dos tipos de preposições conforme o papel semântico do DP que introduzem. Além disso, apresento o comportamento das preposições diante dos demais contextos semânticos, os quais consistem em grupos distintos daquele sobre o qual desenvolvo a tese: dativo *alvo/meta* de verbos ditransitivos dinâmicos. O objetivo é apontar em quais contextos semânticos provenientes da variedade europeia teriam se baseado os africanos e afro-brasileiros durante o período de contato intenso entre grupos étnicos distintos no processo de aquisição de segunda língua, resultando na inserção da preposição *para* em contextos de dativo *alvo/meta*, em detrimento da preposição *a*.

### **2.1.1 Introdutores de DP *alvo* ou *meta***

Diversos autores vêm estudando a alternância/variação do *a* e do *para* com complementos que possuem o caso *dativo* e que desempenham o papel semântico *alvo/meta* no PB, os quais vêm demonstrando que a preposição *para* se encontra em ampla expansão em vias de mudança em detrimento da preposição *a*, como (02a-b) (SCHER, 1996; ARMELIN, 2011; FREIRE, 2005; BARROS, 2008; BARROS; RIBEIRO, 2011; GOMES, 2003; BERLINCK, 1997; 2000; 2001; 2009; TORRES MORAIS; BERLINCK, 2006; TORRES MORAIS; SALLES, 2007, entre outros). Em contraponto, embora essas preposições sejam concorrentes no PB, no PE, como o exemplo em (02b), somente é possível a ocorrência de *a* nesses contextos.

A preposição *para* ocorre em contexto bem específico, conforme descrevo a seguir com base em Xavier (1989) e Torres Morais (2007).

- (02) a. Gabriel ofereceu/deu/entregou/passou um pedaço de bolo **para** o Pedro  
(**PE\*/PB**)  
b. Gabriel ofereceu/deu/entregou/passou um pedaço de bolo **ao** Pedro (**PE/PB**)  
(DUARTE, 2003, p. 289)

De maneira geral, esse tipo semântico de dativo exibe propriedades sintáticas, tais como: a) pode ocorrer em uma forma clítica; b) possui traço [+humano] ou é interpretado dessa forma; c) exibe configuração de c-comando assimétrico, conforme discuto na seção 2.2; d) é argumento previsto pelo núcleo do predicador, não é adjunto; e) pode ocorrer na posição adjacente ao verbo ou posposto ao argumento acusativo (BAKER, 1988; LARSON, 1988; ORDÓÑEZ, 1999; BERLINCK, 1999; PYLKKANEN, 2002; 2012; TORRES MORAIS, 2007; RAMOS; SALLES, 2017).

Quanto ao aspecto semântico, o dativo em (02a) desempenha o papel de *alvo/meta*, é introduzido por *para* apenas no PB, de maneira praticamente categórica (BARROS, 2008; BARROS; RIBEIRO, 2011; GOMES, 2003; BERLINCK, 1997; 2000; 2001; 2009; TORRES MORAIS; BERLINCK, 2006; TORRES MORAIS; SALLES, 2007). Apesar disso, na norma culta brasileira e em contextos bastante específicos das normas populares, é possível verificar ainda a ocorrência da preposição *a*. No PE, Torres Morais (2007) e Brito (2003) defendem que a preposição *a*, como em (02b), funciona como um marcador morfológico de caso dativo, quando ocorre em redobro do clítico dativo, consistindo em uma COD, conforme desenvolvo melhor na seção 2.2. Brito (2003) afirma que, nesses contextos semânticos, os papéis temáticos dos DPs na sentença são sempre os mesmos independentemente da realização ou não do dativo preposicionado. Nesse caso, o complemento dativo como pronome de terceira pessoa *lhe* evidencia a função da preposição *a* nos contextos ditransitivos e com dativos *alvo/meta* em (03). Esse tipo de pronome dispensa a função da preposição de intervir na marcação de caso.

- (03) Gabriel ofereceu/deu/entregou/passou-*lhe* um pedaço de bolo (**PE/PB culto**)

Quanto ao aspecto casual, esse tipo de dativo ocorre em contexto em que o verbo (geralmente os de *transferência*) seleciona obrigatoriamente dois argumentos internos, *tema* e *alvo/meta*. Na variedade culta do PB, o clítico *lhe* manifesta-se como uma expressão

morfológica de caso dativo, sem o redobro com o pronome lexical marcado pela preposição dativa *a*, diferentemente do PE. Vale mencionar que no PE, para Xavier (1989), nos contextos em que há possibilidade de substituição pelo clítico *meta/alvo*, o dativo preposicionado por *a*, quando omitido, pode ser facilmente inferido pelo discurso.

Sobre a presença do *lhe* em construções com redobro no PE, como em (04), Torres Morais (2007) diz que a sua ocorrência somente é possível com *a* e nunca *para*. Em um estudo sobre as construções do DP dativo *alvo/meta*, Torres Morais (2007) afirma que, quando *a* ocorre junto ao redobro do clítico *lhe/lhes*, é um marcador morfológico causal de dativo, não uma preposição.

- (04) a. Gabriel ofereceu/deu/entregou/passou-**lhe a ele** um pedaço de bolo. (PB\*/PE)  
 b. Gabriel ofereceu/deu/entregou/passou **a ele** um pedaço de bolo. (PB/PE\*)

A sentença em (04a), conforme a autora, possui um sentido contrastivo e, além disso, essa configuração é a representação de uma construção de duplo objeto no PE<sup>10</sup>, evidenciada pelo redobro do clítico dativo. Torres Morais (2007) assume, nos moldes do espanhol (CUERVO, 2003), que esse tipo de construção com verbos ditransitivos compõe o fenômeno da alternância dativa, em que o redobro do clítico é uma Construção de Objeto Duplo (COD) e a sua contraparte ocorre sem o clítico, apenas com um dativo preposicionado por *a*, é a Construção Ditransitiva Preposicionada (CDP). A sentença em (04b) exemplifica a inexistência do redobro do clítico como em (04a) e, diferente do PE, a possibilidade de realização da preposição *a* sem a configuração do redobro do clítico. Isso reforça a hipótese de Torres Morais e Salles (2010) de que a variante padrão *a* em contextos de DP pronominal (*a ele / a mim / a você*) faz parte do conjunto de inovações do PB, haja vista que no PE construções desse tipo somente são possíveis com o redobro do clítico dativo. Realidade linguística que é confirmada pelos dados do PB-afro, conforme demonstro no capítulo 5 desta pesquisa.

Outro aspecto a ser considerado é que, segundo Torres Morais (2007), embora com interpretações distintas, as preposições *a* e *para* podem ocorrer em diversos contextos semelhantes em que o complemento dativo se manifesta, tais como nos verbos *enviar*, *roubar*, *comprar*, *fazer*, *entregar*, *levar* e *mandar*, *fornecer*, *oferecer*, conforme (05).

---

<sup>10</sup> Torres Morais (2007) propõe em sua tese que as construções com redobro do clítico do PE possuem núcleos aplicativos, e a preposição *a* seria parte dessa configuração, conforme discuto mais detalhadamente na seção 2.2.4.

- (05) a. O José enviou uma carta **à Maria** /enviou-**lhe** uma carta  
 a'. O José enviou uma carta **para a Maria/ para Lisboa/ ao Banco de Portugal**
- b. O José forneceu/ofereceu/ ajuda **aos flagelados da seca**/ofereceu-**lhes** ajuda  
 b'. O José forneceu/ofereceu ajuda **para os flagelados da seca**

(TORRES MORAIS, 2007, p. 101)

Segundo a autora, se em (05a-b) a preposição *a* somente é possível nos mesmos contextos em que ocorre o clítico dativo. A autora defende também que *a* é uma marca morfológica de dativo, ou uma preposição *dummy*, posicionado *in situ* para marcar caso inerente (TORRES MORAIS, 2007; TORRES MORAIS; SALLES, 2007). No entanto, a sua contraparte introduzida *para* em (05a'-b') constitui-se em uma preposição verdadeira, isto é, constitui-se núcleo de uma projeção funcional prepositiva na estrutura argumental e, além disso, ocorre em construções em que o dativo *alvo/meta* vem posposto ao complemento *tema*. Nessa configuração, de acordo com Torres Morais (2007), o DP introduzido por *a* ou *para*, em geral, introduzem complementos *alvo/meta*, mas algumas vezes também introduzem *beneficiário*, ou por *de* ou *a* os complementos *fonte*, conforme discuto nas próximas seções.

A autora explica que o exemplo em (05a') é uma expressão locativa e não há relação de posse, como ocorre nas construções de redobro do clítico dativo, de maneira que o uso de clíticos e da preposição *a* nesse contexto é agramatical no PE. Além disso, complementa que tal restrição não tem relação apenas com o traço [-animado] dos complementos preposicionados em (05a'), mas tem relação com o fato de que não é possível haver uma interpretação de posse com um locativo puro. Em outras palavras, o contexto que envolve uma relação com um *locativo* somente é possível com *para* no PE.

Outro ponto que chama a atenção são os exemplos com um DP *alvo/meta* com traço [+humano] (“a Maria”; “os flagelados da seca”) introduzido por *para*, em (05a'-b'). Conforme Torres Morais (2007, p. 97), essa construção somente é possível, porque o DP *alvo/meta* com traço [+humano] nos exemplos não está em uma relação de posse direta com o movimento de transferência, não podendo haver redobro do clítico. Segundo a explicação da autora, embora ambas as interpretações sejam próximas, são diferentes: no caso de “enviar/oferecer/ofertar *a*”, há interpretação de transferência direta ao *alvo/meta*, porém, no caso de “enviar/oferecer/ofertar *para*”, há uma interpretação de que a transferência pode não ter alcançado o *alvo/meta*, já que é indireta.

Em outras palavras: o uso da preposição *para*, segundo a autora, somente é possível com verbos de movimento se houver uma relação de transferência não direta, pois somente há relação direta se for *a*. Outrossim, Xavier (1989) acrescenta que existe um traço semântico [+ ou – durativo] responsável pela escolha de *a* ou de *para* nesses casos, sendo *a* [-durativo] e *para* [+durativo]. Em outras palavras: o uso da preposição *a* é direto, mais pontual, enquanto o uso da preposição *para* é mais indireta. O dado empírico do PE apreciado por ambas as autoras corrobora a hipótese localista de Jackendoff (1972), quando o autor demonstra que, no inglês, o argumento *alvo/meta* que geralmente é introduzido por *for* possui a relação mais indireta no processo de transferência, de modo que o autor intitula de *alvo/meta* secundário o papel semântico do PP introduzido por *for*. Nas variedades do português, esse tipo de argumento é geralmente preposicionado por *para*, conforme se verifica na seção 2.1.3.

Ainda no tocante aos exemplos em (05), Torres Morais (2007) acrescenta que, no PE, não importa apenas observar se a relação de transferência é ou não direta, mas também o traço de animacidade se torna um fator determinante quanto ao uso da preposição *para* com verbos como *enviar*, *entregar*, *levar* e *mandar*, tendo em vista que dativos preposicionados em verbos ditransitivos com o traço [-animado] ocorrem apenas com essa preposição, nunca com *a*.

A autora demonstra através de exemplos com os verbos *atribuir*, *devolver*, *distribuir*, *emprestar* que somente é possível a leitura de transferência direta com a preposição *a*, contudo não é possível a mesma leitura com *para*, conforme (06). Os exemplos da autora servem para testar se a relação direta ou indireta entre o objeto *tema* e o objeto *alvo/meta* no PE, de fato, interfere na escolha da preposição, se *a* ou *para*, no transcorrer da transferência.

- (06) a. O José atribuiu uma tarefa **aos alunos**/atribuiu-**lhes** uma tarefa (PE/PB culto)  
a'. O José atribuiu uma tarefa **para os alunos** (\*PE/PB)
- b. O José devolveu o dinheiro **aos clientes**/devolveu-**lhes** o dinheiro (PE/PB culto)  
b'. O José devolveu o dinheiro **para os clientes** (\*PE/PB)
- c. O José distribui esmolas **aos pobres**/distribui-**lhes** esmolas (PE/PB culto)  
c'. O José distribui esmolas **para os pobres** (\*PE/PB)
- d. O José emprestou o carro **ao Pedro**/emprestou-**lhe** o carro (PE/PB culto)  
d'. O José emprestou o carro **para o Pedro** (\*PE/PB)

(TORRES MORAIS, 2007, p. 101)

Nos exemplos em (06), todos os casos em que ocorre a preposição *para* é agramatical no PE, mas é gramatical no PB. Os casos em que há a realização da preposição *a* ou do clítico dativo de terceira pessoa são possíveis no PB, porém na norma culta dessa variedade.

Quanto à interpretação dos traços de animacidade do argumento preposicionado *alvo/meta*, Duarte (2003) especifica que o complemento introduzido por *a* deve possuir traço semântico [+ animado] como uma das propriedades peculiares e inerentes ao dativo. No entanto, para ela, existem algumas exceções em que a preposição *a* ocorre com dativos que apresentam traço [- animado]: i) em alguns verbos de dois lugares, tais como “obedecer a” ou “sobreviver a”; ou ii) quando são complementos de nomes deverbiais, conforme (07).

(07) A Maria deu [uma pintura] OD [às estantes] DAT

(DUARTE, 2003, p. 289, grifo do autor)

Há a possibilidade de substituição do sintagma verbal “dar uma pintura” em (07) pelo verbo “pintar”, fazendo com que o DP “às estantes” passe a desempenhar função de OD e possuir papel temático de *tema*, como em (08).

(08) a. A Maria pintou [*as estantes*] OD

b. A Maria deu [uma pintura] OD [*nas estantes*] OBL

(DUARTE, 2003, p. 289, grifo do autor)

Apesar de afirmar que o complemento preposicionado por *a* no exemplo em (07) possui propriedades sintáticas de um dativo *alvo/meta*, uma vez que “dar uma pintura” é uma expressão que se constitui de um verbo leve “dar” e o sintagma determinante “uma pintura”. Esse fato é corroborado quando há substituição da preposição *a* pela preposição *em* na sentença em (08b) tanto no PE, conforme Duarte (2003), como no PB, de modo que o próprio exemplo da autora é motivo para se contestar a ocorrência de dativos com traço [-animado]. Ademais, como se observa mais adiante, o dativo propriamente dito, no PB e no PE, é introduzido apenas por *a* ou *para*, nunca *em*.

Em suma, destacam-se duas generalizações acerca da descrição desenvolvida nesta seção, em relação às preposições *a* e *para* como introdutoras de dativo *alvo/meta* no PB e no PE:

- a) a preposição *para* é a estratégia de introdução de dativos *alvo/meta* predominante no PB, podendo ocorrer o uso do *a* na norma culta;
- b) contrariamente ao PB, a preposição *a* é predominante no PE, mas pode ocorrer a variação *a~para* em contexto específico em que não há uma relação de posse direta entre os dois objetos internos do verbo, como se observa na seção 2.1.2 a seguir, contexto no qual não é possível também a ocorrência do redobro do clítico.

As características do PB apresentadas nesta seção são corroboradas pelos dados do *corpus* do afro-brasileiro em análise na presente pesquisa, quanto ao uso das preposições introdutoras de dativo *alvo/meta*. Assumindo essas diferenças entre as variedades europeia e brasileira, é possível ter a referência de como funciona o padrão do PE no papel de língua-alvo durante a situação de contato intenso por meio de falantes das línguas africanas, que desembarcavam incessantemente ao longo do período de tráfico legal e ilegal de escravos.

Nas seções a seguir, descrevo outras configurações de DP em que é possível se verificar a ocorrência de *a* e/ou *para*, a fim de compreender os contextos linguísticos que condicionaram a inserção da preposição *para* com dativos *alvo/meta*, os quais serviram como Dados Linguísticos Primários (doravante DLP) no processo de aquisição do português enquanto segunda língua dos primeiros falantes das comunidades rurais afro-brasileiras.

### 2.1.2 Introdutores de DP *alvo secundário* ou *beneficiário*

Considerando que há nas línguas preposições com a propriedade de seleção semântica e outras que não possuem esse aspecto, mas apenas o de selecionar categorialmente seu complemento (CHOMSKY, 1981)<sup>11</sup>, pode-se fazer distinção entre a preposição *para* que introduz dativo *beneficiário* (lexical) (09), e as preposições *a* e *para* que introduzem dativo *alvo/meta* (funcionais), conforme (10) a seguir.

---

<sup>11</sup> Chomsky (1981) assume que somente os elementos marcados pelo traço [-N] serão atribuidores de caso (verbos e preposições) e demonstra que a preposição sempre possuirá a função de selecionar categorialmente, mas nem sempre de selecionar semanticamente, constituintes, independentemente da posição em que ocupa na estrutura. Isso significa que, por estar ao centro de uma estrutura sintática, as preposições, mesmo quando funcionais, podem dispor na sua estrutura sintática de um complemento e, por vezes, de um especificador e, assim, marcar caso sintático ao DP interno à sua projeção máxima. Além disso, Chomsky (1981, p. 49-51) demonstra através dos exemplos *destroy the city* e *destruction of the city*, entre outros, que em línguas que não possuem um sistema rígido de caso flexional é inserida uma preposição desprovida de conteúdo semântico, de modo que esta funcione como um marcador de caso para permitir que um nome possua um complemento, neste caso: a preposição *of*.

- (09) a. Juliana entregou os 10 livros **para** o / **ao** bibliotecário **para** Ziraldo / \*o teclado. (PE/PB)  
 b. João escreveu a carta **para** seu amigo cego / \*o controle remoto. (PE/PB)
- (10) a. Juliana entregou os 10 livros **para/ao** bibliotecário/\*a estante. (PE/PB)  
 a'. Juliana **lhe** entregou os 10 livros (\*PE/PB)  
 b. João escreveu a carta **para/ao** seu amigo/ \*o som (PE/PB)  
 b'. João escreveu-**lhe** a carta (PE/PB culto)

Para Brito (2003), a preposição *para* em (09) é responsável pela marcação temática *beneficiário* a seu DP dativo. A afirmação da autora é válida, porque, nesses exemplos, a preposição *para*, por ser uma categoria lexical, possui grade argumental, ou seja, a propriedade de informar a quantidade de elementos que vai projetar e quais papéis temáticos tais elementos devem apresentar. Esse aspecto possibilita que a preposição selecione semanticamente seu complemento e ainda que determine o seu traço: [+ animado].

De acordo com Armelin (2011), quando ambos os dativos estão concomitantemente na sentença (09a), ainda que aquele com valor semântico de *alvo/meta* esteja apenas implícito no contexto (09b), o valor semântico do dativo introduzido por *para* será o de *beneficiário*. Ordoñez (1999) ratifica o comentário da autora quando diz que a preposição *para*, como se apresenta em (09a), introduz um dativo não previsto pelas propriedades configuracionais do verbo, de maneira opcional e, portanto, não argumental. Isso significa dizer que, quando ambas as preposições ocorrem em uma mesma estrutura, a preposição *a* introduz dativo *alvo/meta* e a preposição *para* é introdutora de dativo *beneficiário*. Embora soe como um exemplo estranho, no PB, há ocorrências de sentenças como em (09a), em que a preposição *para* pode introduzir ambos os DPs dativos: i) argumental, cujo papel semântico é de *alvo/meta* (*para* o bibliotecário); ii) não argumental, cujo papel semântico é o de *beneficiário* (*para* Ziraldo).

Diante disso, é importante notar que, enquanto a preposição *a* não produz constituintes ambíguos, há a ambiguidade de interpretação dos dativos introduzidos por *para* em (09b), (10a-b). Isso ocorre porque, seguindo a análise de Armelin (2011), a preposição *para* pode atuar como introdutora de dativo *alvo/meta* da transferência (conforme a autora: valor *default*) ou *beneficiário* do evento do verbo. Para melhor esclarecimento, tomo como exemplo (09a), em que se observam duas interpretações: i) João estava com saudades de seu amigo cego e resolveu

escrever uma carta em braile para saber as notícias, significando que o “amigo cego” é *alvo/meta* da transferência das informações da carta; ii) João escreveu a carta no lugar do seu amigo cego / em favor do amigo cego, pois este não sabia escrever com a técnica de escrita tradicional, significando que “o amigo cego” é *beneficiário* do evento.

Além disso, em sentenças em que ocorre apenas a preposição *para*, a interpretação possível de se perceber é que os DPs “Ziraldo” e “seu amigo cego” são bem aceitos, porque possuem a atribuição de “ser favorecido”, o que não ocorre com o DP “o teclado” ou “o controle remoto” por não possuírem propriedades semânticas compatíveis a um ser animado. Isso quer dizer que tanto o dativo *alvo/meta* quanto o dativo *beneficiário*, preposicionado por *a* ou *para*, não aceitam um DP [-animado], de modo que, para a análise dos dados, não espero encontrar dativos com uma noção concreta.

A assertiva de Brito (2003) e de Ordoñez (1999) corrobora o fato de que há grupos de preposições que, pelo seu aspecto lexical, podem não apenas introduzir dativos *beneficiários*, como também adjuntos ou predicativos nominais, funcionando como um núcleo predicador que impõe restrições categoriais e semânticas<sup>12</sup>. No PB, é a preposição *para*, não *a*, introdutora de dativo *beneficiário* não argumental, que atua como o predicador preposicional.

De acordo com Brito (2003), as preposições são reconhecidas na teoria sintática por *núcleos funcionais* que dominam hierarquicamente um DP, como as preposições que introduzem dativo *alvo/meta* no PB, como em (10) (TORRES MORAIS, 2007; ARMELIN, 2011; CALINDRO, 2016). Nesse caso, as preposições *a* e *para* no exemplo em (10) são *funcionais*, porque não possuem a propriedade de selecionar semanticamente seu complemento. Assim, assumo nesta tese, conforme demonstra Armelin (2011), que apenas nesses contextos há a alternância/variação dessas preposições no PB. A justificativa da autora é a de que apenas dativos com traço de *alvo/meta* podem ser introduzidos por ambas as preposições, e, por conseguinte, o contexto em que essas preposições variam, de igual forma como ocorre no Espanhol e PE, quando o redobro do clítico é apenas permitido nesses contextos (ORDOÑEZ, 1999; TORRES MORAIS, 2007).

É válido ainda mencionar que, sobre a realização das preposições *a* e *para* no PB, Armelin (2011) argumenta que a escolha da preposição evidencia não apenas o caráter argumental do dativo, como também o estatuto categorial da projeção que licencia o DP dativo, se aplicativo ou não, conforme se observa na seção 2.2.

---

<sup>12</sup> Cf. CHOMSKY (1986).

Ainda com o intuito de distinguir a preposição que introduz *alvo/meta*, funcional, e a que introduz dativo *beneficiário*, lexical, recorro a Corver (2013), que sugere a existência de um *significado abstrato* dos núcleos funcionais:

The abstract meaning of the functional lexicon comprises such properties as **tense** (e.g. the past tense bound morpheme –ed, as in kill-ed), **(in)definiteness** (the articles a, the), **degree** (the degree words too, how). Importantly, there is a certain connection between the lexical system and the functional system. (CORVER, 2013, p. 356, grifos nossos).

Quanto à preposição *para* no PB, conforme essa proposta, outro fator que define se essa preposição é ou não lexical, isto é, se é introdutora ou não de *beneficiário*, é o fato de que *para* carrega um certo significado que as distingue das demais preposições. Assim, pode-se dizer que a preposição *para* possui certo conteúdo semântico-lexical que denota *em benefício de* (09), o que faz com que esta venha a se diferenciar daquelas em (10), que são apenas gramaticais/funcionais.

No PE, de acordo com Mateus *et al.* (2003), o dativo que expressa papel temático de *beneficiário* é introduzido geralmente pelas preposições *para* ou *a*, no entanto, conforme já discutido na seção anterior, a escolha da preposição depende da interpretação que se pretende com a sentença; e o dativo que expressa papel semântico de *alvo/meta* é introduzido unicamente pela preposição *a*. Essa assertiva fica mais clara quando Torres Morais (2007) exemplifica no PE, com o verbo de construção *fazer*, como em (11).

- (11) a. A Maria fez um jantar **aos convidados/fez-lhes** um jantar  
 b. A Maria fez um jantar **para os convidados**

(TORRES MORAIS, 2007, p. 91)

O verbo de criação *fazer*, segundo Castilho (2010), de modo geral, apresenta um OD como um produto de uma ação verbal, com destaque ao próprio evento do verbo. Dessa forma, no PE, como se observa o exemplo em (11a), em que o jantar foi oferecido aos convidados e eles receberam de modo direto, por isso, a única preposição possível nesse contexto é *a*; já em (11b) os convidados se beneficiarão do evento, mas podem ou não comparecer ao local do jantar para tal benefício, conforme explica Torres Morais (2007), de modo que, lexicalmente, é a preposição *para* que exerce a função de marcar caso e papel semântico ao dativo *beneficiário*.

Diferentemente do que tenho apresentado até aqui, Torres Morais e Salles (2007) afirmam que, ao observar o comportamento das preposições *a* e *para* em construções ditransitivas preposicionadas, constataram que tais preposições parecem ter peso semântico, sendo, portanto, núcleos de categoria lexical PP.

In the absence of the applicative configuration, the indirect object is projected as a prepositional phrase (PP), introduced by a lexical/true preposition. (TORRES MORAIS; SALLES, 2007, p. 6).<sup>13</sup>

Embora as autoras validem o fato que tem se observado no PB: as preposições *a* e *para* no PB seguem caminhos distintos no percurso da história da língua, dado o aumento da preposição *para* e desaparecimento da preposição *a*, ao assumirem que a preposição *a* é uma expressão morfológica do caso dativo, e a preposição *para*, um item lexical, as autoras não deixam clara a distinção entre *para* que introduz DP *alvo/meta* e *para* que introduz DP *beneficiário*, como tenho demonstrado até aqui. Assim, não assumo nesta tese a proposta das autoras de que a preposição *para* em construções dativas ditransitivas sejam lexicais, no sentido de haver um peso semântico como aquela que denota *beneficiário*. Em vez disso, sigo a distinção feita por Armelin (2011), que revela em seus dados que há dois contextos distintos:

- i) a preposição *para* é principal concorrente da preposição funcional *a* como introdutoras de dativo *alvo/meta* em verbos ditransitivos dinâmicos, comportando-se, portanto, com propriedades semelhantes;
- ii) o ambiente em que a preposição *para* atua como uma preposição lexical, não permite a preposição *a*, não se configurando em uma estrutura sintática verdadeiramente ditransitiva, mas transitiva com um dativo não argumental *beneficiário*.

Nesta tese, assumo que contextos como em ii), além de outros, teriam também servido como base de DLP para a inserção do *para* em contextos em i), como introdutor de dativos *meta/alvo*, no tocante à formação do PB-afro das comunidades estudadas no presente estudo.

Outrossim, os estudos da história dessas preposições vêm apontando justamente para o caminho inverso da proposta de Torres Morais e Salles (2007): de preposição lexical à

---

<sup>13</sup> Tradução: Na ausência da configuração aplicativa, o objeto indireto é projetado como um sintagma preposicional, introduzido por uma preposição lexical ou verdadeira.

preposição funcional (ARMELIN, 2011; FREIRE, 2005; BARROS, 2008; BARROS; RIBEIRO, 2011; GOMES, 2003; BERLINCK, 1997; 2000; 2001; 2009), em que, resumindo o que foi dito, descrevo, de acordo com a proposta de Cover (2013, p. 357), as propriedades das preposições *para* e *a* funcionais, introdutoras de dativo *alvo/meta*, e *para* lexical, introdutor de *beneficiário no PB*, conforme o Quadro 1, a seguir:

**Quadro 1** - Quadro comparativo sobre as propriedades das preposições 14

<i>para</i> beneficiário ou alvo secundário Cf. Chomsky (1981)	<i>a</i> e <i>para</i> alvo/meta Cf. 19) / Chomsky (1981)
[-N -V].	[-N -V].
C-selecionam.	C-selecionam.
S-selecionam.	-
Possuem grade argumental.	-
Núcleo atribuidor de caso.	Núcleo atribuidor de caso.
Núcleo atribuidor de papel temático.	-
Classe fechada.	Classe fechada.
Possuem certo significado relacionado ao sistema conceptual.	Vazias de conteúdo semântico-lexical e/ou apresentam significado apenas gramatical.
Fonética e morfologicamente dependentes.	Fonética e morfologicamente dependentes.
São normalmente inseparáveis das projeções que c-comandam.	São normalmente inseparáveis das projeções que c-comandam.

Fonte: Elaboração Própria

Um teste para identificação da preposição, se introdutora de *alvo/meta* ou *beneficiário*, é proposto por Xavier (1989, p. 128): de acordo com a autora, com o advérbio “diretamente” pede obrigatoriamente um argumento *alvo/meta*, assim, os exemplos em (12) demonstram como funciona o teste.

- (12) a. A Maria comprou um carro **ao** João (**para** o Pedro) (PE/\*PB)  
 a'. A Maria comprar um carro diretamente **para** o João (\*PE/PB)
- b. O João vendeu um carro diretamente **à** Maria **para** o Pedro (PE/PB)  
 b'. Hoje vou vender o carro diretamente **para** a Maria (\*PE/PB)

<sup>14</sup> Corver (2013) chama atenção para o fato de que as propriedades acima descritas, quando isoladas, nem sempre são suficientes para determinar o estatuto de funcional ao item de vocabulário observado.

(XAVIER, 1989, p. 28)

Os exemplos (12a'-b') são agramaticais no PE, porque a preposição *para* introdutora de *beneficiário* somente é possível se a relação da transferência não for direta. No PB, a única impossibilidade é a realização do dativo *fonte* preposicionado por *a*, como em (12a), nos demais contextos, não há restrição.

A seguir, em comparação ao PE, apresento o contexto semântico que envolve localização, nos termos de Jackendoff (1972), em que as preposições *a* e *para* concorrem entre si no PB. A hipótese é que esse quadro também teria contribuído durante o processo de aquisição do português como língua alvo para a inserção do *para* como introdutor de dativo *alvo/meta* no PB-afro.

### 2.1.3 Introdutores de DP que indicam *location* (localização)

Com base na hipótese localista de Jackendoff (1972), conforme mencionado anteriormente, Levin e Rappaport Hovav (2005, p. 80) dizem que os verbos com eventos de localização abrangem um *objeto* e um *local*, quase sempre envolvendo um PP. Na língua portuguesa, de acordo com Xavier (1989), verbos como *chegar*, *ir* e *vir* relacionam o OD com um DP que indica *local*, conforme (13).

#### (13) CHEGAR

- a. A Maria chegou **a** Lisboa (PE/PB)
- b. A Maria chegou **de** Paris (PE/PB)
- c. A Maria chegou **para** Lisboa (\*PE/\*PB)

(XAVIER, 1989, p. 231-232)

- d. O João chegou **em** Lisboa. (\*PE/PB)

(FARIAS, 2005, p. 63)

- e. Chego **ao** trabalho com um cansaço precoce, coisas da grande cidade. (PE/PB)
- f. Cheguei **de** Recife (PE/PB)
- g. Cheguei **em** Recife (\*PE/PB)

(CASTILHO, 2010, p. 303, 584)

## (14) VIR

- a. A Maria veio **a** Paris (**PE/PB**)
- b. A Maria veio **para** Lisboa (**PE/PB**)

(XAVIER, 1989, p. 232)

## (15) IR

- a. A criança deve ir o mais cedo possível **à** escola (**PE/PB**)
- b. O prêmio foi **para** a Universidade (**PE/PB**)  
(CASTILHO, 2010, p. 337, 594)
- b. O João foi **em** Lisboa. (**\*PE/PB**)
- c. O João foi **para** Lisboa. (**PE/PB**)

(FARIAS, 2005, p. 63, 217)

Os exemplos dados são complementos oblíquos de verbos cujo evento indica *direção* ou *movimento* e manifestam-se frequentemente com papéis temáticos *locativo*, sendo por vezes a *origem* ou *destino* do movimento (CASTILHO, 2010, p. 305). Nesse contexto, de acordo com Xavier (1989), o verbo *chegar*, como em (13), ocorre preferencialmente com a preposição *a*, sendo o uso com *de* também gramatical, mas nunca com *para* ou *em*. Em PB, apenas o uso da preposição *para* é agramatical no contexto do verbo *chegar*. O verbo *vir* em (14) ocorre com *a* ou *para* em ambas as variedades.

Como se pode observar nos exemplos em (15), tanto no PE quanto no PB as preposições *a* e *para* são possíveis com o complemento oblíquo do verbo *ir*, no entanto, no PE, há uma restrição gramatical apenas com o uso da preposição *em*, que por sua vez é gramatical no PB. Os exemplos revelam que no PB o uso das preposições é mais amplo e abrangente, além disso, vale ressaltar que há maior preferência pelas preposições mais inovadoras, diferentes de *a*.

#### 2.1.4 Introdutores de DP *fonte*

As construções que preveem uma preposição introdutora de DP *fonte* revelam-se bastantes distintas no PE e no PB, como se observam os exemplos a seguir em (16).

- (16) a. O João comprou esse livro raro **a** um *alfarrabista do Portal* (**PE**)

(DUARTE, 2003, p. 289)

a'. O João comprou esse livro raro *\*a / de / na mão do um alfarrabista do Portal* (PB)

b. João obteve a informação *dos colegas* (PE/PB)

(XAVIER, 1989, p. 104)

c. Comprei um livro computador *para* meu filho (PE/PB)

c' Comprei um livro computador *ao/do/na mão do* técnico *para* meu filho.

(TORRES MORAIS, 2007, p. 93)

Para Duarte (2003), a preposição *a* seleciona categorialmente complementos dativos com papel semântico de *fonte* ou *ponto de origem* da ação do verbo. Comparando ao PB, vale ressaltar que a opção em (16a) é possível no PE, mas não é possível no PB, já que a preposição *de* é aquela que introduz um DP com traço de *fonte* (16a'). No PB, o uso da preposição *de* como introdutora de DP *fonte* é categórico, sendo agramatical o uso com a preposição *a*, como no PE. No entanto, a substituição resulta na expressão acima “a um alfarrabista”, por “de um alfarrabista” em (16a'), o resultado é de um complemento genitivo, ou seja, é interpretado como *possuidor* do OD (informação), conforme aponta Torres Morais (2007). Por conta dessa ambiguidade, no PB, busca-se encontrar outros recursos para indicar o ponto de origem da sentença através do uso da expressão *na mão de* ou da preposição *com*, por exemplo, para indicar a relação *da posse de* (TORRES MORAIS, 2007, p. 95). No tocante ao exemplo em (16b), como já foi dito, também é possível no PB a realização da preposição *de*. Em (16c), tanto no PE quanto no PB, pelo fato de a estrutura eventiva do verbo *comprar* requerer uma trajetória com um argumento *fonte*, a preposição *para*, nesse caso, só é possível com a interpretação de *beneficiário*, não *fonte*, em que a relação de transferência não é direta, como pode ser evidenciado no exemplo em (16c') em que há a ocorrência de ambos os papéis temáticos.

Como se pode observar nos exemplos em (16), no PB, a realização do complemento *fonte* é preferencialmente introduzido pelas preposições diferentes de *a*, sendo o uso desta agramatical na variedade brasileira.

### 2.1.5 Introdutor de *finalidade*

Há ainda uma última possibilidade de realização da preposição *para* ante no PB como no PE: introdutor de finalidade, conforme o exemplo em (17).

(17) a. Vestiu-se **para** ser notada por todos.

(BECHARA, 1999, p. 234)

a. A impressora não serve mais **para** o nosso trabalho

(CASTILHO, 2010)

b. Dei um livro **para** o Pedro ler

De acordo com o Castilho (2010), há verbos que podem solicitar um complemento que indica finalidade. Nesses casos, é requerida a preposição *para* em muitos desses contextos e muito frequentes no PB. No tocante ao PE, para Brito (2003), a preposição *para* ocorre somente quando atuam como um complementador em infinitivas.

[..]. Algumas preposições são essencialmente marcas de caso [...], e outras, pelo menos em alguns dos seus valores, sofrem um processo de reanálise, comportando-se como complementadores, como acontece com *para*, quando introduz orações infinitivas:

(01) Eu disse *para* tu vires (BRITO, 2003, p. 392)

Torres Morais (2007) diz que exemplo do PE como no excerto é uma variação dialetal, não sendo muito usual na norma padrão portuguesa europeia. No entanto, conforme demonstra o trabalho de Barros (2013), sobre as atas escritas por ex-escravos brasileiros, é possível observar esse uso em estruturas dativas ditransitivas dinâmicas, evidenciando que este também pôde ser um contexto favorável para a entrada da preposição *para* em ambientes de dativos *meta/alvo* no PB-afro, em concorrente com a preposição *a*.

Nessa seção, apresentei as diversas possibilidades de papel semântico relacionado às preposições no PB e PE. No entanto, apenas o contexto discutido na seção 2.1.1 será considerado nesta tese. A descrição dos demais contextos tem o propósito de apresentar os diferentes usos dessas preposições e, hipoteticamente, considerar que as diferentes configurações que envolvem a ocorrência das preposições *a* e *para* teriam servido como gatilho para aquisição da preposição *para* como introdutora de dativos *alvo/meta*, que, no PE, em relação de transferência direta, somente é possível com *a*. Em outras palavras, a hipótese é que,

considerando a história do PB em relação ao contato entre línguas ocorrido no período colonial do Brasil, principalmente na Bahia, a presença das línguas africanas teria deixado marcas linguísticas no que se refere ao uso das preposições introdutoras de dativos, com a redução drástica do uso da preposição *a* e o aumento da preposição *para*.

Não apenas os contextos em torno dos DLP teriam promovido a entrada de *para* como preposição funcional introdutora de dativo *alvo/meta*, de terceira pessoa, mas também o fato de haver perda de expressão morfológica de dativo em construções dativas, marca evidente para o processo de aquisição da linguagem, durante a formação do PB-afro. Como consequência dessa perda da marca morfológica de dativo, a estrutura dos ditransitivos no PB-afro é reflexo da influência das línguas africanas. Na próxima seção, discorro sobre as diferentes propostas de estrutura argumental dos verbos que pedem dois argumentos, desde a concha larsoniana de Larson (1988) e projeção aplicativa de Pylkkanen (2002; 2012), as quais são relevantes para a presente análise.

## 2.2 A ESTRUTURA ARGUMENTAL DOS DITRANSITIVOS

Nesta tese, conforme apresentei na seção 2.1, delimito como objeto de estudo a realização da preposição *a* e *para* como introdutoras de dativo cujo papel temático é o de *alvo/meta*, e apresentei outros contextos linguísticos em que as preposições *a* e *para* ocorrem como variantes, como os dativos *beneficiário* e *fonte*. Nesta seção, tenho por objetivos:

- i) revisar alguns dos principais referenciais acerca do modelo de estrutura argumental (LARSON, 1988; CHOSMKY, 1981; 1995; PESETSKY, 1995; HALE; KEYSER, 1993) nos quais as novas abordagens teóricas têm tomado por base para novas análises, tendo em vista a noção de c-comando assimétrico (BARSS; LASNIK, 1986);
- ii) demonstrar que a formação das estruturas ditransitivas no PB, e PB-afro, que ocorrem com as preposições *a* e *para*, tiveram como base o PE, língua-alvo que, segundo Torres Morais (2007), exibe alternância dativa, sendo uma das construções formadas através de núcleo aplicativo (MARANTZ, 1993; PYLKKÄNEN, 2002; 2008);
- iii) apresentar alguns testes de assimetria (BARSS; LASNIK, 1986; KAYNE, 1994) e no PB (ARMELIN, 2011; RAMOS; SALLES, 2017), a fim de evidenciar o comportamento sintático mais/menos restrito das construções

dativas na variedade brasileira, buscando respaldar a minha proposta de que a inserção da preposição *para* nos contextos de dativos *alvo/meta*, observada no PB-afro;

- iv) por fim, partindo desse quadro teórico, busco apresentar hipóteses para a análise de que a entrada da preposição *para* em detrimento da preposição *a* no PB-afro/PB é resultado de uma competição entre gramáticas, terminando na fixação do parâmetro não marcado (ROBERTS, 2007) das construções ditransitivas preposicionadas, no período do contato entre a língua alvo portuguesa e as de substrato africano, além disso procuro justificar o fato de que no PB-afro há uma alternância na estrutura argumental desses verbos, a qual está relacionada com a presença ou ausência das preposições em análise.

O fenômeno da alternância dativa em contextos de verbos que requerem dativo *alvo/meta*, *fonte* e *beneficiário* tem sido investigado por muitos estudiosos, principalmente nos últimos trinta anos, com base no arcabouço teórico da gramática gerativa (KAYNE, 1984; BAKER, 1988; LARSON, 1988; HALE; KEYSER, 1996; MARANTZ, 1993; PESETSKY, 1995; DEMONTE, 1995; ANAGNOSTOPOULOU, 2003; CUERVO, 2003; TORRES MORAIS, 2007; LEVIN; RAPPAPORT HOVAV, 2008; BRITO, 2015). A discussão inicialmente gira em torno de um modelo de estrutura sintática que possibilite um licenciamento de dois argumentos internos ao VP, sem ferir os princípios universais da gramática no que se refere às relações hierárquicas (BAKER, 1988; LARSON, 1988), e na percepção de que a relação entre os dois objetos dos verbos ditransitivos está sempre em condição de c-comando assimétrico, gerando em algumas línguas uma série de restrições sintáticas (BARSS; LASNIK, 1986), como no inglês, e em outras não, como no japonês, em que as funções sintáticas são atribuídas aos argumentos verbais de maneira aleatória na sintaxe (CHOMSKY, 1981 [1988]).

Para dar início às delimitações da estrutura argumental observadas no PB, é necessário apresentar sumariamente algumas noções que servem de base teórica para a presente tese em relação ao olhar sobre objeto de estudo: as preposições dativas. É consensual que nas línguas, basicamente, há verbos ditransitivos que se apresentam em estruturas sintáticas com três argumentos participantes, tradicionalmente conhecidos por sujeito (SUJ), objeto direto (OD) e objeto indireto (*dativo*), sendo o último o complemento dativo. Nessas construções, o OD é geralmente realizado por um DP que recebe caso acusativo, atua como tema e possui traço geralmente inanimado; o objeto indireto, por sua vez, recebe caso dativo, atua como *alvo/meta* ou *fonte* e possui traço geralmente animado. As construções nessa configuração sintática

envolvem dois tipos de ordem sintática dos argumentos: V DAT OD, conforme (18), e V OD DAT, conforme (19).

(18) *John sent a letter to Mary* (INGLÊS)

SUJ V OD OI.dat

‘John enviou uma carta para/à Mary’

(LARSON, 1988, p. 335)

(19) *John sent Mary a letter* (INGLÊS)

SUJ V dat OD

‘John enviou Mary uma carta’

(LARSON, 1988, p. 335)

A construção em (18) é comumente classificada como *Construção ditransitiva preposicionada* (CDP), e em (19) como *Construção de Objeto Duplo* (COD). É consensual na literatura que, em algumas línguas, ambas as estruturas devem compor um fenômeno conhecido por *alternância dativa* (*dative alternation* ou *dative shift*, no inglês) (LARSON, 1988).

Na seção a seguir, demonstro como se dão as relações sintáticas na estrutura argumental dos verbos ditransitivos que envolvem o dativo e as preposições *a* e *para*.

### 2.2.1 (As)simetria nas construções dativas

A relação assimétrica dos objetos é responsável pela ordem linear dos constituintes internos ao V e, por conseguinte, pelas consequências sintáticas decorrentes da posição em que cada um desses constituintes ocupa na estrutura argumental, como: a forma de marcação de caso e de papel temático. Antes de seguir adiante, é importante ter em mente os fatos teóricos nos quais pauta-se a presente proposta:

- i) a visão de Keyne (1995) de que as línguas se organizam de forma assimétrica e a ordem linear básica universal possui a configuração [especificador; núcleo; complemento];
- ii) a rigidez das relações sintáticas, conforme Chomsky (1981 [1988]), para o japonês, e Bresnan e Moshi (1990), para Kichaga;
- iii) a noção de que a relação assimétrica entre os dois objetos dos verbos ditransitivos posicionados hierarquicamente um acima do outro (LARSON,

1988; BARSS; LASNIK, 1986) faz parte da configuração universal das línguas, diferenciando-se na manifestação dos traços formais, se sintáticos ou morfológicos ou ainda morfossintáticos.

Sobre i), Kayne (1994) afirma que a ordem linear dos constituintes, sejam quais forem, ser sempre determinada pela relação de c-comando assimétrico nas línguas, Kayne (1994) afirma que, se há duas ordens lineares, há duas estruturas argumentais distintas, de modo que uma não pode ser derivada da outra por um processo transformacional. Considerando essa premissa, o autor defende que os dois tipos de estrutura argumental de verbos ditransitivos dativos observados nas línguas, isto é, aquelas cujos argumentos internos possuem uma *relação de c-comando assimétrico* (COD; CDP), são distintas sintaticamente, não apenas em sua forma fonética.

Sobre ii), Chomsky (1981 [1988]) demonstra que há línguas que dispensam a condição de adjacência devido à presença da morfologia de caso sintático, evidenciando que em tais línguas há um parâmetro de ordem (livre ou rígida), não configuracional ou configuracional, em que as funções sintáticas são atribuídas de forma aleatória. A análise das construções dativas ditransitivas nas línguas bantas assimétricas, que preveem alternância dativa, e simétricas, que ocorrem apenas com um núcleo aplicativo opcional e sem alternância, corroboram essa proposta de Chomsky, conforme demonstram Baker (1988), Bresnan e Moshi (1990), Marantz (1993), e Pylkkänen (2002), haja vista que línguas simétricas não possuem uma ordem rígida no que tange aos dois objetos internos a V, desde que o objeto mais distante de V apresente um elemento morfológico marcador de caso, já em línguas assimétricas, a posição mais proeminente do dativo é aquela adjungida a V, inserido na estrutura por meio de um núcleo aplicativo (PYLKKANEN, 2002; 2008). Tomando por base este raciocínio, busco compreender a intervenção da gramática das línguas bantas no que concerne à queda da construção applicativa no tocante ao dativo de terceira pessoa no PB e PB-afro. A hipótese inicial é que, quanto ao dativo de terceira pessoa, preposicionado por *a* e *para*, seria parte de uma configuração não applicativa por falta de evidências linguísticas suficientes no momento da aquisição do português como segunda língua.

Para tanto, a fim de descrever o item iii), apresento a seguir as restrições de c-comando assimétrico, estabelecidas primeiramente por Barss e Lasnik (1986). Os testes de assimetria dos autores serão também considerados no PB geral e em algumas línguas bantas, considerando Baker (1988), Bresnan e Moshi (1990), Armelin (2011) e Ramos e Salles (2017).

Com a finalidade de construir uma proposta em torno do contato entre línguas, discuto a respeito do comportamento das construções dativas, em vistas a observar se a variedade do PB-afro integra o grupo de línguas românicas que apresenta construção applicativa, tal como no PE e espanhol (TORRES MORAIS, 2007; CUERVO, 2003). Para isso, conduzo a discussão a partir dos testes já aplicados no PB por Armelin (2011) e Ramos e Salles (2017), com base nos testes de Barss e Lasnik (1986), como se observa a seguir.

### 2.2.1.1 Testes de c-comando assimétrico

Levando em conta as condições A e B da Teoria de vinculação, as quais preservam que as anáforas devem vincular-se ao seu referente dentro da sua categoria regente e os pronomes devem estar livres, Barss e Lasnik (1986) demonstram que, por exemplo, a estrutura tripartida<sup>15</sup> não dá conta das relações hierárquicas de c-comando assimétrico entre os dois argumentos internos do verbo em mesmo domínio. Assim, para os autores, o OD está sob o domínio do DP dativo, haja vista que no inglês, conforme é demonstrado em (20) e (21) a seguir, o segundo objeto pode se ligar ao primeiro, mas não vice-versa. Marantz (1993) diz que tais relações assimétricas se observam não somente em estruturas em que há a presença de dois objetos acusativos (como no inglês) como também nas relações dos objetos acusativo e dativo. Os exemplos envolvem as relações argumentais de anáfora, pronomes e expressões referenciais, conforme se verifica em (20), (21) e (22).

- (20) a. *I showed {John} **himself** (in the mirror)*  
 b. *\*I showed **himself** John (in the mirror)*

- (21) a. *I showed the professors **each other's** students.*  
 b. *\*I showed **each other's** students the professors.*

- (22) a. *I gave **each man the other's** watch.*  
 b. *\*I gave **the other's** trainer **each** lion.*

(BARSS; LASNIK, 1986, p. 347-350)

---

<sup>15</sup> Vd. BAKER, 1988.

Os exemplos (20-22) atestam que é possível a realização de OD na forma de *pronominais reflexivos*, além disso exibem uma restrição quanto à ordem linear: V DAT OD. Os autores explicam que os exemplos em (20a), (21a) e (22a) satisfazem a condição A do princípio de ligação, além de as condições B e C não serem violadas, evidenciando a ligação existente entre os complementos internos ao VP, haja vista que as expressões anafóricas *himself*, *each other* e *each... the other* necessitam estabelecer ligação apenas com expressões em um mesmo domínio sintático, isto é, em sua categoria de regência. Dessa forma, a expressão anafórica não pode estar à esquerda da sentença, isto é, em posição mais alta na estrutura sintática, pois, caso contrário, o resultado é a agramaticalidade observada em (20b), (21b) e (22b), porque termina por violar a condição A. Em (22), com a construção *each...other*, os autores sugerem que o DP com “*each*” é o que deve possuir o outro DP com “*the other*” em seu domínio de vinculação.

Outro teste de escopo de Barss e Lasnik (1986) refere-se ao uso de possessivos (23). Segundo eles, há uma extensão desse domínio sintático no caso de seu referente estiver em um quantificador, de modo que a anáfora também pode ocorrer mesmo que não haja c-comando.

- (23) a. *I denied each worker his paycheck.*  
 b. *I denied its owner each paycheck.*

Em (23), os autores demonstram que, para que um pronome seja relacionado a um DP quantificado como uma variável, aquele deve estar no domínio estrutural deste na estrutura superficial, resultando em uma assimetria consistente. O pronome possessivo “*his*” pode ser vinculado a uma variável em (23a), já o pronome “*its*” não pode ser vinculado em (23b), conforme os autores. Em outras palavras: pode haver um pronominal possessivo no OD, porém não o inverso.

Por fim, ao aplicar o teste de *Movimento WH e cruzamento fraco*, Barss e Lasnik (1986), conforme (24), testam o vínculo entre os DPs internos ao VP em COD por meio da operação de movimento de WH, de modo que (24b) é agramatical, porque o elemento “*which paycheck*”, com função gramatical OD, ao se mover não pode ser vinculado a uma variável, diferentemente de (24a) em que a assimetria ainda é possível<sup>16</sup>.

<sup>16</sup> Outros testes foram elaborados pelos autores, tais como: Superioridade, conforme (a) e Polaridade com o uso de *any*, conforme (b).

(a) 1. *Who did you give a book?*

2. *Which book did you give John?*

(BARSS; LASNIK, 1986, p. 348)

(24) a. *Which worker<sub>i</sub> did you deny his<sub>i</sub> paycheck?*

b. \**Which paycheck<sub>i</sub> did you deny it<sub>i</sub>s owner?*

(BARSS; LASNIK, 1986, p. 347)

Tendo em vista a noção de c-comando assimétrico, a seguir, apresento as principais propostas para a estrutura argumental dos verbos ditransitivos nas línguas.

### 2.2.2 Análises prévias sobre as construções ditransitivas

É relevante para esta pesquisa a retomada da proposta defendida por Larson (1988) a respeito da derivação da estrutura de verbos com dois argumentos internos, tendo em vista a sua posição contrária à proposta de uma representação ternária<sup>17</sup>, em que os dois objetos seriam irmãos de V (CHOMSKY, 1981 [1988]),<sup>18</sup> não atende aos requisitos sintáticos dos ditransitivos por razões de assimetria e de hierarquia, comprometendo operações como o *merge*, por exemplo, já que se trata de uma operação binária. Da mesma forma, a proposta de recursividade do nível intermediário poderia provocar ambiguidade sintática, já que essa seria uma estrutura para adjuntos, não para argumentos. Tendo em vista essa problemática, ao observar as restrições de assimetria sintática (BARSS; LASNIK, 1986), Larson nota que apenas em estruturas binárias é possível estabelecer a relação de c-comando assimétrico. Desse modo, a fim de postular acerca do licenciamento dos dois objetos internos ao núcleo verbal, Larson (1988) propõe a estrutura de VP *shell* ou concha larsoniana, em que há dois núcleos atribuidores de

---

Os autores apresentam os exemplos, a fim de evidenciar que ambos os DPs, separadamente, podem se mover para posição WH, atendendo à condição de superioridade. Tal princípio, conforme mencionam Barss e Lasnik (1986), é também assegurado pelo *Princípio da Categoria Vazia* (ECP) (CHOMSKY, 1981).

(b) 1. *I gave no one anything.*

2. \**I gave anyone nothing.*

(BARSS; LASNIK, 1986, p. 348)

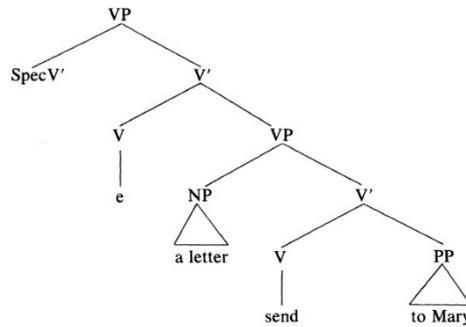
Em (b), o teste feito pelos autores envolve a polaridade da negação no inglês, que, segundo os quais, abrangem questões de escopo sintático. Assim, o dativo negado permite a ocorrência da polaridade negativa no DP tema. O inverso é agramatical.

<sup>17</sup>Larson (1988, p. 388) diz que, nesse tipo de estrutura, os dois complementos internos e o sujeito situarem-se em um mesmo nível hierárquico, e, por não haver uma hierarquia sintática, os argumentos se c-comandam simetricamente, de modo a impossibilitar a relação anafórica entre os objetos internos ao VP, conforme propõem Barss e Lasnik (1986).

<sup>18</sup>Chomsky (1981 [1988], p. 171) chama a atenção para o fato de que o DP que atua como OD apresenta o mesmo papel temático nas duas ordens lineares. Em consequência disso, o autor comenta que a atribuição de caso não está atrelada à de papel temático, sendo dois processos sintáticos distintos.

caso estrutural, por meio de um desdobramento de VP<sup>19</sup>, mantendo a relação binária, conforme representação em (25).

(25)



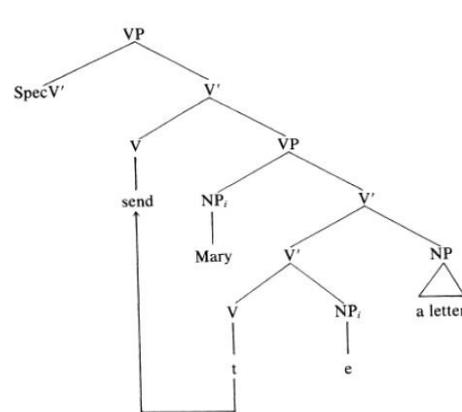
(LARSON, 1988, p. 342)

Pautando-se também na proposta de Larson (1988), Anagnostopoulou (2003), a relação intrínseca entre estatuto categorial (se PP ou se DP) dos complementos dativos e a posição sintática que ocupam na hierarquia da estrutura é uma configuração padrão nas línguas humanas. Sobre a representação arbórea em (25), de acordo com Larson, trata-se de uma CDP, com um PP na posição de complemento de VP e o OD em seu especificador, de forma a comandar assimetricamente o dativo, a partir de uma posição hierarquicamente mais alta. Essa representação desenhada pelo autor em (25) busca uma conformidade com os pressupostos de Chomsky (1981 [1988]) de que o dativo é o complemento mais interno no VP, em relação de irmandade com o núcleo V, e a presença de dois constituintes verbais. Na proposta de Larson (1988), o VP mais alto é constituído por um núcleo V vazio e outro VP como complemento, e o VP mais baixo possui em seu especificador um objeto acusativo e em seu complemento um PP dativo. Além do mais, a proposta da concha larsoniana leva em consideração a *hipótese do complemento único*, que determina que XP possua apenas um sujeito em seu especificador e um complemento para cada núcleo X<sub>0</sub>, em uma relação binária e hierarquia sintática em que especificadores e complementos não estão distribuídos de forma aleatória (CHOMSKY, 1955 *apud* LARSON, 1988), no intuito de garantir a relação assimétrica e a relação hierárquica entre o dativo e o OD na estrutura argumental das construções ditransitivas.

<sup>19</sup> A proposta de VP-shell de Larson (1988) surge como uma das primeiras explicações quanto ao licenciamento sintático dos objetos internos das construções dativas, e como norteadora de muitas análises teóricas no tocante à estrutura argumental das construções dativas (PESETSKY, 1995; CHOMSKY, 1995 [2015]; MARANTZ, 1993; HALE; KEYSER, 1993, ANAGNOSTOPOULOU, 2003).

Tomando como ponto de partida a ideia de que verbos em estruturas passivas possuem a propriedade de absorver o caso sintático (CHOMSKY, 1981), Larson explica que a alternância dativa surge a partir da CDP para derivar uma COD, conforme (26).

(26)



Em um processo de derivação transformacional semelhante ao que ocorre com a estrutura passiva, a COD é gerada da seguinte forma: o núcleo V mais baixo absorve a propriedade de caso, forçando um movimento do DP mais interno para a posição de especificador do VP mais encaixado, depois se movimenta para a posição de núcleo V mais alta e atribui caso estrutural ao DP imediatamente à sua direita, obedecendo à condição de adjacência. Segundo Chomsky, as operações de *move* somente são possíveis devido ao fato de que o núcleo V é regido por IP, que toma V como “hospedeiro” para atribuir caso ao DP dativo. Na posição de adjunto de V', DP que atua como *tema* recebe caso inerente de V, por meio das propriedades formais do núcleo do DP, através de *incorporação* (BAKER, 1988).

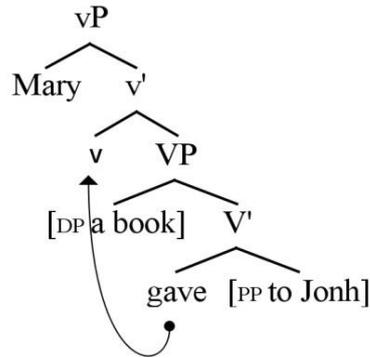
A proposta do VP *shell* é retomada pelo Programa Minimalista (PM), conforme Chomsky (1995 [2015])<sup>20</sup>, assumindo-se que o VP mais alto não possui um núcleo V vazio, mas, em vez disso, por um verbo leve  $v^{21}$ , foneticamente nulo, e com um traço V, a fim de permitir o movimento do verbo lexical proveniente da posição de núcleo do VP mais baixo para o núcleo  $v$ , conforme (27). O verbo leve proposto pelo autor somente possui interpretação a

<sup>20</sup> A análise de Chomsky (1995 [2015]) considera o redobro do VP, porém desconsidera a existência das transformações ou da estrutura profunda (D), já que a nova fase da teoria gerativista assume que a atribuição de papéis temáticos e caso se dão a partir de uma única derivação.

<sup>21</sup> Lê-se “vêzinho”.

partir da relação com o seu complemento, semelhante a um predicado complexo, como os verbos seriais em algumas línguas.<sup>22</sup>

(27)



Chomsky (1995 [2015]) propõe que os processos sintáticos de *move*, *merge* e *checagem de traços* sejam verificados em um único nível estrutural, de modo que a derivação de (27) se dá por meio de um *merge* entre o núcleo V “*gave*” e o núcleo *v*, na concha mais alta, resultando em uma estrutura em que os argumentos internos estão no domínio de  $vP$ <sup>23</sup>. Sobre o papel temático dos argumentos nessa fase da teoria, o autor assume que “*the external role is a property of the v – VP configuration*” (CHOSMKY, 1995 [2015], p. 290).

A proposta do *VP-shell* por Larson (1988) conduziu a pesquisa sobre as construções ditransitivas sob um novo olhar, na medida em que, a partir dessas duas publicações, diversos autores buscaram testar a concha larsoniana e sua abrangência teórica quanto aos princípios linguísticos da teoria, de maneira a possuir uma posição sintática que permita a relação de *c-comando* assimétrico entre os objetos internos do verbo (BARSS; LASNIK, 1986), conforme demonstro a seguir, aos fatos empíricos nas línguas humanas.

Estudos posteriores sobre as línguas que possuem uma marca morfológica que licencia construções que envolvem dois argumentos, permitindo uma leitura de *transferência de posse*, propõem uma nova estrutura em que os dois argumentos internos compõem os nós terminais

<sup>22</sup>Agbedor (1994) demonstra que, em geral, os verbos seriais constituem-se em uma sequência de dois ou mais verbos que atuam como um predicado singular; em um único evento, de maneira que o primeiro evento é um verbo leve foneticamente expresso. Essas construções são comumente observadas nas línguas crioulas, como, por exemplo, no sudeste da Ásia, Amazônia, Oceania e Nova Guiné (AIKHENVALD, 2006) e ainda nas línguas Kwa do oeste africano, nas línguas caribenhas (AGBEDOR, 1994).

<sup>23</sup>Da mesma forma que Larson (1988), Chomsky (1995 [2005]) admite que os argumentos internos ocupam a posição de especificador e núcleo de V, no entanto restringe a posição do argumento externo na posição de especificador de *v*, nunca abaixo desse nível sintático.

de uma projeção denominada aplicativa. É a partir dessa abordagem que a ramificação binária passa a ser atribuída na teoria gerativista como estrutura comum às projeções léxico-funcionais, inclusive, na representação sintática proposta por Pylkkänen (2002; 2008) para a existência de núcleos aplicativos introdutores de argumento, conforme seção 2.2.3, a seguir.

### 2.2.3 A teoria dos núcleos aplicativos

A fim de dar conta das relações sintático-semânticas entre os dois objetos em uma COD Algumas abordagens renunciaram a presença de um núcleo introdutor de argumento no decorrer dos últimos anos.

Em um primeiro momento, surgem duas propostas que sugerem um núcleo vazio como introdutor de dativo: para Kayne (1984), considerando a noção de núcleo vazio como licenciador de argumentos, há uma expressão de uma preposição nula em COD (SALLES, 1997), e a sua contraparte, a CDP, diferencia-se quanto à ordem superficial e realização fonológica da preposição. Essa proposta teria se ampliado, quando Pesetsky (1995) sugere um núcleo preposicional denominado de G em COD, o qual se move para a posição de núcleo V, concatenando-se a este, enquanto na CDP, na versão da preposição realizada fonologicamente, não há movimento do núcleo preposicional. Conforme esse autor, as duas construções alternantes são distintas, devido ao modo como são selecionados: quando o dativo é selecionado por um núcleo de PP, a interpretação semântica recebe contribuição da preposição *to* e se dá de maneira mais ampla, de modo que pode selecionar diferentes tipos semânticos de dativos ([-animado] ou [abstrato]), porém, quando é o núcleo preposicional G, a interpretação é restrita à semântica do DP *meta* por sua relação direta com o seu núcleo atribuidor temático, V.

Uma terceira proposta surge a partir de Harley (2002), que assume, assim como os demais autores, um núcleo preposicional nulo em COD para dar conta do DP *meta* adjacente ao verbo, denomina-o de P<sub>have</sub>, tratando os verbos dessas construções como causativos que tomam como complemento uma espécie de predicado complexo: Suj. CAUSE [Dat. HAVE Theme]. Além disso, a autora postula que as línguas que não possuem o verbo como *have* não apresentam a relação de c-comando de posse nem apresentam sentenças em COD.

Similarmente às duas primeiras abordagens (KAYNE, 1984; SALLES, 1997; PESETSKY, 1995), Pylkkänen (2002; 2008) defende que, em verbos de transferência, a COD

no inglês pode ser projetada por meio de um *AppIP*, com núcleo aplicativo baixo<sup>24</sup>. No entanto, quanto à abordagem de Harley (2002), Pylkkänen argumenta que essa causação funciona apenas com verbos do tipo *give*, não de maneira ampla, já que outros verbos não apresentam, como os causativos, uma causação implicada (como no verbo “quebrar” que implica “algo que se quebre”).

Buscando compreender como se dá o licenciamento sintático-semântico dos objetos internos ao predicador, sobretudo do dativo, e tendo concordado com: a) a existência de núcleo introdutor de argumentos conforme Pesetsky (1995); b) a noção de núcleo funcional introdutor de argumento externo (*Voice*) de Kratzer (1996)<sup>25</sup>; c) as suposições de em Marantz (1993; 1997) sobre os aplicativos nas línguas bantas (capítulo 6), Pylkkänen (2002) postula que os argumentos não nucleares podem ser introduzidos na estrutura argumental de alguns verbos por meio de núcleos aplicativos que os licenciam nas construções ditransitivas dativas, em vez do desdobramento de VP assumido na teoria até então. Ademais, é importante salientar que, ao expandir a noção de aplicativos para os demais contextos verbais, a proposta de Pylkkänen (2002; 2008) termina por contribuir para o estudo do dativo, porque adota o aplicativo como parte do inventário das categorias funcionais disponíveis na Gramática Universal, no modelo da Morfologia Distribuída. Essa noção da autora demonstra que a presença ou ausência configura-se em um parâmetro linguístico nas línguas. Dessa forma, a proposta da autora torna-se basilar para o que pretendo defender na presente tese.

De acordo com a Pylkkänen, as línguas contam com um conjunto de verbos que requerem a presença de um segundo objeto interno adicional à sua estrutura argumental. Tanto no inglês (28) quanto em Chaga (29), língua banta da família niger-congo do grupo E, (Classificação de Guthrie), falada no norte da Tazania, Pylkkänen (2002) mostra que o complemento dativo é aplicado à estrutura argumental da COD. No entanto, apesar de semanticamente similares, a forma como o dativo é aplicado na estrutura distingue-se nas línguas, podendo ser aplicado apenas em estruturas que preveem aplicativo (COD), sofrer alternância dativa com e sem núcleo aplicativo (respectivamente COD e CDP), ou apenas ocorrer em estruturas ditransitivas cujo dativo é regido por preposição (CDP).

Na língua banta Chaga, o dativo é aplicado por meio de um núcleo funcional aplicativo, em qualquer evento descrito no verbo, não apenas em construções ditransitivas, como, por

---

<sup>24</sup> No entanto, contrariamente, a autora postula significados distintos para aplicativos baixos, conforme apresento adiante.

<sup>25</sup> Kratzer (1996) postula que o núcleo *Voice* introduz argumento externo do tipo agentivo, a fim de relacionar este com o evento descrito pelo verbo.

exemplo, estruturas inergativas. Na língua inglesa, não se constata a presença do núcleo aplicativo em outras construções senão a COD, com a estrita função de estabelecer a relação de posse entre o dativo e o DP *tema*, isto é, não há possibilidade de realização do aplicativo em construções inergativas, como na língua banta. A possibilidade (ou não) de haver um dativo aplicado em construções inergativas diz respeito ao tipo de língua: se simétrica, observa-se a existência de aplicativos altos, e, por isso, é possível em construções com eventos variados; se assimétrica, as possibilidades são inversas (BAKER, 1988; MARANTZ, 1993; PYLKKANEN, 2002; 2008).

- (28) a. Elmer baked Hortense a cake  
 b. \*Elmer baked a cake Hortense

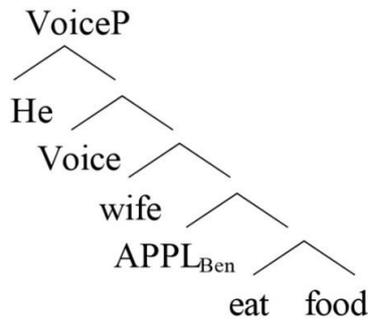
(MARANTZ, 1993, p. 121)

(29)

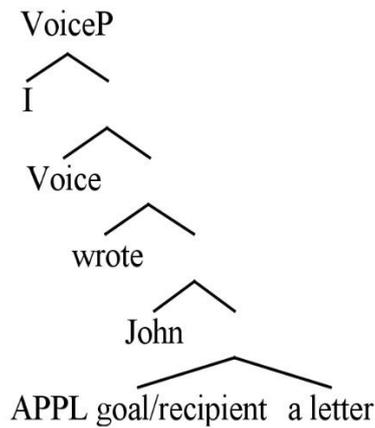
- a. N-a-i-lyi-i-a                      m-ka k-elya.  
 FOC-SP-prs-eat-APPL-fv wife food  
 'He is eating food for his wife.'
- b. \*N-a-i-lyi-i-a                      k-elya m-ka.  
 FOC-SP-prs-eat-APPL-fv food wife
- c. N-a-l<sup>h</sup>e-rong-i-a                      ki-tima ku-zrende.  
 FOC-SP-pst-carve-APPL-fv chair leg  
 'He carved a leg for the chair.'

(BRESNAN; MOSHI, 1990, p. 147)

A autora conceitua o aplicativo como um núcleo sintático cuja função é a de adicionar um novo argumento ao predicador verbal, ora estabelecendo a relação de posse entre os dois objetos, ora relacionando o evento descrito pelo núcleo verbal ao novo argumento sintático. A abordagem da autora respeita, inclusive, os requisitos de ligação de anafóricos e escopo evidenciados nas construções dativas por Barss e Lasnik (1986). Conforme Pylkkänen (2002; 2008) descreve, são dois principais tipos de aplicativos: *aplicativo alto* (cf. 30) e *aplicativo baixo* (cf. 31).

(30) **APLICATIVO ALTO**

Na representação em (30), há uma relação entre argumento aplicado e o evento descrito pelo verbo. O *aplicativo alto* está acima do *vP* e, conseqüentemente, é *c-comandado* assimetricamente pelo  $DP_{nom}$  (sujeito) no especificador de *VoiceP* (KRATZER, 1996) e são interpretados de acordo com o tipo de aplicativo alto, como ocorre em Chaga, segundo Pylkkanen, podendo ser *beneficiário*, *instrumental*, *malefeciário*, etc. do evento, a depender da seleção semântica da língua. No PB, observa-se a inserção de dativo adjunto por meio de uma preposição lexical PP em estruturas desse tipo.

(31) **APLICATIVO BAIXO**

(PYLKKÄNEN, 2008, p. 14, 19)

Na representação em (31), o *AppIP* é complemento do VP e seu núcleo *Appl* toma um OD como seu complemento e o relaciona ao DP dativo em seu especificador, estabelecendo uma relação de posse e de transferência dinâmica entre os dois DPs envolvidos. A estrutura em

(31) é a representação sintática de como o *aplicativo baixo* estabelece a relação entre dois objetos do núcleo V.

De acordo com a autora, diferente dos aplicativos altos, os aplicativos baixos estão sujeitos a uma série de restrições de c-comando e, por isso, não podem ocorrer com verbos inergativos em línguas assimétricas como o inglês. Além disso, esses aplicativos ocorrem de duas formas distintas: i) *aplicativo baixo recipiente* (ou *alvo/meta /recipiente*) (Low-AppI-TO), no sentido de “para posse de”, como no exemplo em inglês (32); ii) *aplicativo baixo-fonte* (Low-AppI-FROM), no sentido de “de posse de”, conforme o exemplo do Coreano em (33).

(32) **DOC - Inglês**

*I wrote* [APPL Recipiente **John**] *a letter*  
 “Eu escrevi uma carta para John”<sup>26</sup>

(33) **DOC - Coreano**

*Totuk-i* [APPL fonte **Mary- hanthey**] *panci-lul humchi-ess-ta*  
*thief-NOM Mary-DAT ring-OD steal-PAST-PLAIN*  
 Lit. ‘*The thief stole Mary a ring*’  
 “O ladrão roubou o anel de Mary”

(PYLKKÄNEN, 2002, p. 19, 21, grifo nosso)

Há nas sentenças em (32) e (33) tipos semânticos diferentes de aplicativo. No exemplo do inglês (32) de Pylkkänen (2002; 2008), a COD ocorre com o complemento dativo cujo papel temático é o de *recipiente/alvo/meta*, como aqueles apresentados na seção 2.1.1, e a sentença em questão possui interpretação de “Eu escrevi uma carta e a carta passou a ser de posse de John”. Já o exemplo do coreano em (cf. 33), também da autora, a COD tem interpretação de “O ladrão roubou o anel e este saiu da posse de Mary”, com complemento dativo, dessa vez, com papel temático de *fonte*, como aqueles apresentados na seção 2.1.4. Como se pode notar, o significado do argumento dativo nos exemplos dados depende do tipo de núcleo aplicativo que o introduz, isto é, a estrutura na qual está inserido é que determina sua significação.

---

<sup>26</sup> A ambiguidade estrutural observada nessa frase, envolvendo o sentido de “em favor de John” e de “tendo como destinatário John”, refere-se ao tipo de aplicativo, sendo o primeiro aplicado ao evento, por meio de um aplicativo alto, e o segundo para estabelecer relação de transferência de posse, por meio de um aplicativo baixo (PYLKKANEN, 2002).

Pylkkänen (2002; 2008) afirma que, de um lado, as estruturas que apresentam aplicativo alto são similares àquelas que apresentam aplicativo baixo, na medida em que os DPs aplicados em ambas as estruturas assimetricamente c-comandam o OD, nos termos de Barss e Lanisk (1986) e Marantz (1993). No entanto, diferem-se na medida em que o aplicativo alto é meramente introdutor de um novo participante não nuclear ao evento descrito pelo verbo e pode aparecer em diferentes contextos verbais nas línguas, enquanto o aplicativo baixo somente introduz argumentos que estão em relação semântica de transferência de posse em COD. Levando em conta essa premissa, a proposta de Pylkkänen é importante para a delimitação do contexto sintático-semântico do presente objeto de estudo, uma vez que determina qual o conjunto de verbos permite a inserção de um novo objeto argumental aplicado, a fim de estabelecer a relação de transferência com o OD. Com isso, busco descrever as construções dativas que reclamam a presença de *a* e *para* no PB, no âmbito da Gramática gerativa, a partir da proposta de núcleos aplicativos como introdutor de argumentos (PYLKKANËN, 2002; 2008), revisando por vezes estudos anteriores sobre o fenômeno na literatura formal existente.

Por muito tempo, acreditou-se que as línguas românicas não faziam parte do grupo de línguas que exibem alternância dativa. No entanto, os estudos mais recentes vêm demonstrando justamente ao contrário (CUERVO, 2003; TORRES MORAIS, 2007; TORRES MORAIS; SALLES, 2007; ARMELIN, 201). No que diz respeito à variedade brasileira do português, Gomes (1999) demonstra a possibilidade da existência da alternância dativa, chamando a atenção para o fato de que seus dados dativos sem preposição, acrescento os dados de Scher (1996), contraíam a afirmação de Larson (1988, p. 379) de que

A alternância dativa não está disponível nas Línguas românicas. Para responder a esta pergunta, vou recorrer a uma proposta de Kayne (1981) sobre por que o processo de *stranding* da preposição é possível em inglês, mas proibido em muitas outras línguas, incluindo as línguas românicas, como o francês e o espanhol. Kayne sugere que a propriedade básica do inglês que permite o *stranding* da preposição é que suas preposições atribuem caso Objeto. Isso permite que as preposições em inglês sejam reanalisadas tematicamente com o verbo quando um objeto preposicional é extraído, o que, por sua vez, permite que o traço do último seja licenciado sob o Princípio da Categoria Vazia (ECP). Em línguas como o francês e o espanhol, em que as preposições atribuem o caso oblíquo, a reanálise é bloqueada devido ao conflito de atribuição de caso entre V (atribuidor de caso objetivo) e P (um atributo de caso oblíquo). (LARSON, 1988, p. 379, tradução nossa).

Apesar da afirmação de Larson (1988) sobre a impossibilidade de alternância dativa em línguas românicas, Demonte (1995) assume que as estruturas com redobro do clítico no Espanhol consistem em uma estrutura de COD. Depois, Cuervo (2003) assume que a COD, ou redobro do clítico, no Espanhol trata-se de uma construção aplicativa, nos termos de Pylkkänen

(2002; 2008) para o inglês e para as línguas bantas. Seguindo esse mesmo raciocínio, o redobro do clítico em contexto contrastivo de verbos ditransitivos também é assumido por Torres Morais (2007) como uma evidência do núcleo aplicativo no PE.

Nas línguas românicas em geral, a ordem não marcada da estrutura argumental dos ditransitivos é V OD DAT (GONÇALVES, 2015), mas, na ordem informacional, a estrutura passa a ser V DAT OD, como ocorre em sentenças com clítico dativo no PE. Torres Morais (2007), guiando-se por Cuervo (2003) para o Espanhol (34a), assume que as construções de redobro do clítico (34b) são COD, ou construções aplicativos, nos termos de Pylkkänen (2002; 2008). No PB, conforme o exemplo da própria autora, há possibilidade de realização do clítico dativo, porém nunca o redobro do clítico (34c). Apesar de ocorrer ainda no PB culto, o clítico dativo de terceira pessoa praticamente está em desuso no PB.

- (34) a. Pablo **le** mandó um diccionario **a** Gabi. (Espanhol)  
 3rd.p.Nom. V.past det. OD prep. DAT  
 ‘Pablo enviou um dicionário a Gabi’

(CUERVO, 2003, p. 50)

- b. Pedi **-lhe** **a** ele que me enviasse os arquivos (PE)  
 V cl.3rd.sing.DAT a-pro.DAT [...] *‘I asked him that sent me the files’*

(TORRES MORAIS, 2007, p. 105)

- c. Eu **lhe/te/me** dei uma rosa. (PB)  
 1st.p. Nom. 3rd.Cli.DAT V.past det. OD  
 ‘I gave her/him a rose’

Como já apresentado na seção sobre as preposições, a contraparte CDP, é possível no PE e no PB, conforme (35), sendo que o *para* como introdutor de dativo *alvo/meta* é somente produtivo no PB, não no PE. Apesar disso, o *para* é uma preposição que ocorre em outros contextos verbais, como se viu na seção 2.1.

(35) a. O João enviou uma carta à Maria<sup>27</sup>. (PE)  
 3rd.p. Nom. V.past det. OD prep. DAT  
 ‘John sent a letter to Mary’

b. Eu dei uma rosa para a/prá/à menina bonita. (PB)  
 1st.p. Nom.V.past det. OD prep. DAT  
 ‘I gave a rose to the pretty girl’

(TORRES MORAIS, 2007, p. 52)

A proposta da Pylkkänen (2002; 2008), sobretudo para as línguas bantas e inglês, vem sendo seguida por diversos autores, como, por exemplo: Cuervo (2003), para o Espanhol, Torres Morais (2006), para o PE, Armelin (2011) para o PB, e Ramos e Salles (2017) para o PB dialetal, conforme discuto na seção a seguir.

Tendo em vista a noção de aplicativo nas línguas (PYLKKÄNEN, 2002; 2012), a hipótese é a de que, em relação às construções ditransitivas com dativo *alvo/meta* no vernáculo dos falantes do PB-Afro, tal como assumem Ramos e Salles (2017), as construções sem preposição (ou clíticas de primeira e segunda pessoas) refletem um padrão que contém aplicativo (COD), podendo exibir alternância com a CDP. Quanto aos dativos *alvo/meta* de terceira pessoa, a estrutura argumental no qual se insere ou é sempre uma CDP com dativo introduzido por *para*, ou sofre apagamento da preposição, sendo inserido por um núcleo aplicativo, devido ao efeito em cascata causado pelo contato do português com as línguas africanas no período da escravidão africana no Brasil, conforme desenvolvo no capítulo 6.

A fim de demonstrar o padrão europeu e do PB geral, estabelecendo a comparação com as línguas bantas, no capítulo 6 e com o resultado da análise dos dados do PB-afro, descrevo a seguir as propostas que fundamentam a pesquisa em torno desse objeto.

#### 2.2.4 O português europeu

Com referência ao PE, Torres Morais (2007) defende que, assim como no Espanhol (CUERVO, 2003), o fenômeno do redobro do clítico dativo consiste em uma COD. Para a autora, o PE exhibe o fenômeno da alternância dativa, verificada tradicionalmente apenas no inglês. Tendo em vista a análise de Pylkkänen (2002; 2008), a autora afirma que o clítico no

---

<sup>27</sup> Conforme apresentei na seção 2.1.2, a preposição *para* é possível com o verbo “enviar”, no entanto, quando não tem sentido direto, mas indireto.

PE seria licenciado por um núcleo aplicativo baixo, em posição de especificador da projeção aplicativa<sup>28</sup>, podendo alternar-se com qualquer *a*-DP lexical de maneira complementar no PE na mesma posição (TORRES MORAIS, 2007). Nessas construções, quando ocorre um *a*-DP em COD (36b), *a* é um marcador dativo, ou uma preposição *dummy*, posicionado *in situ* para marcar caso inerente (TORRES MORAIS, 2007; TORRES MORAIS; SALLES, 2007), e quando ocorre em CDP (36a), *a* é uma preposição que possui conteúdo semântico.

Para manter a sua argumentação, Torres Morais (2007) demonstra através dos exemplos em (36) que o redobro do clítico é uma evidência empírica da presença dos núcleos aplicativos no PE, haja vista que o dativo redobrado é sempre um pronome forte (a ele/ela), nunca um DP lexical (a Pedro / a Maria), com uma interpretação contrastiva.

- (36) a. O João deu-**lhe** um computador  
 b.\*O João deu **a ele** um computador  
 c. O João deu-**lhe** um computador **a ele** (não a...)

(TORRES MORAIS, 2007, p. 105)

Contrariamente, Brito (2015), em relação ao PE, e Pineda (2011), em relação ao espanhol e línguas românicas, discordam da proposta daquelas duas autoras e afirmam que o redobro do clítico nessas línguas não se configura uma alternância dativa, nos mesmos termos do inglês, haja vista que, no PE, os dativos aplicados são apenas aqueles que não possuem relação argumental com o verbo, isto é, os dativos não argumentais (BRITO, 2015), e, no espanhol, qualquer que seja a construção, cuja expressão denota “transferência de posse” pode ser considerada aplicativa (PINEDA, 2011). Para o presente estudo, assumo a proposta de Torres Morais (2007) para o PE, considerando que a variedade europeia é uma língua assimétrica e que exhibe a construção aplicativa (PYLKKANEN, 2002; 2008) nas propriedades da gramática dos seus falantes. Assumo também que dativos não argumentais no PB e PB-afro, diferentemente de Brito (2015) para o PE e Pineda (2011) para o Espanhol, não são aplicativos, mas um adjunto introduzido por um PP (CALINDRO, 2016).

Em acréscimo a essa discussão acerca da COD no PE e no espanhol, Gonçalves (2015) defende a não existência desse tipo de construção nessas línguas e argumenta que a única estratégia para a expressão do dativo possível é a CDP, refutando, inclusive a proposta de que

---

<sup>28</sup> Há uma sutil diferença da proposta da autora em relação ao que é postulado por Cuervo (2003), já que esta assume para o Espanhol que o clítico dativo de terceira pessoa *le/les* é a realização fonológica dos traços de concordância do dativo, posicionado no núcleo da projeção aplicativa.

o dativo é um DP aplicado. Seguindo a proposta tradicional de Larson (1988) de que, para derivar a ordem V DAT OD, o DP dativo localizado na posição de especificador do VP mais baixo deve ser alçado para a posição de complemento do VP mais alto, a autora sugere que, no caso do redobro do clítico no PE e espanhol, o clítico é especificador de DP e depois movido obrigatoriamente para o núcleo V (por sua natureza nuclear D<sub>0</sub>). Tratando-se da ordem não marcada da construção ditransitiva, Gonçalves (2015) afirma que há mais semelhança nas CDPs das línguas românicas em relação ao inglês do que a COD, dado que, conforme a autora, existem pelo menos dois tipos de CDPs: a primeira introduzida por um marcador de caso e a segunda introduzida por uma preposição direcional. Para ela, tanto o inglês quanto as línguas românicas possuem um grupo de verbos restritos que selecionam dativos argumentais que recebem caso sintático, a partir de um marcador. Contrário aos argumentos das autoras, assumo para esta tese a proposta de Torres Morais (2007) de que o PE é uma língua românica que exhibe núcleo aplicativo, conforme afirma autora:

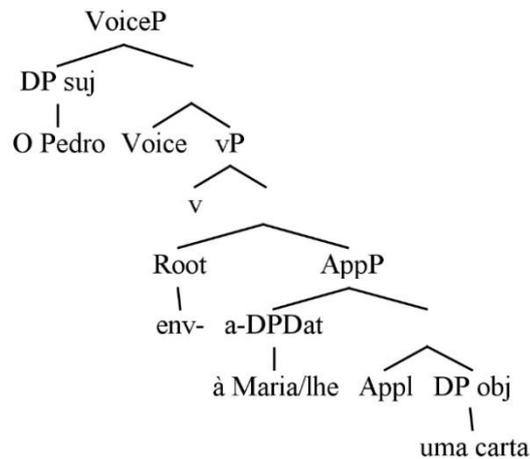
A contribuição principal que pretendo oferecer é a proposta de incluir o português europeu no quadro das línguas que expressam as propriedades da alternância dativa, em particular, a sua variante não preposicionada, conhecida como construção de objeto duplo. Vou assumir que a construção de objeto duplo é uma construção aplicativo, nos moldes do que têm sido proposto para o inglês, espanhol, grego, romeno, a partir de estudos comparativos com as línguas banto. (TORRES MORAIS, 2007, p. 2)

Justifico a minha escolha devido ao fato de que, no PE, segundo a autora, além de haver uma distribuição complementar em relação ao dativo clítico e ao DP lexical nominal preposicionado por *a*, de modo que ambos se alternam e nunca co-ocorrem em uma mesma sentença, diferentemente das construções com redobro de clítico contrastivo, em que as relações restritas de c-comando assimétrico, típicas do fenômeno em línguas assimétricas, podem ser constatadas com a ligação anafórica entre o clítico dativo *lhe* e o pronome forte *ele(s)/ela(s)* introduzido por um marcador morfológico *a*. Essas propriedades demonstram que o PE é uma língua românica que exhibe alternância dativa (TORRES MORAIS, 2007).

A questão que se levanta a partir dessa premissa é de que: as construções aplicativos existentes no PE, embora possuam a forma realizada fonologicamente da preposição *dummy a*, teriam influenciado no processo de aquisição da língua no que do respeito à gramática do dativo nas comunidades rurais baianas, onde se fala o PB-afro? Seria a erosão da preposição dativa o resultado da influência da gramática do PE ou de línguas africanas assimétricas com padrão semelhante, ou ambas? Busco responder a essas questões, sobretudo, no capítulo de análise do fenômeno no PB-afro sob o âmbito das teorias da aquisição (capítulo 6).

Considerando a existência no PE de aplicativo baixo *Low-Appl-TO* proposto por Pylkkänen (2002; 2008), Torres Morais (2007) sugere a seguinte estrutura arbórea para as construções dativas que preveem dativo *alvo/meta* na variedade europeia, conforme (37), a seguir.

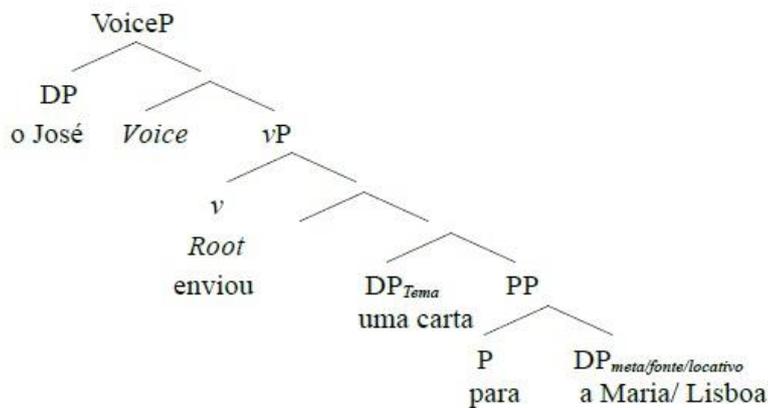
(37) **COD – PE**



(TORRES MORAIS, 2007, p. 175)<sup>29</sup>

No tocante à CDP, distintamente da COD, no PE, a proposta da autora é a de que o dativo é introduzido por uma preposição com conteúdo semântico ou, nos termos da autora: uma preposição verdadeira, e é adicionada à estrutura na posição de complemento por um PP, conforme (38).

(38) **CDP – PE**



(TORRES MORAIS, 2007, p. 108)

<sup>29</sup> Representação adaptada.

Torres Morais (2007) demonstra que, enquanto a COD, como em (37), prevê necessariamente uma noção semântica de transferência de posse entre os dois objetos, a CDP, como em (38), além da transferência de posse, possui uma interpretação direcional ou de locativo.

Como se pode observar, o PE é uma língua que exhibe a alternância dativa (TORRES MORAIS, 2007). A compreensão do padrão da variedade europeia é de suma importância também para a explicação e análise acerca dos dados observados das comunidades afro-brasileiras, assim como também para a composição do subsídio teórico descritivo necessário para se chegar a uma conclusão sobre a qual tipo de gramática estavam expostos os africanos no decorrer do contato entre línguas durante o período da escravidão africana no Brasil. Tal repertório conduz para a reflexão acerca de como se deu o processo de aquisição do português, de modo a se observar a mudança em curso da preposição que introduz dativo em dias atuais, buscando evidenciar até que ponto o contato do PE com as línguas africanas foi relevante para a queda da preposição *a* (e do clítico de terceira pessoa *lhe/lhes*) e inserção do *para* nesses contextos.

A seguir, apresento a discussão em alguns trabalhos de autores brasileiros em torno da proposta se o PB exhibe ou não construção applicativa (TORRES MORAIS, 2006; ARMELIN, 2011; CALINDRO, 2015; 2016; TORRES MORAIS; SALLES, 2007; SALLES, 2016; RAMOS; SALLES, 2017; ROCHA, 2017). A observação do padrão apresentado no PB geral ajuda na compreensão do fenômeno falado nas comunidades rurais baianas.

### **2.2.5 Existe aplicativo no Português Brasileiro?**

No PB, de modo geral, é possível encontrar ambas as ordens (V OD DAT; V DAT OD), porém o dativo sempre ocorre de maneira preposicionada, conforme (39), salvo exceção em algumas variedades rurais (dialetais) do PB, em que não se observa a realização fonológica da preposição introdutora de dativo, conforme (40), ou na forma clítica dativa (41). É um trabalho pioneiro sobre o tema a respeito da não expressão da preposição no PB nas pesquisas de Scher (1996), sobre o Português Brasileiro da Zona da Mata mineira (PBM), além de autores mais recentes que têm observado o fenômeno nas comunidades rurais afro-brasileiras (BARROS, 2008; BARROS; RIBEIRO, 2011; LUCCHESI; MELLO, 2009; BAXTER; MELLO; SANTANA, 2014).

- (39) a. Ela deu o retrato **pro/ao** irmão  
 b. Ela deu **pro/ao** irmão o retrato.
- (40) a. O João deu o livro **o Pedro**  
 b. O João deu **o Pedro** o livro  
 (SCHER, 1996, p. 25)
- (41) a. O João **me** deu o livro  
 b. O João deu-**me** o livro

As duas primeiras sentenças em (39), observados no PB, são exemplos de que a preposição *para* pode ocorrer em diversas comunidades de fala do PB, e a preposição *a* no PB culto. Já os exemplos em (40), conforme pesquisa desenvolvida por Scher (1996), podem ser observados no PBM, além das comunidades rurais afro-brasileiras na Bahia (*corpus* de análise da presente pesquisa) (BARROS, 2008; LUCCHESI; MELLO, 2009). Assumindo, na presente tese, que as sentenças apresentadas em (36), com a inserção do *para*, e (37), sem a realização da preposição, são resultantes do contato entre línguas, portuguesa e africanas, ocorrido durante o período colonial no Brasil (MATTOSO, 1982; PESSOA DE CASTRO, 2001; VIANNA FILHO, 2008 [1946]; AVELAR; CYRINO, 2008; LUCCHESI, 2009; PETTER; CUNHA, 2015; GALVES, 2018), é necessário delimitar em qual padrão de estrutura argumental tais construções dativas no PB se manifestam. Em (41), o clítico, em geral, ocorre na posição proclítica, sendo a posição enclítica característica da norma culta.

Partindo da hipótese de que as estruturas COD observadas no inglês, que contemplam a ausência da preposição introdutora do dativo em posição adjacente ao verbo, também podem ser observadas no PBM, Scher (1996) compara sentenças análogas entre ambas as línguas e nota que há diferenças entre os processos que levam a não realização da preposição, sendo o fenômeno no PBM uma consequência de topicalização discursiva do elemento preposicionado para uma posição mais alta interna ao sintagma verbal e, além do fator sintático, que leva o dativo a uma posição adjacente ao verbo, um fator morfo-fonológico de crase da preposição com a vogal final do verbo anterior favorece o apagamento da preposição.

Considerando o contraste entre dativos argumentais e não argumentais, conforme foi mencionado na seção 2.1.2, em que os primeiros são introduzidos por *a* e *para*, em processo de variação e mudança no PB, e em que os segundos são introduzidos apenas por *para*, Armelin

(2011), ao observar os dados do PB em comparação à análise de Scher (1996), assume que as construções ditransitivas com dativo argumentais *alvo/meta* em posição adjacente ao verbo são evidência do núcleo aplicativo.

De acordo com Scher (1996), corroborado por Armelin (2011), no PBM, a não realização fonológica da preposição somente é possível quando a contraparte realizada também permitir a preposição *a*, ou quando a preposição *para* for interpretada semanticamente por *alvo/meta*, nunca *beneficiário*, ou, nos termos de Ordoñez (1999): se o dativo for argumental, conforme se verifica nos exemplos (42-43) a seguir.

(42) PBM

- a. O professor [comunicou [o diretor] [a notícia]] (*alvo/meta* – dativo argumental)
- b. \*O João [construiu [a casa]] [o pai] (*beneficiário* – não argumental)

(43) PB

- a. O professor [comunicou [a/para o diretor] [a notícia]] (*alvo/meta* – dativo argumental)
- b. O João [construiu [a casa]] [\*a/para o pai] (*beneficiário* – não argumental)

(ARMELIN, 2011, p. 26, 103)<sup>30</sup>

Os exemplos em (42) e (43) são evidências, segundo Armelin (2011), da presença de núcleo aplicativo introdutor de argumentos, nos termos de Pylkkänen (2002; 2008), haja vista que permite o apagamento da preposição no PBM em contexto bastante restrito em que o dativo somente pode ser preposicionado por *a* ou por *para* com valor *default* de *alvo/meta*. Os exemplos em (42a) e (43a) denotam que há uma relação de transferência de posse verbal/perceptual entre os dois objetos argumentais internos a VP, enquanto nos exemplos em (42a) e (42b) não há ideia de transferência de posse, e denotam uma ambiguidade, com duas possibilidades de interpretação: uma que “em benefício de” e outra “em favor de”, além disso, o dativo não argumental apresenta-se como adjunto do evento expresso pelo núcleo verbal, sem relação direta com o OD. Descrevo nesta seção esses dois contextos distintos, observados em (42a), (43a), (42b) e (43b), buscando explicar como as sentenças em (42a) e (43a) consistem

---

<sup>30</sup> Exemplos adaptados.

em exemplos de contexto sintático em que ocorrem as preposições introdutoras de dativo *a* e *para* e a estratégia não preposicionada, objeto de estudo da presente análise, no *corpus* do PB-afro, mas não o contexto sintático em (42b) e (43b). Questiona-se: quais diferenças sintático-semânticas e quanto à estrutura argumental podem ser observadas nesses dois contextos?

Observando a ligação de anáforas (teste de c-comando assimétrico), como nos exemplos em (42-43), Armelin (2011) lança mão dos testes de assimetrias de Barss e Lasnik (1986), em construções dativas no PB e PBM, em comparação aos dados do PE, a fim de verificar se as construções aplicativas assumidas para o PE (44-45) por Torres Morais (2007)<sup>31</sup> estão presentes também no PB (46) e PBM (47-48).

(44) **PE - CDP**

- a. O cabeleireiro revelou [OD a Maria<sub>i</sub>] [DAT **a** si mesma<sub>i</sub>] no espelho
- b.\* O cabeleireiro revelou [OD **a** si mesma<sub>i</sub>] [DAT **à** Maria<sub>i</sub>] no espelho
- c. \*O cabeleireiro revelou [DAT **à** Maria<sub>i</sub>] [OD **a** si mesma<sub>i</sub>] no espelho

(TORRES MORAIS, 2007, p. 121)

(45) **PE – COD**

- a. O novo corte de cabelo devolveu [DAT **à** Maria<sub>i</sub>] [OD a estima **de si mesma** <sub>i</sub>]
- b. O novo corte de cabelo devolveu [DAT **-lhe** <sub>i</sub>] [OD a estima **de si mesma** <sub>i</sub>]
- c. \*O novo corte de cabelo devolveu [OD a estima **de si mesma** <sub>i</sub>] [DAT **à** Maria <sub>i</sub>]

(TORRES MORAIS, 2007, p. 122)

(46) **PB**

- a. O cabelereiro mostrou [OD a Maria<sub>i</sub>] [DAT **pra ela mesma** <sub>i</sub>] no espelho
- b. \*O cabelereiro mostrou [OD ela mesma<sub>i</sub>] [DAT **pra Maria** <sub>i</sub>] no espelho
- c. O cabelereiro mostrou [DAT **pra a Maria** <sub>i</sub>] [OD ela mesma<sub>i</sub>] no espelho
- d. O novo corte de cabelo devolveu **à Maria** <sub>i</sub> a estima de **si mesma** <sub>i</sub>
- e. O novo corte de cabelo devolveu a estima de si mesma<sub>i</sub> **à Maria** <sub>i</sub>

(47) **PBM – CDP**

- a. O cabelereiro mostrou [OD a Maria] [DAT ela mesma] no espelho

---

<sup>31</sup> Exemplos adaptados.

- b. \*O cabelereiro mostrou [OD ela mesma] [DAT a Maria] no espelho
- c. O cabelereiro mostrou [DAT a Maria] [OD ela mesma] no espelho

(48) **PBM – COD**

- a. O novo corte de cabelo devolveu **a Maria** <sub>i</sub> a estima de **si mesma** <sub>i</sub>
- b. O novo corte de cabelo devolveu a estima de si mesma <sub>i</sub> **a Maria** <sub>i</sub>

(ARMELIN, 2011, p. 69, 70)

Os exemplos do PE em (44) e (45) atestam a alternância dativa, segundo Torres Morais (2007), porque demonstram que, na CDP, o OD c-comanda o dativo por meio da ligação anafórica (44a), sendo o contrário agramatical (44b-c), de modo que, conforme a autora, o PP não pode se ligar ao OD, independentemente da ordem superficial; já na COD, é o dativo que c-comanda o OD de uma posição mais alta (45a-b), sendo a ordem inversa agramatical (45c).

Nos exemplos do PB e PBM (46-48), segundo Armelin (2011), os julgamentos dos dados, quando comparados ao PE, não correspondem a nenhuma das construções dativas (CDP ou COD) no tocante à ligação das anáforas, embora a autora ressalte que os dados do PB e do PBM se comportam de maneira semelhante e, por conta disso, devam apresentar estrutura sintática também semelhante. Os exemplos dados pela autora, embora apresentem alguma restrição sintática em termos de c-comando, como em (47b) e (48b), em que se verifica a impossibilidade de vincular-se a anáfora em posição de OD ao referente à direita, possuem certa liberdade no que se refere à ordem dos objetos. Nos dados do PB-afro, conforme o capítulo 5, analiso também a rigidez da ordem dos constituintes, a fim de estabelecer a comparação ao padrão descrito pela autora.

O teste com os possessivos no PE, segundo Torres Morais (2007), demonstra que a assimetria ocorre em CDP (49a), mas a sentença se torna agramatical se o possessivo anafórico não for c-comandado, e em COD com o quantificador *cada* somente é possível c-comandar o possessivo a partir da posição mais alta pelo dativo, conforme (49c). Do mesmo modo, Armelin (2011) faz os testes com o PB (50) e PBM (51).

(49) **PE**

- a. Nós demos [OD os cheques<sub>i</sub>] [DAT a seus<sub>i</sub> donos] (CDP)
- b. \* Nós demos [OD os seus<sub>i</sub> cheques] [DAT aos trabalhadores<sub>i</sub>] (CDP)
- c. Nós demos [DAT aos trabalhadores<sub>i</sub>] [OD os seus<sub>i</sub> cheques] (COD)

- d. O patrão deu [DAT a **cada** trabalhador<sub>i</sub>] [OD o **seu** <sub>i</sub> cheque] (COD)  
 e. \*O patrão deu [OD o **seu**<sub>i</sub> cheque] [DAT a **cada** trabalhador<sub>i</sub>] (CDP)

(TORRES MORAIS, 2007, p. 123)<sup>32</sup>

(50) **PB**

- a. Nós demos os cheques<sub>i</sub> aos seus<sub>i</sub> donos (CDP)  
 b. \* Nós demos os seus<sub>i</sub> cheques aos trabalhadores<sub>i</sub> (CDP)  
 c. Nós demos aos trabalhadores os seus cheques (COD)

(ARMELIN, 2011, p. 73)

- d. \*Pedro ficava mostrando [OD **seu** filho] [DAT a **cada** pai] (CDP)

(RAMOS; SALLES, 2017)

(51) **PBM**

- a. Nós demos os cheques<sub>i</sub> os seus<sub>i</sub> donos (CDP)  
 b. \* Nós demos os seus<sub>i</sub> cheques os trabalhadores<sub>i</sub> (CDP)  
 c. Nós demos os trabalhadores os seus cheques (COD)

(ARMELIN, 2011, p. 73)

Armelin (2011) demonstra que, embora os exemplos entre o PE e o PB sejam equivalentes, resultando em uma sentença agramatical quando há um possessivo anafórico em posição mais alta (50b) e (51b), os resultados não são conclusivos. Tanto Ramos e Salles (2017), em relação ao PB falado nos interiores brasileiros, inclusive, as comunidades afro-brasileiros (PB dialetal, seguindo as autoras), quanto Armelin (2011), em relação ao PBM, concluem que configuração das construções dativas se verifica de maneira semelhante ao PB.

Ao testar o comportamento das construções dativas no PB (53) e PBM (54) quanto ao cruzamento fraco e movimento de WH, Armelin (2011) compara aos dados do espanhol, retirados de Cuervo (2003), conforme (52).

---

<sup>32</sup> Exemplos adaptados.

(52) **ESPAÑHOL**

- a. \*¿A quién<sub>i</sub> entregamos su cheque t<sub>i</sub>? (CDP)  
 a'. ¿qué libro<sub>i</sub> entregamos t<sub>i</sub> a su<sub>i</sub> dueño? (CDP)
- b. ¿A quién<sub>i</sub> le entregamos su<sub>i</sub> cheque? (COD)  
 b'. \*¿qué libro<sub>i</sub> le entregamos a su<sub>i</sub> dueño? (COD)

(CUERVO, 2003, p. 58)

(53) **PB**

- a. \*Para quem<sub>i</sub> entregamos seu<sub>i</sub> cheque t<sub>i</sub>?  
 b. Que (livro) entregamos t<sub>i</sub> para seu dono<sub>i</sub>?

(54) **PBM**

- a. \*Quem<sub>i</sub> entregamos seu<sub>i</sub> cheque t<sub>i</sub>?  
 b. Que (livro) entregamos t<sub>i</sub> o seu<sub>i</sub> dono?

Nos exemplos do espanhol, Cuervo (2003) demonstra que, na CDP, a anáfora precisa estar no dativo *in situ* (52a'), possibilitando apenas o movimento do OD, do contrário, o movimento WH do dativo torna a sentença agramatical. O mesmo ocorre com os dados no PB e PBM, em (53a) e (54a). Em (52b), pelo fato de estar em uma posição hierárquica mais alta, é permitido o movimento WH do dativo, podendo vincular-se à anáfora no OD. Ao contrário do que constata Armelin (2011), os exemplos testados pela própria autora demonstram uma compatibilidade com a variante preposicionada, CDP no espanhol, não com as construções aplicativas ou COD.

Seguindo os testes de Pujalte (2007) com os dados do PB, Armelin (2011) demonstra que, semelhantemente ao Espanhol, a preposição *a* (no PB, em variação com *para*) ocorre apenas em contextos i) cujas nominalizações formadas a partir de verbos com dativos argumentais com valor de *alvo/meta*, como em (55); ii) o dativo argumental pode ser recuperado no discurso, como em (56).

- (55) a. A comunicação da notícia **aos ministros**.  
 b. A construção da casa \*a Maria / **para Maria**.

(56) a. Joana entregou a comida [DaT<sub>e</sub>] na casa da Maria (DAT<sub>e</sub> = *a alguém*)<sup>33</sup>

b. João construiu a casa.

(ARMELIN, 2011, p. 96, 98)

Por um lado, como se observa nos exemplos em (55a) e (56a), a gramaticalidade é possível em contextos em que se prevê a ocorrência tanto de *a* quanto de *para*, já que há um requerimento de um dativo argumental *alvo/meta*. De igual forma, a autora verifica a não realização da preposição no PBM nesses contextos (SCHER, 1996; ARMELIN, 2011), chegando a conclusão de que *a* é a verdadeira preposição introdutora de argumentos dativos *alvo/meta*. Por outro lado, em (55b) e (56b), em contextos em que a única preposição possível é *para*, como introdutor de *beneficiário*, é possível a nominalização apenas com *para*, e o dativo não pode ser recuperado pelo discurso quando omissos.

O comportamento dos dados analisados nesta tese, conforme o capítulo 5, corrobora a análise da autora, haja vista que as preposições *a* e *para* introduzem dativos *alvo/meta* argumentais, único contexto sintático em que se observa também a omissão da preposição. Acerca dos dativos não argumentais beneficiários levantados no *corpus* analisado, embora não tenham sido selecionados pelo programa estatístico como contexto relevante para a variação, ocorrem única e estritamente com a preposição *para*. Esse resultado apenas confirma o fato de que dativos *beneficiários* e dativos *alvo/meta* ocorrem em diferentes contextos sintáticos, tal como descreve Armelin (2011) a respeito do comportamento das preposições dativas no PB em seu universo de observação, a qual delimita as seguintes características para o PB, as quais também observo nos dados do PB-afro:

- a) somente dativos argumentais, envolvidos em relação de transferência de posse, desde que introduzam um valor *default* de *alvo/meta*, podem ser preposicionados por *a* e *para* ou ocorrer sem a realização fonológica da preposição no PBM e, além disso, ser recuperados pelo discurso quando o dativo for nulo;
- b) dativos não argumentais, desde que esses possuam valor semântico de *beneficiário*, somente podem ser preposicionados por *para*, de maneira obrigatória e sem possibilidade de omissão no PBM e, além disso, não podem ser recuperados pelo discurso quando omissos.

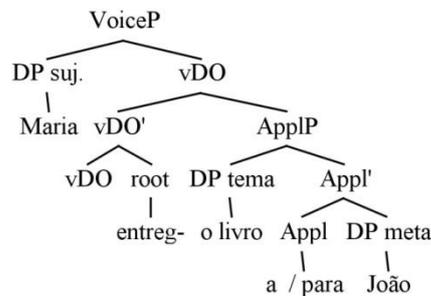
---

<sup>33</sup> Exemplo adaptado.

Ao afirmar que *a* e *para* como introdutoras de *alvo/meta* no PB são as verdadeiras preposições em verbos ditransitivos dativos, a autora corrobora a assertiva de Larson (1988) de que o fenômeno da alternância dativa não ocorre com preposições lexicais, apenas funcionais, já que predicadores verbais em que há uma preposição de conteúdo semântico não se manifestam em COD nem podem ser recuperadas no discurso.

Assim sendo, tendo delimitado os contextos em a) e b), Armelin (2011) propõe que a estrutura da sentença em (57a), situada no contexto em a) podem ser representadas por uma construção applicativa, nos termos de Pylkkänen (2002; 2008), da seguinte forma (57b):

- (57) a. Maria entregou o livro **a/para João** [*transferência de posse*]  
b.



(ARMELIN, 2011, p. 139)

Armelin (2011), conforme demonstrada a representação em (57), lança mão da noção aplicativos introdutores de argumento para explicar as diferenças entre os contextos a) e b), afirmando que dativos no contexto em a) no PB são licenciados na estrutura argumental do verbo por meio de um núcleo aplicativo baixo, enquanto no contexto em b), o dativo não argumental é introduzido por meio de um PP. Assim, a estrutura em (57) revela que as preposições *a* e *para*, ao introduzirem dativo com leitura de *alvo/meta*, são a realização fonológica do núcleo aplicativo, a fim de licenciar o objeto tema na posição de especificador e atribuir caso ao dativo *alvo/meta* na posição de complemento.

Embora Torres Morais e Salles (2007), e também Salles (2016), considerem que a ausência da preposição na Região Central do Brasil, tal como ocorre nos dados de Scher (1996) no PBM, seja uma COD configurada por uma projeção com um núcleo funcional aplicativo, como no inglês (PYLKKÄNEN, 2002; 2008), a análise das autoras difere-se de Armelin (2011) para o PB. De acordo com as autoras, diferentemente do PE, o PB, por ter passado por

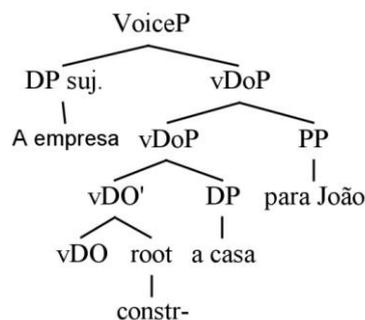
profundas mudanças no sistema pronominal, incluindo o desaparecimento da expressão do clítico de terceira pessoa (*lhe/lhes*), ao qual atribuo o *status* de resultado do contato entre línguas (GALVES, no prelo), desencadeando o aumento da preposição *para* e redução drástica da preposição *a*, ou nos termos de Torres Morais (2007): a preposição *dummy*, marcador de dativo (TORRES MORAIS; BERLINCK, 2006). Em consequência disso, para as autoras, o núcleo funcional aplicativo é inativo no PB, de modo que as preposições observadas no contexto a) são lexicais ou verdadeiras e estão inseridas em um padrão sintático muito semelhante ao dos ditransitivos locativos. Essa análise das autoras apresenta evidências consistentes e importantes para o presente estudo quanto aos dados referentes à perda da preposição *a* e aumento da preposição *para* (RAMOS, 1992; SALLES, 1997) no PB, também observadas no PB-afro.

A hipótese desta tese é que o PB-afro apresenta estruturas com e sem aplicativo. De um lado, considerando que a estrutura clítica é o padrão recorrente tanto nas línguas bantas quanto no PE, em ambas as línguas, o clítico é introduzido por aplicativo. Além disso, proponho que a estrutura que envolve dativo sem preposição, que também envolve uma projeção aplicativo, seja um efeito cascata da perda do clítico de terceira pessoa no PB no momento da aquisição como segunda língua do português no Brasil. Tendo em vista que, devido ao aprendizado precário da LP, e ausência de evidência morfológica suficiente através do redobro do clítico e da preposição *dummy a* para aplicativos em terceira pessoa, a preposição *para* foi inserida por meio de relexificação (LEFEVBRE, 1998; 2002), a fim de atender aos requisitos de uma gramática com parâmetro não marcado (ROBERTS, 2007), em que não há expressão morfológica de caso, conforme discuto melhor no capítulo 6.

No que concerne o contexto em b), cujos dativos possuem semântica de *beneficiário* do evento introduzido por *para*, Armelin (2011) propõe a representação em (58).

(58) a. A empresa construiu a casa **para João** [*beneficiário do evento*]

b.



Nesse tipo de construção, Scher (1996) e Armelin (2011), para o PBM, e Salles (2016), para o PB dialetal, demonstram que há impossibilidade do apagamento da preposição com dativos *beneficiários*. Como foi dito, Armelin (2011) afirma que tal impossibilidade é evidência de que as construções aplicativas são inexistentes no PB em contextos de dativos beneficiários.

Como apresentei anteriormente, há outra possibilidade de explicação para a representação em (58) dada por Pylkkänen (2002; 2008) para esse tipo de construção: *aplicativos altos*, haja vista que o dativo está inserido junto ao evento expresso pelo verbo. Esse tipo de constituinte não argumental aplicado pode ocorrer com outras estruturas argumentais, conforme a autora, que afirma que algumas línguas simétricas possuem dativo aplicado em construções inergativas.

Ao contrário da proposta de Pylkkänen (2002; 2008, p. 1), cujo objetivo principal é focar “on the question of how arguments that are not, in a sense, ‘core’ arguments of the verb get introduced into argument structures”<sup>34</sup>, Armelin (2011) não assume a proposta de *aplicativo alto* para o PB, mas propõe que sejam adjungidos ao evento, por considerar que apenas dativos argumentais podem ser introduzidos por núcleos aplicativos. Pujalte (2007), por outro lado, afirma que no PB não há realização da projeção aplicativa, haja vista que o dativo argumental já é previsto pelo verbo, sendo, portanto, apenas os dativos não argumentais beneficiários, seriam complementos aplicados.

Diferentemente do PB geral, o PB dialetal, segundo Rocha (2017), exhibe as projeções de aplicativo alto e aplicativo baixo presentes, pois se verificam evidências de COD, tanto em contextos como em a) quanto em b) (RAMOS; SALLES, 2017). Assim como a autora, por um lado, assumo na presente tese que, com bases nos dados levantados, conforme capítulo 5, as ocorrências sem preposição em posição adjacente ao verbo, sobretudo na comunidade de Helvécia, somente é possível devido à existência do núcleo aplicativo no PB-afro por interferência do contato do português com as línguas africanas assimétricas, como também observam Ramos e Salles (2017), sobre a ocorrência da COD no Fongbe, do tronco Níger-Congo (região de Daomé), ao analisarem o PB dialetal (incluindo o PB-afro). Assim sendo, pelos motivos que discorro no capítulo 3, defendo que o padrão das línguas de substrato banto serviu como modelo não apenas para as construções dativas em que há apagamento da preposição, mas também para a inserção do *para* como preposição introdutora de objetos dativos no PB-afro, conforme desenvolvo uma proposta no capítulo 6.

---

<sup>34</sup> Tradução: a questão de como os argumentos que não são, até certo modo, nucleares do verbo, são introduzidos nas estruturas argumentais.

Embora o contexto em b) não seja o foco dessa tese, por hipótese, assumo também que o contexto descrito em b) por Armelin (2011) foi um dos fatores que levaram a preposição *para* a sofrer expansão funcional para contextos de verbos ditransitivos dativos, em detrimento da preposição *dummy a*, como no contexto em a), durante a aquisição da língua alvo no contato entre línguas constatado no Brasil colonial.

É mesmo por meio da perda expressão do clítico dativo de terceira pessoa, conforme já evidenciado por Torres Morais e Berlinck (2006), Torres Morais (2007), Torres Morais e Salles (2010), e também Salles (2016), que Calindro (2016) sustenta, junto a Torres Morais e Berlinck (2006) e Torres Morais (2007), a tese contrária à proposta de Armelin (2011) para a existência de núcleos aplicativos – *AppIP* no PB: as preposições introdutoras de dativo, independentemente de quais forem, observadas no PB são sempre representadas por um sintagma preposicional – PP.

Em uma perspectiva histórica, Calindro (2016) argumenta que o PB perdeu as propriedades inerentes das construções aplicativos desde o PB histórico, nos moldes de Torres Morais (2007), no PE, e Cuervo (2003) no Espanhol, tendo como principais evidências a perda do clítico dativo *lhe* e da preposição *dummy a*. Apesar de essa premissa ser verdadeira, a autora não leva em conta as demais pessoas do discurso que, embora não sejam expressão exclusiva do dativo, ainda são bastante produtivas no PB, como *me / te / lhes<sub>2nd</sub> / nos*. Desse modo, não é de completamente verdadeira a afirmação de que

[...] o PB não possui caso dativo morfológico, nem preposições funcionais capazes de fazer a atribuição de caso, essa relação entre os argumentos é introduzida através de um sintagma preposicional pP, como apontado anteriormente (cf. Svenonius 2003, 2004 2007; Marantz 2009; Wood 2012) (CALINDRO, 2016, p. 20, grifo nosso).

Contrária a Armelin (2011) e a Moretti (2010), as quais defendem que as preposições *a* e *para alvo/meta* introduzem dativos verdadeiros no PB, Calindro (2016) ainda afirma que apenas o PE exhibe COD, porque o clítico dativo se realiza; diferindo-se do PB que exhibe apenas construções ditransitivas preposicionadas com complementos oblíquos introduzidos por “preposições plenas transitivas”, nos termos da autora. Assim sendo, a autora assume que não há aplicativos no PB e postula que tais preposições fazem parte do mesmo quadro daquelas descritas nos contextos em a) e b) por Armelin (2011), por meio de uma abordagem que visa a unificação das preposições *a* e *para* em verbos de *movimento e transferência*, e *para* em verbos de *construção*, afirmando que em ambos os contextos tais preposições possuem a leitura de *alvo/meta*. A ideia da autora parte da hipótese *Split-P Hypothesis* de Svenonius (2003, 2004,

2007 apud CALINDRO, 2016) e Wood (2012 apud CALINDRO, 2016), os quais propõem, assim como *v* (*little v*), o sintagma preposicional pode ser desmembrado em dois núcleos preposicionais responsáveis por estabelecer a relação de transferência de posse entre os dois objetos: *p* e *P*.

Sem entrar no mérito do tipo categorial que insere o dativo nessas construções, se *pP* ou se *ApplP*, julga-se pertinente a distinção elaborada por Pylkkänen (2002; 2008) acerca das estruturas argumentais que envolvem dativo com relação ao evento expresso pelo verbo e aquelas com dativos cuja relação de transferência de posse se manifesta entre os dois argumentos internos. Em vista disso, quanto ao PB, não se pode classificar em um mesmo grupo tanto a preposição *para* beneficiário, que se relaciona ao *evento verbal*, quanto *a* e *para* que cumprem com a função de estabelecer a relação de *transferência de posse* nas construções dativas ditransitivas, já que, como bem observou Armelin (2011) são estruturas argumentais que se manifestam de maneira distinta na variedade brasileira. O contexto em que *a* e *para* introduzem *alvo/meta* permite que o dativo seja recuperado pelo discurso (PUJALTE, 2007) e, ademais, pode estabelecer relação anafórica entre os dois objetos internos do verbo.

Assim, a fim de estabelecer os aspectos que restringem o contexto sintático do objeto de estudo desta tese, é possível dizer que:

- i) a partir da discussão de Barss e Lasnik (1986), em construções ditransitivas, os dois objetos internos ao VP estão necessariamente em uma relação de comando assimétrico, em que, em COD, o OD está sob o domínio do dativo, e em CDP, o dativo está sob o domínio do OD, conforme se observa nos dados coletados nesta tese (capítulo 5), além disso o DP que domina está à esquerda na estrutura e em posição mais alta em relação ao DP sob domínio sintático, em uma relação estrita em que um implica a presença do outro e vice-versa;
- ii) levando-se em conta a defesa de Armelin (2011), não há alternância dativa no PB. Ao contrário da sua proposta, defendo que no PB-afro as estratégias de introdução do dativo em construções ditransitivas, com a preposição *para*, não é introduzida por um ApplP, mas por um PP, e que os dativos sem preposição são evidências de uma forte interferência das línguas assimétricas de substrato banto, isto é, que preveem um ApplP, em concorrência com as estruturas da língua de superstrato (PE), também assimétrica, em que se manifesta a preposição *dummy a*. Em reforço a essa assertiva, alguns autores (FREIRE, 2005; BERLINCK, 1997; TORRES MORAIS, 2007; TORRES MORAIS;

BERLINCK, 2006; TORRES MORAIS; SALLES, 2007) assumem que a perda da expressão do caso dativo no PB por meio do clítico de terceira pessoa (*lhe/lhes*), com uso praticamente inexistente no PB, é evidência da ausência das construções aplicativas na variedade brasileira, isto é, da alternante COD, e consequentemente do fenômeno da alternância dativa. Apesar disso, embora não seja foco desta tese, assumo que o núcleo funcional aplicativo (COD) persiste em contextos dêíticos no PB, dada a forte ocorrência dos clíticos dativos em outras pessoas do discurso (*me/te/lhe<sub>2nd</sub>/nos*), e evidência do redobro do clítico nessas pessoas (MACHADO ROCHA, 2016);

- iii) parto da premissa de que o contato entre línguas no Brasil, ocorrido durante o período colonial, no que confere responsabilidade das mudanças linguísticas observadas no PB à aquisição da língua-alvo, desempenhou um forte papel, conforme discuto no capítulo 6, no tocante à queda do clítico de terceira pessoa, fenômeno que teria por consequência: a) o uso mais frequente da estrutura não marcada a CDP teria propiciado a inserção do *para* no contexto de dativos *alvo/meta* em verbos ditransitivos; b) o surgimento de estruturas COD com dativo *alvo/meta* de terceira pessoa sem preposição.

### 2.2.6 O Português afro-brasileiro (PB-afro)

Tendo em vista que, conforme ratificado pelos testes de assimetria e escopo, e pelos exemplos de passivização, defendo neste estudo que o PB-afro, e também o PB, por ter sofrido um processo intenso do contato com as línguas africanas (LUCCHESI; BAXTER, 1993; LUCCHESI, 2003, 2009; BAXTER, 2009), sobretudo em relação às línguas bantas, a variedade brasileira apresenta vestígios sintáticos de uma competição entre estruturas gramaticais: a) proveniente do PE, com a previsão da preposição *dummy a*, como marca morfológica de núcleo aplicativo e realização do redobro do clítico de terceira pessoa *lhe/lhes*; b) proveniente de um padrão geral das línguas bantas em que há construções aplicativas, o apagamento da preposição do dativo *alvo/meta* de terceira pessoa teria sido consequência da falta de evidência ou marcação morfológica mais visíveis nos DLP durante a aquisição do português como segunda língua; c) proveniente do substrato banto quimbundo, umbundo e quicongo, a construção preposicionada, resultando na relexificação da preposição *para*, a partir de outros contextos sintáticos da língua-alvo, o PE, e da multifuncionalidade dos prefixos *ku*, *mu*, *vu* das variedades linguísticas bantas, conforme defendo no último capítulo desta tese.

A explicação de Gomes (2003) para a existência da alternância dativa no PB, com a observação da presença da preposição *para*, do dativo sem preposição, e da ordem dos constituintes internos ao VP, é a de que, por meio de um processo de mudança em relação à ordem dos constituintes internos do verbo ditransitivo, houve um declínio da ordem V DAT OD e aumento da ordem V OD DAT na língua, sendo esta fixada em construções ditransitivas – a autora apresenta uma frequência das ocorrências na ordem V OD DAT de 47% no século XVI e 74% no século XIX. Acrescido a esse fato, a autora ainda comenta que a observação do dativo adjacente ao verbo se deve ao fato do crescimento de OD anafóricos nulos no PB, conforme estudos de Duarte (1986 *apud* GOMES, 2003). Ressalta-se que Lucchesi (2009b; 2012) critica o tipo de análise feito por Gomes (2003) ao tentar explicar o fenômeno da alternância dativa através de processos já prefigurados na língua, como a ordem dos constituintes, dado que, conforme o Lucchesi (2009b; 2012), faltam dados empíricos suficientes e consistência teórica para a explicação das mudanças por uma deriva secular (NARO; SCHERRE, 1993; 2003; 2007). Ainda que a crítica de Lucchesi contra os processos de deriva secular seja assumida para esta tese, o resultado da análise estatística de Gomes (2003) serve, de qualquer modo, para corroborar a hipótese de que durante o processo de contato entre línguas no Brasil, duas (ou mais) gramáticas entraram em competição: uma que prevê a alternância dativa, com a presença de núcleo aplicativo na COD e preposição em CDP, e outra que, qualquer que seja a configuração sintática do verbo, a inserção do dativo é feito apenas por meio de um núcleo aplicativo (BAKER, 1988; PYLKKÄNEN, 2002; 2012), sendo este não argumental. Além disso, o fato de a autora constatar o uso crescente da ordem V OD DAT demonstra que, quanto ao uso do dativo *alvo/meta* de terceira pessoa, há preferência pela contraparte preposicionada da alternância dativa e, também, pelo aumento da influência da língua-alvo sobre o vernáculo do brasileiro, é natural observar a ausência da variante trazida pelo contato entre línguas: dativo *alvo/meta* de terceira pessoa sem preposição, estando essa evidente apenas em contextos bastante restritos, como o PB-afro, por exemplo.

A fim de defender uma análise que considere o contexto sócio-histórico do contato entre línguas durante o período colonial e pós-colonial no Brasil como fator crucial para a compreensão da realidade linguística do PB e, além disso, em busca de compreender os processos que permitiram a implantação da COD na fala dos membros das comunidades afro-brasileiras, Lucchesi e Mello (2009, p. 439) dizem que a noção de *valor default* na hipótese universalista de Bickerton (1984; 1988) seria uma alternativa para explicar a presença da COD nas comunidades brasileiras, de modo que, no processo de aquisição do português como segunda língua pelos afrodescendentes, devido à situação de contato entre línguas intensa, a

COD entraria como a forma não marcada por não haver DLP (*inputs*) de morfologia dativa suficientes na língua falada como segunda língua pelos africanos que deram origem às comunidades afro-brasileiras. Entretanto, os autores negam essa hipótese, haja vista a existência também da CDP no PB-afro, demonstrando que os falantes dessas comunidades adquiriram não apenas a COD, mas a CDP considerada a forma marcada, além de estar presente em línguas crioulas, como o caso do sranan e do fa d'ambu (LUCHESE; MELLO, 2009, p. 440). A outra explicação possível para alternância dativa nessas comunidades, segundo os autores, seria o processo de transferência gramatical das línguas de substrato africano, conforme explicam os autores:

A presença generalizada da COD nas línguas crioulas de diferentes regiões do planeta parece militar em favor de hipóteses universalistas. Por outro lado, a presença da CSD em vários crioulos do Caribe, como o saramacan, o sranan e o haitiano, bem como nos crioulos portugueses do Golfo da Guiné (santomense, principense e fa d'ambu), parece estar relacionada com uma forte influência do substrato (BRUYN; MUYSKEN; VERRIPS, 1999, p. 362). (LUCHESE; MELLO, 2009, p. 438).

Embora lancem as duas opções, os autores não chegam a uma conclusão, justificando não haver evidências empíricas suficientes para que se defenda ou a hipótese universalista ou a influência de substrato na inserção da COD no PB-afro.

Por outro lado, Baxter, Mello e Santana (2014), retomando o tema da alternância dativa nas comunidades rurais afro-brasileiras em comparação ao português falado em uma comunidade tonga na ilha de São Tomé, na África, buscam explicar a inserção da COD, sobretudo com o DP dativo em posição adjacente ao predador verbal, através da hipótese de contribuição do elemento africano como um ponto inicial para a aquisição dessas estruturas.

Propomos, como hipótese, que a dupla configuração da COD nos *corpora* estudados é um reflexo das variedades de 12 faladas no passado dessas comunidades: transferências do parâmetro preferencial oi+od de 11s niger-congo. (BAXTER, MELLO, SANTANA, 2014, p. 295).

Assim, na proposta dos autores, a verificação da COD nas comunidades afro-brasileiras, sobretudo na ordem V DAT OD, se deve ao fato de que, na história de contato entre línguas, o falante aprendiz de português como segunda língua transferiu a sua preferência pelo parâmetro da ordem V DAT OD das línguas da família niger-congo. Considerando essa proposição dos autores, Ramos e Salles (2017) sugerem que a influência de substrato tenha partido do Fongbe, falado pelo povo Fon em Daomé, já que tais construções apresentam propriedades de duplo acusativo, diferentemente do inglês. No entanto, também da mesma família linguística, além do fato de as línguas bantas apresentarem um padrão sem preposição (BAKER, 1988;

BRESNAN; MOSHI, 1990), os fatos sócio-históricos apontam para maior influência no PB, pelos fatos que discuto no próximo capítulo 3.

Embora seja uma hipótese que se deva perseguir, é importante angariar ainda mais evidências empíricas, sobretudo sócio-históricas, para ratificá-la, uma vez que Lucchesi et al. (2009) afirmam não dispor de informações absolutas a respeito da formação étnica das comunidades de Sapé, Rio de Contas e Cinzento. Apenas a comunidade de Helvécia, segundo os autores, possui informações significativas para tais inferências. Outrossim, Baxter, Mello e Santana (2014) admitem que a existência nas comunidades aqui estudadas da contraparte CDP, ordem V OD DAT, se deve ao fato de, na situação de contato linguístico, a língua portuguesa (superstrato) apresentar estruturas CDP, havendo uma convergência entre a gramática adquirida como primeira língua (L1) e a aprendida como segunda língua (L2), inclusive com DLP de dativos preposicionados adjacentes ao verbo, seja por topicalização seja porque ocorre junto a um OD sentencial pesado. Ressalto que, assumindo que a variante preposicionada do português como língua-alvo à qual se referem os autores serviu de modelo para a convergência das gramáticas, a preposição disponível nas construções dativas era *a*, e não *para*, já que esta se encontrava em diferentes contextos na língua e passou, apenas depois do contato entre línguas, a expandir para os contextos de construções dativas de verbos dinâmicos de movimento e transferência. O resultado dessa convergência seria a variação que se verifica na pesquisa dos autores, em Lucchesi e Mello (2009), em Barros (2008) e na presente pesquisa.

Diante disso, busco, pelo presente estudo, não apenas compreender a inserção do *para* nesses contextos específicos, como também a realização de dativos sem preposição no PB-afro, se está mesmo vinculada ao fenômeno da alternância dativa, nos termos do inglês, ou seria uma consequência de outros fenômenos da língua, tendo em vista que a maior parte das línguas bantas possuem aplicativos. Para responder a essa questão, tendo por foco uma explicação intralinguística, Cavalcante e Barros (2012), revisitando os dados de Scher (1996) e de Barros (2008), explicam que, no dialeto da Zona da Mata Mineira, comunidade investigada por Scher, o apagamento da preposição se deve a um fenômeno de fusão da preposição homônima *a* ao elemento D, e no dialeto de Helvécia, comunidade cujos dados são observados por Barros (2008), os dativos sem preposição são explicados a partir da posição adjacente ao verbo, em que receberia caso gramatical do próprio núcleo verbal, não da preposição, conforme demonstro no capítulo 5.

A seguir, no capítulo 3, elaboro uma revisão acerca da sócio-história no tocante aos aspectos demográficos, sociais e linguísticos verificados do Brasil. No capítulo 4, apresento a teoria e método da sociolinguística laboviana, a fim de apresentar os pressupostos que estão na

base do entendimento da variação e mudança. No capítulo 5, analiso os dados, tendo em vista as propriedades discutidas neste capítulo. No capítulo 6, desenvolvo uma proposta de análise para o resultado dos dados, no que concerne à inserção da preposição *para* no contexto de dativos *alvo/meta* de verbos ditransitivos dinâmicos, como consequência da influência da gramática das línguas bantas, em decorrência do contato entre línguas ocorrido no Brasil.

### 3 CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DO PB E O CONTATO ENTRE LÍNGUAS

Se na América do Norte houve segregação racial evidente e institucionalizada, no Brasil, Nina Rodrigues (2010 [1933]) afirma que a nossa história percorre por uma trajetória indissociável com a presença e cultura do povo africano, e sobre esse fato se construiu a nacionalidade brasileira – realidade histórica que não deve ser ignorada pelos estudiosos da língua portuguesa do Brasil. Esse fato é reforçado por Vianna Filho (2008 [1946]) ao afirmar que a exportação de africanos para o Brasil teria provocado mudanças culturais e linguísticas na sociedade da época.

Para se chegar a valores reais da quantidade de pessoas traficadas para mão-de-obra escrava no Brasil, de acordo com Mattoso (1982), é necessária a consulta de acervos de registro, tais como atas notariais, registros, taxas, matrículas, papéis oficiais, testamentos, inventários de herança, cartas de liberdade, processos judiciais, arquivos policiais de associações leigas ou religiosas e tradição oral de comunidades afro-brasileiras, etc. Diversos estudos com enfoque na história da presença africana na América portuguesa vêm tentando desvendar e revelar esses números; porém, além de haver poucos registros (que majoritariamente se referem a períodos mais recentes se comparados ao século XVI, quando se iniciou o processo de tráfico africano), nem todos chegam a um consenso. Apesar disso, segundo Petter e Cunha (2015, p. 222), a conclusão mais recente é a de que teriam desembarcado em portos do Brasil, em média, 3.500.000 africanos, ao longo do período legal e ilegal do tráfico negreiro brasileiro, e mais de 9.500.000 de africanos transportados para a América como um todo, sendo o Brasil o maior responsável pelo crescimento numérico de importação humana.

Sobre a quantidade total de africanos transportados, Mattoso (1982) diz que

Entre a segunda metade do século XVI e 1850, data que assinala a abolição definitiva do tráfico brasileiro, o número de cativos importados é avaliado entre 3.500,000 e 3.600,000. Estas cifras baseiam-se em dados incompletos, mas têm unanimidade entre os que atualmente se voltam para o problema. O Brasil teria, pois, importado 38% dos escravos trazidos da África para o novo mundo (MATTOSO, 1982, p. 53).

Esse período durou entre os anos 1502 e 1860; no entanto foi o século XVIII que atingiu a maior cotação de africanos traficados para as Américas coloniais, com a importação de 6.200.000 escravos (PETTER; CUNHA, 2015; VIANNA FILHO, 2008 [1946]; MATTOSO, 1982). De acordo com Lobo (2003), foram cerca de 47% em relação ao total dos africanos chegados ao Brasil apenas nesse período.

Embora os africanos e afrodescendentes estejam sempre em superioridade numérica, a taxa de brancos era de 30%, entre os séculos XVI e a primeira metade do século XIX, e de 41% na segunda metade do século XIX (MUSSA, 1991, p. 281), em todo período histórico da colonização portuguesa. Tendo isso em vista, Lucchesi e Baxter (2006) destacam que esse percentual de brancos europeus teria sido suficiente para tornar a língua portuguesa como modelo para comunicação intergrupal pelos africanos recém-chegados. Esse contexto teria feito com que o PB não apresentasse traços criouliizantes, mas como variedade resultante do processo de transmissão linguística irregular, como se observa na seção 3.5.

### 3.1 O CICLO DO TRÁFICO AFRICANO

O tráfico de africanos para Brasil é dividido por Vianna Filho (2008 [1946]) em quatro fases:

- i) século XVI, o ciclo da Guiné;
- ii) século XVII, o ciclo do Congo e de Angola;
- iii) século XVIII, ciclo da costa da Mina<sup>35</sup> e da baía de Benim;
- iv) século XIX, tráfico em várias regiões, além do fim do tráfico com a sua proibição no Brasil em concomitância a um período de ilegalidade entre 1816 a 1851.

De acordo com Neves (2012), em uma análise mais recente, no primeiro ciclo, teriam sido traficados em torno de 50.000 africanos; no segundo ciclo, por volta de 560.000; no terceiro ciclo, 1.891.400; e, no quarto ciclo, 1.145.400 escravos importados para América portuguesa. No Brasil, houve um aumento de 85% do total de africanos transportados somente nos séculos XVIII e XIX (MATTOSO, 1982; LOBO, 2003). Embora haja uma delimitação muito bem traçada a respeito dessas fases do tráfico humano brasileiro para o trabalho escravo, o próprio autor conta que nem sempre o destino dos navios negreiros era exclusivamente para uma costa específica do continente africano, de modo que as rotas comerciais poderiam mudar de acordo com as necessidades do mercado externo e da economia brasileira, bem como das demandas que surgiam em cada província na costa americana. Além disso, conforme explica Mattoso (1982), o fim de um ciclo não encerrava necessariamente novos desembarques de negros originados da região do ciclo anterior. Um exemplo disso é que, para a Bahia, durante o século XVI, transportaram escravos da Guiné provenientes das regiões que vão de Gâmbia ao Congo;

---

<sup>35</sup> Neves (2012, p. 118): “na historiografia, a extensão da Costa da Mina varia de autor para autor”.

no século seguinte, das regiões entre Angola e Congo; no período entre 1700 e 1770, da região da Costa da Mina; e entre 1770 a 1850 do Golfo de Benim (NEVES, 2012, p. 121).

Sobre a primeira fase, é consenso, entre os estudiosos sobre a história do africano no Brasil, que não há evidências empíricas, em termos de documentos ou registros escritos, a respeito da quantidade de africanos que aportaram em terras brasileiras no século XVI (PETTER, 2015; VIANNA FILHO, 2008 [1946]; MATTOS E SILVA, 2004; 2006; PESSOA DE CASTRO, 2001). Dessa forma, Vianna Filho (2008 [1946]) afirma que tudo o que for dito a respeito dos dois primeiros séculos do tráfico negreiro, em termos numéricos, é resultado de uma análise dedutiva. Somente depois desse período, nos séculos XVIII e XIX, quando o tráfico negreiro começou a ser, de fato, uma atividade comercial de enriquecimento e ascensão social dos traficantes, é que se iniciou o processo de registro de entrada e saída, incluindo contratos de compra e venda. Vale destacar, ainda, que, com o sincretismo religioso entre a religião católica e as africanas, é comum também, no decorrer da pesquisa de historiadores, o acesso aos livros de registro das igrejas católicas, livros de óbitos, além de outros documentos como arquivos municipais, a fim de se buscar pistas empíricas acerca da presença africana no Brasil.

Pelas mesmas razões, conforme Vianna Filho (2008 [1946], p. 67-76), é que a primeira rota do tráfico é designada como Ciclo da Guiné, termo genérico utilizado para se referir geograficamente aos territórios entre o Senegal e Orange, ou seja, “expressão coletiva de grande quantidade de gentes diversas” (ROMERO, 1944 [1888], p.112). Assim, por muito tempo, africanos escravizados de diferentes origens eram designados “escravos da Guiné”. Vianna Filho conta que eram trazidos, nesse ciclo, africanos fulos ou mandingas, influenciados pelo maometismo, além daqueles do grupo banto, provenientes de Angola e Congo, já que não se fazia distinção entre africanos super e subequatoriais, isto é, segundo Mattos e Silva (2004), africanos sudaneses para o cultivo da cana-de-açúcar e tabaco. É válido ressaltar que, seguindo Mattoso (1982), os sudaneses da região superequatorial da África possuíam poucas afinidades linguísticas entre si, enquanto aqueles do grupo banto da região subequatorial eram linguisticamente mais coesos.

Sobre esse ciclo, com base em texto do Padre Anchieta de 1584, Vianna Filho (2008 [1946]) afirma que os africanos ainda eram minoria em vistas da população indígena que trabalhava nos engenhos e nas plantações. Em relação à Bahia, o autor contabiliza cerca de 3.000 africanos, com base em fontes indiretas, como o volume de produção açucareira que prescindia de mão-de-obra escrava, e, como o decreto de Dom João III, que limitava a quantidade de 120 escravos da Guiné por cada um dos 40 engenhos de açúcar. À medida que o

mercado açucareiro ia crescendo, mais mão-de-obra escrava era requerida, principalmente pela escassez gradativa da mão-de-obra indígena.

A segunda fase, no século XVII, segundo Vianna Filho (2008 [1946], p. 77-92), convergiu o tráfico de africanos a partir do Congo e de Angola, sendo o último porto com maior fluxo de entrada e fornecimento de escravos, conforme explica Mattoso (1982):

Novos mercados de escravos instalaram-se efetivamente e cada vez em maior número, pelo sul, no Congo, Angola, Benguela e até mesmo no litoral da África oriental [...] nos séculos XVII e XVIII, Angola torna-se a base essencial do desenvolvimento do comércio de escravos para o Brasil, devido à Conquista militar de Portugal nesse país. (MATTOSO, 1982, p. 29).

A exportação dessa vez traria em grande escala a mão-de-obra africana, mais especificamente do grupo banto, para o Brasil em troca de comercialização de aguardente, facas, pólvoras, etc. Duas razões levaram o comércio a ser intensificado na região subequatorial do continente africano nesse período, de acordo com o autor: 1) a menor distância verificada entre Angola e Bahia; e 2) a melhor adaptação do povo banto, que demonstravam menor resistência cultural e religiosa em relação aos colonizadores portugueses e se demonstravam mais propensos ao trabalho no campo, visto que, em seus países de origem, já lidavam, por exemplo, com ferramentas, metais, tecidos, plantas, bovinos, etc. Outro ponto importante sobre esse ciclo, levantado por Mattoso (1982), diz respeito à “fome de negros” (nos termos da autora) provenientes das guerras entre Portugal e Holanda no Brasil, além da busca pelo lucro, sobretudo, na colônia angolana, onde a conquista portuguesa veio a estimular a captura e venda de escravos. Essa captura, segundo a autora, requer a formação de exércitos, aquisição de equipamentos bélicos modernos, tornando o tráfico de africanos não apenas uma atividade econômica assegurada por armamento, como também valiosa por seu nível de lucratividade, a partir do século XVII, “quando o estado recebe tributos e repartição das rendas por meio da busca europeia pelo tráfico nos séculos anteriores” (MATTOSO, 1982, p. 24).

Ainda conforme a autora, isso se deu principalmente pelo domínio português na colônia de Angola, tomada à força, o que tornou a administração portuguesa a maior responsável pelo tráfico de pessoas para o trabalho escravo no Brasil. Se antes, com a ocupação holandesa nos territórios angolanos, foram traficados também escravos de Moçambique, nesse período, o intenso tráfico nas regiões de Angola e Congo trouxe para o Brasil, sobretudo, bantos originados da África equatorial e central, uma vez que eram conhecidos por serem excelentes agricultores. Ademais, os portugueses buscavam misturar africanos de diferentes etnias, a fim de inviabilizar a concentração de uma só etnia em um mesmo porto: “Assim, durante três longos séculos, e

sem que jamais seu fluxo se exaurisse, o tráfico de negros trazidos da África, para o Brasil mescla, em as confundir, etnias, tribos, clãs.” (MATTOSO, 1982, p. 23)

O reconhecimento da estratégia de mistura de etnias nos tráficos negreiros é reforçado por Bonvini (2008) quando afirma que, por razão da “seleção negativa” da política portuguesa, não havia um agrupamento de africanos de mesma origem étnica. Essa ação, conseqüentemente, dificultaria a comunicação entre os cativos e a manutenção de laços afetivos.

A terceira fase, ou terceiro ciclo da Costa da Mina, conforme indica Mattoso (1982), perdurou todo o século XVIII com o tráfico de africanos sudaneses para o país. No entanto, na metade do século XVIII, inicia-se um ciclo inerentemente baiano para comercialização do tabaco na Baía de Benim, que se manteve mesmo quando o tráfico foi decretado ilegal na Inglaterra, em 1830, como mostra Neves (2012, p. 117): “da Costa da Mina, portugueses e baianos passaram a traficar, especialmente jejes (daomeanos), nagôs, outros de nações cujos cativos ali chegavam nos três primeiros quartos do século XVIII”. Vianna Filho (2008 [1946] p. 93-113) justifica a mudança de rota brasileira, nesse terceiro ciclo, pelas enfermidades que assolaram o povo de Angola. Além disso, a descoberta das minas no Brasil e o progresso da cultura e comércio do fumo brasileiro deram origem ao ciclo da Costa da Mina no final do século XVII, com a exportação de muitos africanos iorubás (nagôs), tapas, bambarras, achantis, bornus, hauçás, jejês, fulas e mandingas, isto é, superequatoriais da costa norte da África.

Nesse período, um alvará de 1701 de Dom Rodrigo Costa não foi suficiente para proibir, sob a pena capital, a ida de pessoas em estado de escravidão da Bahia para as minas descobertas no ciclo do ouro nos interiores brasileiros. Em outras palavras, houve transferência em massa de mão-de-obra escrava para as demais regiões do país:

O tráfico dessa região se manteve [...] com a reexportação de escravos para as minerações de Rio das Velhas, Goiás, Mato Grosso, e para as da Bahia: em Minas novas, Jacobina e Rio de Contas, onde os minas, preferidos no trabalho minerador, alcançavam maior cotação que os angolas (NEVES, 2012, p.118)

Como se observa, quanto à Bahia, as regiões auríferas restringiam-se ao deserto de Jacobina e o sertão de Rio de Contas (cf. VIANNA FILHO, 2008 [1946]). E a reexportação para outras regiões do país provocou, conseqüentemente, a falta de trabalhadores escravos para as demandas comerciais do estado baiano. Não somente: segundo Vianna Filho, muitos navios sequer aportavam na Bahia ou Pernambuco, indo direto para o Rio de Janeiro. O comércio baiano com os países da Costa de Mina mantinha-se, assim, apenas em relação a fumo, produto muito apreciado pelas pessoas da costa norte da África, fazendo com que a relação com os

países da Costa da Mina se estreitasse, tornando sólida a sua base econômica com os estados da Bahia e Pernambuco, de tal modo que culminou por um tempo em um monopólio comercial baiano de fumo nesta rota.

Quanto ao comércio transatlântico baiano, Neves (2012) reforça a ideia de Vianna Filho ao assinalar que, tendo em vista que o Brasil era produtor de artefatos de consumo, como fumo, açúcar e aguardente, atrativos à venda e facilmente negociáveis, a demanda de fumo era bastante expressiva no mercado consumidor africano. Por essa razão, a Bahia, em um esforço para desenvolver-se comercialmente com a Guiné e para vencer a concorrência dos europeus, resolve construir um forte na Costa da Mina, nos domínios de Daomé, sob a administração do vice-rei, abrindo, dessa forma, um novo ciclo, conforme apontam os historiadores: o ciclo do tráfico da Costa da Mina, perdurando até a abolição da escravatura.

Foi nesse período que, como mostram Lucchesi e Baxter (2006), em virtude da descoberta de minas de ouro pelo país, desde final do século XVII, chegaram ao Brasil cerca de 800.000 portugueses, o que também aumentou consideravelmente a demanda de mão-de-obra escrava africana. Esse fato histórico teria como consequência a consolidação da Língua Portuguesa no Brasil em detrimento às centenas de línguas que aqui eram faladas, conforme desenvolvo na seção 3.4.

A quarta, e última, fase é marcada por um período de tráfico internacional ilegal e exportação nacional de mão-de-obra escrava entre os estados brasileiros (VIANNA FILHO, 2008 [1946], p. 117-142). Durante essa fase, Mattoso (1982, p. 36) explica que São Paulo de Loanda era o principal porto para o tráfico negreiro do Brasil até 1800; porém o tráfico passa a ser ilegal e clandestino entre 1831 e 1851, embora ainda chegassem escravos originados de diferentes partes do continente africano. Assim, pelo fato de Angola e Moçambique serem possessões de Portugal, seriam importados, sobretudo, cativos dessas localidades. A ilegalidade do tráfico é determinada pelo tratado de 22 de janeiro de 1815. Ademais, pressões da fiscalização inglesa, no norte do equador, principalmente após 1830, levam o tráfico a ser terminantemente proibido (VIANNA FILHO, 2008 [1946]).

Com essa proibição, o tráfico negreiro do Brasil passa a contornar o continente africano, redirecionando-se para um novo porto na costa da África oriental subequatorial, em busca de negros moçambicanos, onde se situam os povos de origem banta, que antes viriam apenas da região do Congo e Angola. Dessa forma, Mattoso (1982) mostra que, no século XIX, Moçambique chegou a fornecer até 75% dos escravos importados para o Brasil, como demonstra a citação de Romero (1944 [1888], p.113): “dos Bantos orientais (Moçambique), chegaram a nós representantes dos Macuas, inteligentes e faladores”. Em relação à Bahia,

Vianna Filho (2008 [1946], p. 108) afirma que “o tráfico com Moçambique chegou a ser coisa de quem nem se sabia na Bahia”, de modo que nem mesmo as autoridades sabiam de que forma poderiam interferir nas embarcações clandestinas que se propunham a se aventurar nessa rota.

Apesar do tratado, Vianna Filho explica que a rota para Costa da Mina continuou, desde o final do século XVIII, a ser o destino preferido dos negociantes de fumo. Essa assertiva é reforçada por Nina Rodrigues (2010 [1933], p. 31) ao afirmar que, com a proibição do tráfico de pessoas, a partir do tratado de Paris de 1817 e Aix-la-Chapelle de 1818, a Inglaterra passou a ser um percalço dos comerciantes brasileiros ao combater severamente qualquer importação de africanos na costa norte da África, o que, porém, não determinou o fim definitivo do tráfico por colonizadores portugueses, nessa região, já que foi mantido clandestinamente:

Esses desembarques clandestinos às vistas das autoridades complacentes pode dizer-se que foram a norma geral entre 1830-1850. Em Itaparica, na ilha Frades, em Santo Amaro do Ipitanga, eram frequentes as chegadas de africanos. Em Itapoã (sic), havia a praia de Chega-Nego. Era do tempo. (VIANNA FILHO, 2008 [1946], p. 126).

O tráfico ilícito era evidente aos olhos até mesmo daqueles que deveriam respeitar as leis. Foi apenas em 1850 que se deu, de fato, o fim do tráfico clandestino de pessoas, devido às revoltas empreendidas na Bahia, entre elas, a revolta dos malês, que criou um sentimento nacional de temor em relação à presença africana no país, principalmente por parte da burguesia e da nobreza nacional. Durante esse período, os senhores do interior da Bahia, segundo Neves (2012), tinham maior preferência pelos africanos da região de Angola e do Congo, provavelmente, em virtude dessas diversas rebeliões ocorridas na Bahia; além disso, os africanos provenientes dessa região tinham a fama de exibirem uma personalidade submissa e obediente, enquanto os superequatoriais possuíam personalidade resoluta e temerária, conforme sugere a seguinte afirmação de Nina Rodrigues (2010 [1933], p. 26): “Ao contrário vivia a Bahia por aqueles tempos sob a pressão dos repetidos levantes dos Haussás, Nagôs e outros sudaneses”<sup>36</sup>. Após esse período, Vianna Filho afirma que a exportação e importação passaram a ser um movimento interno ao país, saindo da Bahia, por exemplo, 226 mil escravos (de 500 mil) entre os anos de 1815 e 1874, para o eixo econômico do sul, as lavouras de cafezais.

Sobre essa comercialização de escravos para outras partes do Brasil, antes frequentemente trazidos para o Norte e Nordeste do país, Mattoso ressalta que, a partir de 1850, foram novos interesses econômicos e a profunda depressão econômica na Bahia que tornaram

---

<sup>36</sup> Guiando-me por Pessoa de Castro (2001), refiro-me aos sudaneses como oeste-africanos, pelo fato de ter havido uma expansão do significado original da palavra.

viável a transferência de um volume substancial de escravos para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Ainda segundo a autora, entre os anos de 1850 e 1888, período pré-abolição, esse contingente de cativos transferidos atingiu uma média anual de 5.500, tendo o negócio açucareiro perdido entre 100.000 a 200.000 escravos.

O quadro a seguir apresenta um resumo dos ciclos do tráfico brasileiro, conforme descrições de Vianna Filho e Bonvini (2008, p. 26):

**Quadro 2** - Resumo dos ciclos dos tráficos negreiros baseado em BONVINI (2008) e VIANNA FILHO (2008 [1946]).

<b>CICLO</b>	<b>SÉCULO</b>	<b>ORIGEM</b>	<b>RAZÃO ECONÔMICA</b>
<b>Ciclo da Guiné</b>	Século XVI	Oeste-africanos, da África situada ao norte do equador;	A cultura da cana de açúcar e do fumo;
<b>Ciclo do Congo e de Angola</b>	Século XVII	Zona banta, da costa ocidental da África;	A cultura da cana de açúcar e do fumo;
<b>Ciclo da costa de Mina</b>	Século XVIII	Oeste-africanos, da África situada ao norte do equador;  A partir da metade do século XVIII, o ciclo propriamente baiano: o ciclo da baía do Benim; embora houvesse ainda a preferência pela rota de Angola e Congo;	A exploração das minas de ouro e de diamantes, mas também a cultura do algodão, do arroz e a colheita de especiarias;
<b>Período da ilegalidade</b>	Século XIX	Os escravos vieram de regiões distintas, mas com predominância de negros vindos de Angola e de Moçambique.	A cultura do café.

Fonte – Elaboração Própria

Vale lembrar que os períodos, divididos por séculos, não são, em termos práticos, estanques, isto é, a depender da “onda econômica”, havia as rotas que ora se inclinavam para um lado, ora outro. Entretanto, não necessariamente um ciclo terminava quando outro se iniciava, pelo contrário: sobrepunham-se (MATTOSO, 1982; BONVINI, 2008).

Mattoso (1982) demonstra que esses ciclos estavam ligados intrinsecamente com os interesses econômicos brasileiros: enquanto a cultura da cana-de-açúcar nos estados da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro teria incentivado o tráfico negreiro nos dois primeiros séculos, séculos XVI e XVII, a exploração do ouro nas minas dos interiores brasileiros fez com que essa busca aumentasse a sua demanda no século XVIII:

A segunda metade do século XVI e o século XVII veem o nordeste do Brasil dedicar-se à agricultura canavieira de exportação. Para esta década, a Bahia e Pernambuco importaram, nas últimas décadas do século, cerca de 30.000 africanos procedentes da Costa da Guiné, mas no início do século XVII mal restam 15.000. [...] Em 1670, a

indústria açucareira assume no Brasil uma importância crescente, exigindo uma demanda cada vez maior de mão-de-obra, e, uma vez que os índios mostraram-se inadaptáveis ao trabalho sedentário, aumentou-se o volume de tráfico negreiro para o Brasil: 500 a 550 mil provenientes da costa da Guiné, sobretudo de Angola – que foram absorvidos pelas fazendas de cana da Bahia e de Pernambuco para a exploração da agricultura, ao menos até 1640 (MATTOSO, 1982, p. 53-54).

No século XVII, a descoberta do ouro na província de Minas Gerais criará uma nova demanda, triplicando o número de cativos. Calcula-se um 1 milhão e 700 negros, sendo 1 milhão 140 provenientes de Angola e os demais da Costa da Mina – ao que parece 2/3 desse contingente toma o rumo de Minas, Goiás e Mato Grosso. (MATTOSO, 1982, p. 55).

Mas nem tudo era tão uniforme: de acordo com Mattoso, outras atividades econômicas incentivavam a importação de africanos para o Brasil, como o cultivo de algodão, arroz, a colheita de especiarias, os serviços domésticos, entre outros. No século XIX, a autora mostra que a cafeicultura foi a atividade comercial que mais atraiu novas aquisições de cativos africanos, motivando o tráfico ilegal para o Brasil.

Com a diminuição após 1760 pela busca do ouro, a mão-de-obra escrava passa a ser atraída no litoral por razão da produção do açúcar, com período glorioso entre 1787 e 1817-20, aumentando ainda mais em 1820 por conta da agricultura de subsistência e cultivo do café (este último absorvendo, sozinho o total de 1 milhão e 350 cativos importados da Costa da Mina, Congo, Angola e Moçambique, entrando sobretudo pelo porto do Rio e apenas 220 mil pela Bahia) (MATTOSO, 1982, p. 54-55).

No tocante à Bahia, Neves (2012, p. 118-119) demonstra que, entre 1772 e 1810, desembarcaram 244.940 cativos, dos quais 73,4% seriam da Costa da Mina. Em período posterior, Mattoso (1982) apresenta um quadro com a média anual de importação de escravos no porto baiano, que era de 7.023 cativos, entre os anos de 1826 e 1830, com aumento considerável em portos clandestinos, entre 1846 e 1849, mantendo-se a média anual mesmo com o fim da legalidade do tráfico, totalizando-se cerca de 161.500 africanos importados durante o período de 23 anos contabilizados pela autora. Na segunda metade do século XVIII, com base no fluxo das cotas de exportação baiana de tabaco, Neves (2012) informa que a maior intensidade do tráfico baiano de escravo oriundo da Costa da Mina se deve à exportação do fumo brasileiro (correspondente a 28%), o que tornou esse negócio uma das maiores fontes econômicas da Bahia na época.

Em relação ao panorama linguístico atinente aos ciclos apontados, segundo Petter (2006), uma média de 250 línguas africanas chegaram ao Brasil por meio do tráfico de escravos africanos dos diversos pontos da África. Para se obter um melhor diagnóstico a respeito do

contato entre línguas, Lucchesi e Baxter (2006) afirmam que é importante considerar algumas questões de ordem social e histórica, tais como:

- i) o número de escravos africanos trazidos para o Brasil, e o impacto, em termos demográficos, desse contingente sobre a composição étnica da sociedade brasileira,
- (ii) a origem geográfica e a caracterização etnolinguística dos africanos e sua distribuição pelo território brasileiro;
- (iii) as formas de interação, nos níveis social, cultural e linguístico, com o grupo dominante. (LUCCHESI; BAXTER, 2006, p. 186)

Nas seções a seguir, continuo tratando de questões sócio-históricas, mas com enfoque na Bahia, da seguinte forma: na seção 4.1, abordo a presença demográfica africana na Bahia; na seção 4.2, descrevo os aspectos socioculturais nas relações entre o africano e o colonizador, tendo em vista Mattoso (1982); na seção 4.3, apresento a descrição das principais línguas faladas pelos africanos traficados para o Brasil durante o período colonial e sua origem etnolinguística; e, na seção 4.4, apresento os principais aspectos e consequências sócio-históricas do contato do português com as línguas africanas, durante o período colonial e e pós-colonial no Brasil.

### 3.2 A PRESENÇA DOS AFRICANOS: DEMOGRAFIA

A afirmação de que “É um **problema complexo** fazer a contagem da entrada dos negros no Brasil”<sup>37</sup> (VIANNA FILHO, 2008 [1946], p. 143) ou a de que “Há uma tradição, **no entanto, difícil de comprovar**”<sup>38</sup>, de que a Bahia preferia sudaneses, Pernambuco, bantos e o Rio de Janeiro, metade de cada um”<sup>39</sup> (MATTOSO, 1982, p. 22) deixa claro que, para os estudiosos da sócio-história, não é tarefa fácil encontrar um número exato para a quantidade de africanos cativos no Brasil, principalmente no que se refere à tarefa de diagnosticar a sua quantidade de acordo com a etnia e origem.

No início do século XVI, Mattoso (1982) chama a atenção para o fato de que os europeus, dominadores das colônias americanas, entram em contato com duas principais áreas de civilização africana, sendo ambas díspares entre si: o oeste-africano (sudaneses) e bantos, mais ao sul, desde a Costa subequatorial centro-oeste africana até a África oriental. De acordo com a autora, cada um desses grupos étnicos representa um conjunto de grande diversidade

---

<sup>37</sup> Grifo meu.

<sup>38</sup> Grifo meu.

<sup>39</sup> Essa tradição a qual se refere a autora surge por meio do trabalho historiográfico pioneiro de Nina Rodrigues (2010 [1933], p. 26), o qual defende a presença majoritária na Bahia dos africanos nagôs, mas que viria a ser questionado posteriormente por historiadores mais recentes.

cultural, social, religioso, linguística e, mesmo, de fenótipo. Sobre o panorama linguístico, a autora destaca que

as afinidades linguísticas são ainda **menos nítidas no grupo sudanês do que no grupo bantu**, mas vicejam em toda parte as línguas de ligação, como o *uolof* das terras senegalesas, o *bambara* e o *mandinga* no Sudão ocidental, o *morê* dos *mossis* ou o *haússa* no norte da Nigéria e no Níger, ou até mesmo o *canuri*, no Sudão tchade, sem contar as línguas *agni-baulê* da Costa do Marfim, o *fon* daomeano e o *duala* de Camarões. (MATTOSO, 1982, p. 24)<sup>40</sup>.

Neves (2012) afirma que o grupo banto é originado da África centro ocidental e da África oriental, enquanto o grupo nagô (ou Iorubá) é proveniente da África ocidental (atualmente: Nigéria – de Benim ao Tongo). O autor ressalta que o termo “nagô” é atribuído geralmente na literatura às várias nações daomeanas, “de Benim até a embocadura do Quarah ou Níger: Iorubá, Yebous, Oiós (nome dado pelos Hauçás para os Iorubás), minas (da Costa do Ouro – ou golfo de Benin)”.

Sobre a influência de cada um desses grupos, há certa divergência entre autores que se propõem a debater acerca do tema. No acervo clássico de Sílvio Romero, encontram-se a referência ao grupo banto como sendo a maioria entre os cativos no Brasil e a contabilidade de 2.000.000 de africanos trazidos para o Brasil, conforme se verifica a seguir.

A estatística mostra que o povo brasileiro compõe-se atualmente de brancos arianos, índios tupis-guaranis, **negros quase todos do grupo banto** e mestiços destas três raças, orçando os últimos certamente por mais de metade da população. O seu número tende a aumentar, ao passo que os índios e negros puros tendem a diminuir. Desaparecerão num futuro talvez não muito remoto, consumidos na luta que lhes movem os outros ou desfigurados pelo cruzamento. O mestiço, que é a genuína formação histórica brasileira, ficará só diante do branco quase puro, com o qual se há de, mais cedo ou mais tarde, confundir.

Não é fantasia: calculavam-se em três milhões talvez os índios do Brasil; hoje onde estão eles? Reduzidos a alguns milhares nos remotíssimos sertões do interior.

Computavam-se também em alguns milhões os negros arrancados d’África pela cobiça dos brancos e hoje chegam eles por certo apenas a uns **dois milhões**. (ROMERO, 1944 [1888], p.20)<sup>41</sup>

O autor faz menção ao valor numérico da presença dos africanos no final, sem destrinchar a quantidade de bantos e de oeste-africanos ou sudaneses, embora afirme que sejam “quase todos” os africanos de origem banta. Isso demonstra uma imprecisão na análise do autor.

---

<sup>40</sup> Grifos meus.

<sup>41</sup> Grifos meus.

Em discordância com este fato, outro autor pioneiro no que se refere aos estudos afro-brasileiros, Nina Rodrigues (2010 [1933]), afirma que

[...] por mais avultada que tivesse sido a importação dos Negros da África austral, do vasto grupo étnico dos Negros de língua *tu* ou *bantu*, – e o seu número foi colossal, a verdade é que nenhuma vantagem numérica conseguiu levar à dos Negros Sudaneses, aos quais, além disso, cabe incontestemente a primazia em todos os feitos em que, da parte do Negro, houve na nossa história uma afirmação da sua ação ou dos seus sentimentos de raça. (NINA RODRIGUES, 2010 [1933], p. 27-28)

Uma visão limitada do autor, segundo Pessoa de Castro (2001, p. 56), que questiona o fato de relacionar cada grupo étnico aos estados brasileiros, como os oeste-africanos para a Bahia, por exemplo. A autora acrescenta que esse tipo de posicionamento termina por considerar essas áreas de influência isoladas entre si, quando de fato a exportação comercial dependeu muito do desenvolvimento das atividades econômicas vigentes em cada época, como se observa na descrição dos ciclos anteriormente apresentada.

Indo em favor ao que suscita a autora sobre o quadro nacional, os dados sobre a Bahia apresentados por Vianna Filho (2008 [1946], p. 151), de acordo com a tabela de entrada de oeste-africanos<sup>42</sup> (539.825) e bantos (507.255), contabilizam-se um milhão e cem aproximadamente africanos no estado até 1830. Segundo ele, este número corresponde a 25% do total em relação ao cenário nacional, perdendo apenas para o Rio de Janeiro, com entrada de 38%. O autor critica a conclusão de Nina Rodrigues (2010[1933]), assim como o faz Pessoa de Castro (2001), e Silvio Romero (1944 [1888]) a respeito da predominância do grupo oeste-africano ou banto na população da Bahia, afirmando, com base em seus dados, que não se verifica unilateralismo de nenhum desses grupos no estado baiano, por conta do revezamento comercial nos mapas de importação africana da Bahia. Além disso, um fato muito importante é mencionado por Vianna Filho (2008 [1946]):

[...] no próprio estudo dos números referentes às importações escravas para Bahia não deveremos esquecer que, da massa de negros sudaneses, entradas para o seu mercado, onde se abastecia a parte do interior brasileiro, uma porção apreciável se transportou para as minas onde gozavam de maior reputação do que os bantos. (VIANNA FILHO, 2008 [1946], p. 168)

No trecho acima, o autor retoma a ideia de que, entre o final do século XVII e o século XVIII, a exploração de ouro nas minas, em várias partes do país, liderou a economia brasileira em concorrência com o fumo baiano, absorvendo, inclusive, boa parte da mão-de-obra escrava

---

<sup>42</sup> O autor refere-se a esses como “sudaneses”.

não apenas do próprio estado baiano, mas do tráfico proveniente da Costa da Mina. Como já destacado, Vianna Filho aponta dois fatos históricos que conduzem ao raciocínio de que os africanos bantos teriam influência mais significativa, não apenas cultural, como será explicado na próxima subseção, mas também demográfica na Bahia: o primeiro deles refere-se à preferência pelos cativos oeste-africanos provenientes da Costa da Mina e Baía de Benim por seu porte físico, força e experiência com ferramentas e trabalho de exploração mineira; o segundo é o fato de a Bahia estar geograficamente mais próxima à região da Costa de Angola, o que representava uma rota marítima mais curta e menos dispendiosa, em média 40 dias em alto mar, segundo Albuquerque e Fraga Filho (2006, p. 48), o que pode explicar o fato de que, com exceção da terceira fase, em que, segundo o autor, havia uma epidemia da “bexiga” em Angola (migrando o tráfico para a Costa da Mina), todos os outros ciclos contemplam o tráfico nessa costa, com a captura de cativos bantos. Isso contraria, mais uma vez, o que Nina Rodrigues (2010 [1933], p. 114) defende:

Em todo o caso, está demonstrado que dos fins do século XVIII até quase metade do século XIX, os Nagôs foram largamente introduzidos no Brasil e exerceram decidida influência na constituição do nosso meio social mestiço (NINA RODRIGUES, 2010 [1933], p. 114).

Além da influência, sobretudo no léxico do português (cf. PESSOA DE CASTRO, 2001) e da preservação da identidade africana na Bahia, o grupo banto possui também boa fatia de influência no meio social baiano, como defendem Vianna Filho e Silvio Romero. Ademais, conforme aponta Neves (2012), Angola permaneceu, durante os três séculos de tráfico negreiro, como a principal fonte fornecedora de africanos para a comercialização transatlântica brasileira. O autor ressalta que, ainda que as estatísticas indicassem maior número de cativos da região oeste-africana, no interior da Bahia, mais especificamente da região de Caetité, há nos inventários maior quantidade de registros de escravos da África centro-ocidental e de Moçambique, demonstrando, por conseguinte, uma preferência dos senhores de engenho por estes (o autor encontra o mesmo quadro em cidades do interior de Minas Gerais, como São José del Rei e Mariana).

Com base em estudos mais recentes, pode-se dizer que o Brasil foi o país latino-americano que mais absorveu pessoas traficadas da África, sendo 40% do número total de cativos importados para as Américas, sobretudo por se tratar de um dos últimos países a abolir a escravidão africana e afro-brasileira (BONVINI, 2008; PETTER, 2015).

Bonvini (2008) apresenta outra importante informação atinente ao cenário linguístico do país no período em análise: embora não faça referência à distribuição numérica dos grupos

banto e oeste-africano, aponta quais línguas foram as mais utilizadas pelos cativos africanos no Brasil – as do tronco nilo-saariano, afro-asiático e nigero-congolês<sup>43</sup>.

### 3.3 POVOS OESTE-AFRICANOS E BANTOS: ASPECTOS SOCIAIS

Já é sabido que, durante o período de escravidão, havia uma estratégia dos colonizadores portugueses de misturar etnicamente os cativos trazidos forçosamente para o trabalho na lavoura, minas, etc. Essa estratégia do senhor de engenho, na medida em que garantia um isolamento social do indivíduo escravizado, inibindo a sua comunicação e relação com os demais da senzala, contribuía para dificultar ocorrência de motins. Dessa forma, estabelecia-se uma relação de senhor-escravo pautada no tripé *humildade, obediência e fidelidade*. Para isso, o regime escravocrata se valia da Igreja e de seus preceitos cristãos para ensinar ao escravo as virtudes “espirituais” do ser paciente, ser humilde, ser submisso e possuir resignação às ordens do senhor<sup>44</sup>.

Acerca dos grupos étnicos alocados nas atividades da Bahia, Vianna Filho (2008 [1946]) narra fatos que conduzem ao raciocínio de que o grupo banto se integrou mais facilmente à sociedade colonizadora baiana, de modo que mudanças culturais, sociais e linguísticas foram introduzidas sutil e naturalmente, quase imperceptíveis; enquanto o grupo oeste-africano buscava maior isolamento, de modo a se segregar como ato de autoafirmação dos seus costumes, raízes, cultura e língua.

Ainda segundo o autor, é incontestável a entrada de uma considerável leva de cativos bantos, durante a importação dos africanos no ciclo de Angola, no século XVII, sendo este grupo étnico o primeiro a ser transportado em massa para a Bahia. Além disso, o autor defende a ideia de que a presença do africano banto foi de extrema relevância, visto ter deixado expressivos traços culturais em diversos sentidos, diferentemente do da cultura oeste-africana, como se evidencia no trecho a seguir:

É provável que o sudanês [oeste-africano], pelas características étnicas e religiosas, que parecem tê-los marcado com um espírito de inconformismo, senão rebeldia, haja emprestado à Bahia, a partir do século XVIII, fisionomia singular, bastante diversa das demais cidades do Brasil. [...] O sudanês [oeste-africano] – e também as sudanesas [oeste-africanas] – eram rígidos, fortes, de boa aparência, francamente inclinados para atitudes de independência, certamente reminiscência de uma ascendência no meio africano (VIANNA FILHO, 2008 [1946], p. 110)

<sup>43</sup> cf. também PESSOA DE CASTRO, 2001

<sup>44</sup> “Na casa grande, os escravos são reunidos todos os domingos e dias santificados para a oração das vésperas, e às vezes pela manhã e à noite” (MATTOSO, 1982, p. 114).

Vianna Filho, portanto, defende que algumas características separam, na história da presença africana na Bahia, dois grupos culturalmente distintos: bantos e oeste-africanos. Nessa perspectiva, os bantos possuíam uma natureza mais dócil, diplomática, aberta às inovações do seu “novo mundo” no processo de contato e de assimilação, inclusive linguística: por essa razão, propensos às atividades domésticas na “casa grande” e aos serviços nas lavouras, ocupando um lugar de destaque na história da presença africana na Bahia. Segundo Neves (2012), esse grupo étnico-linguístico, proveniente da África Centro-ocidental e de Moçambique, falava principalmente o quimbundo.

Assim como Neves (2012), Vianna Filho afirma, ainda, que, embora no século XVIII o tráfico negreiro tenha se voltado para Costa da Mina, os africanos bantos ainda eram preferidos por conta da facilidade de integração social, que ocorria de maneira mais espontânea e rápida, principalmente por meio do sincretismo religioso, haja vista que

Seu temperamento permite um processo de aculturação tão perfeito, que quase desapareceram confundidos pela facilidade de integração, dissolveram-se dando à sociedade uma coloração que antes não era a do branco nem a do banto, mas um matiz novo surgido do contato íntimo dos dois grupos (VIANNA FILHO, 2008 [1946], p. 111)

Na visão do historiador, devido ao centenário da existência do grupo banto na Bahia, no século XVIII, quando o tráfico traria, cada vez mais, africanos do norte da África, os cativos de origem banta se afastavam cada vez mais de suas origens, assumindo papéis sociais mais alinhados à nova realidade.

Para compreensão desse processo de aculturação, citado pelo autor, baseio-me em Mattoso (1982), para apontar que o “bom escravo” passa a se relacionar social e intimamente com seu senhor, bem como com a sua família, desvinculando-se, dia após dia, de suas raízes africanas e travestindo-se de novas concepções de moradia, novas linguagens, nova identidade, sob um acordo velado e consolidado entre senhor e escravo. Desse modo, de acordo com a autora, o senhor de engenho na Bahia não costumava impor, mas incentivar a convivência social em uma espécie de estratégia *modus vivendis*, como um tipo de apadrinhamento, a fim de conseguir a fidelização do escravo, por meio de uma adaptação com o estilo de vida do branco em meio a pretos, conforme se verifica no trecho a seguir:

[...] trata-se, na verdade, de um verdadeiro comércio imposto ao escravo: “dá-me tua lealdade e eu te darei a proteção e a identidade de minha família. [...] “O “viver com” transforma-se em identificação parcial do escravo com o grupo social dos senhores que procuram integrá-lo [...] A aparente amenidade das relações que se estabelecem

entre senhores e escravos, a semelhança de uma adaptação da mão-de-obra obediente e humilde é, na verdade, uma forma eficaz e sutil da resistência do negro em face de uma sociedade que pretende despojá-lo de toda uma herança moral e cultural. (MATTOSO, 1982, p. 103)

Essa relação se propunha, em tese, a promover ganhos para ambas as partes, senhor e escravo: se, de um lado, o senhor conseguia com a obediência, fidelidade e humildade do escravo uma forma de domínio intelectual e cultural – mais fácil, portanto, de conduzir seus negócios – de outro, o escravo se valia de alguns privilégios, como comer e vestir-se bem, conviver na casa grande, longe do trabalho pesado e duro, além de uma forma tácita de conseguir ascensão social em uma sociedade nada acolhedora. Para tanto, a fim de merecer tais privilégios e de conviver na intimidade da família do seu senhor, o escravo diurnamente disponível para seu dono, além de esforçar-se triplamente para alcançar uma personalidade “dócil”: a) aprender a língua de seu senhor; b) converter-se à mesma religião da família; e c) ser proativo e criativo de modo a apresentar valor no seu trabalho. Assim sendo, seguindo a linha de raciocínio de Mattoso (1982), a obediência é uma maneira encontrada pelo negro cativo para refazer a sua vida no novo mundo, a fim de conquistar um lugar social dentro do quadro de valores da sociedade dominante branca.

Mattoso discorre, ainda, sobre as estratégias, por meio de convivência social, utilizadas pelo colonizador para convencimento do escravo, tendo em vista o objetivo de transformá-lo em um trabalhador escravo que fosse humilde, obediente e fiel. A primeira delas se refere ao *convívio familiar*: segundo a autora, a partir de uma inserção do escravo, ainda na infância, na intimidade da família do seu senhor, com liberdade de circular em todos os lugares, inclusive nas grandes propriedades, na casa grande, compartilhando das mesmas brincadeiras de crianças brancas e da afetividade das mulheres da casa<sup>45</sup>.

Vianna Filho corrobora a análise de Mattoso ao relatar que, mais especialmente no recôncavo baiano, os miscigenados afro-brasileiros eram tratados com brandura, como “gente de casa”, assumindo papéis como confidentes, guarda-costas, lacaios de confiança, o que fez surgir o elemento intermediário, a saber, o mulato, que representava uma espécie de intermediação entre os dois polos étnicos, processo que se iniciava no berço com a “mãe preta”,

---

<sup>45</sup> É imprescindível questionar qualquer cenário que pareça muito amistoso no período escravocrata, haja vista muitos escravos, em busca de um alívio para o sofrimento, terem cometido suicídio, ato reforçado pela crença na imortalidade, na possibilidade de renascer em outra vida. Além desse meio de “fuga”, vale destacar também que muitos se refugiavam em quilombos.

com a relação “tia-sinházinha”. Essas culturas, de costumes e crenças distintas, passaram, então, a convergir:

Na economia autárquica dos Engenhos, todos vivendo e morrendo dentro do círculo estreito da indústria do açúcar, foi impossível manter as linhas de separação entre os senhores e escravos cujas relações foram se estreitando ao mesmo tempo que se entrelaçavam as duas culturas, amalgamando se influenciando-se reciprocamente (VIANNA FILHO, 2008 [1946], p. 32)

A segunda estratégia descrita por Mattoso refere-se ao *apadrinhamento*, que ocorre por meio de uma relação com troca mútua em que o escravo goza de privilégios e proteção especial em relação aos demais cativos, uma vez que passa a fazer parte da extensão familiar do seu senhor: “os laços do compadrio são o próprio fundamento da vida de relação. Eles se harmonizam perfeitamente com as regras dessa sociedade brasileira baseada na família extensiva, ampliada, patriarcal” (MATTOSO, 1982, p. 132).

A terceira estratégia é a *religião*. A autora afirma que “o bom escravo” participava das celebrações e orações e compartilhava da fé de seu senhor; porém nem sempre se tratava de uma decisão genuína, mas de uma estratégia de inserir-se socialmente: “a maioria dos escravos nascem, vivem e morrem com as exterioridades da religião, sem jamais terem tido qualquer contato com a doutrina cristã” (MATTOSO, 1982, p. 115). Era através da religião que o discurso de que o bom cristão deveria ser “obediente, humilde e fiel” era assumido como estratégia para incitar no escravo resignação.

Ao compor a forma de aculturação do escravo, Mattoso não se refere necessariamente ao africano banto, porém, tendo em vista os pressupostos trazidos por Vianna Filho, e considerando a preferência por esse tipo de escravo pelos senhores dos agronegócios situados nos interiores Bahia, é possível inferir que o panorama étnico-social descrito pela autora é um desenho claro do processo social ao qual o escravo banto se submetia.

Em relação aos oeste-africanos, Vianna Filho assinala que, mesmo sendo de províncias distintas, estes se uniram em termos religiosos, já que, cultivando religiões muito similares, promoviam cultos pelos quais se fortaleciam contra a dispersão do grupo. Assim, cada vez mais, isolavam-se, como se preparassem para uma luta em prol da fé que cultivavam. Ainda que a maioria tivesse sido enviada para a exploração das minas, os poucos que ficaram foram suficientes para transformar o ambiente social dos africanos e afro-brasileiros na Bahia. Em virtude do tráfico intenso, no século XVIII, que trazia sempre novos cativos da mesma origem geográfica, os cativos oeste-africanos fortaleciam laços com seu território de origem, fato que contribuiu ainda mais para o isolamento do grupo, que se unia por propósitos, crenças e outras

práticas culturais afins. Vianna Filho também afirma que a evidente manifestação da cultura africana dos cativos provenientes da Costa da Mina explica o fato de alguns historiadores, como Nina Rodrigues, terem generalizado a predominância “nagô” ou oeste-africana na Bahia.

Vianna Filho retrata que, devido à cultura do fumo e da cana-de-açúcar, o recôncavo baiano representou a região onde se concentrou o maior número de cativos africanos. Toda atividade nas grandes fazendas e engenhos era desenvolvida por africanos e afro-brasileiros escravizados, desde um simples cafuné no “sinhozinho” até o corte da cana-de-açúcar nas terras dos senhores de engenho. Isso porque, conforme o autor, essas pessoas, mesmo recém-chegadas, rapidamente se transformavam em ferreiros, carpinteiros, marceneiros, cozinheiros, caldeireiros, mestres de açúcar, plantadores de fumo, agricultores, etc.

Ainda sobre esse grupo étnico, Neves (2012) relata que, na Costa da Mina, reuniam-se adjá-evês e os iorubas, os nagôs e os jejes, culturalmente homogêneos em termos de costumes, organizações políticas, religião e estrutura familiar, embora cada etnia possuísse valores peculiares. Todos os segmentos étnicos submissos ao iorubá pertenciam às famílias linguísticas gbe, kwa, fon, ewê, mina e ao tronco nigero-congolês, identificados nos atuais territórios da Libéria e Camarões.

Um traço interessante tratado pelo autor é que havia um estabelecimento de nível de inteligência entre os povos africanos, baseado em padrões de (não)obediência, sendo os oeste-africanos mais rebeldes (minas, hauçás e nagôs) e os bantos mais obedientes (angolanos, benguelas, cabindas, congos, luandas). Noção cultural decisiva para a inferioridade ideológica de domínio de um povo sobre o outro, mesmo na África. Assim, por medo de levantes pelos negros oeste-africanos, em 18 de julho de 1725, o governo central passa a incentivar o tráfico em Angola, em carta ao vice-rei Vasco Fernandes César de Menezes, e a desestimular o da Costa da Mina. No entanto, o vice-rei, por não concordar com a alegação de que os angolanos não possuíam atributos para a exploração de minas, decidiu manter o tráfico na Costa da Mina.

Assim, seguindo Neves, se o africano banto é aquele que, tendo permanecido mais tempo na Bahia, adaptou-se mais facilmente à sociedade europeizada por sua abertura e diplomacia, sendo, por isso, o predileto para atividades domésticas e de agricultura, então é ele que representa a etnia que mais sobreviveu no recôncavo. Vale lembrar que o recôncavo baiano configurava uma região onde a principal atividade era a cultura do fumo e da cana-de-açúcar, além de ser apontado como um lugar de estreitas relações entre colonizadores lusitanos, luso-brasileiros, africanos e afro-brasileiros, o que resultou em uma troca mútua cultural, religiosa e linguística.

Desse modo, espera-se encontrar, nas comunidades rurais afro-brasileiras, sobretudo naquelas situadas na região do recôncavo, traços determinantes desse povo, que, conforme a literatura consultada, deixou importantes marcas de sua língua banta, de seus costumes, pensamentos, atitudes, crenças etc. Aqui, interessa-nos, especialmente, as marcas concernentes à influência da principal língua de comunicação banta no Brasil escravocrata: o quimbundo.

### 3.2.1. RELAÇÕES DE TROCA SOCIAIS ENTRE OS COLONIZADORES E OS AFRICANOS TRAFICADOS PARA O BRASIL SOB A ÓTICA DE MATTOSO (1982)

Até o momento, já se observou que cada grupo étnico africano, genericamente caracterizado, apresentava-se socialmente de formas bastante definidas para a época: o escravo das minas, rebeldes; o proveniente da costa ocidental subequatorial, obediente, humilde e fiel. Embora seja essa uma concepção ampla e, portanto, estereotipada, sobre cada um dos grupos, é válido projetar uma prospecção acerca da relação entre senhor e escravo durante os três séculos de tráfico de pessoas entre os continentes africano e americano.

Sobre isso, Mattoso (1982) descreve como se estabelecia o vínculo social no novo mundo. A autora disserta sobre como se deu o processo de adaptação e de busca por um lugar social do africano em meio a uma cultura distinta. Para tanto, foi preciso um duplo trabalho interacional, porque problemas quanto à religião e à língua se apresentavam nesse processo dialógico, tendo, de um lado, interlocutores do grupo cativo a que já pertencia e, de outro, interlocutores do grupo do qual desejava fazer parte.

No que se refere à religião, como já comentado, ainda que não houvesse entendimento quanto aos dogmas e modo de fé cristã, o escravo ajoelhava-se para rezar e acompanhava os rituais da Igreja, a fim de se mostrar obediente e fiel. Desse modo, Mattoso comenta que havia mais facilidade do escravo em adaptar-se aos hábitos e costumes religiosos do que ao aprendizado da língua: “os escravos brasileiros fizeram-no rapidamente aceitável por quase todos os africanos, juntando nele elementos bantus, iorubas, fons e católicos” (MATTOSO, 1982, p. 105). Segundo a autora, apesar de terem chegado ao Brasil diversas religiões, somente o islamismo implantou-se, de fato, no período colonial, haja vista que, ainda em territórios africanos, essa religião teria exercido “um papel preponderante nos antigos reinos de gana, Mali e Bornu, especialmente em regiões muito urbanizadas, nas quais o seu desenvolvimento se vincula à prosperidade comercial” (MATTOSO, 1982, p. 28).

Quanto ao problema da língua, a autora destaca que, embora não atingisse aos crioulos, que se criavam em convívio com o senhor branco, havia a necessidade de que o africano recém-

chegado<sup>46</sup> pudesse dispor de conhecimento linguístico, a fim de não apenas executar o trabalho escravo, mas também inserir-se socialmente em sua nova realidade de vida. Entretanto, esse não era um caminho fácil: como se viu, devido à seleção negativa dos colonos portugueses, era praticamente inviável a comunicação, dada a existência de diferentes línguas e dialetos falados em determinado grupo de cativos, de modo que restava apenas aprender a ouvir e a falar o português, língua do seu senhor.

Para Mattoso (1982), às vezes, era papel do senhor ou do seu feitor ensinar a compreensão básica do idioma ao cativo africano recém-desembarcado no Brasil; esse ensino, para os senhores, deveria destinar-se a garantir a compreensão das ordens cotidianas, sem que houvesse, portanto, atenção para outras demandas comunicativas. A autora aponta que essa forma de aprender a nova língua, nesse contexto, se dava de maneira rudimentar a partir da convivência com seus companheiros de cativo.

Enfim, Mattoso conclui que são bilíngues apenas os escravos domésticos, que convivem diária e intimamente com seus senhores e família, os quais passam a aprender melhor o vocabulário e a sua forma de expressão, e a influenciar, inclusive, no vocabulário da família (“Molambo”, “moleque”, “mucama”, “tanga”, “mandinga”, “caçulo”), o que se pode observar no trecho a seguir – carregado, vale reconhecer, de preconceito linguístico:

Melhor ainda é o escravo canhestro que vai finalmente deformar a língua falada pelos brasileiros de todas as categorias sociais. Isto é tão verdadeiro que, mesmo hoje, no nordeste, podem-se reconhecer, na pronúncia e no vocabulário dos descendentes das grandes famílias de fazendeiros de cana, deformações idiomáticas herdadas dos escravos das plantações. Dizer “fio por “filho”, “fazê” por “fazer”, é sintoma de toda uma educação vivida em companhia de africanos ou seus descendentes” (MATTOSO, 1982, p. 113)

Outro aspecto importante tratado pela autora é que, no Brasil, a adaptação do escravo no campo ou na mina e a adaptação na zona urbana são diferentes em alguns sentidos: “Escravo dos campos, escravo das minas, escravo dos sertões terão destinos diversos” (MATTOSO, 1982, p. 105). No campo, por exemplo, o escravo era nômade juntamente com o seu senhor, o qual não possuía um grande número de escravos. O senhor, nesse contexto, cultivava um modo de vida rústico, conforme se verifica no seguinte excerto: “Numa pequena fazenda (de algodão, fumo, cultivo de viveres) que emprega apenas 5 ou 6 escravos, ou no sertão, onde os escravos são raros, [a vida comunitária] é ainda mais difícil” (MATTOSO, 1982, p. 136). Na zona urbana, por sua vez, o trabalho ganha destaque para a adaptação do novo escravo, além de a

---

<sup>46</sup> Segundo Mattoso (1982, p. 106): “O apego dos recém-chegados da África revela-se um cimento mais forte que o desejo de assimilação [da cultura branca] dos crioulos [...] por isso aos africanos deve-se a luta por liberdade”.

hierarquização do trabalho ser amena, no sentido de ser pouco estruturada. O escravo urbano, além de possuir maior possibilidade de inserir-se em outra camada social, por meio de suas especialidades, habilidades e competências visíveis em sua profissão liberal (de todo tipo, como, por exemplo, atuando como artesão, marinheiro, comerciante, pedreiro, carpinteiro, etc.), é, de acordo com Mattoso, mais autônomo do que aquele levado para as áreas rurais. Além disso, era possível um maior contato com membros de sua mesma etnia, visto que, na cidade, “a presença do senhor é menos opressiva, mais distante, pois os escravos e seus donos não vivem, em geral, sob o mesmo teto” (MATTOSO, 1982, p. 130).

### 3.4 AS LÍNGUAS DOS POVOS OESTE-AFRICANOS E BANTOS

As discussões empreendidas até aqui permitem mostrar que duas áreas africanas foram exploradas pelo tráfico negreiro do Brasil: a Costa ao Norte do equador (área oeste-africana), de onde se retiravam os africanos conhecidos na literatura por sudaneses, ou oeste-africanos, e a Costa ao sul do equador (área austral), de onde eram provenientes os africanos de origem banta. Assim, Bonvini (2008) afirma que, até o século XVIII, os colonizadores europeus frequentavam apenas as áreas costeiras da África, observação que explica o fato de que, em face às 2067 línguas faladas na África conhecidas atualmente (nígero-congolês: 1495<sup>47</sup>; afro-asiáticas: 353; nilo-saariano: 197; coissan: 22), poucas delas alcançaram o Brasil. Divididas por área, são elas, segundo Bovoni:

#### **Área oeste-africana:**

1. *fula, uólofe, manjaco, balanta* (nígero-congolês – atlânticas);
2. *mandinga* (principalmente), *bambara, maninca, diúla* (nígero-congolês – mandês);
3. *gurúnsi* (nígero-congolês – gur);
4. *eve, fon, gen, aja* (ou jejê) (nígero-congolês – kwa);
5. *ijó* (nígero-congolês – ijoide);
6. *iorubá* (nagô-quieto) (nígero-congolês – benue-congo – defoide);
7. *edo* (nígero-congolês – benue-congo – edoide);
8. *nupe* (tapa) (nígero-congolês – benue-congo – nupoide);
9. *ibo* (nígero-congolês – benue-congo – iboide);

---

<sup>47</sup> Pessoa de Castro (2001, p. 28) classifica o nígero-congolês como subfamília da família congo-cordofaniano, porque abrange também um grupo reduzido e pouco conhecido como o cordofaniano, faladas no Sudão.

10. *haucá* (afro-asiático – chádica);
11. e *canúri* (nilo-saariano – saariano);

**Área austral:**

12. *quissongo, quissicongo, quizombo, quissundi, quivili, iuoio* (fiote), *quiombe* (falada em Cambina e Loango) (nígero-congolês – benue-congolesa – congo H10);
13. *quimbundo* (falada pelos ambundos na região central de Angola – Antigo reino Ndongo) *quissama, quindongo* (nígero-congolês – benue-congolesa – quimbundo H20);
14. *iaca, imbagala, chinji* (nígero-congolês – benue-congolesa – iaca-holo H30);
15. *uchôcue, ochinganguela, chilucazi, luena* (luvale) (nígero-congolês – benue-congolesa – chôcue H10);
16. *chilunda, urunda* (nígero-congolês – benue-congolesa – lunda L50);
17. *chiluba-cassai* (nígero-congolês – benue-congolesa – lulua L30);
18. *omacua* (nígero-congolês – benue-congolesa – macua P30);
19. *umbundo* (falado pelos ovimbundos de Benguela, em Angola), *olunianeca* (nígero-congolês – benue-congolesa – umbundu R10);
20. *ochicuaniana, cuambi* (nígero-congolês – benue-congolesa – cuaniama, indonga R20);
21. *ochiherero* (nígero-congolês – benue-congolesa – herero R30).

Em relação ao primeiro grupo de línguas, o autor (p. 30) afirma que, embora haja um maior número de línguas, são tipologicamente muito diferentes, enquanto o segundo grupo, com menor número de línguas, além de serem tipologicamente semelhantes, foram faladas pela maior parte dos cativos trazidos para as terras brasileiras. Esse dado pode evidenciar a influência exercida no PB a partir do contato com as línguas banto, principalmente no que se refere a estruturas gramaticais da língua.

Em consonância com o autor, ao tratar do primeiro grupo, Pessoa de Castro (2001, p. 33-34) destaca a superioridade de falantes da família linguística *kwa* em relação às demais línguas dos povos oeste-africanos, mais significativamente as línguas *iorubá* e as do grupo *eve-fon* ou *gbe*, que são faladas na parte oriental da Costa do Marfim, sudeste de Gana, Togo e Benim.

Em relação ao segundo grupo linguístico, a autora afirma que “entre os bantos, destacaram-se em superioridade numérica, duração e continuidade no tempo de contato com o colonizador português, três povos litorâneos: 1) bacongo, 2) ambundo e 3) ovimbundos”.

### 3.3.1 AS LÍNGUAS BANTAS

Lucchesi e Baxter (2006) defendem que a somatória total do número de africanos traficados para o Brasil, nos três séculos de comércio escravo, resulta em um predomínio de africanos oriundos das zonas bantas da África média, do grupo niger-congolês, principalmente na Bahia, já no século XVII. Quanto às línguas mais evidentes no Brasil, destacam-se, conforme exhibe mapa abaixo, as das zonas H, R, A, L, K, P, S, B. E, segundo Pessoa de Castro (2001), as línguas mais frequentes encontradas no Brasil são: Bantos da zona H<sup>48</sup>, como o Quimbundo e o Quinongo; da zona R<sup>49</sup>, como o umbundo; da zona A<sup>50</sup>; da zona L<sup>51</sup>; da Zona K/R/H<sup>52</sup>; da zona P/S<sup>53</sup> e da zona B/H<sup>54</sup>, conforme a tipologia de Guthrie (1948 *apud* SCHADEBERG, 2003) observada na Figura 1.

---

<sup>48</sup> A zona H banta contempla as áreas geográficas de de Angola, Congo, Cacongo, Cabinda, Muxicongo, Ambriz, Ambrizete, Molembo, Libolo, Jaga, Ganguela, Monjolo, Loango.

<sup>49</sup> Benguela e Moçamede.

<sup>50</sup> Gabão e Balunda

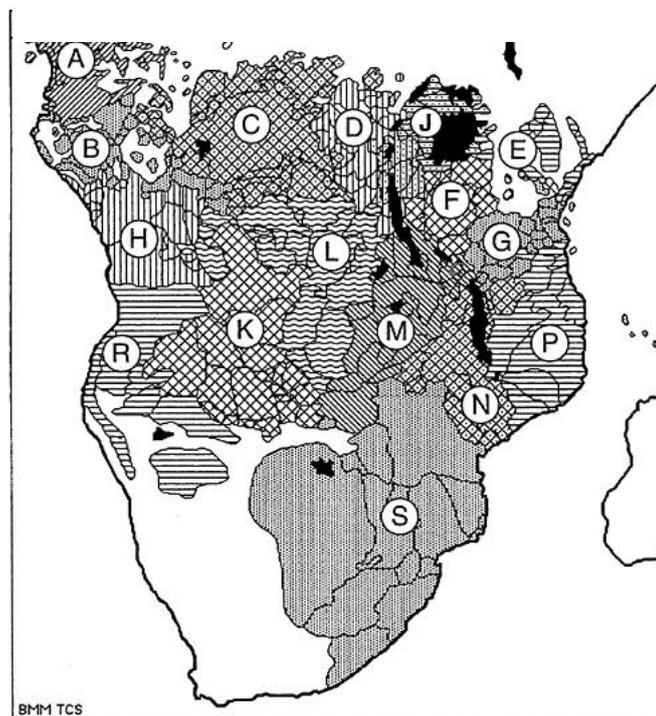
<sup>51</sup> Balundo

<sup>52</sup> Quioco e Amboim

<sup>53</sup> Moçambique e Quelimane

<sup>54</sup> Anjico

Figura 1 - Zonas de Guthrie



Fonte: Schadeberg (2003)

De acordo com Pessoa de Castro (2001), a classificação mais utilizada das línguas bantas pelos estudiosos é a de Guthrie (1948 *apud* SCHADEBERG, 2003)<sup>55</sup>, baseada em traços linguísticos comuns e proximidade geográfica. Esquemáticamente, nessa proposta de classificação, a zona é determinada por uma letra, o grupo, pelo primeiro algarismo numérico, e a língua, pelo segundo, como, por exemplo, o *quicongo* (H16), da zona H, grupo 1, numeração 6; o *quimbundo* (H21), zona H, grupo 2, numeração 1; e o *umbundo* (R11), zona R, grupo 1, numeração 1 (NURSE; PHILIPPSON, 2003; PESSOA DE CASTRO, 2011). As zonas são divididas por Guthrie por uma tipologia linguística pautada por um estudo comparativo entre as línguas bantas, que identificou correspondências sonoras e significados idênticos em conjuntos de palavras e morfemas.

Lucchesi e Baxter (2006) comentam que a semelhança existente entre as línguas bantas que aqui chegaram, de maneira significativa, nos séculos XVI e XVII, deve ter favorecido a formação de línguas gerais africanas nas senzalas e quilombos, sendo de base do quimbundo ou quicongo. No entanto, essas línguas caíram em desuso, com o avanço do português popular, mantendo-se apenas em contextos bastante restritos:

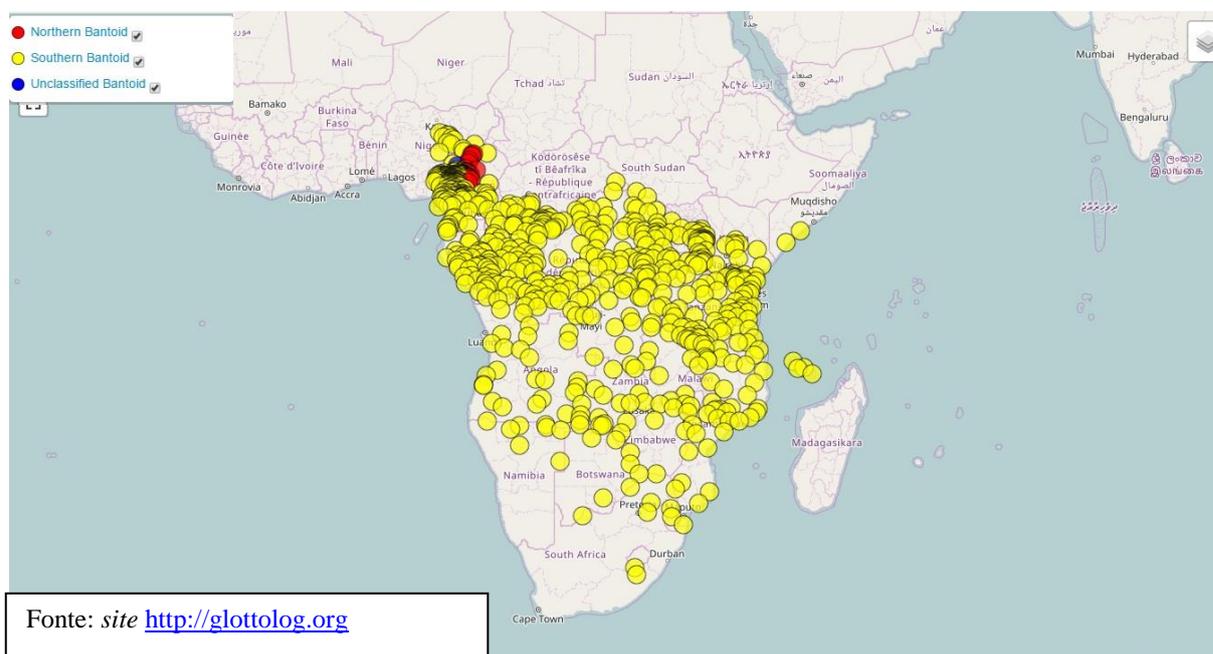
<sup>55</sup> Também utilizada por Bonvini (2008), Pessoa de Castro (2001), Petter (2015) e mapas linguísticos com <http://glottolog.org> e <http://wals.info/>.

Essas línguas chegaram até os nossos dias, em comunidades rurais negras, que as conservam como língua secreta, e também como uma forma de afirmação de sua identidade étnica. Tal é o caso da falange, descoberta recentemente na comunidade do Cafundó, em São Paulo, e da *língua do negro da Costa* em Tabatinga, Minas Gerais, ambas empregam um léxico de base banto (sobretudo quimbundo) com as estruturas gramaticais do português. (LUCCHESI; BAXTER, 2006, p. 187)

Lucchesi (2009a, p. 182) demonstra que várias palavras de origem banta podem ser observadas no PB, como, por exemplo: *cacunda*, *caçula*, *fubá*, *angu*, *jiló*, *carinho*, *bunda*, *quiabo*, *dendê*, *dengo*, *samba*, etc.

Conforme Pessoa de Castro (2001), as línguas bantas são pertencentes à família nigero-congo, do ramo benue-congo. O termo “banto” significa “homens” e designa o grupo de línguas *bantoid*, atualmente faladas por cerca de 190 milhões de pessoas no mundo, principalmente por aquelas da região subequatorial do continente africano, conforme demonstrado no mapa de distribuição das línguas bantas, gerado no *site* <http://glottolog.org> (Figura 2):

Figura 2 Distribuição das línguas bantas na África



São países falantes de línguas *bantoid*: Angola, Namíbia, Gabão, República Popular do Congo (Congo-Brazzaville), República Centro-africana, República democrática do Congo, Camarões, Guiné Equatorial, Malauí, Zâmbia, Moçambique, Burundi, Ruanda, Uganda, Quênia, Zimbábue, Botsuana, Lesoto e África do Sul.

Pessoa de Castro (2001) apresenta a seguinte delimitação: é falante do *quicongo* o povo *bacongo*. A língua é falada nacionalmente nos países da República Popular do Congo, Congo Brazzaville e República Democrática do Congo e à Noroeste de Angola. Ainda de acordo com a autora, quando se tratava de *Reino Congo*, foram traficados para Lisboa os primeiros bantos escravizados provenientes dessa localização, em grandes lotes. São falantes do *quimbundo* os *ambundos*, os quais se agrupam na região central de Angola, entre a sua capital, Luanda, Malanje, Bengo, Cuanza Norte até Ambriz. A autora diz que, com a queda do antigo reino do Congo, Angola passou a ser ponto de referência no século XVII para a comercialização de escravos para o Brasil. Por fim, são falantes do *umbundo* os africanos *ovimbundos*. A língua é falada no sul de Angola, nas províncias de Bié, Huambo, Benguela.

### 3.3.2 AS LÍNGUAS OESTE-AFRICANAS

De acordo com Pessoa de Castro (2001), as línguas oeste-africanas são faladas, ao longo da costa atlântica ocidental africana, nos seguintes países: Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau, Guiné-Conacri, Serra Leoa, Libéria, Burquina-Fasso, Costa do Marfim, Gana, Benim, Togo e Nigéria. A autora destaca a supremacia numérica, no Brasil, dos falantes do grupo linguístico *ewe-fon* ou *gbe* e *iorubá (defoid)*, conforme mapas gerados no site <http://glottolog.org> (Figuras 3 e 4).

Figura 3 Distribuição das línguas da família Kwa no norte da África

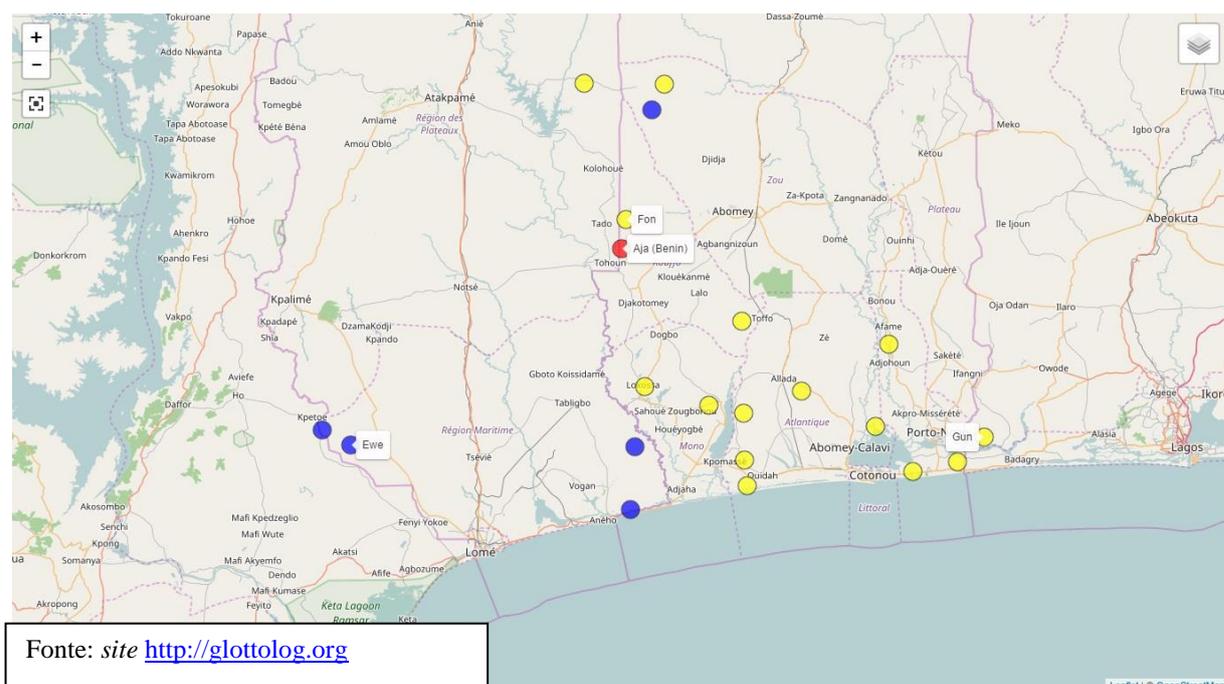
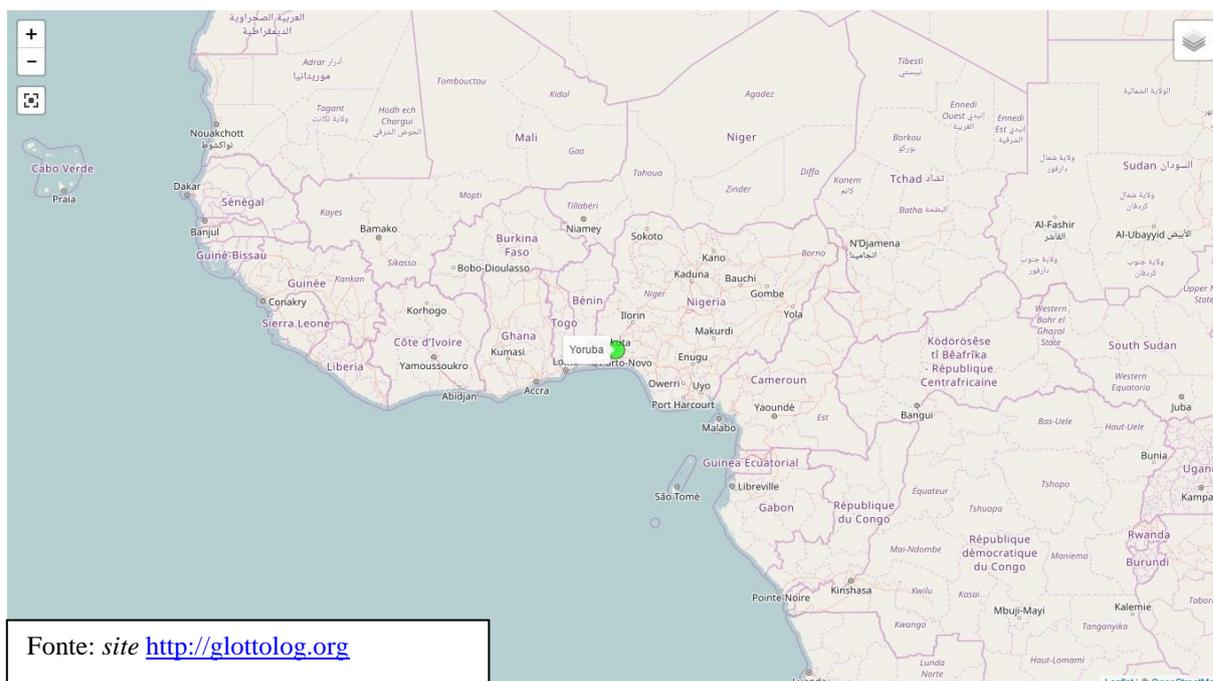


Figura 4 Língua Iorubá no norte da África



De acordo com Pessoa de Castro (2001), são cerca de 10 milhões de falantes das línguas pertencentes ao grupo *ewe-fon*. No Brasil, tais falantes ficaram conhecidos como *jejes*, *minas*, *aladás*, *uidás*, *mahis*, *mundubis*, *savalus*, *anexôs (ou minas)*, *pedás* e foram trazidos ao Brasil, no século XVII, para o Recôncavo baiano, Minas Gerais, Pernambuco, Maranhão e Rio de Janeiro. As principais línguas faladas desse grupo, segundo a autora, são: *ewe*, *fon* ou *fongbe*, *gun*, *mahi*, e *mina* – todas pertencentes à família *kwa*.

Em relação ao *iorubá* (nigero-congolês do ramo volta congo), língua falada na Nigéria ocidental, a autora relata que seus falantes eram conhecidos como africanos *nagôs*, de maneira genérica, já que eram grupos distintos (*egbás*, *oiós*, *ijexás*, *ijebus*, *ifés*, *ondos*, *ibadãs*, *oxobôs* e *ânagôs*). Fato importante é que, na última fase do tráfico africano, foi trazido ao país um número considerável de africanos *nagôs*, devido à queda do império de Oió em 1830, conquistado por hauçás maometanos. Os *nagôs* estabeleceram-se, principalmente, na cidade de Salvador, zona urbana, para trabalhos na cidade e também domésticos (NINA RODRIGUES, 2010 [1933]; PESSOA DE CASTRO, 2001).

A autora destaca, ainda, outro grupo de línguas da família *kwa* proveniente da Nigéria: *Nupe* (tapas), registrada em Salvador, no século XIX, por Nina Rodrigues (2010 [1933]); *Bini*, do estado de Benim; *ibô*, que é, conforme a autora, uma das três maiores línguas do país; Calabari; e Hauçás, também registrada por Nina Rodrigues, língua falada por cerca de 20 milhões de pessoas, especialmente em Togo, Benim e Gana. Pessoa de Castro (2001, p. 40-43)

afirma que, no início do século XIX, um grande número de falantes dessa língua aportou em Salvador para executarem serviços urbanos e domésticos, e, por sua concentração e crença islâmica, promoveram diversas revoltas na capital, sendo uma delas Revolta dos Malês (1830), conforme se verifica no trecho a seguir:

Essas revoltas de que o estudo pouco aprofundado dos historiadores pátrios não tem feito mais do que explosões acidentais do desespero de escravizados contra a opressão cruel e tirânica de senhores desumanos, tem assim a alta significação da mais acabada sucessão histórica. Elas se filiam todas às transformações políticas operadas pelo Islamismo no Haussá e no Iorubá sob a direção dos Fulos ou Fulahs. [...] no conhecimento dos levantes, ia de 1813, data a que chegavam as insurreições conhecidas dos Haussás, até 1826, quando começaram as dos Nagôs. (NINA RODRIGUES, 2010 [1933], p. 45; 50)<sup>56</sup>

Pessoa de Castro (2001, p. 47), ao ilustrar um mapa do Brasil com a distribuição por grupos étnicos, demonstra que, enquanto o grupo banto, assim como os jejês-mina, foi distribuído pelo estado da Bahia, incluindo a zona rural, os grupos iorubanos e hauçás permaneceram na capital, cidade de Salvador, zona urbana. Esse fato evidencia a forte presença do banto nas comunidades rurais afro-brasileiras, que se concentrou, portanto, nas grandes fazendas e engenhos.

Até os dias atuais, segundo Lucchesi e Baxter (2006), é possível observar, no dialeto falado nos terreiros de candomblé em Salvador, capital da Bahia, um rico vocabulário nagô: como reforça Lucchesi (2009a, p. 182), 65,7% do léxico observado na liturgia desses terreiros de candomblé são de origem sudanesa.

### 3.5 A HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS DO BRASIL

Há muito, tem-se defendido que o PB é uma língua resultante de contato, que manifesta marcas fonológicas, morfossintáticas e lexicais fortemente distintas do padrão linguístico do PE. De acordo com Tarallo (1993), na transição entre os séculos XIX e XX, percebe-se a formação de uma nova gramática brasileira, tendo em vista a observação de mudanças linguísticas no PB em comparação ao PE. O autor comenta o trabalho clássico de Francisco Adolpho Coelho (1880 apud TARALLO, 1993, p. 14), o qual demonstra que diversos traços linguísticos observados nos crioulos africanos de base portuguesa também puderam ser verificados no PB, como, por exemplo, a ausência de marca de plural em substantivo e adjetivo

---

<sup>56</sup> Nina Rodrigues mostra que foram os *hauças*, e também os *tapas*, que introduziram a religião islâmica na Bahia e, ainda, antes deles, os *mandingas*, que compartilhavam da mesma crença religiosa.

(*os menino bonito*). Ratificando essas diferenças, diversas investigações mais recentes, seja pelo viés histórico, seja pelo formal, têm atestado fenômenos peculiares à variedade brasileira, em distanciamento à variedade europeia, como:

- a) a realização do OD (clítico no PE: *eu o vi*; pronome forte no PB: *eu vi ele*) (TESSYER, 1997);
- b) a ordem das palavras (PE: *Ela deu-lhe um presente*); PB: *Ela lhe deu um presente*) (TARALLO, 1993)
- c) dupla negação (PE: *Eu não sei*; PB: *eu não sei, não*) (TESSYER, 1997);
- d) preenchimento do sujeito pronominal (*casa que [eu] moro tem trinta e um anos*) (DUARTE, 1993);
- e) uso de pronome resumptivo (PB: *Os linguistas eles são chatos*. PE: *Os linguistas são chatos*.) (GALVES, 1983 apud TARALLO, 1993);
- f) perda de predicados complexos (PE: *O João mandou-me comer a sopa*.. PB: *João me mandou eu comer a sopa*) (CYRINO, 2007).

Esses e outros fenômenos conduziram Tarallo (1993, p. 49) à seguinte conclusão: “O PB é, pois, o resultado da alteração do PE em contato [...] com diferentes grupos étnicos e diferentes línguas, uma situação que não leva necessariamente à criouliização, mas simplesmente à diferenciação dialetal”. Tendo em vista que há, no passado histórico do Brasil, fatos que corroboraram a formação de um contexto culturalmente bastante heterogêneo, marcado por um multilinguismo instaurado pela coexistência de línguas africanas, autóctones e da língua portuguesa (LOBO, 2003; MATTOS E SILVA, 2004), o PB é, sem dúvida, como afirma Tarallo (1993), resultante do contato entre línguas. Assim, partindo do pressuposto de que os fatos sócio-históricos são fundamentais para a compreensão da formação de uma língua, é importante frisar que a presença dos africanos no Brasil é elemento indispensável para explicar a formação do PB, bem como para abordar o objeto de estudo desta pesquisa, principalmente ao se considerar o presente *corpus* de análise, constituído por amostras de informantes afro-brasileiros.

A partir de uma visão mais ampla, esse multilinguismo observado no Brasil apresenta-se em duas fases históricas distintas, de acordo com a proposta de periodização de Lobo (2003, p. 402): i) uma fase de multilinguismo generalizado, em que não haveria processos de urbanização, mas de ruralização, não escolarização e/ou não padronização da língua nacional, cuja conjuntura nacional representava uma sociedade demasiadamente rural e analfabeta; ii)

uma fase de multilinguismo localizado, que se daria a partir do intenso e rápido processo de urbanização, incentivo à escolarização e padronização da língua portuguesa no Brasil.

A primeira fase, conforme a autora, se deu entre os séculos XVI e a primeira metade do século XIX, em que se observa a expansão do mercado colonial, inicialmente com a mão-de-obra indígena, depois africana, gerando fatalmente o contato entre as diferentes línguas continentais, de sorte que não existiu qualquer possibilidade de refreamento ou contenção sobre as mudanças linguísticas no PB. Além disso, em relação a essa fase, a autora atesta a formação heterogênea do português rural brasileiro, decorrente do seu avanço para os interiores brasileiros, desde o século XVII, cujas características linguísticas variam no nível diatópico, por conta das diferentes configurações sócio-histórico-culturais. Observa-se, ainda, nesse período, o ensejo às entradas das mudanças linguísticas na norma falada pela elite colonial brasileira.

A segunda fase, de acordo com Lobo (2003), é caracterizada pela forte influência da urbanização ocorrida, sobretudo, no século XIX, em que não mais se observam diferenças diatópicas, mas diastráticas, isto é, com diferenças linguísticas observadas entre falantes das distintas classes socioeconômicas, tendo em vista o êxodo reverso e a ocupação desordenada das grandes cidades do país. Essa visão é ratificada por Tessyer (1997) ao afirmar que

a realidade, porém, é que as divisões “diletais” no Brasil são menos geográficas que socioculturais. Às diferenças na maneira de falar são maiores, num determinado lugar, entre um homem culto e seus vizinhos analfabetos que entre dois brasileiros do mesmo nível cultural originários de duas regiões distintas uma da outra. (TESSYER, 1997, p. 98)

Lobo (2003) acrescenta que, durante essa fase, houve maior incentivo à padronização da língua, como resultado do processo de escolarização, iniciado pelos imigrantes europeus (LUCCHESI, BAXTER, 2006), fator social ocorrido especialmente no Sudeste brasileiro e que tomaria uma maior proporção no século XX, quando se observa 35% da população alfabetizada. Se, na primeira fase, não haveria como se observar a influência da língua-alvo, o português europeu, sobre os falantes de L2 ou mesmo L1 nascidos do contato, na segunda fase, já se observa uma onda normatizadora, que inibe os processos de variação e mudança no PB, como salienta Lobo.

Os fatos apresentados por Lobo dizem respeito a um contexto sócio-histórico que tem por base diferentes línguas que estiveram em contato, principalmente, ao longo dos quatro primeiros séculos de existência do Brasil, como se discute na seção a seguir.

### 3.5.1 Línguas em contato: a sócio-história do PB

Oficialmente, o Brasil possui 518 anos de história sociolinguística, desde o encontro entre portugueses e indígenas autóctones e, posteriormente, ainda no século XVI, africanos. Embora a língua portuguesa seja atualmente a língua oficial da nação brasileira, nem sempre a comunicação entre os ancestrais brasileiros foi inteiramente inteligível, graças ao ambiente multicultural instaurado através da exploração das terras tupiniquins pelos colonizadores portugueses, quem impôs pouco a pouco o seu idioma materno sobre as demais línguas existentes no país.

De acordo com A. Rodrigues (2006), quando os navios portugueses atracaram no Brasil, em 1500, existiam cerca de 1.200 línguas indígenas; porém, nos dias atuais, restam apenas 180, sobreviventes do genocídio empreendido pelo processo de colonização, a exemplo da ação do governador Mem de Sá, que, em 1557, em apenas uma expedição, dizimou cerca de 130 aldeias tupinambás no Recôncavo baiano. Segundo o autor, o tupi e o tupinambá, do tronco tupi-guarani, eram faladas ao longo de toda costa atlântica brasileira, as quais, a partir do crescimento demográfico de mamelucos, provenientes das relações conjugais entre homens brancos, desacompanhados na viagem, e mulheres indígenas, serviram ao empreendimento colonial de modelo para a formação de uma língua franca entre índios e não índios, denominada *língua geral*. A. Rodrigues (2006) conta que essa língua podia ser encontrada sob a forma de duas variedades: a *língua geral paulista* – de base tupi, falada no sul e sudeste, na capitania de São Vicente; e *língua geral amazônica* – de base tupinambá, falada no norte do país até os dias de hoje. Segundo o autor, refreada pelas medidas legislativas instituídas pelo Marquês de Pombal<sup>57</sup>, em meados do século XVIII, a *língua geral* foi, por séculos, o principal meio de comunicação na colônia brasileira, utilizada como língua materna pelos mestiços e pelos portugueses, no trato comercial; pelos bandeirantes paulistas, nas expedições para exploração de novos territórios; pelas tribos do tronco tupi-guarani, como uma espécie de *koiné*; e pelos jesuítas no processo de catequização até mesmo de indígenas falantes de outras línguas (A. RODRIGUES, 2006; LUCCHESI, 2009a). Lucchesi e Baxter (2006) comentam que o uso da *língua geral* servia, acima de tudo, para estabelecer comunicação entre os colonizadores, a fim de angariar força de trabalho indígena para a extração do pau-brasil e, mais tarde, para o cultivo do açúcar, tabaco e algodão. No entanto, conforme os autores, à medida que avançavam o domínio das terras e a exploração de recursos naturais brasileiros, maior se tornava a

---

<sup>57</sup> Ver também Mattos e Silva (2004).

necessidade de intensificar o processo de escravização humana. Pouco a pouco, tornou-se inviável a mão-de-obra escrava indígena – o que se deveu às campanhas jesuítas para o fim do trabalho escravo indígena e, principalmente, à resistência às práticas escravagistas por parte dos autóctones –, levando a sua substituição pela mão-de-obra escrava africana, em um volume ainda maior (MATTOSO, 1982), com o início dos empreendimentos de cana-de-açúcar, no século XVI, através do sequestro e domínio de homens e mulheres por meio do tráfico negreiro.

A. Rodrigues (2006) observa que, nas comunidades rurais isoladas afro-brasileiras, há a presença do léxico de origem banta, mais especificamente, do *quimbundo*, *umbundo* e *quicongo*, na cidade de Salvador, o *Iorubá* (NINA RODRIGUES, 2010 [1933]) e, em Vila Rica, em Minas Gerais, e, em São Luis do Maranhão, a presença do léxico das línguas *fongbe* e *ewe* nos garimpos das minas. Segundo o autor, a existência de certa recorrência lexical nessas comunidades de fala desmitifica “a crença de que escravos africanos de diferentes línguas tivessem sido sistematicamente misturados nos empreendimentos coloniais, de modo a dificultar-se-lhes a comunicação e a solidariedade” (A. RODRIGUES, 2006, p. 9). O autor afirma que isso pode ter ocorrido eventualmente, mas não sistematicamente, como defende Mattoso (1982) e outros autores, e que não se observam dialetos crioulos de base portuguesa no país, pelas mesmas razões que a língua geral de base tupi-guarani não se perpetuou no Brasil, sobretudo depois da reforma pombalina em meados do século XVIII.

Ademais, embora seja notável o número de não-brancos, principalmente durante o Brasil Império (CASTILHO, 2010, p. 175), com o intenso contato entre línguas africanas e o português, Lucchesi e Baxter (2006) defendem que o número de brancos falantes do português europeu, língua de prestígio político e social (MATTOS E SILVA, 2006), sempre foi suficiente para servir de base para a sua aquisição como língua materna, ainda que de forma irregular, como demonstram os valores percentuais apresentados pelos autores:

No cômputo geral, os brancos portugueses perfazem cerca de 40% da população integrada na sociedade colonial no final do século XVI, sendo os restantes 60% distribuídos entre negros e índios. Os índios são mais representativos nas regiões laterais da colônia na época: São Vicente, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Os centros econômicos mais dinâmicos e progressistas da colônia – Pernambuco e Bahia –, a presença de portugueses, bem como de seus escravos africanos, é mais forte. (LUCCHESI E BAXTER, 2006, p. 183)

Considerando, assim, que a presença branca é a segunda com maior crescimento demográfico no total de brasileiros, depois da africana, em termos absolutos, tal proporção de falantes do português europeu teria facilitado o acesso aos moldes da língua dominante,

inibindo os processos crioulizantes na conjuntura brasileira, embora a presença das línguas africanas tenha destaque quanto às contribuições para a formação do PB.

Ainda sobre a mistura de etnias, outra visão também defendida por Castro (1980 apud CASTILHO, 2010) é a de que a seleção negativa de escravos africanos teria resultado na formação de uma espécie de língua franca de base banta, no âmbito das senzalas, por suas similaridades estruturais morfossintáticas.

A extraordinária complexidade linguística dos povos africanos, associada à prática portuguesa de misturar suas etnias às dos indígenas para dificultar as revoltas, deve ter dado origem, após o século XVII, a um “dialeto das senzalas”, sorte de língua franca, segundo a hipótese de Castro (1980, 2001). Nesse dialeto, tanto quanto nas palavras que passaram para o PB, as línguas bantas tiveram grande importância. (CASTILHO, 2010, p. 181)

Dois pontos são importantes no excerto em destaque. O primeiro deles é que a hipótese de um “dialeto da senzala” é reforçada por Lucchesi (2009a, p. 46), visto que, se com a redução gradativa da presença indígena na sociedade açucareira do nordeste, desde o princípio, os africanos tiveram que adotar o português como segunda língua para se comunicar com os senhores brancos, em “alguns agrupamentos mais homogêneos, em termos étnicos, os escravos [puderam] lançar mão de uma língua franca africana para a comunicação entre eles” (LUCCHESI, 2009a, p. 46). O segundo ponto refere-se ao papel que as línguas bantas desempenharam nas variedades do PB, sobretudo no PB-afro falado nas comunidades rurais da Bahia, já que o número de africanos falantes do *quimbundo*, *umbundo* e *quicongo* teria sido bastante elevado, mormente em regiões rurais mais isoladas, onde se construíram os engenhos com a mão-de-obra escrava banta.

Por fim, Mussa (1991) defende que, em vez de se admitir que houve uma língua geral de base banta, é melhor que se compreenda que, no processo de aquisição do português como segunda língua, os africanos apresentavam graus diferentes de aprendizagem, a depender do papel social que desempenhavam na sociedade colonial.

[...] os negros ladinos e os escravos domésticos e urbanos tendiam mais a abandonar a língua materna (quando não serviam esporadicamente de ‘línguas’ ou intérpretes), o que certamente os levaria a expandir o uso do português, enquanto o grupo de negros novos e escravos rurais, maioria como se disse, deviam ter no português apenas uma língua de intercurso com a sociedade branca, sendo admissível que conservassem as respectivas línguas maternas nos vários e pequenos grupos linguísticos que se formavam nas senzalas, guardando para ela algumas funções fundamentais. (MUSSA, 1991, p.15,152)

Esses africanos que aprendiam a língua portuguesa de forma limitada são reconhecidos na literatura como escravos *boçais* (LUCCHESI, 2009a), pois usavam a língua apenas para a comunicação emergencial. Lucchesi (2009a) argumenta que os *ladinos*, nos termos de Mussa (1991), em geral, desempenhavam o papel de domésticos na casa-grande dos engenhos, os quais não apenas eram mais expostos à língua-alvo, como também terminavam por interferir no processo de aquisição do português dos filhos de seus senhores, imprimindo em seu idioma materno marcas do contato com as línguas africanas. Assim, ainda de acordo com o autor, a língua portuguesa servia aos africanos como língua franca para comunicação com os senhores brancos, e, onde era possível, também com os seus pares.

Como se observa na seção 3.1, durante os três séculos de tráfico africano legal no Brasil, os negros escravizados foram submetidos a condições sub-humanas, sendo tratados como mercadoria para intercâmbio comercial. Esse tormento durava antes, durante e depois do embarque nessas rotas. Depois do embarque, por exemplo, sofriam com a adaptação difícil em relação à cultura e costumes europeus, o que incluía o aprendizado obrigatório do idioma do branco colonizador. Como já assinalado, o fluxo de entrada de escravos africanos no país era bastante contínuo e, muitas vezes, envolvia indivíduos que não eram da mesma origem, de modo que nem sempre era possível desenvolver uma língua de intercurso, no âmbito da senzala (cf. MATTOSO, 1982; MATTOS E SILVA, 2004; LUCCHESI; BAXTER, 2006; LUCCHESI, 2009b; LUCCHESI, 2015), apesar das evidências de que isso teria sido possível em alguns pontos específicos do país, como observa A. Rodrigues (2006).

Tendo por enfoque as situações de convívio e adaptação do escravo africano no Brasil, Mattos e Silva (2004) aponta que, especialmente nos séculos XVI e XVII, o Brasil se encontrava em um contexto de multilinguismo generalizado (LOBO, 2003), já que eram faladas mais de mil línguas indígenas e, mesmo com o genocídio de várias tribos indígenas, ainda se mantiveram cerca de 200 delas e da língua geral indígena, além de centenas de línguas africanas, devido ao aumento populacional dos negros sudaneses e bantos ao longo os séculos. Apesar desse multilinguismo, durante todo o período colonial, a autora demonstra que a língua do colonizador prevaleceu no Brasil em virtude da violência física, psicológica e moral por que passaram os escravos africanos, os quais eram culturalmente forçados a usar o português como língua de contato com o colonizador e também com seus pares, coagidos, primeiramente, pela onda da standardização do português pelas medidas pombalinas, e ao longo do período colonial, pela chegada cada vez maior dos portugueses ao Brasil.

Como afirma Lucchesi (2009a), até o início do século XVII, a língua portuguesa se expandia paralelamente à expansão do agronegócio açucareiro e da sociedade branca que o

acompanhava. A disseminação dessa língua foi viabilizada não apenas pelos portugueses, mas também pelos africanos que a aprendiam de forma descontínua e fragmentada e a transmitiam para seus filhos. Ainda segundo o autor, esse avanço da língua portuguesa se deu também devido ao início da exploração de jazidas de ouro e pedras preciosas, em Minas Gerais, no final do século XVIII, o que, por conseguinte, levou às expedições bandeirantes pelos interiores onde se falavam a língua geral indígena. A expansão do português deveu-se, ainda, à migração massiva de portugueses ao Brasil, fazendo com que a sua língua avançasse do Nordeste em direção ao sudeste do país pelo caminho do rio São Francisco (cf. LUCCHESI, 2015). Lucchesi (2015) chama esse estágio da expansão do português no Brasil de “primeira onda de lutanização”; apesar disso, como assume o autor, a língua estrangeira proveniente de Portugal teria que conviver com outras línguas estrangeiras da África, faladas pelo público escravo em meio a ambientes de opressão cultural, ideológica e linguística.

Outro fator crucial para a forte influência e considerável expansão do português como principal língua de intercuro no Brasil em detrimento das outras foi a chegada da corte portuguesa em 1808 (LUCCHESI; BAXTER, 2006), período denominado por Lucchesi (2015) de “a segunda onda de lutanização”, que desencadeou um processo de urbanização por causa da chegada de um número de cerca de 25 mil membros da elite lusitana. Sobre isso, Mussa (1991) apresenta um quadro que caracteriza ao menos no século XIX, a proporcionalidade de etnias existentes no Brasil, conforme é demonstrado no Quadro 3, a seguir.

**Quadro 3** - Distribuição das etnias no Brasil no século XIX

<b>GRUPO ÉTNICO</b>	<b>1850</b>	<b>1890</b>
<b>Branços</b>	2.486.000	6.302.198
<b>Índios</b>	302.000	5.934.291
<b>Mestiços</b>	2.732.000	
<b>Negros</b>	2.500.000	2.097.426
<b>Total</b>	<b>8.020.000</b>	<b>14.333.915</b>

Fonte – Mussa (1991, p. 149)

No quadro, a população de mestiços e negros é superior à de brancos, na primeira metade do século XIX, enquanto na segunda metade do século o número de brancos supera ao das demais etnias, devido à chegada da corte portuguesa no Brasil, a partir de 1808, denotando a forte influência da cultura dos europeus em relação às demais etnias, conforme afirmam Lucchesi e Baxter (2006). Segundo os autores, se entre os séculos XVI e XIX não se observam mudanças drásticas no quadro social do Brasil, tendo em vista que grande parte da sociedade

se encontrava na zona rural, esse novo quadro demográfico da “segunda onda” alterou consideravelmente a conjuntura econômico-social do Brasil, passando a sofrer fortes influências da industrialização e do processo de urbanização, sobretudo no Rio de Janeiro, que passou a ser um grande centro urbano até meados do século XX, quando se tornou capital do Brasil em 1763. Nesse período, conforme Lucchesi (2009a), se, de um lado, a língua portuguesa ganhou mais força devido ao crescimento urbano e ao acesso à cultura literária e ao padrão normativo proveniente do novo grupo étnico lusitano, do outro lado, os africanos e afrodescendentes prosseguiram aprendendo ou adquirindo a língua portuguesa de forma precária, em contextos inóspitos e hostis e, por diversas vezes, fazendo uso de sua língua africana materna.

O tráfico transatlântico foi decretado ilegal pela Inglaterra em 1830, porém, no Brasil, a abolição da escravatura somente ocorreu em 1888, como já demonstrado na seção 3.1. Lucchesi (2009a) considera esse período crucial para as consequências linguísticas que se observam no PB, pois algumas famílias alforriadas receberam doações de terra e passaram a viver da cultura de subsistência, permanecendo, dessa forma, à parte do crescimento industrial das grandes metrópoles. Não bastassem essas famílias, o autor aponta que outras famílias migraram para interiores desocupados em busca de uma vida nova, juntando-se, em algumas ocasiões, com as comunidades quilombolas, formadas a partir de escravos foragidos da escravidão. Além disso, aquelas famílias que permaneceram ou migraram para os grandes centros, como afirma o autor, ocuparam “as periferias, em situação de grande miséria e marginalidade” (p. 52), em um processo de ocupação desordenada, já que os morros e as periferias seriam os locais ermos para começar a nova vida. As circunstâncias pós-abolição foram, de fato, importantes para o contexto histórico sociolinguístico do PB, pois, segundo Lucchesi (2009),

deslocados do grande processo produtivo e abandonados pelas políticas públicas, essas comunidades de ex-escravos formavam nichos, nos quais se conservariam as mudanças decorrentes do contato entre línguas massivo e abrupto; podendo-se imaginar que, nos casos mais radicais das comunidades mais isoladas, continuariam em uso variedades crioulistas do português, como os remanescentes do “falar crioulo” descobertos, no início da década de 1960, em Helvécia, no Extremo Sul do Estado da Bahia, por Carlota Ferreira (1984), ou mesmo línguas francas de base lexical africana, das quais podem ser um reflexo as línguas secretas, descobertas na década de 1980 nas comunidades de Cafundó, em São Paulo (FRY; VOGT; GNERRE, 1981; VOGT; FRY, 1982, 1983, 1985), e Tabatinga, em Minas Gerais (QUEIROZ, 1984). (LUCCHESI, 2009, p. 52)

Esse estado de isolamento em que se encontravam essas comunidades por mais de um século é aspecto fundamental para os estudos de cunho sócio-histórico e sociolinguístico, haja

vista que o vernáculo de seus falantes conserva traços linguísticos decorrentes do período do contato entre línguas. No entanto, como demonstra o próprio autor, com o alcance das redes de comunicação em massa, por meio da televisão e rádio, e agora o avanço das tecnologias para liberação da internet, o padrão institucionalizado do português termina por influenciar o português vernacular dessas comunidades cada vez mais no sentido de “cima para baixo”, nos termos de Labov (2008 [1972]).

Com o fim da escravidão, entre os séculos XIX e começo do século XX, chegaram ao Brasil cerca de 3 milhões de imigrantes dos continentes da Europa e da Ásia, dando início ao trabalho formal assalariado (BAXTER; LUCCHESI, 2006; LUCCHESI, 2009). De acordo com A. Rodrigues (2006), destacam-se indivíduos da Europa falantes de dialetos italianos e alemães, o iídiche, o holandês, o polonês, o ucraniano, o russo, o lituano, o húngaro, o grego moderno; e da Ásia, falantes do armênio, do árabe, do japonês, do coreano e dos dialetos chineses. De acordo com Lucchesi (2009), esses imigrantes chegaram ao Brasil para trabalhar como força de mão-de-obra para os empreendimentos no campo, tendo acesso às normas mais populares do português com as marcas do contato entre línguas faladas pelos afro-brasileiros, ex-escravos africanos ou mestiços. Entretanto, devido à sua bagagem cultural, ascenderam socialmente de maneira acelerada e passaram a ter contato com a elite burguesa, levando para a norma culta desse reduzido grupo as formas não-padrão provenientes dos dialetos populares com os quais tiveram contato em um primeiro momento, em um movimento de “baixo para cima” (LABOV, 2008 [1972]).

Com a chegada dos imigrantes estrangeiros, o ensino formal passa a ocupar um lugar de destaque, representando um agente propulsor da estandarização do português no Brasil nesse segundo período. Segundo Baxter e Lucchesi (2006), “a massificação do ensino básico as razões para o desaparecimento das marcas mais drásticas das alterações produzidas pelo extenso contato entre línguas ocorrido nos séculos anteriores” (p. BAXTER; LUCCHESI, 2006, p. 181). Dessa forma, a polarização linguística defendida por Lucchesi (2015) entre a norma culta falada pela pequena elite brasileira, branca em sua maioria, e as normas faladas no Brasil torna-se mais tênue em comparação aos primeiros séculos da fundação do país, porém continua a existir e a se refletir, sobretudo, no vernáculo falado por indivíduos de diferentes níveis sociais, culminando em um contexto de multilinguismo localizado, conforme proposta de periodização de Lobo (2003), e manifestando-se nas diferentes regiões do país.

Como se pode observar, muitas razões sócio-históricas levaram o português a assumir o estatuto de língua oficial do Brasil, em direção a uma institucionalização e à normatização dessa língua, em detrimento da média de 250 línguas africanas que neste país chegaram por via

do tráfico africano (PETTER, 2006), ou das cerca de 1.200 línguas indígenas que no Brasil de 1500 se falavam (A. RODRIGUES, 2006). Ao passo que o PB não se apresenta como um molde perfeito e homogêneo do padrão linguístico da variedade europeia, a força motriz da imposição da língua portuguesa pela reforma pombalina, a chegada da corte portuguesa e o avanço da normatização da língua por meio do ensino formal foram fatores que também contribuíram para que o PB não adquirisse caráter de crioulo típico, como aconteceu em outros países colonizados por Portugal<sup>58</sup>, como as ilhas de São Tomé e Príncipe, Angola, Cabo Verde, entre outros (LUCCHESI; BAXTER, 2006; LUCCHESI, 2009a; 2015). Não se pode negar, portanto, que a formação do PB se deu em contexto bastante profícuo e ideal para um processo de formação inicial de *pidgin*, seguido de criouliização. No entanto, não há um consenso no tocante à hipótese mais adequada para explicar os fenômenos particulares que tornaram o PB diferente da variedade europeia, conforme apresento na seção a seguir.

### 3.5.2 Hipóteses sobre a formação da gramática do PB

Três principais hipóteses no âmbito da sociolinguística histórica surgem para explicar como se originou a variedade brasileira do português: a) *criouliização prévia* (GUY, 1981 apud TARALLO, 1993); b) *deriva/evolução natural* (NARO; SCHERRE, 1993; 2003; 2007); c) *Transmissão Linguística Irregular* (BAXTER; LUCCHESI, 1993; 1997; LUCCHESI, 2006; 2009b; 2015).

#### 3.5.2.1 Criouliização prévia

Como já mencionado, Baxter (1996) e Lucchesi (2009b) afirmam que o processo de criouliização surge a partir de um *pidgin*, um código de emergência que naturalmente deixa alguns *gaps* que são preenchidos através de processos de gramaticalização de formas lexicais. Nos termos de Lucchesi (2009b, p. 63), essas formas são “decalçadas ou não das estruturas originais das línguas de substrato”. Sobre essa hipótese, Tarallo (1993) menciona que Francisco Adolpho Coelho (1880 apud TARALLO, 1993) foi um dos primeiros teóricos a pensar o PB como um produto de processo de criouliização, quando observou que a supressão de plural e outros traços linguísticos também se manifestavam nos crioulos afro-portugueses. Essa hipótese teria sido retomada em destaque a partir de Guy (1981a apud TARALLO, 1993), que se baseia

---

<sup>58</sup> Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor Leste.

em evidências linguísticas e históricas para argumentar em favor da *crioulização prévia* do PB: tendo em vista o contexto sócio-histórico brasileiro colonial (vd. Capítulo 3), o Brasil seria um país propício à formação de um crioulo de base portuguesa. Apesar dessa defesa do autor, a hipótese prediz que essa crioulização teria acontecido apenas nos primeiros séculos do Brasil colonial, tendo havido, entretanto, uma descrioulização em direção a um padrão da variedade europeia, processo pelo qual é possível reverter mudanças ocorridas durante o estado crioulizado, reforçando a hipótese da *deriva secular*. Conforme explicam Baxter e Lucchesi (1997), a hipótese da crioulização prévia parte do pressuposto de que as línguas que serviram de substrato puderam influenciar na gênese das mudanças linguísticas estruturais em direção a um processo básico de crioulização.

Quanto às evidências linguísticas, Guy (1981a *apud* TARALLO, 1993), pautando-se pela comparação com outras línguas crioulas, demonstra que o PB apresenta marcas de crioulização, especialmente morfossintáticas e fonológicas, como: a) concordância no sintagma nominal; b) concordância sujeito-verbo; c) apagamento do -s final (coda); e d) desnasalização de vogais finais. Em análise semelhante, em defesa da hipótese da formação de um semi-crioulo, Holm (1988) afirma que o PB apresenta características aproximadas a outras línguas crioulas de base portuguesa; no entanto não teria sido produto de um processo de crioulização radical.

Quanto às evidências históricas, a proposta de Guy é a de que o PB teria todas as condições necessárias para a crioulização: grande quantidade de africanos em relação ao de brancos, presença majoritária de algumas etnias em pontos específicos do país, como os sudaneses em Salvador (NINA RODRIGUES, 2010 [1933]), além de outros fatores demográficos, geográficos e sociais.

Apesar de não descartar a possibilidade de *crioulização prévia* do PB de modo pontual, Mattos e Silva (2006) rebate a defesa de Guy, afirmando que a sua proposta é muito generalizante e que não se pode considerar o PB como um crioulo estável no Brasil inteiro, nos primeiros séculos, devido ao contexto de multilinguismo generalizado em todo o país (LOBO, 2003). Já Tarallo (1993) questiona a posição apaixonada do autor, argumentando que o PB: i) se difere dos demais crioulos porque “é fisicamente distante dos lugares onde as línguas-substrato foram, ou ainda são, faladas” (p. 31); ii) compartilha propriedades com outras línguas (crioulas ou não), distanciando-se do PE; iii) aproxima-se da variedade europeia apenas quanto à tradição literária, que continuaria a respaldar-se no acervo português; iv) os dois dialetos estão distanciando-se em direções distintas gramaticalmente, conforme comentário do autor a seguir.

Assim, o Brasil é visto como um campo vasto e fértil para a alteração do PE: “O Brasil com suas 873.000 mil milhas quadradas, povoadas, é verdade, por enquanto apenas por uns 10 milhões de habitantes, oferece um campo vasto à alteração do português...” (cf. Coelho, 1880: 37). O PB é, pois, o resultado da alteração do PE em contato (e esta palavra é crucial aqui) com diferentes grupos étnicos e diferentes línguas, uma situação que não leva necessariamente à criouliização, mas simplesmente à diferenciação dialetal (TARALLO, 1993, p. 49).

Lucchesi (2009b) acrescenta mais um fator contra a uma *criouliização prévia* de Guy, uma vez que o nível de criouliização de uma língua é inversamente proporcional à facilidade de acesso à língua-alvo, e, em termos demográficos, o elemento branco europeu sempre foi significativo no Brasil colonial, ainda que em valor percentual menor em relação ao elemento africano.

Contrariamente à proposta da interferência das línguas de substrato resumida nesta seção, a deriva secular, conforme se verifica na seção a seguir, prediz que as mudanças observadas no PB são decorrentes de um padrão já previsto na história da LP.

### 3.5.2.2 *Deriva secular*

A respeito da hipótese da Deriva secular, Naro e Scherre (1993; 2001; 2007) defendem que as diferenças estruturais, analisadas por Guy como resultado de criouliização, estão, em verdade, disponíveis tanto em documentos históricos do português arcaico quanto na variedade não-padrão moderna de Portugal. Segundo os autores, há a observação da variação linguística como aquelas estruturas linguísticas observadas no PB: i) primeira pessoa com marca flexional de terceira pessoa; ii) concordância variável nominal e verbal; iii) ausência de preposições. Os autores explicam que fenômeno como em i) ocorre no PB devido à série de neutralizações já codificadas na norma padrão (ex.: eu amava/ele amava); no tocante ao item ii), os autores explicam que a concordância de número no PB caminha para um uso de um padrão sem marcas, inicialmente com as marcas com menor saliência fônica (ex.: sabe/sabem; garage ~ garagem) até as mais salientes (ex.: comeu/comeram; é/são); quanto ao item iii), o qual interessa para esta pesquisa, os autores desenvolvem uma explicação em torno dos traços de saliência fônica em relação à posição sintática em que ocupa o sintagma preposicional e os traços de concordância do sintagma nominal encaixado neste.

Assim, tendo em vista a hipótese de que o PB é a continuação do português arcaico, já que se observam o mesmo tipo de variação diante da análise diacrônica, tais mudanças já eram previstas no sistema, isto é, representam tendências no percurso histórico da própria língua.

Dessa forma, o contexto sócio-histórico de situação de contato entre línguas, ocorrido durante o período colonial e pós-colonial no Brasil, com a presença da diversidade de línguas nas diferentes comunidades afrodescendentes, somente teria feito com que tais processos de mudança ocorressem de maneira vertiginosa no PB do que no PE. Portanto, segundo os autores, as diferenças linguísticas, como os traços de concordância variável, observadas entre o PB e o PE, não podem ser tomadas como motivadas por processos de mudanças diferentes, mas que no PB há maior peso dos *inputs* no processo de aquisição do português. Lucchesi (2012) afirma que o que chamam de menor peso do *input* verificado no PE nada mais é do que uma “flutuação rarefeita do emprego de concordância nominal e verbal” (p. 268) e que isso nada tem a ver com a variação “maciça” observada nas variedades populares do Brasil.

É importante salientar que, embora não desconsiderem a situação de contato entre línguas ocorrida no Brasil, Narro e Scherre (1993; 2001) questionam se o PB é resultado de um processo de criouliização, haja vista que não se pode comprovar a influência inequívoca de qualquer língua de um grupo étnico específico; além disso, conforme os autores, também não há vestígio do surgimento de um *pidgin* de base lexical portuguesa, semelhantemente ao Tok Pisin, desenvolvido na Nova Guiné (SANKOFF; LABERGE, 1980 *apud* NARO; SCHERRE, 2003). Talvez não tenha como se comprovar a formação de crioulo brasileiro, como afirmam os autores, mas, em contextos históricos específicos, a literatura observa a formação de grupos étnicos próximos ou semelhantes (MUSSA, 1991; LUCCHESI, 2009a), como o grupo nagô em Salvador verificado por Nina Rodrigues (2010 [1933]).

Outra vertente teórica mais atualizada, contrária à teoria dos autores, é tratada por Baxter e Lucchesi (1993; 1997; 2006), os quais admitem que foi a situação precária de aquisição do português como língua-alvo, não uma deriva secular, que teria desencadeado nos efeitos de simplificação morfológica na variação de concordância verbal e nominal. Essa abordagem é conhecida por Transmissão Linguística Irregular (TLI), cujo teor é mais flexível no sentido de que assume que algumas comunidades de fala, como as comunidades afro-brasileiras da Bahia, teriam passado por estágio mais criouliizado, conforme explico na seção a seguir.

### 3.5.2.3 *Transmissão Linguística Irregular*

A hipótese de transmissão linguística irregular do tipo leve baseia-se no reconhecimento de que a língua portuguesa falada pelo colonizador tornou-se uma variedade do português, mas não uma nova língua como nos casos típicos de criouliização (LUCCHESI; BAXTER, 2009, p.

107). Segundo Lucchesi e Baxter (2009, p. 109), a diferença básica entre a criouliização e a transmissão linguística irregular é a de que:

a transmissão linguística irregular constitui um *continuum* de níveis diferenciados de socialização/nativização de uma L2 adquirida de forma mais ou menos imperfeita, em contextos sócio-históricos específicos. Já a criouliização típica se situa no extremo desse contínuo, numa situação em que o acesso à língua de superstrato foi extremamente reduzido, desencadeando um processo de reestruturação linguística independente, cujo resultado é a formação de uma nova língua qualitativamente distinta dessa língua (LUCCHESI; BAXTER, 2009, P. 109)

Conforme Baxter e Lucchesi (1997; 2006) e Lucchesi (1999; 2003; 2009b), o PB seria o resultado de um processo de Transmissão Linguística Irregular (TLI) do tipo leve, tendo em vista a chegada constante de navios negreiros ao longo de três séculos: a cada nova chegada, reiniciava-se o processo de aquisição do português como língua-alvo, em situação de multilinguismo; porém o *input* era diferente, o que não permitiu o surgimento de uma língua crioula, um processo de transmissão linguística irregular forte de aquisição de língua. Segundo os autores, essa nova variedade linguística, resultante de TLI leve, distancia-se em menor escala da língua-alvo (ou de superstrato), porque se apresenta com um grau leve de erosão gramatical da língua-alvo e de recomposição gramatical da língua de substrato, apesar da observação da existência de graus mais elevados em comunidades rurais mais isoladas. De acordo com os autores, a TLI resulta basicamente em uma variedade da língua-alvo, apresentando-se como uma nova realidade linguística, sobretudo quanto às normas populares, isto é, o PB manifesta alterações visíveis; porém não são tão radicais quanto ao que se verifica na formação de um *pidgin* ou crioulo típico:

Nesses processos menos intensos, predomina a perda de substância gramatical (eliminação; variação do uso de morfemas flexionais, conectivos, regras de movimento, etc.), sendo raros e marginais os casos de reestruturação original da gramática. Nesse sentido, não consideramos plausível a transferência de estruturas das línguas de substrato para o português (BAXTER; LUCCHESI, 2006, p. 172).

Os autores explicam que os fatores externos são de extrema importância no tocante ao grau/nível de reestruturação de uma língua. No que se refere ao PB, segundo Baxter e Lucchesi (2006), diversos fatores foram impeditivos para a formação de um crioulo brasileiro em nível considerável, em favor da TLI do tipo leve:

- a) o acesso mais facilitado à língua-alvo do que aquele verificado na formação das línguas crioulas, com número relevante de brancos falantes do português no Brasil;

- b) as condições sub-humanas a que foram submetidos os africanos e afro-brasileiros, incluindo alta taxa de mortalidade, retirando-lhes qualquer chance de integração social e, conseqüentemente, forçando-lhes a adquirir e aprimorar com o tempo a língua do branco para obter tal integração;
- c) o uso de língua franca de base africana;
- d) a imposição da língua do colonizador em vistas à maior proficiência do português;
- e) a convivência integralizada de escravos domésticos, mineiros e urbanos, os quais adquiriram a norma mais aproximada à da língua-alvo;
- f) a miscigenação entre pessoas de distintas culturas, sendo esta a principal e decisiva razão, segundo os autores, para a não formação de um crioulo brasileiro, mas a formação de uma variedade que envolve um processo de TLI, pelo fato de ser o processo mais integralizador.

Tais razões, ainda segundo os autores, giram em torno da integralização social do escravo afrodescendente e africano, já que envolve uma via de mão dupla: de um lado, a assimilação da norma do português culto ou padrão, falado pela população dominante, pelo grupo dominado, que inibe os processos de reestruturação original da gramática; do outro, a influência das mudanças ocorridas nas normas mais populares em decorrência do contato entre línguas na norma mais culta ou padrão (BAXTER; LUCCHESI, 1997; 2006; LUCCHESI, 1999; 2003; 2009b). Apesar dessas razões, os autores consideram também a possibilidade de ter havido um processo de TLI mais forte, beirando a criouliização, em comunidades mais isoladas, formadas majoritariamente por grupos étnicos comuns, como uma fazenda distante dos centros urbanos ou mesmo em um quilombo formado por ex-escravos foragidos.

Quanto às características linguísticas do processo de TLI, ainda segundo Baxter e Lucchesi (1997; 2006;) e Lucchesi (2009b), a marca mais evidente encontra-se nas normas populares do PB, através do aumento de formas não marcadas, como o emprego da concordância verbal e nominal, e da simplificação morfo-fonológica geralmente menos saliente e menos transparente, e menor quantidade de traços funcionais e semânticos. Um exemplo dessa simplificação é a inserção da preposição *para* no lugar de *a* ou mesmo estruturas do tipo COD observadas nas variedades afro-brasileiras baianas, as quais também são reflexo desse contexto sociolinguístico.

Nesta pesquisa revalida-se a ideia de que a formação do PB envolve uma propensão à formação de um crioulo, decorrente de fatores sócio-históricos, seguida de um movimento inverso que potencializa a influência da língua de superstrato, o PE, nos primeiros anos

coloniais, e o PB culto em momentos posteriores, configurando-se em uma transmissão linguística irregular do tipo leve, conforme argumentam Lucchesi e Baxter (2009). Para esta pesquisa, considero que, no que tange às construções ditransitivas dinâmicas e as preposições que introduzem o dativo, o processo de transferência irregular teria sido pouco intenso, porque, conforme argumento a seguir, envolve a mudança paramétrica da gramática do dativo do PB-afro.

Tendo em vista que a formação do PB envolve aspectos resultantes do contato, no capítulo a seguir, apresento os principais aspectos teórico-metodológicos, a fim de respaldar a análise dos dados no tocante ao seu caráter como pesquisa sociolinguística.

## 4 PRINCÍPIOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA TEORIA DA VARIAÇÃO E MUDANÇA

Nesta seção, apresento resumidamente os princípios fundamentais da abordagem teórico-metodológica da Teoria da Variação e Mudança (TVM), os quais orientam e fundamentam a presente pesquisa, com o intuito de fornecer subsídios teóricos para a manipulação do método sociolinguístico para a sistematização dos dados empíricos que serão utilizados na análise do fenômeno variável investigado.

### 4.1 PRESSUPOSTOS PRÉ-LABOVIANOS

No início do século XX, diversos autores pré-labovianos discutiam a respeito das definições do objeto de estudo da ciência Linguística. No fervilhar dessas discussões, que deram origem ao que se conhece atualmente como Linguística Moderna, inaugurada no século XX, evidencia-se o conflito teórico a respeito do caráter social da língua. Na perspectiva da Linguística soviética, Nicolai Marr surge com a ideia de que uma única língua pudesse refletir uma luta de classe social e provocar um advento mundial do socialismo através dela. Esse pensamento foi partilhado pelo filósofo Mikhail Bakhtin, já que concebe o signo linguístico como lugar da ideologia do indivíduo e a língua como um fenômeno social de interação manifestada através de enunciações (CALVET, 2002). Assim sendo, a concepção de língua deixa de ser meramente abstrata e desprovida de interesses sociais e passa a ser uma ferramenta ideológica que emerge no ato comunicativo da fala no transcorrer da interação verbal. Na perspectiva da Linguística na França, Marcel Cohen, em 1956, elenca uma série de tópicos relacionados aos estudos sociológicos da linguagem, dentre eles, a distinção entre variedades faladas na zona urbana e na zona rural, além das diferenças entre níveis sociais (ALKMIM, 2001). Além desses, o linguista francês Antoine Meillet, ao considerar o fato social do objeto da Linguística, filia-se às concepções do sociólogo Émile Durkheim, como se verifica no excerto a seguir:

A primeira condição da linguagem é a existência de sociedades humanas [...] os limites das várias línguas tendem a coincidir com os grupos sociais [...] A linguagem é, assim, eminentemente um fato social. Na verdade, está exatamente dentro da definição proposta por Durkheim[:] as características da exterioridade ao indivíduo e

de coerção pelas quais Durkheim define o fato social aparecem na linguagem com uma clara negação (MEILLET, 1982 [1918], p. 230)<sup>59</sup>

Para Meillet (1982 [1918]), não há compreensão dos fatos da língua se não houver referência aos fatos sociais e históricos. Essa visão distingue-se da de seu mentor Saussure (2012 [1916]), cujo axioma fundamental é o entendimento da *langue* (língua) como um sistema linguístico abstrato, inalterável por fatores sociais, autônomo e homogêneo – externo ao falante. Para ele, a fala *parole* (língua) é a externalização social concreta da *langue* inerentemente abstrata, e, por ser compreendida como uma manifestação caótica, não se constitui parte do sistema, que é naturalmente homogêneo, isto é, “a língua, distinta da fala, é um objeto que se pode estudar separadamente [...] é exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la” (SAUSSURE, 2012 [1916], p. 46). Assim, embora haja um reconhecimento da relação entre língua e sociedade, Saussure força a ruptura entre o estudo da língua e as relações sociais e aspectos históricos em torno da fala, assumindo a língua, enquanto sistema inalterável e invariante, como o único objeto da Linguística, e determinando que esta seja investigada por meio do enfoque sincrônico, desprezando subliminarmente a influência dos fatores diacrônicos na língua (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]; LUCCHESI, 1998; CALVET, 2002) – diferente de Meillet (1982 [1918]), que considera a língua um fato social e elemento variável que pode ser observado a partir das mudanças ocorridas nos grupos sociais –, ao manter a oposição entre sincronia e diacronia<sup>60</sup>. Essa visão saussuriana sacrifica a notável variação nas línguas, porque desconsidera a dinamicidade e evolução inerentes nas línguas humanas, que são promovidas por fatores internos à língua e externos, por razões históricas e sociais.

Apesar da forte tendência da corrente estruturalista fixada por Saussure, a associação dos estudos da língua aos estudos sociológicos proposta por Meillet foi, sem dúvida, inovadora para a época, quando não se concebia o fator social como elemento importante para os estudos linguísticos. Essa abordagem se aproxima aos pressupostos labovianos, cuja definição de língua

---

<sup>59</sup> Do original: Le langage a pour première condition l'existence des sociétés humaines [...] les limites des diverses langues tendent à coïncider avec celles des groupes sociaux [...] le langage est donc éminemment un fait social. En effet, il entre exactement dans la définition qu'a proposée Durkheim[ : ] Les caractères d'extériorité à l'individu et de coercition par lesquels Durkheim définit le fait social apparaissent donc dans le langage avec la dernière évidence (MEILLET, 1982 [1918], p. 230).

<sup>60</sup> Para Saussure (2012 [1916]), a sincronia é sistemática, é fato estático, “relação entre elementos simultâneos”, seus termos são “coexistentes e formam um sistema”, é o estado da língua e depende da diacronia, pois é observado que qualquer mudança “tem repercussão em todo o sistema”. Já a diacronia é fato evolutivo, há “substituição de um elemento por outro no tempo”, seus fatos são “sucessivos” e “substituem-se uns aos outros sem formar sistema entre si”, não é sistemática, e sim particular, heterogênea e isolada, além de “exterior ao sistema”. Para ele, o sistema sincrônico pode ser condicionado pelo diacrônico, mas nunca ao contrário.

pressupõe a existência da instituição social e da existência de um sistema diferenciado, em que se inclui a heterogeneidade como um aspecto inerente às línguas naturais humanas (LABOV, 2008 [1972])<sup>61</sup>. Em outras palavras, para Labov, não há como se estudar a língua como um sistema independente e autônomo sem se observar também o contexto social, que é desenhado pela cultura e história dos falantes que a empregam. Até o final do século XX, essa nova tendência laboviana viria a inaugurar uma nova perspectiva dos estudos linguísticos e a negar os postulados estruturalistas fundamentados principalmente nas ideias saussurianas, como se observa na seção a seguir.

#### 4.2 PRINCÍPIOS TEÓRICOS DA SOCIOLINGUÍSTICA

A definição da *Sociolinguística*<sup>62</sup> ou *Teoria da Variação e Mudança* (TVM) é, segundo Labov<sup>63</sup> (2008 [1972], p. 215) “uma abordagem de pesquisa linguística que se concentra na língua em uso dentro da comunidade”. Essa área representa uma das subáreas da ciência Linguística, embora não tenha surgido com esse propósito, dado que o próprio Labov (2008 [1972]) considera essa expressão redundante<sup>64</sup>, já que, pressupondo a intrínseca existência do fator social das línguas humanas, é impossível investigar uma língua sem se observar o comportamento social da comunidade que a utiliza. Assim sendo, a proposta do pesquisador era, em verdade, a de questionar e reformular o olhar sob os fenômenos linguísticos, que deixaria de ser apenas um olhar formal, estritamente linguístico, e passaria a considerar também os aspectos sociais em torno do objeto investigado. Isso fica bastante claro quando Labov diz

Estaremos preocupados com as formas das regras linguísticas, sua combinação de sistemas, a coexistência de vários sistemas e a evolução destas regras e sistemas com o tempo. Se não houvesse necessidade de contrastar este trabalho com o estudo da língua fora de seu contexto social, eu preferiria dizer que trata simplesmente de linguística (LABOV, 2008 [1972], p. 216).

A TVM, então, desponta como uma abordagem teórica cujo enfoque é a constante social relacionada às manifestações linguísticas heterogêneas de comunidades de fala, que, por sua

---

<sup>61</sup> Versão traduzida por Marcos Bagno, Marta Scherre e Caroline Cardoso.

<sup>62</sup> O termo fixou-se em 1964 em um congresso sobre Sociolinguística organizado por William Bright, em Los Angeles, na Universidade da Califórnia (ALKMIM, 2001, p. 28).

<sup>63</sup> Labov é considerado o pai da Sociolinguística e a ele se atribui o marco inicial desse novo ramo da Linguística.

<sup>64</sup> Respeitando a inquietação do autor, resolvei assumir a expressão “Teoria da variação e mudança” nesta pesquisa.

vez, são de grupos de falantes que compartilham (inconscientemente) traços linguísticos entre si (LABOV, 2008 [1972], p. 188).

Labov funda um modelo de análise linguística capaz de sistematizar a variação observada na oralidade, ao persistir, apesar das barreiras ideológicas, na ideia de relação entre língua e sociedade, conforme o próprio Labov (2008 [1972]) narra em sua introdução:

[...] existiam barreiras ideológicas para o estudo da língua na vida diária. Primeiramente, Saussure tinha enunciado o princípio de que os sistemas estruturais do presente e as mudanças históricas do passado tinham de ser estudados separadamente (1949:124). Este princípio tinha sido consistentemente erodido por Martinet (1955) e outros que encontraram estrutura nas mudanças passadas, mas pouco progresso fora feito na localização da mudança nas estruturas presentes. A segunda barreira ideológica afirmava explicitamente que a mudança sonora não podia, em princípio, ser observada diretamente. Bloomfield defendia a regularidade da mudança sonora contra a evidência irregular do presente declarando (1933:364) que quaisquer flutuações que pudéssemos observar seriam apenas casos de empréstimo dialetal. Em seguida, Hockett observou que, embora a mudança sonora fosse lenta demais para ser observada, a mudança estrutural era rápida demais (1958:457). **O estudo empírico da mudança linguística estava, portanto, eliminado do programa da linguística do século XX.** (LABOV, 2008 [1972], p.13-14, grifo nosso).

Esse ponto é relevante, porque demonstra a retomada dos estudos da mudança linguística – ponto principal dos estudos pré-saussureanos, elaborados pelos pesquisadores histórico-comparativistas e neogramáticos no século XIX –, que haviam sido deixados em segundo plano pelo estruturalismo saussureano no século XX. Tendo em vista esse propósito de reforma no âmbito da teoria linguística, é que surge a proposta de fundamentos para os estudos da Mudança Linguística<sup>65</sup>, divulgada pelos estudiosos Uriel Weinreich, William Labov e Marvin Herzog, durante o evento *Directions for Historical Linguistics: A symposium*, em 1968, momento em que os estudos da TVM retomam o enfoque aos estudos diacrônicos e dinamizam a investigação científica na época, através de um estudo fortemente baseado em fatos empíricos.

Publicada nos Estados Unidos, na obra, Weinreich, Labov, Herzog (2006 [1968])<sup>66</sup>, doravante WLH, criticam a concepção de homogeneidade do sistema linguístico tratado nos pressupostos teóricos da herança estruturalista. Sobre esse aspecto considerado problemático nos estudos dos autores, WLH argumentam que a teoria linguística deve romper com a visão

---

<sup>65</sup> Apesar de a retomada aos estudos da mudança linguística ser atribuída ao trabalho desenvolvido por WLH, na opinião de Lucchesi (1998), durante a década de 1960, Labov filia-se aos estudos de Gauchat. O autor comenta que a pesquisa de Gauchat é considerada o “protótipo” dos estudos sobre a mudança linguística na Sociolinguística atual, conforme reconhece o próprio Labov (1982), pois Gauchat foi o primeiro a desenvolver uma investigação cujo objeto de estudo era a mudança em progresso.

<sup>66</sup> Versão traduzida por Marcos Bagno.

de que uma estruturalidade requer homogeneidade e explicam que a chave para se determinar uma concepção de mudança linguística deve partir de uma descrição da “diferenciação ordenada”, nos termos dos autores, observadas na língua de uma comunidade. Em favor da existência de ocorrências linguísticas heterogêneas em comunidades de fala investigadas, Labov (2008 [1972], p. 215) argumenta que “a heterogeneidade linguística é o resultado natural de fatores linguísticos fundamentais”. E ainda acrescenta que

A língua é uma forma de comportamento social. Crianças mantidas em isolamento social não usam a língua – Ela é usada por seres humanos em um contexto social, comunicando as suas necessidades, ideias e emoções (LABOV, 2008 [1972] p. 215).

No excerto acima, sobre a concepção de língua e a noção de variação, Labov defende que a existência da variação linguística não é aleatória ou arbitrária, haja vista que a língua possui um caráter heterogêneo natural cuja função fundamenta-se na necessidade de estabelecer as relações sociais humanas. Para o sociolinguista, não existe língua sem variação e a heterogeneidade linguística passa a ser considerada um dos princípios sistêmicos inerentes às línguas naturais e, por conseguinte, à comunidade de fala e suas relações sociais. Com isso, cai por terra a ideia de “variação livre” ou “não condicionada”, assim como também a de *code-switching* (alternância de código ou mistura dialetal de dois sistemas) dos estudos estruturalistas (Labov, 2008 [1972], p. 221), haja vista que, em ambas as abordagens, as variantes se encontram externas ao sistema. Surge, então, através das pesquisas de Labov a concepção de *heterogeneidade ordenada*, que é um atributo da língua em que se concebe a realização de várias formas de falar dentro de uma comunidade em função de fatores internos (de natureza diversa) e externos à língua (como sexo, idade, estilo, *status* social, etc.). Demonstrando que é possível se estudar a heterogeneidade, WLH (2006 [1968], p. 36) orientam que a investigação linguística deve considerar a descrição de dados empíricos – dados reais de fala, tendo em vista a sua relevância para a verificação desse princípio teórico, o qual, por sua vez, é a explicação para a viabilidade da comunicação entre indivíduos da mesma comunidade de fala, mesmo em meio a um ambiente diversificado, o que termina por desconstruir a ideia da homogeneidade das línguas humanas.

Esse sistema linguístico heterogêneo, porém, ordenado, segundo Labov (2008[1972]), é constituído de *regras categóricas* e *regras variáveis*. As regras variáveis, nos termos de Silva-Corvalán (1988), possuem a função de determinar eixos linguísticos capazes de identificar os fenômenos de variação, além disso tais regras podem ser extralinguísticas ou intralinguísticas

ou ainda pela combinação de ambos. Para fins de representação, conforme (TT), a autora apresenta três notações, a seguir.

- |                      |  |
|----------------------|--|
| (i) Regra categórica | $x \rightarrow y / \{AB\} - C$                             |
| (ii) Regra opcional  | $x \rightarrow (y) / \{AB\} - C$                           |
| (iii) Regra variável | $x \rightarrow \langle y \rangle / \langle AB \rangle - C$ |
- (SILVA-CORVALÁN, 1988, p. 59)

Em (i), a autora explica que  $x$  funciona como  $y$  em ambos os contextos, de modo categórico  $AxC$  e  $BxC$ . Em (ii),  $x$  pode opcionalmente funcionar como  $y$ , sendo  $AxC$  ou  $BxC$ . Em (iii), a interpretação é a de que  $x$  se converte variavelmente em  $y$ , em contextos de  $AxC$  ou de  $BxC$ , sendo que o primeiro contexto favorece mais a conversão de  $x$  para  $y$ . No inglês, considera-se uma regra categórica, como em (i), o fato de que adjetivos não podem ser marcados em número gramatical, o morfema de plural manifesto apenas no nome, como em *the famous german castles*, sendo agramatical a marcação de plural adjetivo *\*the famouses germans castles*. Diferente do clássico fenômeno da variação na concordância nominal no PB, em que se verifica que a regra é variável, como em (iii), entre a aplicação da marca de plural  $-s$  e  $\emptyset$ , como em “os carro  $\emptyset$  preto  $\emptyset$  / os carros pretos”. É regra opcional no PB, como em (ii), por exemplo, a posição do adjetivo, que pode ocorrer antes ou depois do nome, como em “o grande bebê” ou “o bebê grande”, já no inglês essa regra é categórica, pois, quando se refere ao tamanho, esse adjetivo é usado apenas antes do nome, como em *the big baby*, sendo agramatical *\*the baby big*. É válido mencionar que, de acordo com Silva-Corvalán (1988), o efeito de um fator social sobre uma variável linguística não necessariamente tem o mesmo efeito em outra variável, sendo os resultados muito peculiares, a depender das motivações linguísticas e externas ao fenômeno.

Duas pesquisas realizadas por William Labov sobre o inglês vernacular, considerando os aspectos sociais relacionados à língua, deram início à abordagem teórica conhecida atualmente por Teoria da Variação e Mudança. O primeiro estudo, em 1963, tratou de questões referentes às mudanças em progresso na Ilha de Martha’s Vineyard, no litoral de Massachusetts. Esse estudo é caracterizado por um primeiro esforço de Labov em observar, durante o período entre 1933 e 1961, a mudança na pronúncia dos ditongos (ay) e (aw), focalizando seu processo de centralização, levando-se em conta fatores sociais como sexo, idade, ocupação, origem étnica e atitude do falante. Labov (2008 [1972], p. 22) foi à ilha e entrevistou cerca de 70 pessoas, percebendo, por volta de 30 anos depois dos primeiros estudos realizados na ilha por

Guy Lowman, várias mudanças, uma delas, por exemplo, foi o fenômeno de centralização da variável (ay) que terminou por atingir a variável (aw), e, além disso, outra mudança foi a frequência alta desse fenômeno sobretudo entre as pessoas com idade entre 30 e 60 anos. Labov (2008 [1972]) conclui que a centralização dos ditongos (ay) e (aw) foi marcada principalmente pelas atitudes sociais dos entrevistados e essa atitude está ligada estreitamente ao fato de que, nessa época, muitas pessoas tiveram de sair do continente de origem e foram para a ilha por razões econômicas. Por razões identitárias, os nativos, então, passaram a centralizar tais ditongos, a fim de se distinguirem dos imigrantes que não centralizavam de maneira alguma. Com isso, com um olhar para língua como um fato social, o trabalho de Labov na ilha de Martha's Vineyard tem servido como modelo de referência para o entendimento de como a interferência dos fatores sociais, como o julgamento de prestígio e estigma social, são fundamentais para a explicação dos fenômenos em variação e mudança nas línguas. Sobre esse assunto, Mendes (2016, p.103) argumenta que os estudos desenvolvidos por Labov inspiraram o que se conhece hoje por *Terceira onda da Sociolinguística*, que, segundo o qual, é a retomada do esforço dos estudos sobre a mudança linguística em torno do emprego de certas variantes linguísticas de maneira consciente com base em valores, significados e construtos sociais. O autor explica que esse tipo de variação é fixado a partir dos valores culturais e históricos, porém contextualizados localmente e também que essa é uma forma sociolinguística por meio da qual o falante se comporta socialmente, a fim de se posicionar diante das situações à sua volta.

O segundo estudo, em 1964, é referente à estratificação social de (r) em três novas lojas de departamentos da cidade de Nova Iorque. Nesse estudo, Labov (2008 [1972], p. 65) levanta a hipótese de que “se dois subgrupos quaisquer de falantes nova-iorquinos estão dispostos numa escala de estratificação social, logo estarão dispostos na mesma ordem por seu uso diferenciado do (r)”. A escolha dessas lojas por Labov não foi aleatória: sabia-se que tais lojas eram representações de diferentes estratos sociais: Loja Sacks, de classe alta, Loja Macy's, de classe média, e Loja S. Kleins de classe desprestigiada socialmente. A fim de se exemplificar, confirmando a sua hipótese, um dos resultados da pesquisa de Labov em Nova Iorque mostrou que há uma frequência maior do uso do (r) em relação aos informantes da loja de *status* mais alto, frequência intermediária em relação àqueles das lojas de *status* médio e baixa frequência em relação aos informantes das lojas de classe baixa. Nessa pesquisa, Labov constata não apenas as diferenças em relação a *status* social com base na localização das lojas, mas também com base nas diferenças de preços entre elas, obtendo o mesmo resultado: a loja de maior prestígio social (Sacks), com preços mais altos, apresentou-se com maior número de dados de (r) pós-vocálico. Nesse estudo, Labov comprova a sua hipótese de que a estratificação social,

como posição social, é um fator determinante na escolha dos fenômenos variáveis observáveis no vernáculo dos falantes.

Ambas as pesquisas de Labov foram importantes no sentido de demonstrar cientificamente a possibilidade de descrever e analisar os fenômenos linguísticos em variação e mudança em progresso, não apenas com base nos fatores condicionantes internos à língua, como também nos fatores externos de cunho social. É incontestável que, nesses estudos, Labov objetivava determinar o padrão linguístico dessas comunidades com base na estratificação social e julgamento social da amostra selecionada, demonstrando que a variação observada nas línguas não tinha caráter arbitrário e esporádico, como uma falha na comunicação, ou uma “variação livre”, conforme destaca o autor: “ao invés de chamar isso de variação livre [...], nós avançaremos [...], usando toda a chave disponível para descobrir **o padrão** que governa a distribuição dos ditongos centralizados” (LABOV, 2008 [1972], p. 28, grifo nosso). Assim, ao encontrar o padrão de comportamento linguístico de uma comunidade de fala, o estudioso em pesquisa sociolinguística deve, com base nos princípios teóricos da TVM, demonstrar o caráter heterogêneo da variedade de língua observada, através de uma análise fortemente empírica do seu objeto de investigação. Além disso, é válido afirmar que a presunção de condicionamentos de fatores externos ao objeto linguístico investigado na análise linguística e a indispensável verificação empírica torna os estudos labovianos cruciais para uma revisão considerável dos estudos linguísticos e os coloca em posição distinta no campo dos estudos da Teoria geral da Linguística.

Labov (2008 [1972]) visava também a apresentar resultados que pudessem tornar visível o aspecto social inerente às línguas, de modo que a existência de uma heterogeneidade estruturada seja concebida como um aspecto universal das línguas. Assumindo essa premissa, a perspectiva laboviana faz cair por terra a hipótese de que a língua é um sistema homogêneo, livre de variações e de mudanças, externo ao indivíduo, conforme teoriza Saussure (2012 [1916]). Para a construção dessa teoria, embora não venham, *a posteriori*, desenvolver uma teoria formal sobre o caráter inato da mudança linguística, WLH admitem que os estudos universalistas de Chomsky trouxeram contribuições importantes para a Linguística, sobretudo, quanto às restrições do sistema. Os autores sugerem ainda que, assumindo o caráter universal do sistema da Linguística formal, é possível se fazer um estudo sobre a mudança basicamente de duas formas, a saber:

Em sua forma forte, a teoria preveria, com base numa descrição de uma língua em algum período de tempo, o curso de desenvolvimento que tal língua seguiria dentro de um intervalo específico. [...]. Numa versão mais modesta, uma teoria da mudança

linguística afirmaria simplesmente que toda língua constantemente sofre alteração, e formularia sobre a transição de um estado de língua para um estado imediatamente sucessivo. Além disso, ela poderia prever que nenhuma língua assumirá uma forma que viole os princípios formais postulados como sendo universais nas línguas humanas. (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968], p. 34-35).

Dessarte, apesar de apresentarem uma posição contrária em relação à homogeneidade do sistema, WLH incorporam em sua teoria esse caráter restritivo, abstrato e universal em relação aos fatores condicionantes existentes no sistema linguístico, já que observam que as línguas continuam a sofrer mudanças, porém os falantes continuam a se comunicar de modo eficiente, sem quaisquer problemas. Os autores defendem a ideia de que, a fim de garantir o bom funcionamento da língua e de possibilitar o falante a desenvolver a capacidade de interpretar as diferentes formas de falar no meio social em que vive<sup>67</sup>, as estruturas heterogêneas pertencem à competência linguística, não ao desempenho, em crítica ao gerativismo de Chomsky (1957), ou à *parole* abordada no estruturalismo de Saussure (2012 [1916]). Nessa visão, os autores acrescentariam à premissa chomskyniana da universalidade das línguas a possibilidade de o sistema variar e mudar dentro das restrições peculiares aos princípios naturais das línguas, isto é, mesmo que haja interferência de fatores externos em uma língua, os processos que dão origem a uma variação e/ou a uma mudança nela verificados estão subordinados ao próprio conjunto de regras universais do sistema linguístico abstrato. Dessa forma, a heterogeneidade é, portanto, propriedade universal das línguas humanas. Conforme a argumentação do Labov, sem a assunção do caráter universal da heterogeneidade, um falante não seria capaz de se comunicar com os demais, mediante a toda a diversidade com a qual esse se depara diariamente no contato com diferentes pessoas em seu cotidiano em diferentes contextos situacionais. Um paralelo a essa visão pode ser feito quando se compara à ideia geral lançada na teoria gerativa, conforme Chomsky (1981), de que o falante possui um sistema cognitivo internalizado particular (Língua-I), e de que, a partir da faculdade da linguagem, uma criança em fase da aquisição da linguagem, ao experimentar hipóteses no decorrer da interação social, é capaz de prever regras de sua língua. Assim, se para Chomsky o objeto de estudo é a língua internalizada (a Língua-I), para Labov, ao considerar a interação social, é a comunidade de fala, observada no conjunto de dados que definem um grupo social. A interface entre as duas abordagens que examino aqui é complementar, de modo que a primeira interessa-se em uma

---

<sup>67</sup> Sobre isso, Lucchesi (1998, p. 187) questiona o lugar onde se situa o objeto da Sociolinguística se nos padrões de fala observados na coletividade ou se na competência linguística do indivíduo. O pesquisador diz que as diferentes respostas a esse questionamento são resultado das contradições que o modelo emergente introduz no âmbito da Linguística Geral.

investigação “de dentro para fora” da língua enquanto um conjunto de mecanismos linguísticos universais, e a segunda em uma investigação “de fora para dentro” do universo da comunidade de fala, heterogênea por natureza.

Por fim, é irrefutável a afirmação de que os estudos pioneiros de Labov trouxeram importantes contribuições para a Linguística Moderna ao propor uma nova base teórica como a TVM, dados os princípios teóricos lançados por Labov (2008 [1972]; 1986), como, em primeiro lugar, a assunção da língua como um sistema heterogêneo, variável e mutável, de modo que toda pesquisa sociolinguística deve ser guiada a partir das variações imanentes desse sistema e que vão refletir realidade multifacetada da comunidade de fala; em segundo, a consideração dos valores sociais e culturais de uma comunidade na observação dos fenômenos linguísticos; e em terceiro, o pressuposto primário de que não há como se estudar a língua sem a forte verificação empírica dos dados de uma comunidade.

#### 4.3 PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS DA SOCIOLINGUÍSTICA

Para desenvolver um estudo com base na TVM, consideram-se os princípios metodológicos discutidos e apresentados pelos estudos labovianos, que são, por excelência, condizentes com os pressupostos teóricos apontados na seção anterior.

De acordo com Labov (2008 [1972], p. 242), não existe falante de um único estilo. Essa premissa é concluída a partir da observação dos estudos em campo realizados pelo autor, segundo o qual, os falantes podem alternar no estilo em função do contexto social e do tópico de conversação, a depender da atenção que se prestar à própria realização da fala. Labov argumenta que essa alternância pode ser observada a partir das autocorreções na fala e do grau de envolvimento emocional ao que é dito, que vai desde uma fala mais monitorada em nível formal a menos monitorada, natural. Tendo essa alternância de estilo em mente, um dos princípios metodológicos da TVM, para a observação de um fenômeno variável em uma comunidade de fala, é a extração do seu *vernáculo* cuja concepção, nos termos de Labov (2008 [1972], p. 244), é “o estilo em se prestar o mínimo de atenção ao monitoramento da fala”. Assim, por outra forma, é a fala espontânea e natural pela qual uma pessoa se expressa em uma conversa informal e despretensiosa. É apenas a partir de uma situação natural de comunicação que o pesquisador consegue obter bons dados para o estudo da variação e mudança de determinado fenômeno linguístico. Para tanto, de acordo com o autor, não há maneira melhor que o método da *entrevista individual gravada* para a coleta de dados em quantidade suficiente para a análise linguística do fenômeno estudado, porém, igualmente à importância do método

de obtenção de fala vernacular, a entrevista também consiste em uma tarefa sistemática (não espontânea). A esse dilema metodológico, Labov dá o nome de *paradoxo do observador*, haja vista a presença estranha do pesquisador, quem terá de desvendar a forma como as pessoas falam espontaneamente na comunidade, além da presença do equipamento de gravação de áudio, que serve para fazer os registros do vernáculo do informante durante a entrevista. Para superar o impasse dos constrangimentos da situação de entrevista, o autor sugere que se façam alguns intervalos e pausas, para que o entrevistado julgue que não está sendo entrevistado naquele momento ou mesmo envolver as pessoas com tópicos conversacionais de modo que essas recobrem situações passadas de fortes emoções. A fim de se alcançar uma neutralização na captura dos dados e atenuar os efeitos da presença dos equipamentos utilizados para a coleta, Tarallo (1986) acrescenta que o pesquisador precisa envolver-se no processo de investigação e, para isso, deve ingressar na comunidade através de um líder ou de um membro local, aprender sobre a comunidade e alguns traços do dialeto local, buscar maior interação com falante e atuar como um “aprendiz interessado”, através de um diálogo que contenha narrativas pessoais e de memórias afetivas.

O próximo passo após a coleta dos dados vernaculares é investigar o padrão<sup>68</sup> de comportamento linguístico do objeto teórico e localizar em que contexto social está inserido na comunidade de fala. Para seleção da variável, Labov (2008 [1972], p. 26) diz que, para identificação do objeto teórico da pesquisa, o fenômeno variável deve possuir a propriedade de: i) ser frequente e corriqueiro na comunidade de fala, capaz de ser observado no curto espaço de tempo das entrevistas; ii) ser estruturalmente integrado ao sistema linguístico; iii) e que possa ser exaustivamente estratificado (estratos ordenados da sociedade, como escolaridade, faixa etária, nível social etc.). Tendo isso em vista, à escolha de um fenômeno variável precede a observação no dialeto da comunidade selecionada dos casos de variação que indicam diferentes usos, mas com o mesmo valor, do objeto linguístico a ser investigado. Esses diferentes usos de mesmo valor são definidos pelos estudos da TVM como *variantes*, isto é, segundo Labov (2008 [1972]), são diferentes formas de dizer algo em um mesmo contexto com o mesmo valor de verdade.

Outrossim, Labov<sup>69</sup> conceitua as *variáveis linguísticas* como o conjunto de variantes linguísticas e as classifica em dois grupos: *variável dependente* e *variáveis independentes* ou

---

<sup>68</sup> Sobre os padrões linguísticos de uma comunidade de fala, Labov (2008 [1972], p. 225) afirma veementemente que “os membros de uma comunidade de fala compartilham, sim, um conjunto comum de padrões normativos, mesmo quando encontramos uma variação altamente estratificada na fala real”.

<sup>69</sup> Labov (2008 [1972]) refere-se à variável como uma regra do sistema.

*explanatórias*. Estas, como o próprio nome já sugere, não apresentam dependência entre si e podem influenciar na realização da *variável dependente*, enquanto aquelas sofrem influência pelo grupo de *variáveis independentes*, já que são condicionadas por estas<sup>70</sup>. Por sua vez, quanto às variáveis independentes ou explanatórias, estas podem ser *linguísticas*, isto é, possuir alguma função comunicativa, ou *extralinguísticas*, que é relacionada com o contexto social (LABOV, 2008 [1972], p. 275). No que tange à variável dependente, é exemplo o fenômeno objeto desta pesquisa: *preposições introdutoras de dativos em verbos ditransitivos dinâmicos*, a esta variável, atribuem-se três estratégias distintas, conforme em (iv-vi) a seguir.

- |              |   |
|--------------|---|
| (iv) a-DAT   | Maicon entregou a bolsa a [DAT o menino]          |
| (v) para-DAT | Maicon entregou a bolsa para (pro) [DAT o menino] |
| (vi) Ø-DAT   | Maicon entregou Ø [DAT o menino] a bolsa          |

Nos exemplos em (iv-vi), as variantes estão em concorrência, sendo o primeiro exemplo a manifestação da *variante padrão da norma culta brasileira* (doravante variante padrão), relativa ao que está dito na gramática normativa e ao que se observa na língua alvo, o PE, e os dois últimos exemplos estão em concorrência com essa variante, nomeadamente são *variantes inovadoras*, que geralmente se manifestam na norma popular do Português Brasileiro. De acordo com Tarallo (1986), àquela, em geral, atribuem-se os valores de *conservador* e de *prestígio*, enquanto a estas atribuem-se os valores de *inovador* e de *estigma*. Consoante Silva-Corvalán (1988, p. 68), “a língua é uma forma de condução social”, isto é, segundo a autora, falada e moldada por seres humanos, suas diferenças internas estão de acordo com os parâmetros característicos de um grupo social. Assim, todo e qualquer valor que pode ser arrolado em uma descrição linguística certamente é fruto de concepções socioculturais marcadas no comportamento verbal dos falantes. A autora divide em dois grupos principais de características relativas ao julgamento social que podem ser observadas na fala vernacular dos membros de uma comunidade: características atribuídas, como geracional, sexo, etnia, etc., e adquiridas, como escolaridade, nível socioeconômico, profissão, etc. Essas características sociais dão origem aos rótulos com juízo de valor, os quais pertencem ao grupo de variáveis sociais definidas pela autora como “estereótipos” – marcadores sociolinguísticos reconhecidos

---

<sup>70</sup> Labov chama atenção quanto à relação de dependências entre variáveis quando diz “a hipótese da independência de condicionamentos variáveis é equivalente à hipótese de que esquemas de regras são significativos. Mas somente com dados quantitativos que podemos obter demonstrações convincentes dessa afirmação” (Labov (LABOV, 2008 [1972] p. 271).

socialmente, que nem sempre refletem os usos do vernáculo da comunidade (SILVA-CORVALÁN, 1988, p. 68).

Sobre esses valores, Labov (1994) propõe que variantes com valor estigmatizado, em geral, são mais produzidas por adolescentes e jovens em comparação aos adultos de meia-idade e idosos. O autor discute a respeito desse paradigma muito comum nas comunidades de fala e questiona se tal característica regular consiste mesmo em uma mudança propriamente dita. Apesar de não haver resposta para essa questão, esse dado é crucial para análise dos dados da pesquisa sociolinguística e construção das hipóteses estabelecidas para cada variável do fenômeno estudado.

Outro aspecto importante dos pressupostos da TVM é tratamento metodológico para análise da mudança em um dado momento do tempo. Partindo da suposição de que a língua possui em seu sistema o princípio da heterogeneidade ordenada e da volta aos estudos sobre a mudança linguística, abandonada pelos estudos estruturalistas, os quais passaram a focalizar apenas a descrição dos dados sincrônicos (WLH, 2006 [1968]), Labov (1982, p. 21) assume um método de observação em que, em um estudo baseado na TVM, é possível prever um processo de mudança linguística apenas observando, em uma sincronia temporal, um fenômeno que apresente o mínimo de duas formas com o mesmo valor de verdade em concorrência em uma comunidade de fala. De acordo com essa abordagem, a partir da análise de dados sincrônicos entre faixas etárias distintas, pode-se chegar a um resultado de **variação estável**, quando duas ou mais variantes coexistem por um longo período, ou ao resultado de uma **mudança em progresso**, quando uma das variantes, geralmente a inovadora, substitui a sua concorrente, geralmente mais conservadora, até generalizar-se a um uso quase categórico na faixa etária mais jovem. Essa afirmação parte do pressuposto de que, nas palavras de Labov (1982, p. 20), "mudança implica variação, mudança é variação [...]"<sup>71</sup>. Desde os estudos de Gauchat, identificamos a mudança no progresso pela coexistência de variantes mais antigas e mais novas"<sup>72</sup>. Sobre esse processo, Chambers (1995, p. 185) acrescenta que, em geral, a inovadora ocorre na fala das crianças com maior frequência ou de maneira categórica, e ausência na fala dos pais e que, com o tempo, pode chegar a uma extinção das formas antigas.

Assim, nos pressupostos da TVM, ao se observar a entrada de uma ou mais variantes inovadoras em competição com variantes mais conservadoras, presume-se a possibilidade de uma mudança linguística, que pode, inclusive, nunca acontecer, tornando-se uma variação

---

<sup>71</sup> Confira também WLH (2006 [1968], p. 188), os quais afirmam em seu terceiro postulado: "nem toda variação e heterogeneidade na estrutura da língua envolve mudança".

<sup>72</sup> Tradução do original.

estável, como é o caso dos pronomes de primeira pessoa do plural no PB, em que se verifica concomitantemente a realização expandida das formas “a gente” e “nós”<sup>73</sup>. De acordo com Labov (2008 [1972]), isso ocorre porque a variação é o ponto de partida da mudança linguística e, assim como as variações tão rapidamente aparecem, algumas podem desaparecer; tal como existem casos em que as variações tornam-se tão corriqueiras que alcançam uma regularidade capaz de competir com formas mais antigas, de modo que, quando uma dessas formas vence a competição, consolida-se a mudança linguística. Quando isso ocorre, Chambers (1995) chama a atenção para o fato de que a mudança é, em geral, constante e irreversível.

A mudança em progresso também pode ser averiguada nos postulados metodológicos da TVM por duas vias: observando *o tempo real* ou o *tempo aparente* das mudanças. Os estudos labovianos (LABOV, 1966; 1972; 1982) foram pioneiros na observação da mudança linguística por meio de um único ponto sincrônico. O método consiste em observar a variação linguística por meio das entrevistas de sujeitos de diferentes idades ao mesmo tempo (CHAMBERS, 1995, p. 194), formando um *continuum* temporal, conhecido por *mudança em tempo aparente*, cuja origem se justifica no uso de dados para a evidência em tempo real (CUKOR-ÁVILA; BAILEY, 2013). Sobre esse *insight* teórico, Lucchesi (1998) comenta que essa nova proposta de Labov venceu o obstáculo imposto por Saussure ao separar os estudos do passado e do presente, dado que somente era possível a observação da mudança linguística a partir da análise diacrônica.

Em se tratando da observação das *mudanças em tempo real*, Chambers (1995) diz que é um tipo de estudo através do qual um pesquisador faz observações ao longo dos anos. Entretanto, o autor chama a atenção para o fato de que esse tipo de estudo é muito raro por razões práticas e por conta das poucas oportunidades do retorno à comunidade para a elaboração de um estudo comparativo métodos semelhantes. Nesse sentido, Chambers reforça o argumento de Labov (1994) a respeito das vantagens em se fazer um estudo da mudança em tempo aparente. Nas palavras do autor,

As condições para um estudo quantitativo satisfatório ao longo do tempo são raramente encontradas. Estudos de controle de painel são raros, as perdas são caras à pesquisa, e há poucas agências de fomento à pesquisa que apoiariam um projeto que requeresse 5 ou 10 anos. É mais econômico basear-se em um estudo de tendências em um estudo quantitativo anterior, mas é raro encontrar pesquisadores que há 5, 10 ou 20 anos estivessem interessados nos mesmos problemas que nos ocupamos agora, ou que quisessem resolvê-los da mesma forma. (LABOV, 1994, p. 44).<sup>74</sup>

---

<sup>73</sup> Confira Lopes (1999).

<sup>74</sup> Traduzido do original.

Cukor-Ávila e Bailey (2013), discutindo sobre ambos os tipos de metodologia para a observação da mudança em progresso, alertam que ambos devem ser usados com cautela, devido ao fato de que nenhum dos métodos fornece um reflexo claro sobre a mudança em progresso, haja vista três questões a serem consideradas: i) em análise do *tempo aparente*, a suposição de que os vernáculos individuais permanecem estáveis depois da fase adulta nunca foi atestada na íntegra e, conseqüentemente, não garante totalmente a verificação de todas as características do falante adulto; ii) e os usos linguísticos dos mais jovens estão associados a um estágio da vida em particular e que podem ser repetidos em cada geração; iii) em relação à análise do *tempo real*, as diferenças linguísticas verificadas entre as duas sincronias não representam necessariamente autênticas mudanças, mas com as diferentes metodologias e abordagens utilizadas para análise dos dados. Apesar da problemática levantada, os próprios autores defendem, por fim, que os dois métodos têm apresentado resultados indispensáveis para a compreensão da mudança em progresso nas línguas e, ainda, argumentam à luz de Labov (1994), que alguns estudos confirmam a estabilidade na variação durante a fase adulta. Segundo os autores,

[...] em muitos casos, os vernáculos de adolescentes, mesmo os de adolescentes mais velhos, ainda não estão estáveis. Nos primeiros anos do adulto, podemos razoavelmente supor que um vernáculo é relativamente estável. (CUKOR-ÁVILA; BAILEY, 2013, p. 253).

Nesta tese, para verificação da existência da mudança em progresso, assumirei a metodologia em *tempo aparente*, pelas mesmas razões observadas em Labov (1994) e pelas evidenciadas por Cukor-Ávila e Bailey (2013) e por Chambers (1995), quando este mostra que, em um estudo em um dialeto escocês, dialeto em torno de Glasgow, na Escócia, observaram-se adolescentes maiores de 10 anos até os 20 anos, verificando-se a partir dessa faixa etária, segundo o autor, uma estabilização na frequência de uso das variantes observadas. Por esse motivo, o autor comenta que, a depender da variante e das hipóteses de uma pesquisa em particular, características linguísticas do vernáculo podem se manter ao longo do tempo em que envelhecem. O exemplo trazido pelo autor, sem dúvida, valida a proposta laboviana da observação da mudança linguística em tempo aparente por meio de uma única sincronia e com base em amostras de fala divididas em grupos sociais por faixas etárias, haja vista que cada geração apresentará um paradigma vernacular distinto entre si.

#### 4.4 A MUDANÇA LINGUÍSTICA: PRINCÍPIOS NORTEADORES PARA A PESQUISA SOCIOLINGUÍSTICA

Conceitualmente, Labov (1994, p. 9) diz que a mudança verificada nas línguas parte de uma alteração na forma ou no significado das variantes linguísticas, de modo que algumas pessoas afetadas pela mudança podem reconhecer a forma ou significado e outras não, como os idosos da mesma comunidade de fala ou pessoas da mesma faixa de idade provenientes de comunidades vizinhas. De acordo com o pesquisador, a expansão dessa alteração resulta ou na perda de compreensão entre pessoas de dialetos diferentes ou em uma ininteligibilidade mútua iminente. Para a explicação da mudança linguística, o axioma teórico deve considerar, segundo Labov (2008[1972], p. 19): i) a origem das variações linguísticas; ii) a difusão e propagação das mudanças linguísticas; iii) regularidade da mudança linguística. Tendo isso em vista, WLH (2006 [1968]) elaboraram um modelo capaz de apresentar fundamentos empíricos para a análise da mudança nas línguas, em busca das respostas a respeito da mudança nas línguas. Então, os autores propõem cinco princípios fundamentais que servem como guias para a teoria da mudança: a) *problema da restrição*: busca-se investigar quais são as restrições do sistema em relação às mudanças e aos fatores intra e extralinguísticos que a condicionam. A busca por essas restrições parte do pressuposto de que o sistema é universal e que o sistema heterogêneo é inerente às línguas humanas; b) *problema de transição*: busca-se observar os estágios pelos quais um fenômeno variável passa até se consolidar como uma mudança em determinada comunidade de fala. Esse problema é concernente à forma como são transmitidas as regras de uma geração para outra, assim como também à localização social de grupos que (des)motivam o processo de transição para a mudança linguística; c) *Problema do encaixamento*: busca-se investigar como a forma em mudança ou em variação se encaixa na matriz estrutural tanto da língua quanto da sociedade, tendo em vista que existem outras formas concomitantes a essa forma. Além disso, os autores propõem ainda que a teoria deva investigar a respeito do encadeamento dessas formas em relação a outras mudanças linguísticas<sup>75</sup>; d) *Problema da avaliação*: a proposta dos autores é fazer com que o pesquisador observe também a avaliação dos falantes quanto à forma que está em processo de variação/mudança, em termos de efeitos dessa avaliação quanto à estrutura da língua, eficiência comunicativa e grupo de variáveis

---

<sup>75</sup> Um exemplo clássico desse processo é a inserção do “você” no sistema pronominal do Português Brasileiro: alguns estudos mostram que o paradigma flexional teve de sofrer alterações com essa mudança, em decorrência da sua concordância gramatical em terceira pessoa. Além disso, por conta dessa mudança, houve um desencadeamento no uso das formas de realização dos pronomes possessivos de terceira pessoa, os quais passaram a servir à segunda pessoa do discurso (seu, sua, seus, suas).

sociais em torno dessa mudança. Em vistas desse problema, verifica-se o nível de atenção que o informante presta à sua fala; e) *Problema da implementação*: considerada uma das questões fundamentais para a teoria. Em vistas desse problema, WLH (2006 [1968]) questionam como e por que a mudança se implementa em certos contextos e não em outros.

Labov (1982), justificando-se na ideia de que a procura por restrições linguísticas universais implica em um isolamento da faculdade da linguagem e, portanto, não encaixada na matriz social, decide descartar o problema das restrições, afirmando que a formulação desse problema seria um equívoco, conforme se verificar a seguir.

Quais são as restrições gerais sobre a mudança, se houver, que determinam possíveis e impossíveis mudanças e direções de mudança? Nenhuma resposta a esta questão contribuiria para a teoria da mudança na definição e restrição do objeto de estudo [...]. Se as restrições não fossem somente gerais, mas também universais, a explicação da mudança seria baseada nas características fisiológicas e psicológicas dos seres humanos, e nós teríamos de excluir a explicação social e histórica. Isso simplificaria grandemente a tarefa de construir uma teoria geral da mudança. (LABOV, 1982, p. 26-27).<sup>76</sup>

Quanto a isso, Lucchesi (2011) critica esse recuo dos estudos labovianos e comenta que os estudos sobre a mudança linguística, iniciados por WLH (2006 [1968]), teriam muito a contribuir para o programa da pesquisa (sócio)linguística se estes persistissem em seu modelo teórico na combinação do caráter universal e histórico da língua. Entretanto, ao observar a retificação de Labov (1982) em relação ao *problema da restrição*, incorporando-o ao *problema do encaixamento*, o autor sugere que isso seja uma prova da incapacidade da TVM em construir em uma posição consistente concernente à estrutura que compõe o dispositivo inato dos seres humanos. Na opinião de Lucchesi, “em sua versão mais ortodoxa, a Sociolinguística Quantitativa é, na melhor das hipóteses, um ramo da sociologia da linguagem capaz de descrever certas tendências superficiais de mudança linguística, e nada mais”. (LUCCHESI, 2011, p. 253).

Conforme argumentei na seção anterior, afirmo, da mesma forma que Lucchesi (2011), que a desistência de se investigar os aspectos universais da mudança é um retrocesso em relação ao contributo teórico para a compreensão das línguas humanas, sobretudo, em se tratando da evolução das línguas, que acompanham, inclusive a evolução social e histórica do homem. Essa afirmação pode ser validada a partir da afirmação de Hauser, Chomsky, Fitch (2002, p. 1), a seguir.

---

<sup>76</sup> Traduzido do original.

Suponhamos que deve ser feita uma distinção entre a faculdade da linguagem no sentido amplo (FLB) e no sentido estrito (FLN). A FLB inclui um sistema sensório-motor, um sistema conceitual-intencional e os mecanismos computacionais para a recursividade, proporcionando a capacidade de gerar uma gama infinita de expressões a partir de um conjunto finito de elementos. Argumentamos ainda que a FLN pode ter evoluído **por outras razões que não a linguagem**, portanto estudos comparativos podem procurar evidências de tais cálculos fora do domínio da comunicação (por exemplo, número, navegação e relações sociais) (HAUSER; CHOMSKY; FITCH, 2002, p. 1, grifo nosso).<sup>77</sup>

Os autores admitem, dessa forma, o caráter evolutivo da língua pouco a pouco através de milhares de anos da existência do *homo sapiens* e, ao longo do artigo, esclarecem a diferença do sistema sensório-motor, isto é, traço fisiológico, nos termos de Labov (1982), do sistema conceitual-intencional da linguagem humana. Dessa forma, a investigação do problema da restrição da mudança linguística (LABOV, 2008 [1972]; WLH, 2006 [1968]) estaria adequado aos estudos do funcionamento do sistema conceitual-intencional e, ao contrário do que afirma o autor, a partir da observação das relações sociais ao longo da evolução humana, é possível, através de um debate teórico compartilhado, construir uma teoria capaz de dizer a respeito da configuração interna das línguas acerca das restrições à mudança linguística.

Sobre o *problema da transição*, Labov (2008 [1972]; 1982) questiona se a mudança perpassa por uma trajetória ou por estágios históricos discretos, isto é, segundo autor: “como a língua pode mudar de um estado para outro sem interferir na comunicação entre os membros da comunidade de fala?” (LABOV, 1982, p. 28). Se a resposta a essa pergunta vier por intermédio dos estudos variacionistas, na visão de Lucchesi (1998, p. 190), o modelo da TVM confrontaria a concepção de estado de língua de Saussure, em que se prevê estados sucessivos de um sistema homogêneo. Nesse caso, a observação de Lucchesi é mais um argumento a favor da heterogeneidade da língua.

A respeito do *problema da avaliação*, segundo Labov (2008 [1972], 20), “nenhuma mudança acontece em um vácuo social”, ou seja, é preciso compreender a vida, composição e estrutura social da comunidade investigada para também compreender a língua. Nesse sentido, o autor mostra que a mudança percorre duas direções distintas: *vinda de baixo* e *vinda de cima*. Em relação à primeira, o autor mostra que as mudanças vindas de baixo, ou da classe social desprestigiada, se consolidam com a partir de generalizações em um subgrupo, como a faixa etária, por exemplo. Esse tipo de mudança, conforme o autor, acontece abaixo do nível de consciência social. Após alcançar os limites da comunidade de fala, a forma passa a fazer parte

---

<sup>77</sup> Traduzido do original.

(inconscientemente) do padrão que a define. Em relação ao segundo tipo de mudança, Labov afirma que o movimento é inverso: ao se deparar com a mudança originada de um grupo social de menor *status* social da comunidade de fala, os membros com maior *status* passam a estigmatizar socialmente a forma, dando início a comportamentos de correção das formas inovadoras, dando-se preferência às formas prestigiadas pelo grupo. É a partir daí que, segundo o autor, surgem hipercorreções e estereótipos, de maneira que a nova forma termina por desaparecer na comunidade. Como se pode notar, a TVM mostra que a avaliação do falante pode incentivar ou inibir a mudança linguística.

Por fim, a respeito do *problema da implementação*, Labov (1982) diz que a pergunta se refere a um sentido restrito e imediato da causa motivadora da mudança linguística. Com esperança na construção de uma teoria geral baseada em causas particulares, o autor afirma que esse é um dos problemas mais difíceis de se responder, devido à aparente natureza esporádica da mudança. A questão que se coloca é: se se considerar o caráter universal e evolutivo da língua, é possível desenvolver uma teoria capaz de explicar as razões internas e externas à língua que podem servir como gatilho para a mudança linguística? WLH (2006 [1968]) mostram que é importante se chegar a um consenso a respeito dos contextos linguísticos e extralinguísticos em que a mudança ocorre, delimitando-se as restrições e motivações, e também dos lugares e épocas em que ocorrem.

Além dos cinco problemas teóricos abordados por Labov e WLH, têm sido postulados também os princípios norteadores da investigação a respeito da mudança linguística. WLH (2006 [1968]) resumem seus estudos em sete princípios gerais da mudança no âmbito da TVM, conforme se verifica a seguir:

1. **A mudança linguística não deve ser identificada com deriva aleatória** procedente da variação inerente na fala. A mudança linguística começa quando a generalização de uma alternância particular num dado subgrupo da comunidade de fala toma uma direção e assume o caráter de uma diferenciação ordenada.
2. **A associação entre estrutura e homogeneidade é uma ilusão.** A estrutura linguística inclui a diferenciação ordenada dos falantes e dos estilos através de regras que governam a variação da comunidade de fala; o domínio do falante nativo sobre a língua inclui o controle destas estruturas heterogêneas.
3. Nem toda variabilidade e heterogeneidade na estrutura linguística implica mudança; mas toda mudança implica variabilidade e heterogeneidade.

4. **A generalização da mudança linguística através da estrutura linguística não é uniforme nem instantânea;** ela envolve a covariação de mudanças associadas durante substanciais períodos de tempo, e está refletida na difusão de isoglossas por áreas do espaço geográfico.

5. **As gramáticas em que ocorre a mudança linguística são gramáticas de comunidades de fala.** Como as estruturas variáveis contidas na língua são determinadas por funções sociais, os idioletos não oferecem a base para gramáticas autônomas ou internamente consistentes.

6. **A mudança linguística é transmitida dentro da comunidade como um todo;** não está confinada a etapas discretas dentro da família. Quaisquer descontinuidades encontradas na mudança linguística são os produtos das descontinuidades específicas da comunidade, mais do que os produtos inevitáveis do lapso geracional entre pais e filhos.

7. **Fatores linguísticos e sociais estão intimamente interrelacionados no desenvolvimento da mudança linguística.** Explicações confinadas a um ou outro aspecto, não importa quão bem construídas, falharão em explicar o rico volume de regularidades que pode ser observado nos estudos empíricos do comportamento linguístico. (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968] p. 125-126, grifo nosso).

Lucchesi (1998) afirma que a proposta para fundamentação empírica de WLH não apenas formulou propostas empiricamente embasadas, como também demonstrou posições significativamente distintas do que havia se postulado anteriormente, como, por exemplo, a visão de que homogeneidade da comunidade de fala e a desconstrução do idioleto como objeto de estudo da linguística. Assim, segundo o autor, a negação desses dois princípios, conduz para uma reformulação do objeto de análise da linguística, cujo enfoque deixa de ser língua e passa a ser “a gramática da comunidade de fala: o sistema de comunicação usada na interação social” (LABOV, 1986, p. 18)<sup>78</sup>. Além disso, com base no que foi dito até aqui, a TVM tem contribuído no sentido de apoiar os estudos com enfoque na mudança linguística e também em relação à base teórica da Linguística, no sentido geral.

Em suma, em concordância com Lucchesi (1998), tais princípios apontam alguns caminhos para a pesquisa linguística baseada na TVM e consistem em um importante condutor

---

<sup>78</sup> Tradução do original

para análise de cunho social e linguístico. Ao conceber a variação e mudança como processos naturais da língua, por ser um sistema heterogêneo, o novo modelo teórico baseado fortemente em dados reais de fala (WLH, 2006[1968]) abre caminhos para novos olhares no campo da investigação linguística e constitui-se em um importante referencial para o trato dos dados empíricos, assim como também as pesquisas feitas por Labov na cidade de Nova Iorque e na ilha de Martha's Vineyard em 1963. Esses estudos são modelos nos quais se baseia também a presente pesquisa.

#### 4.5 METODOLOGIA

Conforme se observou nas seções anteriores, a Sociolinguística é uma abordagem teórica que se pauta, sobretudo, em evidências empíricas para a construção da análise dos fenômenos linguísticos variáveis, a partir de dados vernaculares em amostras de fala de uma determinada comunidade. Perseguindo essa premissa e com objetivo de contribuir para o acervo de estudos acerca do português brasileiro, buscou-se observar a realização das *preposições dativas de verbos ditransitivos dinâmicos* na variedade do português, nomeadamente o *PB-afro*. Para cumprir esse propósito, delimitou-se como universo de observação o *corpus* de amostras de fala do PB-afro em comunidades rurais isoladas no interior da Bahia. O *corpus* é fornecido pelo *Projeto Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia*<sup>79</sup>, fundado desde 2001 e coordenado pelo Professor Doutor Dante Eustáquio Lucchesi.

O acervo que disponibiliza uma amostra de fala vernácula do PB-afro da Bahia foi constituído com amostras de quatro comunidades: *Helvécia, Cinzento, Barra e Bananal e Sapé*. Esse banco de dados tem por principal finalidade a investigação do português falado nessas comunidades, sobretudo no que se refere à situação de contato entre línguas ocorrido no Brasil, a partir do estudo de fenômenos variáveis ou que passaram ou estão passando por processo de mudança linguística. Ao todo, o *corpus* é constituído de 48 inquéritos, sendo 16 de cada faixa etária distribuídos simetricamente por 50% de informantes do sexo masculino e 50% do sexo feminino, como discriminado no quadro 3 a seguir, elaborado pelos membros do Projeto Vertentes, da UFBA.

**Quadro 4** - Distribuição dos informantes por comunidade e faixa etária - elaborado pelo Projeto Vertentes - UFBA

---

<sup>79</sup> Para mais informações, acesse: <http://www.vertentes.ufba.br/>.

RIO DE CONTAS	FAIXA I	FAIXA II	FAIXA III
	Inq01 – F – 26a – S – E	Inq08 – M – 55a – A – E	Inq20 – M – 77a – A – N
	Inq05 – M – 26a – S – E	Inq09 – M – 43a – S – E	Inq21 – F – 74a – A – N
	Inq06 – M – 36a – S – E	Inq09 – M – 43a – S – E	Inq24 – F – 75a – A – N
	Inq07 – F – 26a – S – N	Inq13 – F – 47a – S – N	Inq26 – M – 68a – S – E
HELVÉCIA	FAIXA I	FAIXA II	FAIXA III
	Inq01 – F – 29a – A – N	Inq07 – F – 42a – A – E	Inq13 – F – 85a – A – N
	Inq02 – M – 28a – S – E	Inq08 – M – 44a – S – N	Inq19 – F – 103a – A – E
	Inq03 – F – 35a – S – E	Inq09 – F – 54a – A – N	Inq20 – M – 70a – A – E
	Inq04 – M – 30a – S – N	Inq12 – M – 57a – A – N	Inq22 – M – 80a – A – N
SAPÉ	FAIXA I	FAIXA II	FAIXA III
	Inq01 – F – 24a – S – N	Inq05 – F – 53a – S – E	Inq09 – F – 76a – A – E
	Inq02 – M – 27a – S – N	Inq06 – M – 42a – S – N	Inq10 – M – 70a – A – N
	Inq03 – F – 36a – A – N	Inq07 – F – 55a – A – N	Inq11 – F – 77a – A – N
	Inq04 – M – 28a – A – N	Inq08 – M – 48a – S – E	Inq12 – M – 66a – A – N
CINZENTO	FAIXA I	FAIXA II	FAIXA III
	Inq01 – F – 28a – S – E	Inq05 – M – 41a – S – N	Inq09 – F – 63a – A – N
	Inq02 – F – 16a – S – N	Inq06 – M – 48a – S – E	Inq10 – F – 107a – A – N
	Inq03 – M – 34a – S – E	Inq07 – F – 44a – S – N	Inq11 – M – 64a – S – N
	Inq04 – M – 41a – S – E	Inq08 – F – 50a – A – N	Inq12 – M – 82a – A – N

Legenda: Inq – Inquérito; a – anos; F – Feminino; M – Masculino; A – Analfabeto; S – Semianalfabeto; N – Nunca esteve fora da comunidade; E – Passou um período acima de 6 (seis) meses fora da comunidade.

Fonte: Projeto Vertentes da UFBA

Como se observa acima, o *corpus* do PB-afro está estratificado em **sexo**, distribuídos em masculino e feminino, e **faixa etária**, distribuídos em três faixas: a) faixa I (20 aos 40 anos); b) faixa II (40 aos 60 anos); e faixa III (acima dos 60 anos). Outras variáveis sociais também foram controladas pelo Projeto Vertentes, como: **viagens para fora da comunidade**, divididas entre o período de 0-6 meses e acima de 6 meses, e **escolaridade**, distribuída em analfabeto e semianalfabeto. Além desses fatores, foram também controladas para análise, o **informante** e a **comunidade** a que pertence. Foi observado ainda o *corpus* de controle de Helvécia<sup>80</sup>, coletado em 1994 por Dante Lucchesi e Alan Baxter (LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009), contendo apenas falantes da terceira idade, nomeados para esta pesquisa como “Faixa IV” (acima de 80 anos) e caracteriza-se, conforme o quadro 4 a seguir.

<sup>80</sup> Agradecimentos ao professor Alan Baxter por ter cedido esses inquéritos.

**Quadro 5** - Distribuição dos informantes do *corpus* de controle – Comunidade de Helvécia

CONTROLE FAIXA IV	MASCULINO	FEMININO
	Inq04 - Sr. Bento	Inq01 - Maria Rofe dos Santos
	Inq07 - Sr. Euclides Mango	Inq02 - Dona Tereza
	Inq03 - Manuel Loriano Rosa	Inq03 - Dona Alice
	-	Inq05 - Dona Berlina
	-	Inq06 - Catarina Barnabé
	-	Inf08 - D. Julia

Fonte: Projeto Vertentes da UFBA

A escolha por analisar também o *corpus* de controle se justifica pelo interesse em verificar a hipótese de uma mudança em curso do fenômeno observado. A respeito desse *corpus*, não há informações como escolaridade e estada fora da comunidade, porém, quanto à escolaridade, se o *corpus* segue o mesmo padrão do *corpus* de Helvécia na Faixa III, infere-se que todos são analfabetos.

Vale ressaltar que o modelo de coleta de áudio para compor o acervo do Projeto Vertentes, investigado nesta pesquisa, segue a proposta de Labov (2008 [1972]), que orienta a coleta de uma significativa amostra de fala a ser analisada posteriormente por estudiosos da área. Para tanto, são promovidas na comunidade entrevistas, buscando amostras de fala espontânea que duram entre 50 minutos e 1 hora, através do método de entrevista entre o pesquisador e o falante. Por fim, Figueiredo (2004) comenta que, após o árduo trabalho de coleta de amostras de fala através de entrevistas nas comunidades, prosseguiram-se a digitalização e a transcrição dos áudios por meio de bolsistas de iniciação científica do Projeto Vertentes.

Na próxima seção, apresento um breve resumo acerca dos aspectos sociais e históricos das comunidades rurais afro-brasileiras, além da descrição dos procedimentos metodológicos pelos quais percorreu a presente pesquisa, tendo em vista a pesquisa sociolinguística (LABOV, 2008 [1972]), como a seleção dos informantes, delimitação das variáveis linguísticas e extralinguísticas concernentes ao fenômeno estudado, levantamento, codificação e quantificação dos dados.

#### 4.5.1 As Comunidades Rurais Afro-Brasileiras

As comunidades rurais em foco nesta pesquisa são as quatro comunidades afro-brasileiras isoladas no interior da Bahia, Estado do Nordeste brasileiro, coletadas pelo Projeto

Vertentes. De acordo com Lucchesi *et al.* (2009, p. 75), a formação das comunidades rurais afro-brasileiras isoladas teve seu início em quilombos e também em terras doadas a comunidades majoritariamente constituídas por negros, geralmente em localização longínqua em relação aos centros urbanos e, portanto, isoladas do processo de avanço industrial nas principais cidades brasileiras. Essas comunidades mantiveram-se nessa situação, segundo os autores, até a segunda metade do século XX, graças às atividades de subsistência baseadas na agricultura familiar.

O vernáculo observado em tais comunidades reflete a sócio-história da língua no Brasil, fatores que compuseram o contexto de multilinguíssimo entre os séculos XVII e XIX, devido à chegada dos africanos no Brasil para o trabalho escravo em fazendas de minas e de lavouras (MUSSA, 1991; MATTOS E SILVA, 2004). Segundo Lucchesi (2009), a língua portuguesa, falada pelos colonizadores, terminou por ser imposta aos africanos, e aos índios integrados socialmente, que chegaram ao Brasil, por conta da seleção<sup>81</sup> negativa. Isso gerou uma situação de contato intenso entre as línguas africanas, indígenas e o português, de modo que os nascidos no Brasil, filhos de africanos, tinham como língua alvo um modelo precário do português, terminando por adquirir e desenvolver uma língua com traços das línguas de substrato.

Esse processo de aquisição do português pelos africanos e seus descendentes durante o período colonial e pós-colonial no Brasil, constituindo-se uma variedade diferente do português europeu, desencadeou, conforme Lucchesi (2009), o processo de *Transmissão Linguística Irregular* (TLI). Esse processo se caracteriza, segundo o autor, desde uma simplificação até uma eliminação de estrutura gramatical da língua-alvo, evidenciada no aumento de formas não marcadas na língua, principalmente nas normas populares do PB, inclusive as que são faladas nas comunidades rurais isoladas aqui investigadas.

Em defesa do ponto de vista da TLI, Lucchesi *et al.* (2009) afirmam que, em um primeiro momento, as comunidades rurais afro-brasileiras conservaram traços desse contato linguístico em sua fala vernacular devido ao isolamento geográfico até metade do século XX, porém, em segundo momento, em virtude do êxodo rural e dos projetos midiáticos em expansão até mesmo na zona rural, passaram a permitir o contato com o português falado nos grandes centros urbanos, isto é, com a norma culta ou semiculta da comunidade urbana. Conforme os autores, cada comunidade possui características peculiares decorrentes do contato linguístico,

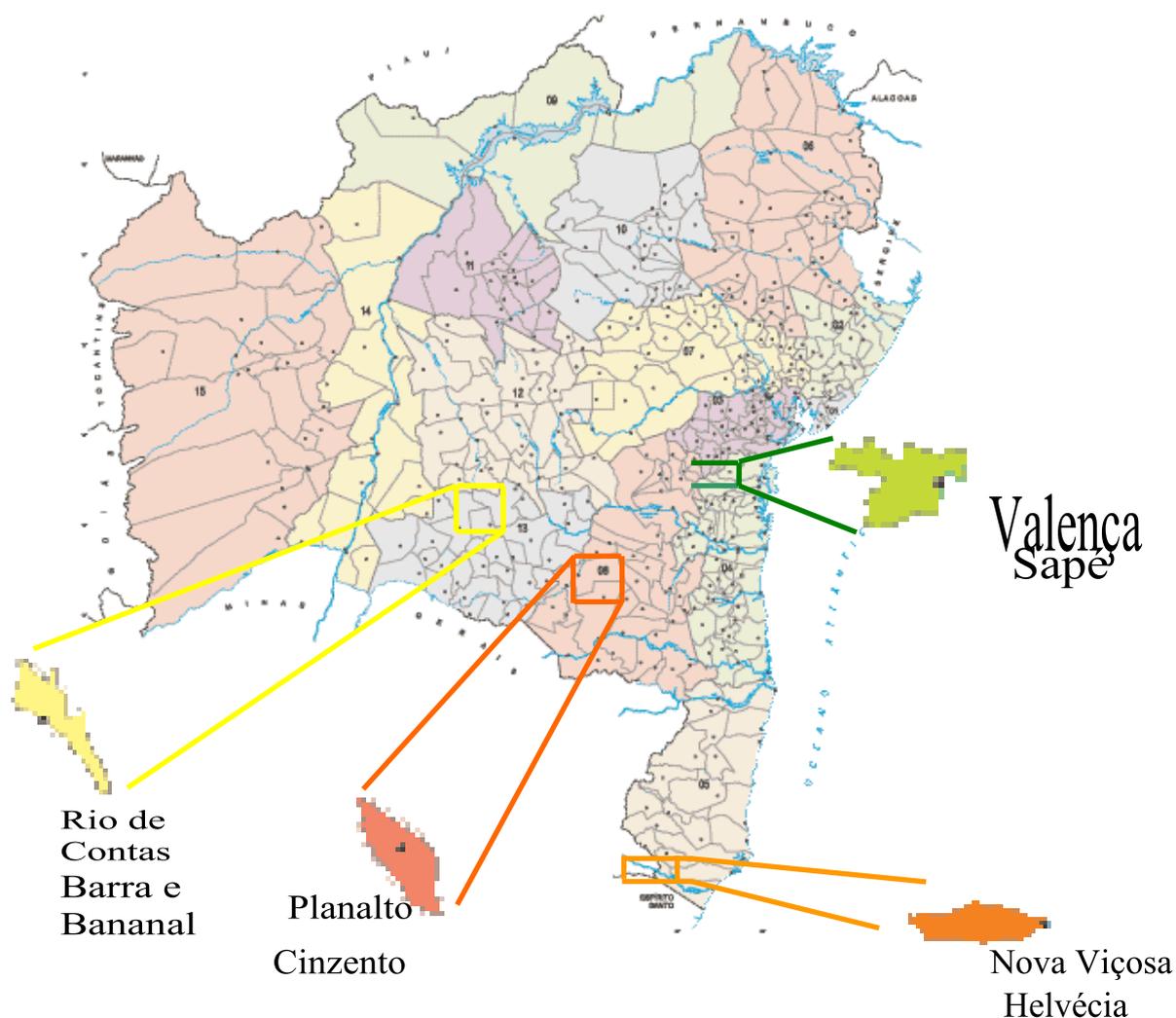
---

<sup>81</sup> Por seleção negativa, entende-se a escolha de escravos oriundos de diferentes tribos, com língua, religião e cultura distintas, a fim de dificultar a comunicação e a constituição de união, por meio de famílias e relacionamentos de amizade, ou mesmo grupos de associados, o que facilitaria a organização de motins e rebeliões contra os colonizadores (MATTOS E SILVA, 2004).

conforme a sua formação histórico-social – em se tratando de nível de exposição à língua-alvo, proporção demográfica local em relação aos afrodescendentes, quantidade de línguas faladas em cada uma delas, etc.

As comunidades, como dito anteriormente, foram selecionadas por serem constituídas essencialmente por afrodescendentes e por viverem em relativo isolamento. A comunidade de *Helvécia* localiza-se em Nova Viçosa – BA, *Cinzento* em Planalto – BA, *Barra e Bananal* no município de Rios de Contas – BA, na região da Chapada Diamantina, e a comunidade de *Sapé* no município de Valença – BA, na região Sul do recôncavo baiano. A figura 6 (Figura 1 a seguir) ilustra a localização de cada uma das cidades pelo mapa de Figueiredo (2004).

**Figura 5** – Mapa da Bahia e as comunidades afro-brasileiras



Fonte: Mapa retirado de Figueiredo (2004)

Como se observa na figura, a cidade de Nova Viçosa é a mais distante da capital da Bahia, Salvador, com 933 km, e a mais próxima é Valença (da capital baiana), com 123 km de distância. Planalto fica a 470 km e Rio de Contas, a 597 km de Salvador.

Pertencente ao município de Nova Viçosa, microrregião de Porto Seguro na Bahia, a comunidade rural de **Helvécia**, como se observa no mapa anteriormente apresentado, localiza-se no extremo sul da Bahia, próximo ao litoral. A região, de acordo com Lucchesi *et al.* (2009, p. 84), está relacionada com o agronegócio implantado no local desde o século XIX, a datar da fundação da Colônia Leopoldina por suíços, franceses e alemães, a fim desenvolver o cultivo e exportação do café na região, através da mão de obra escrava africana, devido à sua proximidade com a linha ferroviária que ligava os Estados baiano e mineiro. Essa comunidade, segundo os autores, das quatro, é a que mais apresenta processos próximos a uma criouliização se se observar os fenômenos linguísticos em variação e em mudança já investigados anteriormente. Ainda conforme os autores, Helvécia é uma comunidade bastante peculiar por três razões principais: a) o fato de que os escravos teriam sido expostos apenas ao português falado como L2 por estrangeiros na região; b) o fato de terem se mantido na região da colônia a que pertenciam em situação de isolamento por muito tempo; c) e, por fim, o fato de ter se mantido em concentração local, diferentemente ao movimento de dispersão das outras comunidades quilombolas. Lucchesi *et al.* (2009) comentam que esses fatores contribuíram em muito para a conservação dos traços de contato linguístico ocorrido no início do século XIX, tal como explicam os autores:

O elemento africano teria fornecido para as crianças escravas nascidas na colônia modelos muito defectivos de português falado como segunda língua (e talvez, em algumas circunstâncias, o modelo seria mesmo o das línguas africanas) (LUCCHESI *et al.*, 2009, p. 89).

Baxter e Lucchesi (1999 apud LUCCHESI *et al.*, 2009) afirmam que, no Brasil, verifica-se a presença de africanos originados de diversos grupos etnolinguísticos, tais como: kwa, nagô, cabinda, congo, hauçá, benim, calabar, moçambique, rebola, jeje e, principalmente, dos grupos bantos. Para Lucchesi *et al.* (2009), essa diversidade pode ter atenuado a influência do substrato africano no Português falado em Helvécia durante o processo de aquisição da língua pelas crianças. Porém, a falta de acesso ao português como língua materna, conforme a sua afirmação, pode ter contribuído para um processo inicial de criouliização nas primeiras gerações, mas um processo de descriouliização ao longo do século XX, já que, na voz dos autores: “máximo, uma

vez que os moradores mais jovens de Helvécia, no início da década de 1960, já reconheciam a variedade linguística dos mais velhos como distinta da sua” (LUCCHESI *et al.*, 2009, p. 94).

Em se tratando de **Cinzento**, de acordo com Silva (2003, p. 115), a comunidade teve sua formação no início do século XIX às margens do Rio Galvão, no agrupamento de negros fugidos da região da Chapada Diamantina, antigo Arraial dos crioulos. A sua existência tem explicação, sobretudo, pela formação de comunidades à beira do rio Galvão. A comunidade é localizada no Semiárido baiano e tem por principal atividade econômica o cultivo de gado de pasto.

Sobre as comunidades pertencentes à **Rio de Contas**, Barra e Bananal, os autores comentam que sua formação esteve principalmente ligada à atividade mineradora (por volta do século XVII), por se tratar de uma região na Chapada Diamantina, porém, em dias atuais, a região é um centro de atração turística e nisso consiste a sua principal atividade econômica. Ainda não se sabe ao certo, segundo eles, se as comunidades de Barra e Bananal são mesmo de origem quilombola. Há apenas uma hipótese de que a formação dos dois grupos comunitários estaria relacionada ao naufrágio de um navio negreiro às margens do rio Brumado.

Sobre a comunidade de **Sapé** (também conhecida por Sapé Grande e Sapé Alto), os autores relatam que a história da região é marcada, sobretudo, pela cultura da cana-de-açúcar e fumo, sendo este inicializado a partir do século XVIII, e, por se localizar próximo à Baía de Todos os Santos, tem mantido relação comercial através do transporte de mercadorias com a cidade de Salvador, capital baiana. A hipótese de Figueiredo (2004), pesquisadora que esteve à frente da coleta de amostras de fala dessa comunidade, é a de que essa comunidade teria sido formada por meio das doações de terras áridas e improdutivas aos ex-escravos pelos seus ex-senhores. Conforme afirma Silva (2004):

Nessa região, mesmo após a abolição, muitos negros permaneceram nas fazendas, trabalhando sem nada receber. Os fazendeiros da região não pareciam gozar de uma boa situação econômica. Alguns anos depois, segundo o Sr. Nuna – um branco que foi morar próximo à região, em 1959, e buscou conhecer a formação da comunidade de Sapé –, os fazendeiros, para quitar suas dívidas com os ex-escravos, "doaram"-lhes pedaços de terra improdutivos, mais altos, sem trato e distantes da água. Esses ex-escravos ali permaneceram e casaram entre si, aumentando a população local, e, curiosamente, mantendo-se isolados. (FIGUEIREDO, 2004, p. 80).

Com base nos relatos coletados, a autora ainda afirma que, para a constituição da comunidade de Sapé, foi preciso que seus primeiros habitantes tivessem de desmatar a região, a fim de que desenvolvessem a sua comunidade. Depurando a terra dos “sapés”, muitas vezes também eram utilizados nas construções dos seus lares.

Lucchesi *et al.* (2009) defendem que a comunidade de Helvécia deva ganhar destaque em relação às demais comunidades por conta do seu caráter eminentemente miscigenado, pois há uma escassez de informações para análises mais precisas acerca da formação sócio-histórica e linguística das comunidades de Sapé, Rio de Contas e Cinzento. Além disso, Helvécia é a única comunidade em que se identificam níveis de variação e mudança estruturalmente significativos. Portanto, é possível que se observem diferenças na realização das preposições dativas investigadas na presente pesquisa, haja vista as diferentes maneiras de formação das comunidades, isolamentos e acesso à língua-alvo.

#### 4.5.2 Critérios para seleção dos dados no *corpus*

Para o estudo da variação das estratégias de preposição que introduzem de dativo, foram estabelecidos critérios que permitem uma análise objetiva dos dados, considerando que os verbos dinâmicos, que selecionam argumentos dativos, expressam a noção de *transferência* e de *movimento*, além do estatuto obrigatório do complemento dativo.

##### 4.5.2.1 Tipo semântico do predicador verbal<sup>82</sup>

Para a seleção dos dados, o primeiro critério seguido foi o tipo semântico que seleciona dativo, neste caso, os verbos são classificados conforme Berlink (1996) em: verbos de *transferência material* (dar, alugar, devolver, passar, entregar, emprestar, etc.), *discendi* (dizer, pedir, falar, mostrar, prometer, sugerir, ensinar, etc.), *movimento abstrato* (conferir, anexar, enviar, destinar, dedicar, etc.), *movimento físico* (levar, conduzir, atirar, dirigir, pagar, etc.). Além disso, acrescentei a esse grupo os verbos *faciendi* (fazer para, comprar para, preparar para, cozinhar para, etc.), conforme Lucchesi e Mello (2009). Os dativos nos verbos de *transferência* ou de *movimento* podem ser, assim, sumariamente apresentados (BERLINCK, 1996, p. 128):

- a) O dativo é substituível por clíticos;
- b) Existe um OD, que é um objeto transferível ou que pode ser locomovido;
- c) O dativo pode ser um pronome, nome ou nulo;

---

<sup>82</sup> Apesar de esse grupo de fator ser uma importante variável linguística, resolvi colocar a sua descrição na seção 4.5.4, devido à sua importância na escolha das ocorrências durante a leitura do *corpus*.

- d) O dativo pode ser topicalizado, mas nunca um sujeito gramatical de uma sentença passiva;
- e) A estrutura interna desses verbos, em geral, possui a seguinte organização sintática:  $\{DP + VP[DP + (DP \sim xDP)]\}$ , sendo  $x = a \sim para \sim \theta$ ;
- f) O dativo pode vir posicionado imediatamente após o verbo, depois do OD ou precedê-lo quando em posição proclítica;
- g) O dativo apresenta interpretação semântica de meta ou beneficiário.

Os verbos mais frequentes observados no *corpus* foram: pagar, pedir, contar, mostrar, apresentar, arrumar, dar, trazer, levar, vender, comprar, entregar, dizer, falar, fazer, ensinar, perguntar, preparar, oferecer. Todos esses verbos encaixam-se nos tipos verbais que exemplifico em (01-05).

- |                                       |  |
|---------------------------------------|--|
| (01) Verbos <i>discendi</i>           | Ela disse: “ô... ô mãe ININT... a curadêra mando <b>dize</b> a ele p’eu num comê galinha, num comê ovo, num comê carne de porco, num comê comida salgada, só comê...” acho qu’era galinha só... (SP-07)  |
| (02) Verbos de transferência material | É princípio...aí <b>passô</b> o nome do remédio <i>pra mim</i> , ININT, mas agora ININT. (CZ-08)   |
| (03) Verbos de movimento físico       | É côco tinha mai caregado, heim! ININT Eu ia até panhava uns côco lá em casa. Manué de Viniço argum côco lá no chão. É foi <b>levá</b> pá minha fia, lá na se... lá na Posto da Mata, não. E eu não conversa, não conversa direito cunversa é tudo embarçado!<br>(HV-CONTROLE-R) |
| (04) Verbos de movimento abstrato     | É, só almoçá mei-dia...daí agora almoçô...rezô as prece... <b>ofereceu</b> a Deus... (CZ-04)   |
| (05) <i>Faciendi</i>                  | DOC: Hum. E ele costuma pagá pra fazê as casa aqui ?<br>INF: Paga. Ele costuma pagá... ele pagô pa <b>fazê</b> umas aí, pagô pa <b>fazê</b> p’uma mulhé lá no Bananal,   |

mas quando ele começô já começô já tarde. (RC-06)

Após esta etapa, conforme seção a seguir, no primeiro momento do trabalho, coletei todas as ocorrências de verbos que selecionam argumentos dativos, sejam realizados por PP, como em (06), por pronome clítico de todas as pessoas, como (07), ou nulos anafóricos ou arbitrários, como em (08), mesmo quando não é possível observar a variação das três estratégias (*a*,  $\emptyset$ , *para*) de realização do dativo, conforme o exemplo em (09).

- (06) PP                      Chegô aqui q'eu entreguei **a Miguel** que é... é Miguel que é funerário que abre a sepultura ININT dexô a guia... aí foi qu'ele marcô lá... quano foi oiá foi poro... foi poromonía. (RC-06)
- (07) Clíticos                      a. INF: Então **me** dá esse cinco, tome? Eu sei que você que ININT resultado, heim.(HV-CONTROLE-Q)  
   b. **T'**ensino bordá, (SP-09)  
   c. Eu vô **lhe** dá um... um... um num saquim e... e chegá lá me... me parte e faz (RC-24)
- (08) Nulo arbitrário              Mêi dia! Entrô dez hora, quande foi doze hora nós saiu. Aí na saída a gente ficô lá um pouco assim na saída tinha assim uns...uns bar que vendia [DAT NULO] água [DAT NULO], coisas gelada assim, né? (CZ-01)
- (09) *para*                      ele me levô umas duas vez lá **pá** igreja...cum a moto...dispois que eu chegava...ele me carregô umas duas vez... (CZ-10)

Sob esse critério foram comutadas 4049 ocorrências, conforme Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 - Distribuição Geral dos dados

Nulos	PP	DP	Clíticos	Total
3242 <sup>83</sup>	447	74	286	4049

Fonte: Elaboração Própria

<sup>83</sup> Incluem-se aqui os nulos com papel semântico de *fonte* e *locativo*.

Após o levantamento exaustivo de ocorrências e primeira quantificação dos dados, realizei um refinamento nos critérios de seleção dos dados para constituição do *corpus* base desta pesquisa, cujo objetivo é buscar evidências de que a variante *para*, considerada inovadora no PB como introdutora de dativos, tenha sido implementada para preencher a lacuna deixada pela queda da preposição nas estruturas de COD, gramaticalizando-se<sup>84</sup>. Assim, foram selecionadas apenas as ocorrências em contexto de variação como em (10-11):

(10) *para*-DAT em contextos o fazendêro depois vendeu **pá firma**. (HV-09)  
de transferência material

(11) *para*-DAT em contextos Eu desconfiei, minha fia, eu desconfiei, sem... sempe eu  
de verbos *discendi* dizia **pas amiga**, mas a s amiga num... (SP-05)

Assim, considerando-se a existência de pelo menos dois tipos de dativo, obrigatório e não obrigatório, os dados em (10) e (11) são exemplos de *dativos obrigatórios*, e têm por uma das características ser recuperados semanticamente pelo discurso, como em (12), de acordo com a definição de Pujalte (2007) e ser previstos pelas propriedades semânticas do verbo, conforme a concepção de Campos (1999). Além disso, Armelin (2011) também nota que os dativos *meta* que são preposicionados por *a*, quando não explícitos, somente o dativo este pode ser recuperado no contexto conversacional.

Esse tipo de complemento dativo é parte de uma estrutura argumental de um verbo que apresenta uma configuração sintática com dois lugares para objetos sintáticos. Hoecke (1996) designa esse tipo de dativo como *dativo propriamente dito*, porque representa a pessoa a quem é dada alguma coisa (ou enviada, dita, trazida, etc.) e também porque ocorre principalmente com verbos do tipo “dar”. Conforme observa Armelin (2011), no PB, as preposições *a* e *para* são introdutoras desse tipo de dativo e, no dialeto da Zona da Mata Mineira (SCHER, 1996), é apenas nesse contexto que a preposição pode ser apagada, conforme (12).

(12) Dativo Obrigatório a. Onoque pegô, vendeu **prum Tezim** que tem ni Pranalto, né? Agora Tezim mora lá, mas labuta aqui (CZ-12)

---

<sup>84</sup> Concebe-se aqui a noção de gramaticalização quando uma forma mais lexical se torna mais funcional, na perspectiva do contato entre línguas e os processos de crioulização (BAXTER, 1996)

- b. Não, eu vendi pro próprio cara criá, poque...eu achei negócio...só comecei criá e **vendi** [ $\emptyset$ -DAT] logo também.  
(CZ-03)
- c. Chegô aqui q'eu **entreguei a Miguel** que é... é Miguel que é funerário que abre a seputura ININT dexô a guia... aí foi qu'ele marcô lá... quano foi oiá foi poro... foi poromonía.  
(RC-06)
- d. tá chamano, que veio, ele **entregou** [ $\emptyset$ ] Pequeno chave, coreu e ficou aí ói... deitado (HV-CONTROLE-R)

No grupo dos *dativos não obrigatórios*<sup>85</sup>, por outro lado, não podem ser recuperados quando não se verifica uma realização fonológica no discurso do falante, haja vista que não são previstos pela configuração estrutural do verbo. Esse tipo de construção ocorre com verbos do tipo *faciendi*, como no exemplo em (13), e, conforme apontam os estudos de Lucchesi e Mello (2009), Mello (2013) e Baxter, Mello e Santana (2014), ocorrem categoricamente com a preposição *para*. A esse tipo de dativo preposicionado, Campos (1999) chama de *dativo de interesse*, porque, ainda que não sejam previstos pela configuração semântica do predador verbal, expressam a pessoa que é beneficiada ou prejudicada pelo evento descrito pelo predador verbal. Na análise dos contextos em variação, os dativos não obrigatórios não foram incluídos.

- (13) Dativo não obrigatório      DOC1: Pisá o café?  
    INF: ININT Vô pisá agora? O quê Mariinha?  
    CIRC: Vai pisá?  
    INF: Vô pisá um poquinho, qu'eu tenho que **fazê café pas**  
    **menina que disse que qué bebê esse café** que é... café bom.  
    (SP-07)

Os estudos de Armelin (2011) sobre as construções dativas no PB mostram que a obrigatoriedade ou não obrigatoriedade dos dativos é um fator determinante na escolha do falante em relação à preposição, se *a* ou se *para*. Por exemplo, nem todas as preposições *para* de dativo obrigatório apresentaram-se em contexto de variação, como o caso daquelas que

---

<sup>85</sup> Ou “*livres*”, conforme designado por Bechara (1999).

introduzem dativo inanimado, em verbos de movimento concreto – nos termos de Berlinck (1996): “não é fácil de ser substituído por clítico e possui valor claro de *locativo*”, como em (14).

- (14) Verbo de movimento concreto    Levei...assim...ela me mordeu, no mesmo dia me  
com dativo inanimado                    levaro pra Valença (SP-03)

Por fim, destaco que são retiradas da análise de covariação estrita as ocorrências em contextos tanto de verbos de *movimento físico*, como *levar*, *trazer*, *conduzir*, etc., e quanto de verbos *faciendi*, como *fazer X para Y*, *construir X para Y*, por serem contextos categóricos em relação à presença da preposição *para* nesses contextos, como se vê nos exemplos em (15) e (16), respectivamente. No entanto, essas ocorrências servem também à análise que investiga os contextos que serviram como base para a entrada da preposição como introdutora de dativos.

- (15) *para*-DAT em contextos de Trôxe caju **pa mim**. (HV-19)  
verbos de movimento concreto            Trôxe caju \*a mim

- (16) *para*-DAT em contextos de Que tudo também eu fazia **pra ela** (RC-11)  
verbos *faciendi*                                Que tudo também eu fazia \*a ela

Porém, a fim de verificar os contextos linguísticos favoráveis à ocorrência da preposição *para*, eventualmente, incluo as ocorrências de dativos introduzidas categoricamente por essa preposição, buscando *investigar* em qual tipo semântico observa-se maior frequência dessa preposição, tendo em vista a hipótese de Oliveira (2003), como exemplo em (17), que aponta as construções ditransitivas com sentença infinitiva e valor de finalidade como contexto sintático favorável ao uso da preposição *para* em dativos no PB.

- (17) {V DP [PARA<sub>FINAL</sub> [IP (DP) V]]} a. eu pedi a eles assim: pra semana que cê fô,  
você vai... vai falá po... po médico dá um  
atestado **pa você encostá**, pa ficá me  
aguentano sem trabaia. Porque ele trabaia de

enxada e ele num guenta trabaiá por causa das perna (SP-05)

- b. É... quem colocô ela no hospital foi eu. Coloquei até o dia que o médico **falô pra ela vim embora**

A seguir, descrevo e exemplifico as ocorrências que foram excluídas da descrição e análise dos dados de preposições dativas.

#### 4.5.2.2 Ocorrências não consideradas no corpus de análise

Não foram consideradas as ocorrências de dativo com as seguintes características observadas, como em (18-28):

Casos ambíguos de preposição *a*

- (18) Eu num vô dá o senhô (HV-22)  
 (19) Ele diz à minha filha: “Cadê a mãe? (HV-CONTROLE-V)

Em (18), a ambiguidade estrutural é causada, considerando a possibilidade de crase entre a última vogal da forma verbal (vogal temática ou desinência modo temporal) e a preposição *a* introdutora de dativo “a”, mesmo quando o OD é do gênero masculino, como nesse exemplo. Há dúvida se a preposição está realizada ou não.

Em relação à (19), embora o transcritor tenha grafado com o acento grave, não é possível afirmar se há realização ou não da preposição *a*, tendo em vista a crase entre a preposição “a” e o determinante feminino, já que o OD é do gênero feminino.

Hesitações e erro de performance

- (20) Dano comida já os... as criança. (SP-01)  
 (21) Aí minha irmã mora ali embaxo tamém, minha irmã Jura. Aí só assim tu pede uma mulé que a mulé te dá. A mulé passô assim na estrada assim tava de junto. Tu pede um pa mulé que ela te dá. (SP-05)

No exemplo em (20), observa-se uma hesitação com a finalidade de autocorreção, que se perde no meio da performance, deixando o exemplo ambíguo quanto à realização da preposição. Em (21), o contexto demonstra que a palavra “uma” refere-se ao OD, não a um determinante de “mulher”, significando como o próprio informante diz: “pede um pa mulher”. Exemplos desse tipo foram considerados erros de performance, não se caracterizando, portanto, em uma variante.

*dativos fonte*

(22) Era assim... meu pai... premero quando eu morava mais meu pai comprava roça assim dos ôto pa gente estraçá tudo no cabo do rodo. (SP-05)

(23) É dele, comprô na mão de Craudienô. (SP-05)

Embora no PE seja comum a variação das preposições *de* e *a* em construções com dativo fonte, no PB, esse comportamento não é observado (TORRES MORAIS, 2010), configurando-se em um fenômeno já consolidado entre os brasileiros. Além disso, a preposição *de*, como em (22), devido à ambiguidade existente com ocorrências de genitivo, tem-se também utilizado a expressão “na mão de”, como em (23).

Verificou-se no *corpus* a ocorrência de algumas preposições diferentes (com, até, em) daquelas que são o foco de pesquisa, como em (24). Não foram consideradas na análise, pelo fato de não se configurarem, embora inovadoras, variantes das preposições *a*, *para* e do  $\emptyset$ . Sua motivação provavelmente parte de outros processos linguísticos e sociais.

*Verbos leves*<sup>86</sup>

(24) Eles gosta também, né? Eu mesmo...a gente vai pra, né, dá um apoio...ajudá eles, né? (CZ-03)

(25) Tem não. Aí num presta mais não. Só presta mesmo pa dá... criação, né. Mas até pra gente comê mesmo, feijão nascido, num come não, ele amarga. (RC-06)

---

<sup>86</sup> Segundo Lucchesi e Mello (2009), são exemplos de verbos leves: dar apoio, dar uma mão, fazer promessa, dar trabalho, fazer uma leitura, dar prejuízo, dar aula, dar aviso, dar má criação, dar explicação, dar um agrado, dar saúde, dar problema, dar assistência, (não) ter consideração, dar socorro, dar emprego, fazer porcaria, fazer mal, fazer bem, fazer medo, etc.

As ocorrências de construção com verbos leves, como em (24) e (25), não foram selecionadas, haja vista que, nesta tese, assume-se as conclusões de Alves (2016), a seguir:

Considerando as propriedades de *dar* pesado e de *dar* leve, observa-se que o verbo *dar* em contextos de VLs sofre algumas alterações, a saber:

- não denota transferência de posse;
- não é um dativo;
- não possui a grade argumental especificada com três argumentos, o que significa que a valência verbal é reduzida;
- não garante ao argumento interno da CVL o papel temático tema, uma vez que é uma ação e não uma entidade, bem como não garante o papel temático beneficiário;
- não garante que o sintagma preposicionado da construção seja introduzido apenas pelas preposições *a* ou *para*, ocorrendo na maioria das vezes pela preposição *em*, e às vezes pela preposição *de*;
- nem sempre denota pontualidade (ALVES, 2016, p. 32-33).

Além disso, as construções com o verbo *dar* que permitem o uso da preposição *a* ou *para* não devem ser consideradas verbo leve, mas de *transferência material* as quais incluem na coleta de dados, conforme mostro no exemplo (26) a seguir.

- (26) verbo *dar*
- a. Quande chegô na hora, **deu** o japonês vinte mil e, não, não, não! (HV-03)
  - b. **deu** café a ela com leite... e bolacha, ela bebeu (SP-07)
  - c. Mas se **deu** p'os dois... (RC-07)

Ainda que fossem dativos, nos verbos leves, há propensão ao apagamento do complemento preposicionado, e, quando realizado, a ordem categórica é V DP PP, o que poderia enviar os resultados dos dados, pois a estrutura verbal é um dos fatores de extrema relevância para a explicação da variação das preposições introdutoras de dativo.

### 4.5.3 Variáveis observadas no *corpus*

Segundo Labov (2008 [1972]), as variantes linguísticas observáveis são condicionadas por fatores tanto linguísticos como extralinguísticos e elenca algumas propriedades importantes para o estudo de uma variável linguística. Segundo o autor, o fenômeno observado deve ser um elemento recorrente em fala espontânea e natural, ser estrutural e estratificado a esgotar as possibilidades observáveis (LABOV, 2008 [1972], p. 28). O conjunto de variáveis define-se a partir de grupos de fatores ou variáveis explanatórias ou independentes e pela delimitação da variável – objeto de estudo da pesquisa –, também reconhecida como a variável que depende desses grupos de fatores (TAGLIAMONTE, 2006, p. 107). Na presente tese, é variável dependente a (não) realização das preposições dativas em verbos ditransitivos dinâmicos: *a*,  $\emptyset$ , *para* – objeto de estudo desta tese, e 11 (onze) variáveis explanatórias, sendo 6 (seis) linguísticas e 5 (cinco) extralinguísticas, conforme se descreve a seguir.

#### 4.5.3.1 Variável dependente (*a*, $\emptyset$ , *para*)

Considerando-se que um fenômeno linguístico está em *variação* quando há duas ou mais formas com o mesmo valor de verdade, diante dessa definição laboviana, posso dizer que as preposições introdutoras de dativo em verbos ditransitivos dinâmicos estão em variação no PB, dado que há ocorrências de pelo menos três formas: *a*, conforme (27), *para*, conforme (28), não realizada foneticamente ( $\emptyset$ ), conforme (29), a seguir.

(27) *a*-DP vendeu os pedacim **a ele** (SP-09)

(28) *Para*-DP Uma vez escreveu **pra mim** (HV-20)

(29)  $\emptyset$ -DP ieu paguei compade Pedo pa mode ele tirá uma lenha pra mim (RC-24)

A variante conservadora e padrão é a preposição *a*, dado que é a forma recorrente na Norma Culta do PB e tradicionalmente reconhecida pelas gramáticas normativas (BECHARA, 1999; CUNHA; CINTRA, 1985; ROCHA LIMA, 1972). A variante *para* é a forma mais inovadora nesse contexto. É importante mencionar que, na maioria dos resultados das análises da língua falada no PB atual, a grande concorrente da preposição *a* é a preposição *para* (GOMES, 2003a; BARROS; RIBEIRO, 2011). A variante  $\emptyset$  é considerada marca do processo do contato entre línguas no PB-afro (LUCCHESI, 2001; LUCCHESI; MELLO, 2009; BAXTER; MELLO; SANTANA, 2014), embora no dialeto afro-brasileiro de Helvécia-BA,

Barros (2008) indica que há um predomínio quase categórico da preposição *para* observado na fala dos mais jovens.

#### 4.5.3.2 Variáveis independentes

Conceptualmente, Tagliamonte (2006) define as variáveis independentes ou explanatórias como grupos de fatores linguísticos e/ou extralinguísticos que limitam a escolha (inconsciente) da variante pelo falante. Segundo a autora, “cada grupo de fator pode ser pensado como uma hipótese [do pesquisador] sobre o que influencia o processo de escolha [das variantes dependentes]” (TAGLIAMONTE, 2006, p. 106-107). Assim, para ela, a chave de codificação dos dados depende do que autor da pesquisa considere relevante para a observação da variação do fenômeno investigado. Além dos grupos de fatores *tipo semântico do verbo e natureza semântica do dativo*, apresentados na seção anterior, por constituírem-se de aspectos importantes para o levantamento dos dados, para esta pesquisa, foram verificados outros fatores linguísticos e extralinguísticos. Sobre os primeiros, Tagliamonte (2012, p. 5) afirma que as variáveis devem ser “alternativas (opções) observadas em um sistema gramatical com mesmo valor referencial em um discurso”. Segundo a autora, há variantes que possuem diferenças muito sutis no sentido semântico e distributivo, porém, mesmo assim, essas devem fazer parte da variável observada. Tendo isso em mente, foram observados os seguintes grupos de fatores linguísticos: *estrutura do VP*, conforme a subseção I, *estrutura sintática do dativo*, conforme a subseção II, *estrutura sintática do OD*, conforme subseção III, *descrição do papel temático*, conforme subseção IV, e *contexto referencial*, conforme subseção V, além das variáveis linguísticas extralinguísticas, conforme VI: *comunidade, faixa etária, sexo, estada fora e escolaridade*, a fim de se avaliar as motivações linguísticas e sociais da realização variável das preposições introdutoras de dativo em verbos ditransitivos dinâmicos.

#### I) Estrutura do VP

Diversos trabalhos de autores brasileiros (SHER, 1996; LUCCHESI, 2001; BARROS, 2008; LUCCHESI; MELLO, 2009; BAXTER; MELLO; SANTANA, 2014) também contrariam a assertiva de Larson (1988), haja vista também a constatação do apagamento da preposição em posição adjacente ao núcleo verbal em comunidades rurais brasileiras. A fim de investigar as possibilidades de estrutura sintática do sintagma verbal ao qual o completo dativo

está vinculado, além da posição do complemento dativo, verificaram-se as seguintes estruturas a seguir:

- (30) V OD OI<sub>PP</sub> Ele pediu a ela (RC-07)
- (31) V OD OI<sub>DP</sub> Dava um agrado o menino, ajeitava lá os caco e botava e vinha. (RC-09)
- (32) V OI<sub>PP</sub> OD Escreveu pra né uma carta que tinha casado e que morava no Bom Suce... (RC-21)
- (33) V OI<sub>DP</sub> OD Resolveu vendê nós essas terra...nós mediu com mui'trabai, medimo, (CZ-16)
- (34) V OI<sub>PP</sub> OD<sub>SENTENÇA</sub> Comida ele non falá mais, dava ININT tudo dia pede a Deu pa dá saúde de pessoa (HV-CONTROLE-W)
- (35) V OI<sub>DP</sub> OD<sub>SENTENÇA</sub> Norberto manda dizê o senhô meu compade, que o senhô me desse cinquenta mil pra minha viage! (HV-20)
- (36) OI<sub>CL</sub> V OD ó, minha Nossa Senhora, meu sofrimento que eu tô lhe contano, moço! (CZ-10)
- (37) V OI<sub>PP</sub> OD<sub>NULO</sub> aí ele vendeu pa... pa a firma d'ele (HV-09)
- (38) V OI<sub>DP</sub> OD<sub>NULO</sub> Eu que ensinava ele (RC-13)
- (39) OD<sub>CL</sub> V OI<sub>PP</sub> ... levei ela pro médico (HV-07)

Ao analisar a estrutura do VP, observamos também mais dois aspectos relevantes para análise do fenômeno variável das preposições de dativo, como a posição em que se encontra o dativo em relação ao núcleo verbal e a (não) realização fonológica e estrutura sintática do OD, sendo possível a verificação de quais aspectos sintáticos são condicionantes para a (não) realização das preposições dativas de verbos dinâmicos.

Para análise da variável dependente em função desse grupo de fatores, foram consideradas as seguintes estruturas: a) [V OD DAT]; b) [V DAT OD]; c) [V DAT OD<sub>SENTENÇA</sub>];

e d) [V DAT OD NULO]. Os fatores [OD<sub>CL</sub> V OI<sub>DP</sub>] e [OD<sub>CL</sub> V OI<sub>PP</sub>] foram amalgamadas à estrutura que contém o dativo adjacente ao núcleo verbal, como aquela em (31)<sup>87</sup>.

Na presente distribuição quantitativa, não foram encontradas ocorrências de dativos em estruturas como: [V OD<sub>SENTENÇA</sub> DAT] e [OD<sub>CL</sub> V OI<sub>DP</sub>]. Isso porque, concernente à primeira estrutura, o dativo é obrigatoriamente realizado em posição adjacente ao verbo, dado que os complementos acusativos, por se constituírem em um CP pesado, ocorrem quase sempre no fim da sentença, como na estrutura em (32), geralmente com os verbos *discendi*; no que se refere à segunda estrutura, é provável que, como o dativo sem preposição é essencialmente um DP, não se verifica no português brasileiro contemporâneo, como no português formal culto a contração de dois núcleos D, como se vê em “O ancião transmitir-lho-ia” (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 308). Além disso, hipoteticamente, a explicação pode encontrar-se no fato de que, nessa estrutura, o DP dativo ocupa uma posição mais próxima ao predicador verbal, mesma posição do clítico acusativo, inviabilizando a ocorrência dessa estrutura no PB afro-brasileiro.

## II) Estrutura sintática do dativo

De acordo com Torres Morais, Ribeiro e Ferreira (2008), na variedade brasileira, constata-se a mudança da expressão de Caso sintático dativo, tendo em vista a expansão gradual da preposição *para* e perda dos clíticos de terceira pessoa, além da baixa frequência da preposição *a*. A fim de observar o mesmo fenômeno nas comunidades estudadas, diferentes estruturas sintáticas do dativo foram coletadas, conforme (40-43).

- (40) [DP lexical] eu falei *pra moça* aí; talvez se a senhora fô lá e voltá eu posso até dá entrevista, mas agora eu num... num tinha chegado (SP-06)
- (41) [pronomes] junto aí um bocado de gente ININT junto um bocado de gente, aí foi que deu um [rancho] *pra mim* agora (SP-07)
- (42) [clítico] se uma pessoa *me* dizê uma coisa aí, eu me enraivo mesmo, Ave Maria, só vô... só eu... só quero ir em cima pa lascá aquela pessoa. (SP-05)

---

<sup>87</sup> Lucchesi e Mello (2009) realizam uma pesquisa sobre a alternância dativa nas mesmas comunidades por mim analisadas. Porém, considerando o objetivo das pesquisas realizadas, os contextos de análise são distintos, o que acarreta uma diferença na quantidade de dados analisada nas pesquisas realizadas.

- (43) [Ø] Aí... foi, esse menino falou com Arbeto: “Se não qué dar o dinheiro Ø, dá um saco de adubo Ø!” Ele nem viu nem dinheiro nem saco de adubo! (HV-R)

## II) Estrutura sintática do tema

Sobre as estruturas dos verbos ditransitivos de transferência proposta por Berlinck (1996), em que a autora diz que o OD quase sempre expressa uma subordinada *que*, optei por investigar a posição do dativo preposicionado em função da estrutura sintática do OD. O controle dessa variável se deve à hipótese de que complementos acusativos nas formas de DP lexical, clítico ou pronome favorecem contextos em que o dativo se posiciona no final da sentença, enquanto, obviamente, os nulos e aqueles na forma sentencial favorecem a posição adjacente. Assim, no *corpus* levantado, o OD, objeto, é transferido/movido ao objeto dativo, apresenta-se nas configurações sintáticas, conforme são apresentados nos exemplos (44-48), a seguir.

- (44) [DP lexical] E que tem...vendêro nós **esta terra bruta** (CZ-12)
- (45) [pronome] Aí no dia que troxe **ela** pa... pa Rio de Conta ela morreu.
- (46) [sentença] Eu [num] corro não. Eu já disse a ele [que] ele pensá que eu sô a mulé dele, ele tá enganado. Num corro assim não. (SP-01)
- (47) [Ø] É esse.... **[bananá, é côco de repolho]**... Tudo que machucou joga! Gente só veno panhar. Depois não panha mais não joga. Tem que dividir Ø prá todos! Poque se jogar tudo pula em cima, faz briga! (HV-CONTROLE-R)
- (48) [oblíquo] Assim, por exemplo, falá **de amô** pra eles, eles num gosta. Não, diz que um crente só deve namorá com ôto crente da mesma igreja. (CZ-02)

Dentre as ocorrências, o único dado com objeto direto oblíquo, como em (48), foi descartado, por se tratar de um dado muito particular e distinto do contexto que investigo nesta pesquisa.

## II) Natureza semântica do dativo

Levando em conta que a preposição *para* ocorre sobretudo em contextos inanimados, e que o dativo, de modo geral, introduz complementos animados, havendo poucos casos de introdução a locativos, persegue-se a hipótese de que o *para* teria expandido a sua função, inclusive, introduzindo dativos animados. Nos exemplos (49-51) a seguir, o dativo pode ser interpretado por três traços semânticos de animacidade: i) como um ser *animado* [+animado]; ii) ser *inanimado* [+concreto]; e iii) ser *abstrato* [abstrato] (DUARTE, 2003; BERLINCK,1996).

- (49) Dativo [+animado]      a. Aí io di: minha avozinha, me dá, io levo, **levo pra senhora**, inté lá, io levo. (HV-CONTROLE-W)
- b. Deus que **dê uma boa viagem a ocês**, eu tava com vontade de ir no natal, mas... (RC-21)
- (50) Dativo [+concreto]      a. É, levano tudu lá pu...pu hospital. (CZ-11)
- b. **Trazia pa venda** e se mandava, aí sempe eu conhecia. (SP-05)
- (51) Dativo [abstrato]      a. Meu tempo chegô, que me **entregô a INPS** (HV-20)
- b. A mãe da gente nunca... nunca... **mandou a gente po caminho da escola não...** (SP-03)

Tradicionalmente, o dativo de verbos dinâmicos, sobretudo os de transferência, apresenta-se essencialmente com o traço [+animado]. Considerando que no *corpus* observado apenas a preposição *para* introduz DP inanimados ou abstratos, na análise dos dados, quando são analisados apenas ocorrências de dativo em contextos em variação, consideraram-se apenas as ocorrências de dativo [+animado].

#### IV) Descrição do papel temático

Tendo em vista o estudo de Armelin (2011) em relação aos papéis temáticos do dativo, em que se constata, através dos dados de Scher (1996), que a omissão da preposição somente é possível com dativos cujo papel temático é de *meta*, a hipótese é que o apagamento da preposição nas comunidades rurais isoladas se dê apenas em contextos em que é possível a verificação do papel temático *meta*, não ocorrendo com dativos de verbos *faciendi* cujo dativo é sempre *beneficiário*.

Definindo a noção de papel temático, Duarte (2003, p. 184-190) diz que a identificação do papel temático parte da análise do número e natureza dos argumentos de uma estrutura verbal, de modo que tais informações se tornam essenciais para a especificação lexical mínima do argumento observado. Assim, o papel temático denota a relação semântica em relação ao núcleo predicativo. No caso dos argumentos dativos, verificam-se nas línguas ao menos quatro valores semânticos, conforme a autora: *alvo* ou *meta*, entidade para o qual algo foi transferido, isto é, mudança de posse; *locativo*, noção de entidade que é subgrupo do papel temático *alvo* e denota localização espacial; *beneficiário*, também é subdivisão do papel temático *alvo* e designa entidade que se beneficia de uma ação; e *fonte*, entidade que está na origem da situação exposta pelo predicador.

Os verbos ditransitivos dinâmicos indicam uma relação de movimento ou de transferência, de modo que é requerimento sintático-semântico desses predicadores a realização do dativo, o qual atuará como *alvo*, *beneficiário*, *locativo* ou *fonte* no jogo de posse do objeto tema da sentença. No PB em geral, verifica-se a realização das preposições *a* e *para*, e da variante  $\emptyset$  em zonas rurais isoladas, com argumentos que representam os três primeiros, como nos exemplos em (52-54). Em outras palavras, o dativo *fonte* requer outro tipo de preposição não investigada na presente análise.

- (52) Alvo ou Meta
- a. Mais ela era uma professora muito boa. Ela explicava bastante **pa gente**. Só um aprendeu mesmo com ela aq... aquele que... que tinha cabeça... (RC-07)
  - b. Disse **a ele**: "Eu falo e garanto!" (HV-CONTROLE-Y)
  - c. Vinha dá **ele** recado certim (HV-12)

(53) Beneficiário      Ele compro uma bicicleta **pa mim...** (HV-02)

(54) Locativo      Cozinhava e levava **po negocio de pessoal** (HV-09)

Ressalto que, de acordo com os estudos de Armelin (2011), a preposição *a* não introduz DP ambíguos, possuindo um valor *default* de *alvo* ou *meta*; a preposição *para* pode introduzir DP semanticamente distintos, ora *beneficiário* ora *alvo* ou *meta*. Além disso, a autora chama a atenção para o fato de que em contextos linguísticos cuja a única opção é a preposição *para*, pode-se constatar uma ambiguidade na interpretação da preposição, podendo ser *beneficiário* do evento verbal ou do tema, como em (55) a seguir, em que não se pode distinguir se os padres encomendaram o chapéu ou se será um presente da comunidade para eles.

(55) Ambiguidade do dativo      uma páia grossa, aí agora encomendô ela um chapéu  
beneficiário      **p`esses pade** que chegô de novo aí em Rio de Conta, dá po  
senhô vê... (RC-21)

A seguir, apresento os contextos discursivos que compõem a variável contexto discursivo-pragmático do dativo.

#### V) Contexto discursivo-pragmático do dativo

Tem-se observado no PB a perda do clítico de terceira pessoa, *lhe/lhes* – principal estratégia de retomada anafórica do complemento dativo no PE e no Português culto do Brasil –, um aumento do uso da preposição *para* e a decadência do uso da preposição *a*, sintaticamente marcador de Caso dativo em realizações não pronominais (CUERVO, 2003; TORRES MORAIS E BERLINCK, 2006; TORRES MORAIS, 2007; TORRES MORAIS; RIBEIRO; FERREIRA, 2008). Tendo isso em mente, para uma análise das preposições introdutoras de dativo, deve também ser observado o contexto que envolve o aspecto discursivo-pragmático, no sentido de verificar em quais contextos as estratégias pronominais de dativo se manifestam no PB-afro.

De acordo com Fiorin (2004), a primeira e a segunda pessoa do discurso caracterizam-se pelo valor dêitico, como participantes reais no momento da enunciação, e o pronome que contém esse traço discursivo tem a possibilidade de “reversibilidade”, nos termos do autor, isto

é, existe uma noção da pessoa que se dirige e a quem se dirige e uma pode se reportar à outra durante o ato comunicativo. A terceira pessoa do discurso, por sua vez, é aquela que “designa qualquer ser ou não designa ser nenhum” (FIORIN, 2004, p. 164). Com função enunciativa distinta, conforme o autor, a terceira pessoa possui essencialmente um traço anafórico, além disso, tem por referente qualquer DP interno ou externo ao domínio da sentença, desde que este esteja dentro de um contexto linguístico, pragmático ou que possa ser recuperado semanticamente pelo receptor do discurso.

Nos dados codificados, o contexto discursivo-pragmático se manifesta basicamente por três formas: a) *primeira menção*, quando o próprio DP é o referencial, conforme (56); b) *anafórico*, quando há retomada do referencial e vínculo sintático e discursivo que recai sobre esse elemento, conforme (57); c) *dêitico*, quando os referentes estão temporal e localmente em um mesmo contexto discursivo, conforme (58); d) *dêitico arbitrário*, quando a interpretação do referente pode ser uma variável qualquer, conforme (59).

- (56) Primeira menção      [...] uma páia grossa, aí agora encomendô ela um chapéu **p`esses pade** que chegô de novo aí em Rio de Conta, dá po senhô vê... (RC-21)
- (57) Anafórico            DOC.: Ô. A senhora é devota de São Pedro?  
 INF.: Graças a Deus, porque eu rezo pa ele porque **meu marido** foi, minha filha, não quero casá... Num quero...  
 DOC.: Num qué casá não?  
 INF.: Não! Eu disse a ele...  
 DOC.: E se aparece um noivo?  
 INF.: Eu num quero não. Já apareceu trê e eu não quero!  
 DOC.: E por que não?  
 INF.: Porque não quero. Eu disse **a ele** que ele morresse premêro, podia arranjá um (SP-11)
- (58) Dêitico              a. Ah, festa, aí disso aí eu nem posso **te** falá, poque...festa aqui era uma atrás da ôta. (CZ-11)  
 b. Pió qu'ele **me** deu a folha (HV-03)

- (59) Dêitico-arbitrário A gente numa ladêra assim, fazeno fincapé. Quand'é de tarde, a gente tá com as perna morta de cansada ! Inda pra torná infrentá essa viage! [ vô te dizê, viu ! ] (RC-13)

Cê pode tê ôta identidade na mão, depois pode lhe<sub>2p</sub> dá um lucro, né isso? (CZ-06)

O contexto discursivo-pragmático é aspecto fundamental para a análise que pretendo demonstrar quando houver a necessidade de observação da realização das preposições dativas apenas em contextos anafóricos em comparação aos dativos nulo e clítico anafóricos.

A seguir, apresento a descrição metodológica do tratamento dos dados em relação às variáveis independentes extralinguísticas.

#### V) Variáveis independentes extralinguísticas

WLH (2006 [1958], p. 123) propõem que, à investigação sociolinguística, o encaixamento social do fenômeno é indispensável. Segundo os autores, a estrutura linguística é intrínseca ao contexto social da comunidade de fala, de maneira que os grupos de fatores sociais interferem naturalmente nos fenômenos em variação e mudança da língua. Os autores sugerem que “a tarefa do linguista não é tanto demonstrar a motivação social de uma mudança quanto determinar o grau de correlação social que existe e mostrar como ela pesa sobre o sistema linguístico abstrato”. Com base nessa premissa, é necessário investigar até que ponto as variáveis independentes extralinguísticas afetam a escolha das variantes investigadas nesta pesquisa. Para tanto, na presente pesquisa, foram observadas e analisadas 48 entrevistas, além de 7 entrevistas do *corpus* de controle de Helvécia-BA.

Em primeiro lugar, assentando-se no arcabouço teórico da TVM, Silva-Corvalán (1988) identifica pelo menos três reflexos sociais: identidade de grupo, autocorreção por parte do grupo economicamente ativo e mudança em progresso. Esta pesquisa observa a *faixa etária* como variável independente, a fim de se identificar os estágios de *variação estável* ou *mudança linguística* das preposições dativas, conforme Labov (2008 [1972]):

Os dados mais simples para se estabelecer a existência de uma mudança linguística são um conjunto de observações de duas gerações sucessivas de falantes – gerações de características sociais comparáveis que representam estágios na evolução da mesma comunidade de fala. (LABOV, 2008 [1972], p. 194).

Assim, são consideradas quatro grupos de faixa etária: faixa I (de 20 a 40 anos); faixa II (de 41 a 60 anos) faixa III (de 61 a 80 anos); e faixa IV (mais de 80 anos), sendo este último grupo apenas na comunidade de Helvécia-BA, nomeadamente *corpus* de controle. Ainda de acordo com Silva-Corvalán (1988), as diferenças verificadas na faixa etária nem sempre tem a ver propriamente dito com a idade em si, mas com o entorno social do falante. Assim, no que se refere aos falantes do PB afro das comunidades rurais isoladas, o que estão em evidência são os diferentes níveis de processo reestruturação da gramática do falante decorrente do contato linguístico e nível de isolamento da comunidade de fala. A hipótese é que, por um lado, os mais velhos da comunidade apresentam mais claramente traços de reestruturação gramatical, como dativos sem preposição, devido à maior proximidade temporal com o período em que se deu o contato linguístico mais intenso na Bahia e, por outro, os mais jovens sejam favoráveis ao contexto inovador, com maior evidência de uso do *para* e menos uso do dativo sem preposição. Além disso, quanto maior o isolamento, maior preservação das características do processo de reestruturação. É possível inferir ainda que há nuances entre os grupos sociais de mesma idade em cada uma das quatro comunidades estudadas, no que tange à (não) realização das preposições introdutoras de dativo, de modo que o grupo de fatores sociais *comunidade* é importante para o entendimento dos processos de variação e mudança do fenômeno estudado. Como se observou no início dessa seção, é fato que a comunidade de Helvécia retrata maior isolamento social e é a que mais tem apresentado aspectos crioulistas em estudos variacionistas anteriores, como se verifica em Lucchesi *et al.* (2009) no seguinte excerto sobre a comunidade de Helvécia:

Ainda é possível a identificação dos fatores extralinguísticos que teriam determinado as profundas mudanças que marcaram a origem desse dialeto, graças a uma documentação histórica rica, embora incompleta, que facilita um estudo da demografia das populações de escravos e que permite formular algumas hipóteses em torno da questão. (LUCCHESI *et al.*, 2009, p. 87).

E ainda,

Se a crioulistização em Helvécia, no século XIX, afigura-se como algo muito factível, a questão que se coloca, então, é saber o quão representativa ela é. O cenário de uma grande proporção de escravos, com uma presença significativa de africanos, em *plantations* relativamente isoladas do restante do país talvez não tenha sido muito comum na segunda metade do século XIX, mas, certamente, foi muito mais representativo no século XVIII e mais ainda no XVII. Com isso, reforça-se a hipótese, já aventada no capítulo anterior, de que processos localizados de pidginização e crioulistização do português tenham sido mais frequentes nesses dois séculos, colocando-se como grande tarefa da pesquisa de linguística sócio-histórica mensurar,

no conjunto da sociedade brasileira, ao longo da sua história, o quão representativo eram esses contextos propícios à criouliização. (LUCCHESI *et al.*, 2009, p. 94).

Cronologicamente, Barra e Bananal é a segunda comunidade mais antiga, já que seu início é marcado na última década do século XVII e, geograficamente, é a segunda mais isolada, seguida da comunidade de Cinzento. Por fim, a comunidade de Sapé, no município de Valença, é a comunidade mais próxima à capital do Estado, Salvador, de modo que existe maior acesso dos informantes ao padrão linguístico do centro urbano e também maior propensão aos usos inovadores da língua.

Com base em diversos estudos de cunho variacionista, incluindo Labov (2008[1972]), Tagliamonte (2006) mostra que, dentre os grupos de fatores sociais, o *sexo* dos informantes é o mais claro e definido. Segundo a autora, as mulheres são as que mais apresentam as formas de prestígio, desviando-se menos do padrão do que os homens. Quanto a isso, Chambers (1995, p. 102-103) demonstra que diversas pesquisas sob os pressupostos da TVM demonstram que as mulheres têm maior sensibilidade aos traços de avaliação do que os homens e também que são elas que estão sempre à frente ao conservadorismo da norma padrão. Apesar disso, o estudo de gênero na atualidade não é tão claro como mostram os estudos anteriores. Atualmente, há maior consciência da inclusão de indivíduos que se identificam com determinado gênero social, como os transexuais. Da mesma forma, é importante mencionar que, conforme Cheshire (2003 apud TAGLIAMONTE, 2012) argumenta, a pesquisa variacionista contemporânea deve levar em consideração a razoável ascensão social das mulheres, que passaram de certo modo a ser mais reconhecidas a partir dos movimentos feministas nos últimos anos. Apesar disso, no *corpus* observado, a noção de sexo feminino significa um ser humano nascido como mulher e, de sexo masculino, um ser humano biologicamente concebido como homem. As mulheres em geral desenvolvem as tarefas domésticas e vivem para a criação dos filhos enquanto os homens tendem a trabalhar fora e a sair por mais tempo da comunidade em busca de novas oportunidades (LUCCHESI, 2009, p. 313). Essa relação desenha um contexto de submissão social por partes das mulheres dessas comunidades. Diferente da afirmação de Labov e Trudgill (2010, p. 197), de que as mulheres dos grandes centros urbanos, no processo de mudança de cima para baixo lideram e são mais conservadoras, de modo que são elas que mantêm o uso da norma padrão, ao contrário, as mudanças de baixo para cima em centros urbanos são mais inovadoras entre as mulheres. Nas comunidades afro, o olhar é oposto: ainda que a mudança ocorra de baixo para cima, a tendência das mulheres nessas comunidades se volta ao uso conservador dos traços do dialeto local. Conforme demonstra Lucchesi (2009), através da análise da concordância de gênero nessas comunidades, são os homens mais jovens que

realizam mais a concordância, devido ao maior acesso aos programas de educação pública, isto é, as mulheres tendem a preservar as características linguísticas da comunidade. O maior isolamento e maior exposição quanto aos julgamentos sociais das mulheres são fatores que podem justificar o caráter mais conservador dos aspectos do sexo feminino nessas comunidades.

Quanto à variável independente *período da estada fora*, compreende-se que o nível de acesso aos grandes centros urbanos pode ser determinante na escolha da variante dependente, haja vista que o maior ou menor contato pode influenciar nos usos inovadores à comunidade de fala. O *corpus* é dividido entre os que saíram da comunidade em um período maior que seis meses e os que não saíram da comunidade, desconsiderando viagens curtas e saídas por até seis meses.

Por fim, nesta pesquisa, observa-se também o fenômeno variável das preposições dativas de verbos ditransitivos dinâmicos quanto à variável independente *escolaridade*, constituído pelos fatores *semianalfabetos* e *analfabetos*. Na contramão da variação, a escolaridade é um fator que reforça os aspectos linguísticos da norma padrão em detrimento das variantes linguísticas não prestigiadas, pois há uma busca de uniformização através do ensino da norma culta, o que pode ser relacionado à avaliação social, já que alguns aspectos da língua (como a variação da concordância nominal, por exemplo) são extremamente rejeitados/estigmatizados até mesmo pelos falantes que dela fazem uso (LABOV, 2008 [1972], p. 248).

Na próxima seção, apresento a forma como foi conduzido o tratamento estatístico dos dados, incluindo, a apresentação da codificação dos dados e manuseio do Programa Goldvarb 2001.

#### **4.5.4 Tratamento Estatístico dos Dados**

A partir dos 48 inquéritos, 12 de cada comunidade, além de 7 inquéritos do *corpus* de controle de Helvécia-BA, foi realizado o levantamento exaustivo das ocorrências das preposições introdutoras de dativo em verbos ditransitivos de transferência e de movimento. A fim de se observar também os dativos nulos, o objeto de busca eram os predicadores verbais, não as preposições em si, dado que, além do mais, estas podem ser encontradas em diferentes contextos verbais e nominais. As ocorrências foram marcadas ao longo dos inquéritos, em seguida, copiadas em um único arquivo em formato .docx. Após esta etapa, com base na *chave de codificação* (cf. Apêndice) com as variáveis *linguísticas* e *sociais*, procedeu-se a codificação

das ocorrências selecionadas para a análise, atribuindo-se um código para cada variante observada, como mostra o exemplo (60) a seguir.

- (60) CODIFICAÇÃO ah, a festa, festinha assim, num é... A gente chegô de noite, deu uma comidinha pro povo (RC-01)

**Quadro 6** - Codificação dos dados

P	p	1	T	d	m	*	h	\$	4	R	1	1	F	6	S	n
Forma do dativo	Tipo de Preposição	Estrutura sintática do dativo	Tipo semântico do predicador verbal	Descrição do Caso	Descrição do papel temático	Obrigatoriedade sintática	Natureza semântica do dativo	Contexto discursivo-pragmático	Estrutura do VP	Comunidade	Informante	Faixa etária	Sexo	Estado Fora	Escolaridade	Estrutura sintática do OD

Fonte: Chave de codificação da tese

No Quadro 5, como a forma do dativo pode ser nula, clítica, DP ou preposicionada, esta é a primeira variável, no entanto a variável dependente, como já explanado anteriormente, encontra-se na segunda coluna. Desse modo, ao realizar a *quantificação* dos dados, a partir do manuseio do programa estatístico *GoldVarb 2001*, inverteu-se a ordem dos grupos de fatores, de modo que a variável *tipo de preposição* estivesse como variável dependente. É a partir dessa ferramenta que obtenho os resultados numéricos com boa precisão acerca do fenômeno estudado nas comunidades rurais isoladas, a partir de tabelas com números quantitativos reais e percentuais de frequência, distribuídos pelas variáveis independentes e os fatores a elas atrelados.

Para a obtenção do valor de peso relativo, é preciso haver um valor de binômio. No entanto, conforme se viu na seção 4.5.3.1, sobre a variável dependente, a presente análise considera três variantes: *a*, *para* e  $\emptyset$ , de forma que foi preciso fazer uso de um comando que possibilita a leitura de um como outro. Assim, foram realizadas três rodadas, a saber: 1) *a*-DP versus *para*-DP; 2) *para*-DP versus  $\emptyset$ -DP; e 3)  $\emptyset$ -DP versus *a*-DP, resultando em valores precisos de relevância e significância para a análise estatística dos dados. Ressalto que apenas a variável linguística *estrutura do VP* foi selecionada como relevante nas três rodadas, através de um processo denominado *step*, cujo nome denomina um processo em comparações por grupos de fatores de maneira sucessiva. Apesar disso, sempre quando possível, na análise apresento o valor de peso relativo, fornecido pelo programa, ainda que se refira a apenas uma das rodadas. Na análise do peso relativo (escala entre 0 e 1), a partir dos valores viabilizados pelo programa estatístico, como *log likelihood* e *significance*, a análise considera os valores  $\leq 0.50$  para maior confiabilidade dos dados. Uma vez fornecidos os valores de peso relativo, concebe-se como fator condicionante do fenômeno em análise aquele que apresentar peso relativo  $> 0.50$ , sendo o condicionamento neutro quando o peso relativo for  $= 0,50$  e não condicionante quando obter valor de peso relativo  $< 0.50$ . Com os valores quantitativos, percentuais e de peso relativo proporcionados pela submissão do arquivo de extensão .tkn, que contém os dados codificados, ao programa estatístico, procede-se a interpretação e análise dos dados.

A fim de esclarecer melhor a metodologia adotada a partir das rodadas no Goldvarb, descrevo sumariamente o procedimento adotado no Quadro 6, a seguir:

**Quadro 6** - Lista de rodadas no Programa *GoldVarb* 2001

Rodada	Variantes	Método
<b>PARTE 01 – CONTEXTOS EM VARIAÇÃO</b>		
1ª Rodada	<i>a</i> – <i>para</i> – $\emptyset$	Observam-se apenas as frequências em percentuais dos contextos em variação, para a obtenção de uma visão geral sobre o fenômeno.
2ª Rodada	$\emptyset$ – <i>a</i>	Considerando-se a hipótese de queda da preposição <i>a</i> , verificam-se em quais contextos procedeu-se esse processo.
3ª rodada	<i>para</i> – $\emptyset$	Considerando-se a hipótese de que a realização da preposição <i>para</i> e o apagamento da preposição são resultado de uma mudança de parâmetro da configuração dos verbos ditransitivos, verificam-se os contextos de entrada da preposição inovadora.
4ª rodada	<i>a</i> – <i>para</i>	Considerando-se a hipótese de que a gramática das comunidades consiste no uso da preposição <i>para</i> , pretende-se observar os contextos de resistência da preposição <i>a</i> .

<b>PARTE 02 – CONTEXTOS LINGÜÍSTICOS DE VARIAÇÃO DA PREPOSIÇÃO PARA</b>		
1ª rodada	a – para – Ø	Considerando-se a hipótese de que os contextos com PARA+INF e PARA BENEFICÁRIO teriam propiciado <i>inputs</i> para a inserção da preposição <i>para</i> no contexto de dativo <i>alvo/meta</i> , e, além disso, a hipótese de que a preposição <i>para</i> teria se iniciado em contextos [+concreto] para [-concreto] [abstrato], observam-se TODOS os contextos observados no levantamento dos dados em relação às três variantes dependentes.
<b>PARTE 03 – TESTAGEM DA HIPÓTESE DE TORRES MORAIS E BERLINCK (2006)</b>		
1ª rodada	a.Clíticos anafóricos b.Nulos anafóricos c.PP anafórico d.Ø-DP anafórico	A fim de testar a hipótese de Torres Morais e Berlinck (2006) e investigar o gatilho linguístico para a mudança das preposições, pretende-se observar a ocorrência apenas dos contextos ANAFÓRICOS, considerando todas as formas de dativo.
2ª rodada	a.Clíticos anafóricos b.Nulos anafóricos c. PP anafórico d.Ø-DP anafórico	Considerando a hipótese de que o uso da preposição <i>para</i> iniciou pelos nomes e o apagamento da preposição por contextos pronominais, por conta da identificação categorial, DP, pretende-se investigar a frequência das formas quanto a essa variável.

Fonte: Elaboração própria.

No capítulo seguinte, apresento os principais resultados desse estudo, compreendendo os dados fornecidos pelo programa e apresentados em tabela, e início a análise e interpretação dos valores percentuais e pesos relativos.

## 5 AS PREPOSIÇÕES DATIVAS NO *CORPUS* AFRO-BRASILEIRO: ANÁLISE QUALI-QUANTITATIVA DOS DADOS

Nesta seção, são apresentados os principais resultados da investigação variacionista a respeito dos fatores linguísticos e extralinguísticos que condicionam a (não) realização das preposições dativas de verbos ditransitivos dinâmicos, *a* – *para* –  $\emptyset$ , tendo em vista a codificação dos dados, conforme a metodologia apontada no capítulo 4. As ocorrências de dativos com e sem preposição são coletadas, codificadas, quantificadas e analisadas a partir dos resultados obtidos do programa estatístico *GoldVarb 3.0*.

Recapitulando a descrição do *corpus* na seção anterior, o universo de análise e de observação dos dados abrange quatro comunidades rurais afro-brasileiras inicialmente analisadas, constituídas majoritariamente por negros descendentes dos escravos trazidos para o Brasil: Cinzento, Helvécia, Rio de Contas e Sapé, além de um *corpus* de controle de informantes idosos da comunidade de Helvécia, para compor o grupo de indivíduos da Faixa IV. Esse *corpus* faz parte do conjunto de dados do PB-afro, constituído pelo Projeto Vertentes – UFBA. A amostra de fala vernacular é constituída por 48 inquéritos, divididas em faixas etárias (Faixa I, de 20 a 40 anos; faixa II, de 41 a 60 anos; faixa III, de 61 anos a 80 anos; Faixa IV, acima de 80 anos), sexo (feminino e masculino), estada fora da comunidade (tempo maior ou menor do que seis meses) e escolaridade (analfabetos e semianalfabetos).

A seguir, apresento a quantificação e análise dos dados através dos condicionamentos linguísticos e sociais, considerando a variação entre *a*, *para* e  $\emptyset$ . Em seguida, demonstro estatisticamente, por meio de valores dos pesos relativos, os contextos de favorecimento ou resistência de cada uma das variantes dependentes.

### 5.1 QUANTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS VARIANTES DATIVAS NO *CORPUS*

Conforme delineei no capítulo de metodologia, nesta seção, apresento a observação dos dados da primeira parte da rodada dos dados, quando observo os contextos em covariação estrita das preposições *a* e *para* e a forma nula,  $\emptyset$ , a fim de desenhar o quadro geral sobre o fenômeno nas comunidades afro-brasileiras até o momento analisadas, a partir da quantificação e da frequência geral das ocorrências em variação. Parto da hipótese de que o uso das variantes *a* e *para* é o mais frequente, sendo aquela menos frequente que essa, e que a variante  $\emptyset$  está restrita aos falantes mais velhos.

A distribuição dos dativos com e sem preposição em contextos de variação encontra-se na Tabela 2, a seguir. Percebe-se, na tabela, que a preposição *para*, como em (01), é a variante mais recorrente dentre os complementos preposicionados encontrados no *corpus* em variação. Apresentando 62,7% de frequência, a preposição *para* é a variante que mais representa a gramática vernacular das comunidades rurais afro-brasileiras investigadas até agora. A variante preposição  $\emptyset$ , como em (02), ocorre em 22.6% dos dados. Além disso, a escolha pela preposição *a* (03) em 14.6% das ocorrências, revelando que a variante padrão é menos frequente dentre as demais variantes nas comunidades estudadas para essa primeira etapa.

**Tabela 2-** Distribuição geral das preposições em variação - *a*, *para* e  $\emptyset$

	<i>para-DAT</i>	$\emptyset$ -DAT	<i>a-DAT</i>
<b>Total</b>	197/314	71/314	46/314
%	62,7%	22.6%	14.6%

Fonte: Elaboração própria

- (01) *para-DP* Levô ela **po médico** em Valença (SP-07)
- (02)  $\emptyset$ -DAT Deu  $\emptyset$  **Luísa** iss'aí pá Luísa prantá (HV-13)
- (03) *a-DP* É... sobe dá a mão **a ôta**, a ôta sobe, lá vai e na hora pa descê é a mesma coisa. uma fica dibáxo, a ôta..] (RC-13)

Destaco, na Tabela 2, o baixo percentual na frequência de dativos não preposicionados ( $\emptyset$ -DAT), ainda assim, não é a menor frequência em relação às outras variantes, o que sugere que o dativo não preposicionado se encontra em uma frequência entre a alta frequência da preposição *para* na comunidade e a fraca ocorrência do uso da variante padrão *a*.

A distribuição na tabela corrobora os resultados sobre a alternância dativa da análise de Lucchesi e Mello (2009)<sup>88</sup> nessas comunidades rurais, os quais encontraram um número significativo de estruturas de duplo objeto, cuja hipótese repousa sobre a ideia de que o fenômeno seria um produto de uma atualização referente à configuração sintática da estrutura argumental de verbos que preveem dativos, por meio de, nos termos dos autores, “um processo original de reestruturação gramatical” (p. 427). Ressalto ainda que a não realização fonológica da preposição dativa verifica-se também nos resultados da pesquisa de Scher (1996) sobre o

<sup>88</sup> Além de Barros (2008) na comunidade de Helvécia.

português falado na Zona da Mata mineira, e nos de Gomes (1999), em amostras de fala do Rio de Janeiro. Esse fato demonstra que, em pontos isolados do território brasileiro, é possível constatar a ocorrência da variante  $\emptyset$  em complementos dativos.

A menor frequência no uso da preposição *a* é prevista, haja vista a expansão da preposição *para* no Português do Brasil como um todo, em detrimento da preposição *a*, conforme apontam Torres Morais e Berlinck (2006; 2015). O resultado da tabela confirma o que já havia sido observado no estudo de Lucchesi e Mello (2009), os quais encontraram apenas 4.5% da preposição *a*<sup>89</sup> dentre as variantes preposicionadas selecionadas em sua pesquisa, percentual que, segundo os autores, estava distribuído apenas entre os verbos *benefactivos*, *discendi* e *leves*, sendo os dois primeiros observados nesta pesquisa por verbos de *transferência material* (dar, entregar etc.), *discendi* (dizer, contar etc.), respectivamente<sup>90</sup>. Porém, na pesquisa dos autores, não se verifica uma divisão das construções ditransitivas preposicionadas concernente às duas preposições *a* e *para*, de maneira clara. A reanálise dos dados desses autores é feita por Baxter, Mello e Santana (2014, p. 297), que consideram as três variantes dependentes do presente estudo, porém os autores demonstram apenas um quadro geral de distribuição e não investigam a fundo as implicações no que se refere a essas escolhas em relação ao uso da alternância dativa, fenômeno de objeto de estudo dos autores. Dada a hipótese central desta pesquisa, que considera crucial o processo de expansão funcional da preposição *para* em contextos de dativo de verbos dinâmicos, não se pode contrapor apenas as variantes *não preposicionadas* e as que são *preposicionadas*, como consideraram os grupos de autores supracitados. Diante disso, nesta tese, são investigados os contextos linguísticos e extralinguísticos, a partir de quatro questões norteadoras: i) Em quais contextos a preposição *a*, ainda que rarefeita, persiste como introdutoras de dativos? ii) Quais variáveis colaboram para o uso da sua principal variante concorrente, a preposição *para*, no vernáculo desses falantes? iii) É possível verificar uma mudança em curso da preposição *a* nessas comunidades afro-brasileiras a partir da observação do domínio social da faixa etária?; iv) Seria essa preposição frequente na fala dos indivíduos mais jovens da comunidade? Procuo responder a essas questões ao longo deste capítulo.

---

<sup>89</sup> A diferença no percentual que se observa entre o presente estudo e o estudo de Lucchesi e Mello (2009), para além das razões dos diferentes focos, haja vista objetos teóricos distintos, algumas escolhas referentes às variáveis e às variantes nesta pesquisa caminharam, às vezes, por viéses distintos, conforme mostra a metodologia dessa pesquisa, como, por exemplo, a escolha por excluir ou não os DPDPs dativos com gênero gramatical feminino, quando há presença de mais de um determinante no sintagma nominal de caso dativo.

<sup>90</sup> Diferente dos autores, não incluí os complementos de verbos leves nesta pesquisa. No capítulo 3, explico o motivo de não assumir os verbos leves como contexto de variação das preposições dativas.

Em vista dos resultados dessa seção, a hipótese inicialmente proposta de que as variantes *a* e *para* seriam as mais frequentes não foi confirmada. Reformulo, então, a hipótese, afirmando que o uso da variante *para* encontra-se em expansão em detrimento do uso da variante *a*, da seguinte forma: de um lado, o apagamento da preposição ( $\emptyset$ -DAT) e uso concomitante da preposição *a* como processos intermediários nessa transição, e, de outro lado, em configuração sintática distinta, a entrada do item *para* em contextos de complementos dativos, por meio de um processo de ampliação funcional no PB afro-brasileiro.

## 5.2 VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS

Nesta seção, apresento, de modo geral, as principais variáveis linguísticas que condicionam o uso da variável dependente. Analiso a distribuição das variantes, na seção 5.2.1, conforme o tipo *semântico verbal*; na seção 5.2.2, a *estrutura do VP* das construções dativas observadas no *corpus*; na seção 5.2.3, o *contexto discursivo-pragmático*; e, finalmente, na seção 5.2.4, a *estrutura interna do DP dativo*. Após o resultado da quantificação das variáveis, quando selecionadas pelo programa como significativas em rodadas particulares, introduzo os resultados de peso relativo fornecidos.

### 5.2.1 Distribuição das variantes dependentes pela variável tipo semântico de verbo

A Tabela 3, a seguir, contém a distribuição dos dativos (não) preposicionados por tipo semântico verbal. Vale lembrar que os dados de verbo de *movimento concreto* são retirados da rodada, haja vista a realização exclusiva da preposição *para*, 105 ocorrências, revelando que, nas comunidades afro-brasileiras, esse contexto não comporta variação entre as preposições, conforme os exemplos em (04).

- (04) Movimento concreto
- a. Pegava um ônibus, levava **po médico** (HV-03)
  - b. Aí no dia que troxe ela pa... **pa Rio de Conta** ela morreu. (RC-07)
  - c. cozinhava e levava **po negocio de pessoal** (HV-09)

Uma hipótese sobre a alta frequência do *para* nas comunidades afro-brasileiras é a de que a mudança tenha partido de tipos semânticos mais concretos, como será discutido posteriormente (BERLINCK, 1996b; GOMES, 2003; TORRES MORAIS; RIBEIRO; FERREIRA, 2008; TORRES MORAIS; BERLINCK, 2006; 2015). Além do mais, os verbos de *movimento abstrato* também foram retirados da atual análise, porque apresentam variação apenas entre as preposições realizadas fonologicamente, *a* e *para*, não ocorrendo com a variante apagada:  $\emptyset$ , como nos exemplos em (05).

(05) Movimento abstrato a. É, só almoçá mei-dia...daí agora almoçô...rezô as prece...**ofereceu a Deus...** (CZ-04)

b. Uma vez **escreveu pra mim** (HV-03)

Isto posto, os dados revelam a covariação estrita entre as três variantes dependentes, *a*, *para* e  $\emptyset$ , nas comunidades rurais afro-brasileiras se dá apenas em *verbos de transferência*.

**Tabela 3** - Distribuição de preposições pelo tipo semântico de verbo

	$\emptyset$ -DAT		<i>a</i> -DAT		<i>Para</i> -DAT	
	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%
Transferência material	45	27,3%	12	7,3%	108	65,5%
<i>discendi</i>	26	19,1%	33	24,3%	77	56,6%
Total	71	22,6%	46	14,6%	197	62,7%

Fonte: Elaboração Própria

A leitura vertical da Tabela 3 revela que a realização da preposição *a* é a variante mais favorecida pelo tipo semântico *discendi* (06), com 24,3%, se comparada ao total de 14,6%; a preposição *para* reflete a média de uso no tipo *transferência material* (07), com 65,5% em relação ao total de 62,7% das ocorrências; a variante  $\emptyset$  é a mais favorecida pelo verbo de *transferência material* (08), com frequência de 27,3% em relação ao total de 22,6%.

(06) *a*-DAT com verbos *discendi* Não. Nessa política agora ele num disse nada **a ninguém.** (SP-01)

(07) *para*-DP com verbos de *transferência material* É puque é...eles dá **pá santo reis**, é esmola de santo reis. (CZ-04);

(08) Ø-DP com verbos de dava Ø **eles** purgante... (HV-13)  
transferência material

O resultado da tabela motiva o estabelecimento da hipótese defendida neste trabalho, tendo em vista que, conforme os exemplos (07-08), as variantes Ø e *para* são mais frequentes nos mesmo contextos, o que demonstra que esses fatores foram relevantes para a entrada do *para* em contexto de complementos dativos. É importante ainda mencionar que esse resultado reflete uma realidade já consolidada no PB, conforme tratam Torres Morais, Ribeiro e Ferreira (2008) a respeito do avanço exponencial da preposição *para* em construção dativa em consequência da ampliação de funções desse item gramatical e também em decorrência da perda das marcas de dativo no PB. A afirmação da perda da marca pauta-se no desaparecimento do clítico de terceira pessoa *lhe/lhes* e na redução do uso da preposição *a* (TORRES MORAIS; BERLINCK, 2006; GOMES, 2003). É válido ressaltar que, neste aspecto, o PB vai em caminho inverso ao Português Europeu (PE), já que na variante europeia, assim como no português culto brasileiro, a preposição *a* é bastante frequente (TORRES MORAIS, 2007; FREIRE, 2005).

Ao rodar os dados em valores binominais das variantes *para* e Ø amalgamadas em função de *a* para obtenção de peso relativo, o programa estatístico Goldvarb 2001 forneceu os seguintes valores na Tabela 4. O tipo semântico de verbo *discendi*, como *dizer*, *falar*, *contar* etc., mostrou-se relevante no condicionamento da variante *a* na análise do *corpus*, favorecendo essa preposição, com peso relativo de 0.661.

**Tabela 4** – Uso da preposição *a* segundo o tipo semântico de verbo em relação às variantes *para* e Ø

	<i>a</i> -DAT		
	Nº de ocor.	%	Peso relativo
Transferência material	12/165	7,3%	0.378
<i>discendi</i>	33/136	24,3%	0.661
Total	46/314	14,6%	-
Log likelihood = -101.255 Significance = 0.032			

Fonte: Elaboração Própria

A apresentação dos pesos relativos autentica o resultado da tabela anterior em que a preposição *a* é favorecida principalmente pelos verbos *discendi*, com frequência de 24,3%.

Quando a frequência da preposição *a* é comparada ao uso apenas da marca  $\emptyset$ <sup>91</sup>, o resultado é ainda mais significativo. Em argumentação em favor da hipótese de que o processo de expansão da preposição *para* em contextos dativos de verbos dinâmicos de transferência e movimento teria sido precedido do processo de perda da preposição *a* e aumento da variante nula no PB afro-brasileiro, observei a variante *a* em função de  $\emptyset$ , a fim de constatar o contexto semântico de “efeito gatilho” desse processo. Assim, com base nos valores estatísticos *input* 0.628, *log likelihood* -49.412 e *significance* 0.007, o resultado disponibilizado pelo programa consiste em pesos relativos bastante significativos, a saber: o fator *transferência material* favorece consideravelmente o apagamento da preposição, com peso relativo 0.725 e, por outro lado, o fator verbos *discendi* desfavorece a variante nulo, com peso relativo de 0.282. Esse resultado demonstra que a variante  $\emptyset$ , hipoteticamente, foi possível a partir de contextos semânticos protótipos, com verbos semelhantes ao verbo *dar*, isto é, predicadores que relacionem uma transferência de um objeto concreto a uma entidade humana, uma vez que esse tipo de contexto permite facilmente a ocorrência da *alternância dativa*. Esse fenômeno consiste-se em uma CDP que tem por opção uma contraparte com dativo sem preposição, desde que este esteja em posição adjacente ao verbo, muito comum na língua inglesa (LARSON, 1988; PYLKANNEN, 2002) e línguas crioulas (LUCCHESI, 2001).

Além da rodada estatística *a* em função de  $\emptyset$ , a variável *tipo semântico do verbo* também foi selecionada como relevante pelo Goldvarb, ao ser solicitado o cálculo da variante *para* em função de *a*, em busca dos contextos de resistência nos dados de fala vernacular da variante padrão. Desse modo, com medidas de confiabilidade *input* 0.113, *log likelihood* -83.630 e *significance* 0.022, a variante *a*-DP em variação com *para*-DP é favorecida pelo fator verbos *discendi*, com peso relativo de 0.665 e, em seguida, é desfavorecida pelo contexto semântico *transferência material*, com peso relativo 0.350. Ressalto que, ainda que as duas outras variantes sejam ambas submetidas em função da variante *a*-DP, ainda assim, o contexto verbos *discendi* é um dos fatores linguísticos favoráveis à permanência dessa variante nas comunidades rurais afro-brasileiras. Isso é uma evidência de que a noção mais abstrata em torno do contexto da estrutura frasal interfere na probabilidade de aumento da frequência da preposição *a*<sup>92</sup>.

---

<sup>91</sup> Na rodada entre *a* e *para*, essa variável não foi escolhida como significativa.

<sup>92</sup> Trato mais profundamente sobre esse assunto, quando aponto os principais aspectos favoráveis para a hipótese da mudança linguística da preposição que introduz o complemento dativo.

### 5.2.2 Distribuição das preposições dativas e a estrutura do VP

Nesta seção, trato da variável dependente segundo essas construções, inclusive as duas principais construções dativas que compõem o fenômeno de alternância dativa existente nas línguas: a *COD* conforme em (09), e a *CDP*, conforme em (10).

Devido ao fato de que a presente pesquisa tenha por objeto as estratégias de introdução do dativo, codificaram-se também ocorrências que considerassem a forma de realização do OD, a fim de se verificar se a não realização fonética ou mesmo sua configuração sintática, se pronominal, nominal ou sentença, interfere na ausência/presença da preposição dativa, a saber: a) V OD<sup>93</sup> DAT; b) V DAT OD c) V (ACC<sub>NULO</sub>) DAT (OD<sup>94</sup><sub>NULO</sub>); d) V DAT OD<sub>sentença</sub>, conforme tabela 5, a seguir. Dada a premissa discutida em Lucchesi (2001) e o fato de Lucchesi e Mello (2009) terem encontrado um número considerável de ocorrências de COD, espera-se que haja uma frequência maior de dativos sem preposição em estruturas como em (09), e por representar a estrutura padrão CDP, maior frequência de *para* e *a* na configuração V OD DAT, como em (10).

Considerando as três rodadas binomiais de cada variante em relação às demais, o programa estatístico selecionou a variável *estrutura do VP* como significativa em todas as rodadas. Na descrição da variável, coloco na Tabela 5 tanto os valores de frequência quanto de peso relativo.

---

<sup>93</sup> ACC – *Accusative* / acusativo.

<sup>94</sup> Para Larson (1988), se a estrutura é uma COD, a posição do DAT em relação ao ACC é a mais alta, logo, este pode se ligar a uma anáfora ou a um pronome possessivo anafórico no ACC mais baixo; se é uma CDP, o DAT não pode se ligar a uma anáfora dentro de ACC, porque este não pode servir como referente para anáfora, dado que está hierarquicamente em uma posição mais baixa. Assim, por não ser realizado foneticamente, muito menos por não haver a possibilidade de realizar testes de gramaticalização de c-comando assimétrico, nos termos de Larson (1988), com os falantes da comunidade, a representação da estrutura sintática do VP nesta tabela prevê ambas as posições do OD nulo na sentença.

**Tabela 5** – As estratégias de introdução do dativo e a configuração sintática da estrutura do VP <sup>95</sup>

	<b>Ø-DAT</b>			<b>a-DAT</b>			<b>para-DAT</b>		
	Ocor.	%	Peso relativo	Ocor.	%	Peso relativo	Ocor.	%	Peso relativo
V OD DAT	5/72	6,9%	0.264	10/72	13,9%	0.577	57/72	79,2%	0.656
V (ACC <sub>NULO</sub> ) DAT (ACC <sub>NULO</sub> )	43/198	21,7%	0.517	23/198	11,6%	0.433	132/198	66,7%	0.554
V DAT OD	16/23	69,6%	0.840	2/23	8,7%	0.822	5/23	21,7%	0.168
V DAT OD SENTENÇA	7/21	33,3%	0.743	11/21	52,4%	0.767	3/21	14,3%	0.077
Total	71/314	22,6%		46/314	14,6%		197/314	62,7%	
<i>Input</i>	0.134			0.092			0.656		
<i>Log likelihood</i>	-116435			-101255			-147866		
<i>Significance</i>	0.024			0.032			0.043		

Fonte: Elaboração Própria

Na Tabela 5, a partir da leitura horizontal das frequências, observa-se que as ocorrências em que o dativo preposicionado está posposto ao OD (09) são mais recorrentes quando o dativo é introduzido pela variante dependente *para*, isto é, quando o dativo é a parte preposicionada da configuração padrão da CDP, a frequência corresponde a 79,2% dos dados em relação ao total de 62,7%. Na configuração em que o dativo está adjacente ao verbo e o OD está nulo (10), a preposição *para* é também mais frequente nesse contexto, com 66,7% dos casos.

- (09) V OD DAT pá me ajudá, porque...eu num podia trabaiá mais minha mãe, aí foi, [*dei* [a roça] [**a ela**]], ela tá ajudano... (RC-21)
- (10) V (OD<sub>NULO</sub>) DAT (OD<sub>NULO</sub>) Desse modo, dero de [*v vendê* [ACC<sub>NULO</sub>] [**DAT nós**] [ACC<sub>NULO</sub>] e nós fomo bataiano...bataiano...bataiano, até...e o resto cê tá ajudano nós... (CZ-12)

Em análise vertical, na Tabela 5, com base nos valores estatísticos: *input* 0.641, *Log likelihood* -164.840 e *significance* 0.042, os valores de peso relativo demonstram que as configurações sintáticas V OD DAT e V (ACC<sub>NULO</sub>) DAT (ACC<sub>NULO</sub>) favorecem principalmente a

<sup>95</sup> Para a elaboração dessa tabela, foram reunidos os resultados de diversas rodadas em única tabela, da seguinte forma: [a] x [para; Ø]; [para] x [a; Ø]; [Ø] x [para; a].

realização da preposição *para*, com o peso relativo de 0.656 e de 0.554, respectivamente. Isso mostra que, em comparação à configuração da COD, a configuração com o OD nulo não é resistente ao uso do *para* como introdutor de dativos, desfavorecendo, inclusive, a configuração padrão CDP, com peso relativo de 0.168.

No sentido oposto aos contextos de favorecimento da variante *para*, o comportamento das variantes *a* e  $\emptyset$  parece ter contextos bastante definidos nas configurações cujo dativo está posicionado adjacente ao verbo:

- i) na configuração padrão da COD, V DAT OD, cujo OD é um DP lexical (pronominal ou nominal) (11), a variante mais frequente é o  $\emptyset$ -DAT, com 69,6% dos casos em relação ao total de 22,6% de dativos sem preposição;
- ii) Inversamente ao resultado da análise de frequência da variante nula, a variante *a*-DAT ocorre sobretudo quando o dativo se realiza em estruturas com ordem V DAT OD SENTENÇA (12), apresentando-se com frequência de 52,4% das ocorrências em relação ao total de 14,6% dos dados com preposição *a*.

- (11) V DAT OD                    a. A gente foi [v *pedino* [DAT **a Deus**] [OD a proteção de Santa Luzia]] e... nesse dia reuniu (CZ-07)
- b. Quande chegô na hora, [v *deu* [DAT **o japonês**] [OD vinete mil]] e, não, não, não! (HV-20)
- (12) V DAT OD<sub>sentença</sub>        Mah, eu num [v *tô dizeno* [DAT **a você**] [OD<sub>sentença</sub> que meu sofrimento é grande?]] (CZ-10)

Em leitura vertical, notam-se algumas diferenças concernentes ao favorecimento dos fatores linguísticos. Com os valores estatísticos fornecidos pelo programa: *input* 0.134, *Log likelihood* -116.435 e *significance* 0.024, os resultados demonstram que a configuração sintática V DAT OD favorece a variante dependente  $\emptyset$ -DAT em relação às demais variantes, com peso relativo de 0.840, seguida da configuração sintática V DAT OD SENTENÇA, com peso relativo de 0.743. Além disso, com base nos valores estatísticos: *input* 0.092, *Log likelihood* -101.255, e *significance* 0.032, nota-se que os valores de peso relativo dos fatores que favorecem a variante *a*-DP são os mesmos da variante dependente  $\emptyset$ , com peso relativo de 0.822 em construções com a configuração V DAT OD, e peso relativo de 0.767 em construções com a configuração V DAT OD SENTENÇA.

Ao observar a descrição da Tabela 5, verifica-se a confirmação da hipótese de que o apagamento da preposição seria principalmente condicionado pela configuração V DAT OD. O resultado dos dados foi além do esperado, visto que as duas estruturas que contém os dois complementos realizados fonologicamente, V DAT OD e V DAT OD SENTENÇA, apresentam o dativo sem preposição em posição sintática adjacente ao predicador, ou seja, ambas as configurações exibem a estrutura COD. Além disso, a configuração V OD DAT é o fator que mais favorece a preposição *para*, porém, por outro lado, essa preposição ocorre também quando o complemento acusativo está nulo na sentença.

A respeito da realização da preposição *a*, contrário à hipótese inicial, esta aparece nos mesmos contextos da variante  $\emptyset$ , de modo que esse comportamento pode ser um indicador de que a variante da língua alvo da norma culta resiste em contextos sintáticos prototípicos das construções dativas, com ambos os complementos realizados, que permite a alternância entre uma posição adjacente ao núcleo verbal e uma posposta ao complemento acusativo e também o apagamento da preposição. Essa proposição explica também o contexto linguístico que favorece o apagamento da preposição. De acordo com Lucchesi e Mello (2009), a ocorrência de dativo como DP é resultado do processo de reestruturação gramatical por qual essas comunidades passaram no decorrer do contato entre línguas. Assim, acrescento a essa afirmação dos autores a hipótese de que esse apagamento da preposição dativa ocorre, sobretudo, dentre os mais velhos, em decorrência de uma reconfiguração sintática da construção applicativa já existente na variedade europeia (PYLKKÄNEN, 2002; TORRES MORAIS, 2007), em que a preposição *a* é expressão morfológica de caso estrutural. Essa hipótese torna o fenômeno do apagamento em posição adjacente uma consequência da influência estrutural do substrato africano, nos termos de Baxter, Mello e Santana (2014). A hipótese que proponho aqui reforçada a partir do fato de haver preferência do uso da preposição *para* quando o complemento acusativo está nulo na sentença, haja vista que a não obrigatoriedade da realização de ambos os complementos, devido à expansão do complemento acusativo nulo no PB, inclusive na variedade afro-brasileira (CYRINO, 1997; FIGUEIREDO, 2004; 2009), é evidência sintática da queda das construções applicativas dativas (PYLKKÄNEN, 2002; TORRES MORAIS, 2007) no PB afro-brasileiro e, conseqüentemente, a inserção do *para* como variante inovadora em contextos dativos.

Além disso, o presente resultado corrobora a análise dos dados de Baxter, Mello e Santana (2014, p. 297), os quais observam que a variante *para* predomina em todo o *corpus* afro-brasileiro e mostram que a não realização da preposição ocorre evidentemente na configuração V DAT OD. Os autores ainda comentam que essa preferência do falante em

apagar a preposição em posição adjacente ao verbo é semelhante ao que ocorre nas línguas niger-congo, em que a posição sintática adjacente ao verbo é mais frequente com os dativos com traço [+humano] sem preposição, posição em que recebe Caso diretamente do complemento dativo. Na presente análise a respeito do contexto de covariação estrita, não é possível afirmar que o traço [ $\pm$ humano] favorece ou não a posição adjacente, porque o traço corresponde a 81% das ocorrências levantadas. Apesar disso, é possível verificar os contextos de resistência da preposição *a* e expansão da preposição *para*. Diante desse cenário, evidencia-se nas comunidades rurais em análise o fenômeno de alternância dativa, que, segundo a hipótese de Lucchesi (2001), é consequência de uma atualização das construções dativas, a partir de um processo de reconstrução gramatical devido ao contato linguístico. Sobre isso, Cavalcante e Barros (2012) chamam atenção ao fato de que a alternância dativa nos moldes do inglês somente é possível ser verificada no dialeto de Helvécia-BA, por ser a única dentre as demais a não apresentar ocorrências de dativo sem preposição na configuração V OD DAT, sendo, por conseguinte, a omissão da preposição decorrente de um processo alternativo de atribuição de caso sintático.

Por fim, concluo a seção, estabelecendo três generalizações importantes para esta análise:

- i) considerando-se a hipótese de que o processo de mudança da preposição introdutora de dativo teria iniciado a partir da queda do uso da preposição *a*, e o surgimento da variante  $\emptyset$ , dentre as configurações da estrutura do VP, é aspecto potencializador do apagamento da preposição *adjacência* ao verbo, uma vez que é o traço comum e que prevalece em todas as configurações em que a variante  $\emptyset$ -DAT ocorre<sup>96</sup>;
- ii) a hipótese de que a preposição *para* teria iniciado o processo de expansão funcional em contextos dativos de verbos dinâmicos de transferência e de movimento, a partir de contextos sintáticos semelhantes, como a estrutura de verbos *faciendi* e sentenças com *para* final, por exemplo, é reforçada com base

---

<sup>96</sup> Ao ser comparada com a variante *a*, os resultados obtidos através do programa estatístico demonstram que, em termos de contexto sintático, o fator V DAT ACC foi mais favorável no que tange à queda da preposição em contextos dativos. Com base nos valores estatísticos *input* 0.628, *Log likelihood* -49.412 e *significance* 0.007, a rodada de *a* em função de  $\emptyset$  obteve o seguinte resultado: fator V ACC DAT apresenta peso relativo de 0.072; V (ACC<sub>NULO</sub>) DAT (ACC<sub>NULO</sub>), 0.598; V DAT ACC, 0.631; e V DAT ACC SENTENÇA, 0.537.

nos resultados obtidos na Tabela 5, dado que seu principal fator condicionante é a configuração sintática V OD DAT<sup>97</sup>;

- iii) levando em conta o resultado observado em relação à variável *tipo semântico de verbo* e, além disso, o favorecimento da preposição *a* em relação ao fator V DAT OD SENTENÇA, atesta-se que os contextos de resistência da variante *a-DP* é claramente aqueles que envolvem verbos *discendi*, cuja ideia é de transferência de uma *noção abstrata*, geralmente, sintaticamente representada por uma *sentença pesada*<sup>98</sup>.

### 5.2.3 Contexto discursivo-pragmático do dativo

Na rodada em valores binomiais para obtenção de peso relativo, o programa estatístico Goldvarb 2001 forneceu os valores da variável contexto *discursivo-pragmático* para as três variantes dependentes em análise, conforme Tabela 6, a seguir. A construção da tabela justifica-se na hipótese inicial de que a variante tradicional, *a-DP*, é uma das estratégias de retomada anafórica (TORRES MORAIS, 2007). Com isso, busca-se investigar se esse fator consiste em um contexto de resistência dessa preposição na comunidade, além de observar quais outros contextos favorecem as demais variantes. Espera-se, contudo, encontrar maior frequência da preposição *para* em contextos de *primeira menção*, dado seu histórico de preposição introdutora de complementos circunstanciais e dativos beneficiários.

---

<sup>97</sup> Ao ser comparada com a variante  $\emptyset$ , os resultados obtidos através do programa estatístico demonstram que, em termos de contexto sintático, o fator V ACC DAT foi mais favorável no que tange ao encaixamento linguístico da preposição *para* em contextos dativos. Com base nos valores estatísticos *input* 0.816, *Log likelihood* -105.574 e *significance* 0.019, a rodada de  $\emptyset$  em função de *para* obteve o seguinte resultado: fator V ACC DAT apresenta peso relativo de 0.782; V (ACC<sub>NULO</sub>) DAT (ACC<sub>NULO</sub>), 0.484; V DAT ACC, 0.106; e V DAT ACC SENTENÇA, 0.088.

<sup>98</sup> Ao ser comparada com a variante *para*, os resultados obtidos através programa estatístico demonstram que, em termos de contexto sintático, o fator V DAT ACC SENTENÇA foi mais favorável no que tange ao contexto de resistência da preposição *a* em contextos dativos. Com base nos valores estatísticos *input* 0.113, *Log likelihood* -83.630 e *significance* 0.022, a rodada de *para* em função de *a* obteve o seguinte resultado: fator V ACC DAT apresenta peso relativo de 0.579; V (ACC<sub>NULO</sub>) DAT (ACC<sub>NULO</sub>), 0.410; V DAT ACC, 0.633; e V DAT ACC SENTENÇA, 0.904.

**Tabela 6** – As preposições dativas e o contexto discursivo-pragmático

	$\emptyset$ -DAT			<i>a</i> -DAT			<i>para</i> -DAT		
	Ocor.	%	Peso relativo	Ocor.	%	Peso relativo	Ocor.	%	Peso relativo
Primeira menção	21/87	24,1%	0.674	14/87	16,1%	0.260	52/87	59,8%	0.247
Anafórico	38/130	29,2%	0.602	27/130	20,8%	0.638	65/130	50,0%	0.394
Dêitico	12/97	12,4%	0.230	5/97	5,2%	0.580	80/97	82,5%	0.828
Total	71/314	22,6%		46/314	14,6%		197/314	62,7%	
Input	0.134			0.092			0.656		
Log likelihood	-116435			-101255			-147866		
Significance	0.024			0.032			0.043		

Fonte: Elaboração Própria

Ao ler a Tabela 6 verticalmente, da esquerda para a direita, nota-se maior favorecimento dos fatores *primeira menção* e *contexto anafórico* em relação à variante  $\emptyset$  (13), com 24,1% e 29,2%, respectivamente, comparadas ao total de 22,6% de ocorrências desse tipo. O peso relativo confirma o favorecimento, com 0.674, da variante  $\emptyset$ -DAT em contextos de primeira menção, e com 0.602, em contextos anafóricos. Em favor da hipótese, a variante *a*-DP é também favorecida em *contextos anafóricos* (14), com frequência de 20,8% em relação ao total de 14,6% e peso relativo de 0.638, porém bastante desfavorecida em contextos de *primeira menção*, com frequência de 16,1% e peso relativo de 0.260. Referente à variante *para*-DP, nota-se maior favorecimento em *contextos dêiticos* (15), com frequência de 82,5% e peso relativo de 0.828. Esse resultado não confirma a hipótese inicial de que seria essa a preposição mais favorecida pelo contexto de *primeira menção*. No entanto, infere-se que o favorecimento tenha sido em decorrência de dois contextos: o fato de a preposição *para* ser a variante da gramática vernacular dessas comunidades e, conseqüentemente, a mais recorrente em todos os contextos linguísticos e sociais, e também o fato de o caráter de entrevista para obtenção da fala natural proporcionar que os interlocutores estejam presentes na situação de conversa.

(13) Primeira menção      Principalmente, eu fui antes, mas meu marido ficô aqui com ela, pediu  $\emptyset$  **uma moça aí em Bananal** que ela fia do Liseu, sobrinha da Sá Ana, né? (RC-11)

(14) Anafórico              a. Nunca dei **a esse home** um bom dia. (HV-12)

b. Hum? Puque eu perguntou  $\emptyset$  ele, missionário". (HV-CONTROLE-U)

(15) Dêítico Agora ele de longe quando vem sempre manda um dêiru poco pá mim mah manda! (HV-CONTROLE-R)

É válido mencionar aqui que os 130 dados de dativo anafórico serão retomados na análise que prevê a concorrência com outras formas de dativo, como o dativo nulo, o dativo clítico e o dativo pronominal preposicionado. Na seção seguinte, apresento esse último como um fator condicionante para a escolha das preposições dativas. O resultado da análise antecipa algumas conclusões acerca dos dativos nominal e pronominal no *corpus* estudado.

A submissão dos dados de *para* em função de *a*, baseando-se nos valores estatísticos de *Input* 0.113, *Log likelihood* -83.630, e *Significance* 0.022, resultou nos seguintes pesos relativos: os fatores *primeira menção* e *anafórico* favorecem a variante *a-DP*, com pesos relativos 0.795 e 0.652 respectivamente. O fator dêítico desfavorece o uso da preposição, com peso relativo 0.150. Isso significa que o uso da preposição *a* nas comunidades afro-brasileiras, ainda que seja uma variante padrão, é renitente, além dos fatores linguísticos supramencionados, também devido à sua função anafórica e em relação ao uso da primeira menção do dativo.

Se o contexto dêítico desfavorece o uso da preposição *a*, em relação à preposição *para*, há maior favorecimento desse contexto, quando observado sob o ponto de vista da variante  $\emptyset$  em função de *para*. Tendo em vista os valores estatísticos *input* 0.816, *Log likelihood* -105.574, *Significance* 0.019, a preposição *para* apresenta peso relativo de 0.738 em contexto *dêítico*, 0.433 em contextos de *primeira menção* e 0.324 em contextos *anafóricos*.

#### 5.2.4 Estrutura interna do sintagma dativo

A observação da variável explanatória linguística *estrutura interna do sintagma dativo* no *corpus*, conforme demonstra Tabela 7, permite dizer que a preposição *a* ocorre como introdutora de dativos pronominais, apresentando-se em uma frequência de 16,1% em relação ao percentual total dessa preposição. A estratégia  $\emptyset$  também é mais favorecida pela forma pronominal, apresentando-se em 24,2% das ocorrências em relação ao total de dativos com a preposição apagada. E a estratégia *para* é praticamente neutra em relação a essa variável,

contudo é levemente favorecida pela *forma nominal* com frequência de 67,2% em relação ao total de 62,7% das ocorrências dessa preposição.

**Tabela 7** – Estrutura sintática do dativo

	Ø-DAT		a-DAT		para-DAT	
	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%
Pronome	45/186	24,2%	30/186	16,1%	111/186	59,2%
Nome	26/128	20,3%	16/128	12,5%	86/128	67,2%
Total	71/314	22,6%	46/314	14,6%	197/314	62,7%

Fonte: Elaboração Própria

Esse resultado ajusta-se à análise de Baxter, Mello e Santana (2014) quando apresentam dados de dativos sem preposição mais frequentes em DP nominal, assim como a preposição *a*, que, no artigo dos autores e na presente revisitação dos dados, ocorre em mais frequência com DP pronominal. Entretanto, em relação aos casos preposicionados por *para*, a análise distribucional dos autores resulta em maior frequência da preposição *para* com pronomes, diferente do que se observa acima, em que, em situação quase neutra, o número de ocorrências com *para* com DP nominal se apresenta pouco mais elevado do que aqueles com DP pronominal.

Diante desse cenário, uma observação é importante: no PE, conforme demonstra Torres Morais (2007) e Pujalte (2007), o pronome tônico, como *a ele /a ela* somente é possível em construções em que há redobro do clítico de terceira pessoa *lhe/lhes*, em uma relação anafórica, a fim de dar ênfase ao complemento dativo. Em outras palavras, não é possível a ocorrência de pronomes tônicos dativos sem que haja o redobro do clítico. Desse modo, as ocorrências de *a-DAT* e *para-DAT* pronominais que se observam na Tabela 7 consiste em uma prova empírica de que a configuração do dativo no PB-afro difere-se do padrão europeu, dado que ocorrências como essas seriam completamente agramaticais no PE. A presença da preposição *a* sem redobro de clítico (COD no PE) conduz para hipótese de que o contato entre línguas teria interferido na aquisição da gramática da língua-alvo pelos antepassados dos falantes do PB-afro ainda nos primeiros séculos do Brasil, os quais teriam contribuído para aquisição de uma gramática mais simplificada, sem aplicativo (nos termos de PYLKKANEN, 2002; 2008), isto é, uma CDP, conforme defendo no capítulo 6. Considerando esse novo fato, é válido comentar que, embora nesta tese a preposição *a* tem sido nomeada como variante padrão, essa variante é, em verdade,

uma preposição inovadora decorrente do contato entre línguas, que toma como modelo o padrão da língua alvo portuguesa.

Além disso, com base nos valores estatísticos *input* 0.113, *Log likelihood* -83.630 e *significance* 0.022 obtidos através do Goldvarb 2001, ao ser comparada com a variante *para*, os resultados demonstram que, em relação à estrutura interna do dativo, o fator *pronome* favorece o contexto de resistência da preposição *a* em contextos dativos (16), com peso relativo de 0.647 e é desfavorecida pelo fator *nome* (17), com peso relativo de 0.302. Esse resultado corrobora o que se observou em relação ao contexto discursivo-pragmático, em que a realização da preposição *a* é favorecida pelo contexto anafórico, visto que o DP pronominal é essencialmente *anafórico*, ou mesmo *dêitico*, a depender da pessoa do discurso.

(16) pronome Ah, pa elas, se tivé... se tivé... basta... eu digo **a ela**, minha fia, você faz feito eu, minha fia. (SP-09)

(17) nome Que na escola qu'eu estudo não dá nem um lápis **pos aluno**. Tê tem, mas só que a diretora num dá. (CZ-02)

Os dados de dativo pronominal preposicionado, sobretudo pela preposição *para*, confirma a hipótese de Torres Morais (2010) e de Torre Morais e Berlinck (2006) de que a expressão do dativo no PB configura-se em uma reanálise decorrente de outros processos da língua, como a perda do clítico dativo de terceira pessoa que, devido à entrada do pronome sujeito de segunda pessoa *você / vocês* e ao fato de que tal pronome possui traços formais de terceira pessoa, a forma do clítico dativo passou a ser interpretado como clítico acusativo de segunda pessoa do discurso e, por consequência disso, uma das estratégias da expressão do dativo anafórico passou a ser as formas pronominais tônicas preposicionadas, conforme apontam Faraco (1996) e Galves (1998). Além disso, Torres Morais (2010) chama atenção para o aumento do dativo nulo anafórico do PB, o que inibiria ainda mais a estratégia clítica do dativo.

No *corpus* afro-brasileiro, Lucchesi e Mendes (2009) identificam o uso generalizado das formas pronominais lexicais em vez de clíticos, e Figueiredo (2004) observa que não existem dados de clíticos acusativos de terceira pessoa. Esse fato indica que o apagamento de clíticos de terceira pessoa é um fenômeno bastante expandido nas comunidades aqui estudadas.

Na seção a seguir, são apresentados o resultado e a análise do uso dos dativos preposicionados de verbos ditransitivos dinâmicos conforme as variáveis sociais: comunidade, idade, sexo, estada fora da cidade e escolaridade.

### 5.3 VARIÁVEIS EXTRALINGUÍSTICAS

#### 5.3.1 As comunidades afro-brasileiras

De acordo com os resultados prévios de análise do fenômeno sobre a alternância dativa nessas comunidades (LUCCHESI, 2001; LUCCHESI; MELLO, 2009; BAXTER; MELLO; SANTANA, 2014), a hipótese inicial é a de que o dialeto de Helvécia possua maior tendência ao apagamento da preposição, posto que Lucchesi *et al.* (2009) afirmam que é a comunidade que, em relação às demais comunidades, é a que mais apresenta características de reestruturação gramatical consequente do contato entre línguas. Os dados quantificados registrados na Tabela 8, a seguir, revelam que fator *comunidade* foi bastante importante para a definição do uso das preposições dativas.

Em favor dessa hipótese, a comunidade de *Helvécia* e a de *Cinzento* favorecem principalmente as ocorrências de dativo sem preposição, apresentando frequências de 29,8% e 28,8% das ocorrências respectivamente. Já a variante padrão *a* é mais favorecida na comunidade de *Sapé*, apresentando uma frequência de 35,9% das ocorrências em relação ao total de 14,6%. A preposição *para* é, sobretudo, favorecida nas comunidades de *Rio de Contas*, com frequência de 62,7% das ocorrências.

**Tabela 8** – Distribuição quantitativa das preposições em relação às comunidades

	Ø-DAT		a-DAT		para-DAT	
	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%
Helvécia	36/121	29,8%	11/121	9,1%	74/121	61,2%
Sapé	2/64	3,1%	23/64	35,9%	39/64	60,9%
Cinzento	17/59	28,8%	5/59	8,5%	37/59	62,7%
Rio de Contas	16/70	22,9%	7/70	10,0%	47/70	67,1%
Total	71/314	22,6%	46/314	14,6%	197/314	62,7%

Fonte: Elaboração Própria

A observação atenta da Tabela 8 conduz à leitura de que a frequência da preposição *a* destaca-se na comunidade de *Sapé* e é inibida nas demais comunidades, o que coloca a comunidade de *Sapé* em uma posição de menor influência dos processos de contato linguístico, já que, dentre as três variantes dependentes, a preferência é, sobretudo, pelo uso da variante padrão. Com exceção da comunidade de *Sapé*, nas demais comunidades, observa-se que as frequências do uso da variante  $\emptyset$ -DAT estão em uma relação inversamente proporcional às frequências do uso da variante *para*-DAT. Em outras palavras, quanto maior a frequência da preposição *para* na comunidade, menor a frequência da variante  $\emptyset$ -DAT e vice-versa, como, por exemplo, na comunidade de *Helvécia*, há frequência de 29,8% da variante  $\emptyset$ -DAT, em relação ao total de 22,6%, e menor frequência da preposição *para*, com 61,2% da frequência em relação ao total de 62,7%, enquanto as comunidades de *Rio de Contas* apresentam maior frequência de *para*, com 67,1%, e menor frequência de  $\emptyset$ , com 22,9% das ocorrências.

A submissão ao programa estatístico Goldvarb 2001 dos dados de  $\emptyset$ -DAT e *a*-DAT, com o comando de *a* em função de  $\emptyset$  demonstra que, na escolha entre as duas variantes, o dialeto das comunidades de Rio de Contas é o que mais favorece o apagamento das preposições em relação às demais. A partir das medidas de confiabilidade *Input* 0.628, *Log likelihood* - 49.412, e *Significance* 0.007, geraram-se os valores de peso relativo por comunidade, os quais fornecem as pistas a respeito da entrada da variante nula e resistência da variante padrão, conforme Tabela 9, a seguir.

**Tabela 9** – As variantes  $\emptyset$  e *a* nas comunidades rurais afro-brasileiras

	$\emptyset$ -DAT			<i>a</i> -DAT		
	Ocor.	%	Peso relativo	Ocor.	%	Peso relativo
Helvécia	36/47	76,6%	0.631	11/47	23,4%	0.369
Sapé	2/25	8%	0.074	23/25	92%	0.926
Cinzento	17/22	77,3%	0.675	5/22	22,7%	0.325
Rio de Contas	16/23	69,6%	0.722	7/23	30,4%	0.278
Total	71/117	60,7%	-	46/117	39,3%	-

Fonte: Elaboração Própria

Os dados na Tabela 9 permitem afirmar que, embora o apagamento da preposição seja recorrente nas comunidades de *Helvécia*, *Cinzento* e *Rio de Contas*, é a última que mais favorece a variante nula, com peso relativo de 0.722, em segundo lugar, *Cinzento*, com peso

relativo de 0.675 e *Helvécia*, com 0.631. Isso significa dizer que, no processo de reestruturação gramatical, a preposição conservadora teria resistido mais nas comunidades de Sapé, seguida de *Helvécia* e *Cinzento*. A maior resistência da variante da língua alvo na comunidade Sapé, com peso relativo 0.926, é resultante do fato de ser a única, dentre as demais, a possuir uma relação intensa com o centro urbano da cidade Salvador, capital baiana. Além desse fato, as diferenças entre as comunidades podem ser explicadas a partir dos dados de faixa etária, como se nota a seguir.

Esses resultados são bastante semelhantes aos obtidos por Lucchesi e Mello (2009, p. 451) e também de Baxter, Mello e Santana (2014, p. 302), os quais mostram a realização das construções de duplo objeto nas comunidades de *Helvécia*, *Rio de Contas* e *Cinzento*. Lucchesi e Mello (2009) questionam, sem fornecer resposta, se esse resultado reflete a graus diferenciados de reestruturação da gramática ou se em cada comunidade houve maior ou menor velocidade no processo da perda da COD ainda no século XX. Sobre isso, os autores ainda comentam que a explicação para a existência da COD na comunidade de *Helvécia* se deve ao fato de ser uma comunidade que, conforme mostram os dados históricos, teria passado por um processo de reestruturação gramatical intenso e próximo ao processo de crioulização. No entanto, afirmam que

Não se dispõe de informações semelhantes sobre as demais comunidades. Portanto, não se pode propor uma explicação conclusiva para o fato de as comunidades de *Rio de Contas*, na *Chapada Diamantina*, apresentarem atualmente o mesmo grau de reestruturação gramatical. Essas comunidades talvez sejam as mais antigas do universo observado, pois a sua origem remonta ao início do século XVIII, sendo possível uma origem quilombola. Em compensação, talvez sejam as que mais tenham contato com o mundo exterior nas últimas décadas. (LUCCHESI; MELLO, 2009, p. 451).

De uma forma ou de outra, Baxter, Mello e Santana (2014, p. 302) afirmam que são as comunidades de *Helvécia* e *Rio de Contas* que apresentam maior evidência de influência do substrato africano. Na presente análise, o que é bastante claro é que a comunidade de Sapé segue um padrão inverso às demais comunidades ao apresentar grau significativo da variante padrão, provavelmente, como foi dito, por sua proximidade com a capital baiana, Salvador, e o fácil acesso aos falantes da norma culta do PB. A reanálise desses dados feita pelos autores, em comparação à proposta de Lucchesi e Mello (2009), demonstra que *Helvécia* é a comunidade que menos favorece a versão preposicionada do dativo e Sapé como a que mais apresenta dativos preposicionados. No entanto, os autores não observam a distribuição dessas preposições em relação às comunidades rurais.

Os dados das Tabelas 8 e 9 confirmam o resultado dos autores, quando demonstra que a comunidade Helvécia parece não favorecer a preposição *a* e possui leve favorecimento em relação à preposição *para* e, além disso, que Sapé favorece sobretudo a preposição *a*.

### 5.3.2 Faixa etária

A hipótese sobre a faixa etária é que, pelo fato de guardarem os vestígios da aquisição imperfeita do português a partir da situação de intenso contato entre línguas, os mais velhos refletem a variação entre *a* e  $\emptyset$ , já que a primeira é a variante padrão do português da variedade europeia no período colonial e, por conseguinte, o modelo de aquisição da língua disponível na época, e a segunda é resultado do processo de reestruturação gramatical, nos termos de Lucchesi e Mello (2009) e, por isso, é a forma nula a variante mais esperada. A partir dessa hipótese, a outra é que, com a variação entre *a* e  $\emptyset$ , a estratégia *para* desponta como preposição inovadora. Essa preposição teria se gramaticalizado, durante o contato entre línguas, para suprir a necessidade de introduzir dativos, por conta do desaparecimento da projeção applicativa na variedade do português brasileiro, perdendo a capacidade de selecionar semanticamente, tornando-se uma preposição gramatical.

Em contrapartida, a hipótese é que os falantes mais jovens fazem mais uso da variante inovadora em contextos dativos, a preposição *para*, de modo que, a amostra de dados possa refletir uma trajetória de aquisição imperfeita da preposição *a*, com consequente apagamento devido à pouca saliência fônica desse item de vocabulário, seguida da preposição inserção da variante inovadora *para*. A Tabela 10 referente à faixa de idade dos informantes é reveladora no sentido de que há uma noção bastante clara sobre qual o grupo social utiliza cada uma das variantes dependentes.

**Tabela 10** – A distribuição das preposições em relação à Faixa etária

	$\emptyset$ -DAT		<i>a</i> -DAT		<i>para</i> -DAT	
	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%
FAIXA I	9/111	8,1%	12/111	10,8%	90/111	81,1%
FAIXA II	22/86	25,6%	16/86	18,6%	48/86	55,8%
FAIXA III	22/82	26,8%	16/82	19,5%	44/82	53,7%
FAIXA IV	18/35	51,4%	2/35	5,7%	15/35	42,9%
Total	71/314	22,6%	46/314	14,6%	197/314	62,7%

Fonte: Elaboração Própria

A explicação para a distribuição dos dados que compõem a Tabela 10 se encontra na hipótese da *Transmissão linguística irregular* (LUCCHESI; BAXTER, 2006; 2009), considerando o isolamento das comunidades afro-brasileiros, que proporcionou a conservação das características crioulizantes até a primeira metade do século XX, e posterior influência da norma culta falada nos centros urbanos no final do século XX. Com base nessa hipótese, em uma leitura vertical da Tabela 10, observa-se que a variante não preposicionada ocorre principalmente com os falantes da *Faixa IV* da comunidade de *Helvécia*, com 51,4% de frequência em relação ao total de 22,6% dessa variante no *corpus*. Esse favorecimento é evidência de que o dialeto dos informantes da *Faixa IV* reflete o processo de simplificação morfológica da estrutura dativa, que se observa com o apagamento da preposição *a*, que, por sua vez, evidencia-se na fala dessa faixa etária.

A seguir, observa-se a faixa etária dos mais velhos de todas as comunidades, a *Faixa III*, que também favorece a ocorrência do dativo sem a preposição, com 51,4% em relação ao total de 22,6% da variante  $\emptyset$ , contudo, favorece também de forma sutil a realização da preposição *a*, com 19,5% em relação ao total de 14,6% dessa preposição no *corpus*. A hipótese é que os falantes dessa idade teriam iniciado um processo de “descrioulização” a partir de um aprendizado da variante padrão da língua alvo, por meio do acesso à falantes de zonas urbanas, isto é, a partir de uma visão vinda de cima, conforme Labov (2008[1972]), segundo o qual, o grupo social que gera a variação/mudança é o que possui maior prestígio social e, por meio de mídia e contato com o grupo de menor prestígio, faz com que os demais falantes passem a estigmatizar a sua forma de falar.

Nesse caso, a variação observada na Faixa III permanece estável em relação à *Faixa II*, também favorece levemente a variante *a*, com 18,6% em relação ao total de 14,6%. No entanto, com fundamento na hipótese de que a preposição *para* teria iniciado um processo de reanálise gramatical, com ampliação funcional para introdução de dativos, a partir da erosão da preposição e conseqüente aumento da variante  $\emptyset$  em construções ditransitivas, ainda que houvesse em contextos linguísticos bastante restritos o uso da preposição *a*, a variante *para*, inserida como principal concorrente, ganha proporção na *Faixa I*, dos mais jovens, quem favorece consideravelmente essa variante, com 79,5% das ocorrências em relação ao total de 62,2% de preposições *para* no *corpus*.

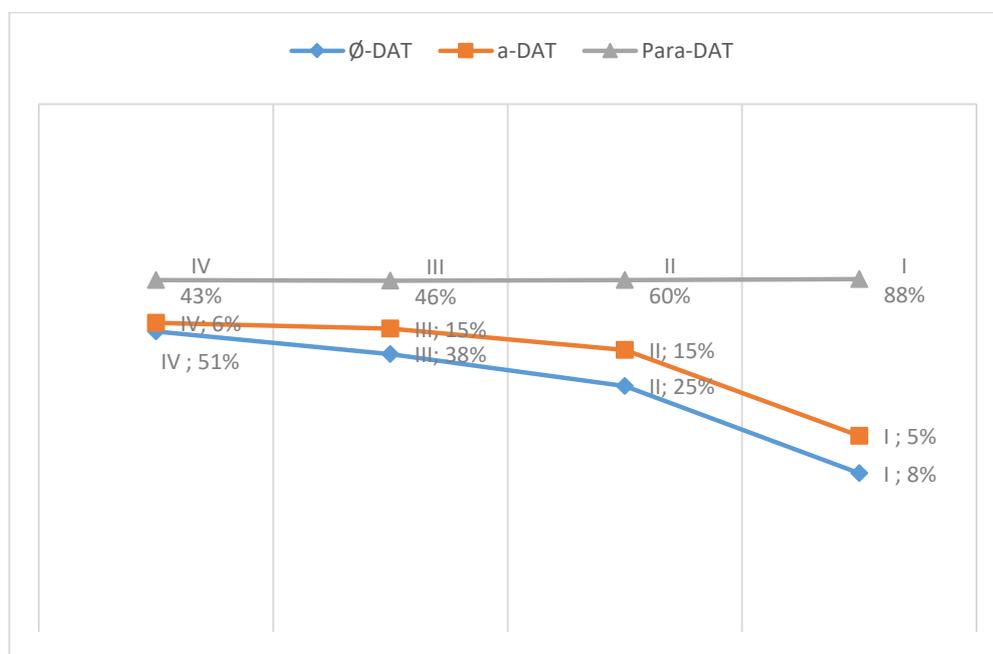
Essa hipótese pode ser argumentada a partir da comparação entre os valores estatísticos entre as variantes *para* e  $\emptyset$ , cuja base de confiabilidade é *input* 0,816, *Log likelihood* -105.574 e *Significance* 0.019, e cujos valores de peso relativo demonstram o contexto social de

reafirmação e a força da variante inovadora, a preposição *para*, dentre os mais jovens, a saber: *Faixa IV*, 0,187; *Faixa III*, 0,474, *Faixa II*, 0,432 e *Faixa I*, 0,680.

Com o propósito de se verificar a frequência das preposições em cada uma das comunidades em relação à faixa etária, busquei observar através das representações em gráficos o percurso mencionado a partir da análise da Tabela 10 em relação a todas as comunidades. Antes, é importante ressaltar que a gramática do vernáculo das comunidades, sem dúvida alguma, prevê o uso da preposição *para*, haja vista a sua frequência em todas as faixas etárias nas comunidades, principalmente entre os mais jovens, conforme se verifica a seguir<sup>99</sup>.

No Gráfico 1, observa-se a representação das variantes dependentes na comunidade Helvécia, município de Nova Viçosa. Com base nos resultados a respeito da alternância dativa, investigadas por Lucchesi e Mello (2009) e Baxter, Mello e Santana (2014), busco encontrar um resultado que indique um quadro mais radical de reestruturação linguística em relação às demais comunidades, com frequência alta da variante  $\emptyset$  entre os mais velhos e maior frequência da preposição *para* entre os mais jovens.

**Gráfico 1** - Distribuição das preposições por faixa etária em Helvécia



Fonte: Elaboração Própria

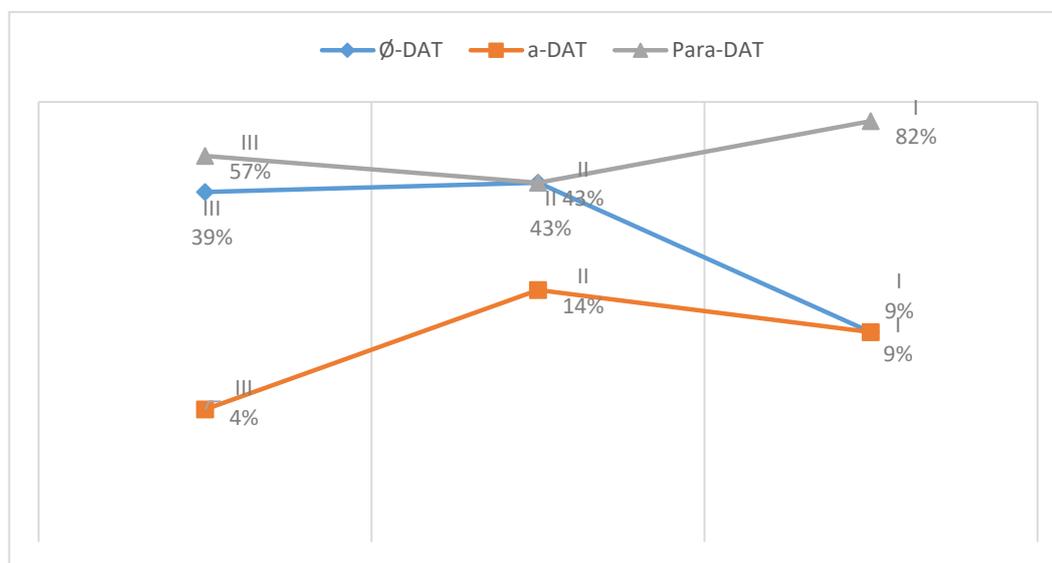
Com base no percentual de frequências da comunidade, as linhas do gráfico indicam que há:

<sup>99</sup> Os Gráficos 1-4 seguem os seguintes valores na Tabela 15, no próximo capítulo.

- um leve declínio das variantes  $\emptyset$  e *a* da Faixa IV à Faixa II e uma queda drástica do uso da Faixa II para a Faixa I;
- uma alta frequência da forma nula na Faixa IV, com 51%, 38% na Faixa III, 25% na Faixa II, e 8% na Faixa I, configurando-se em uma mudança em progresso em sentido à escassez da variante nula. O fenômeno de omissão da preposição é, então, praticamente extinto na faixa entre os mais jovens;
- a ocorrência da preposição *a* em baixa frequência na Faixa IV, com 6% das ocorrências e elevação nas Faixas III e II, ambas com frequência de 15%, caracterizando uma variação estável entre as duas faixas etárias, e novamente diminuição da frequência na Faixa I, com 5%;
- uma mudança em progresso na comunidade em relação ao uso da preposição *para*, dado o crescimento no uso da variante *para*, de 43% na Faixa etária IV, 46% na Faixa III, 60% na Faixa II e 87% com aumento significativo na Faixa I. Esse resultado ratifica os resultados de Barros (2008) e Barros e Ribeiro (2011), que certificaram uma alta frequência da preposição *para* entre os mais jovens quando observaram a comunidade de Helvécia-BA.

Na comunidade de Cinzento, observam-se algumas diferenças em relação à comunidade de Helvécia, conforme demonstro no Gráfico 2, com a representação da frequência das variantes dependentes, o qual indica um declínio da preposição *a* e variante  $\emptyset$  e aumento da preposição *para* já na última sincronia observada.

**Gráfico 2** - Distribuição das preposições por faixa etária em Cinzento



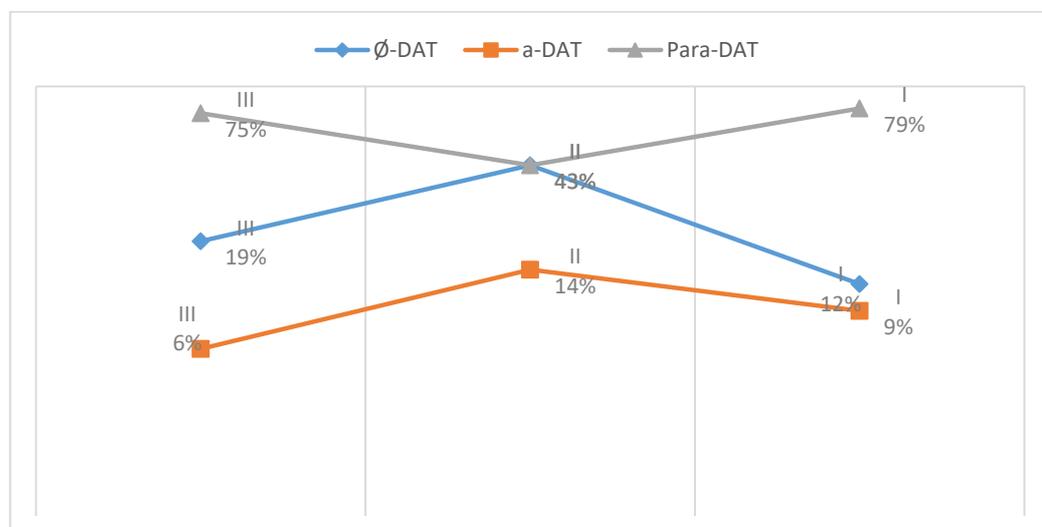
Fonte: Elaboração Própria

Com base no percentual de frequências da comunidade, as linhas do gráfico indicam que:

- a Faixa II é o fator que mais favorece variante  $\emptyset$ , com 43% da frequência, seguida da Faixa III, com 39% e visível queda na Faixa I, com 9%. Com frequências baixas, em geral, a preposição *a* tem um uso pouco frequente em Cinzento, sendo mais favorecida pela Faixa II, com 14% das ocorrências, seguida pela Faixa I, com 9% das ocorrências e baixíssima frequência na Faixa III, com 4%;
- a preposição *para* tem menor frequência na Faixa II, com 43% das ocorrências, tem uso mais frequente na Faixa III, com 57%, e maior frequência na Faixa I, com 82%. No Gráfico 2, é possível a observação de que entre as faixas III e II existe uma variação estável entre as variantes  $\emptyset$  e *para*, em que há uma manutenção do padrão da comunidade com diferenças mínimas de frequência entre elas. No entanto, as duas variantes seguem caminhos opostos quando se observa uma queda considerável da variante nula e aumento da variante *para*;
- há também a diminuição da frequência da variante *a* na faixa I, sincronia em que aparentemente marca o início de mudança em relação ao uso da preposição na comunidade.

Refletindo um processo semelhante à comunidade Cinzento, ao observar o uso das variantes dependentes nas comunidades de Rio de Contas, observa-se que a Faixa II, assim como a comunidade anterior, destoa-se do padrão das outras faixas etárias, como se observa no Gráfico 3 a seguir.

**Gráfico 3** - Distribuição das preposições por faixa etária em Rio de Contas



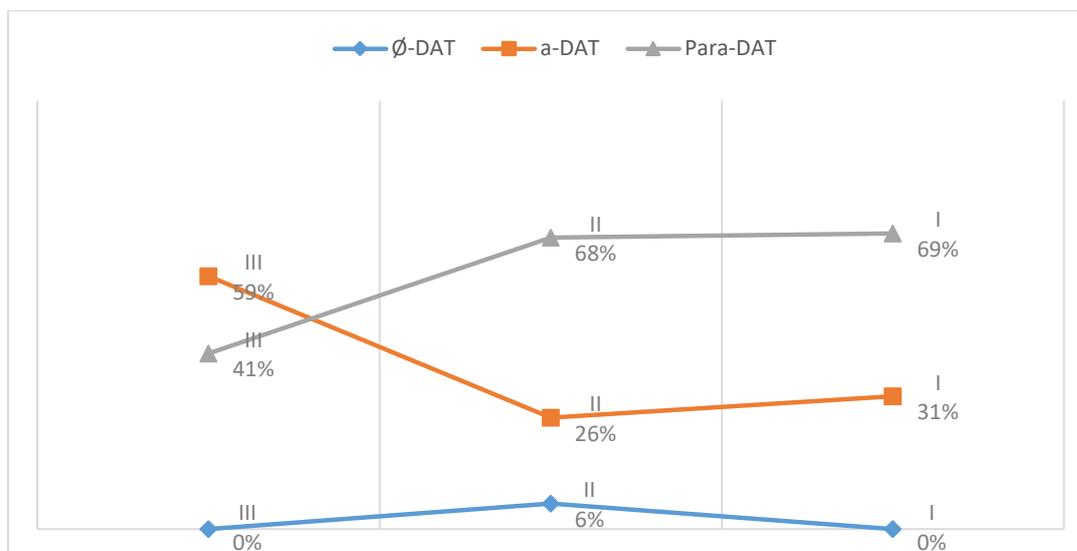
Fonte: Elaboração Própria

As linhas do gráfico 3, com base no percentual de frequências da comunidade, indicam que:

- a variante  $\emptyset$  é sobretudo favorecida pela Faixa II, com 43% das ocorrências de dativo sem preposição na comunidade. A Faixa III aparece como o segundo fator condicionante, com 19% da frequência e a Faixa I como o último fator, com 12%;
- com baixa frequência na comunidade, a variante *a* é mais condicionada pela Faixa II, com 14% das ocorrências, seguida da Faixa I, com 12%, e Faixa III, com 6% dos dados. Já a preposição *para* é mais favorecida pela Faixa I, com frequência de 79%, assemelhando-se ao padrão das demais comunidades rurais isoladas afro-brasileiras, porém também apresenta favorecimento da Faixa III, com 75% dos dados e 43% das ocorrências na Faixa II;
- elevadas frequências das variantes *para* e  $\emptyset$  e menor frequência da preposição *a* na Faixa III. Na Faixa II, esse quadro se inverte, passando a apresentar elevadíssima frequência da variante  $\emptyset$ , aumento significativo da preposição *a* e menor frequência da preposição *para*;
- a frequência das variantes  $\emptyset$  e *a* cai na faixa I consideravelmente e a preposição *para* passa a ser variante favorita na comunidade. A hipótese que pode ser lançada a partir desse quadro surpreendente das comunidades de Rio de Contas é que muito provavelmente cada uma das comunidades, Barra e Bananal, exibem um padrão distinto entre si, por outras razões sociais não quantificadas nesta pesquisa.

Exibindo um quadro bastante distinto das demais comunidades, a representação da distribuição das variantes dependentes na comunidade de Sapé, no Gráfico 4, demonstra que, embora a gramática vernacular da comunidade tenha a preferência pela preposição *para*, como ocorre nas demais, a realização das variantes *a* e  $\emptyset$  tiveram um comportamento bastante peculiar.

Gráfico 4 - Distribuição das preposições por faixa etária em Sapé



Fonte: Elaboração Própria

No Gráfico 4, verificam-se os seguintes aspectos, com base nos percentuais apresentados:

- a variante  $\emptyset$  não ocorre na Faixa III, em contrapartida, essa faixa de idade favorece a variante *a*, com 59%, e também a variante *para*, com 41% da frequência. Duas hipóteses podem ser extraídas a partir da análise desse quadro: ou a comunidade de Sapé encontra-se em um estágio avançado de aquisição da variante inovadora por meio da interferência do espaço urbano, devido à sua localização próxima à capital de Salvador, ou nunca passou por um processo muito drástico de contato linguístico. O dativo sem preposição, curiosamente, somente vem a ocorrer na faixa II, com 6% (3 ocorrências) dos dados. Pelo baixo quantitativo dessas ocorrências, questiono se tais ocorrências não seriam a consequência de um mau desempenho no momento da fala, frutos de truncamentos da fala por razões emocionais ou de atenção;
- a comparação entre os favorecimentos das faixas I e II indica que a faixa mais jovem produz tanto a variante padrão da norma culta, com 31% de frequência de *a*, quanto a variante inovadora, com 61% de frequência de *para*, e a Faixa II favorece a ocorrência da variante *para*, com 68% das ocorrências e 26% de ocorrências de *a*. Assim, o resultado indica uma variação estável entre tais preposições com um declínio abrupto da variante padrão *a* a partir da faixa etária dos idosos à faixa etária dos adultos de meia-idade.

### 5.3.3 Sexo do informante

Sobre a variável sexo, Paiva (2015, p. 41) diz que é preciso ter muita cautela e atenção ao se analisar um fenômeno linguístico com um olhar em relação a essa estratificação, dado que a variável *sexo* vai influenciar ou até neutralizar seus efeitos sobre o fenômeno, a depender da configuração social a que é subjacente. Isso quer dizer, por exemplo, que em algumas comunidades de fala, observa-se maior conservadorismo entre as mulheres, dada a organização social em que se encontram em maior isolamento, como ambientes estritamente do lar, do trabalho doméstico, etc. Na Tabela 11, observa-se o fenômeno do comportamento linguístico das preposições conforme o gênero *masculino* ou *feminino*.

Na tabela sobre sexo dos informantes, a variante sem preposição é mais condicionada pelo fator *sexo feminino*, com frequência de 25,3% das ocorrências em relação ao total de 22,6%. A variante padrão, a preposição *a*, é mais condicionada também pelo fator *sexo feminino*, apresentando-se em 18,7% em relação ao total de 14,6% das ocorrências. Já a preposição inovadora *para* ocorre, sobretudo, dentre os homens, com frequência de 70,3% em relação ao total de 62,7%.

**Tabela 11** – A distribuição das preposições em relação ao sexo dos informantes

	Ø-DAT		a-DAT		para-DAT	
	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%
Homens	29/148	19,6%	15/148	10,1%	104/148	70,3%
Mulheres	42/166	25,3%	31/166	18,7%	93/166	56,0%
Total	71/314	22,6%	46/314	14,6%	197/314	62,7%

Fonte: Elaboração Própria

A maior frequência das variantes  $\emptyset$  e *a* entre as mulheres indica que ambas as variantes ocorrem em contextos bastante semelhantes. Isso pode ser explicado a partir da observação da baixa saliência fônica da preposição *a*, que pode facilmente ser apagada, ocorrendo esse fenômeno notadamente dentre as mulheres. De acordo com os estudos variacionistas, as mulheres tendem aceitar melhor as formas de prestígio, porque possuem maior sensibilidade aos traços de avaliação, com menos desvios do padrão do que os homens (LABOV (2008[1972]; TAGLIAMONTE, 2012; CHAMBERS, 1995). Tendo isso em vista, pode-se explicar a maior frequência da variante *a* entre as mulheres, no entanto assumo que a variável

social *sexo* não agiu de modo a condicionar a alta recorrência da variante  $\emptyset$  entre as mulheres, mas o fato encontra explicação no contato linguístico de forma abrupta ocorrido nessas comunidades e nos condicionamentos linguísticos, os quais revelam contextos que se assemelham aos contextos de produção da preposição *a*.

Na investigação dos condicionamentos em relação ao sexo dos informantes, considerando os pesos relativos, dentre as combinações das variantes dependentes, na análise do programa estatístico *Goldvarb*, o fator sexo foi selecionado apenas na rodada em que se confrontaram a variante *para* em relação às demais variantes preposicionadas, como apresento verifica na Tabela 12 a seguir.

**Tabela 12** – A distribuição das preposições em relação ao sexo dos informantes

	<i>para</i> -DAT	<i>a</i> -DAT $\cup$ $\emptyset$ -DAT
	Peso relativo	Peso relativo
Homens	0.581	0.419
Mulheres	0.428	0.572
Input	0.656	
Log likelihood	147.866	
Significance	0.043	

Fonte: Elaboração Própria

Embora os valores estejam sempre próximos ao nível de neutralidade, pode-se observar na Tabela 12 que os homens são os principais responsáveis pela produção das variantes preposicionadas, com peso relativo de 0.581. Já em relação às mulheres, há confirmação do que se observa na Tabela 11, já que se trata de um fator determinante para a produção das variantes *a* e não preposicionada amalgamadas, com peso relativo de 0.572.

### 5.3.4 Estada Fora da Comunidade

Lucchesi (2009, p. 314), no estudo sobre concordância de gênero no PB-afro, afirma que é natural o processo de troca entre padrões linguísticos quando ocorre a saída (acima de seis meses) de alguns membros da comunidade. Nesse processo, os falantes mantêm contato por certo tempo com falantes de outros dialetos e retornam à comunidade de onde são oriundos, fazendo uso de formas linguísticas, muitas vezes, inovadoras. De acordo com o autor, em se tratando das comunidades rurais, em geral, essa estada fora da comunidade se dá de acordo com a necessidade de novos ganhos financeiros para sustento da família por meio da

empregabilidade na zona urbana, principalmente capitais urbanas. Diante disso, a hipótese é a de que no *corpus* encontram-se dados que reflitam a interferência externa em relação ao uso da variante padrão e aspectos crioulizantes no vernáculo dos falantes que nunca tiveram esse contato. Com o objetivo de se observar essa variável, codificaram-se também os dados em relação à estada fora das comunidades, conforme Tabela 13 a seguir, em que se observa uma frequência maior no que se refere à preposição *a*, com 17,3% das ocorrências dos informantes que nunca saíram da comunidade ou saíram em pelo menos 6 meses. Em se tratando da variante dativo sem preposição, observa-se uma maior frequência em relação àqueles que estiveram fora da comunidade por mais de 6 meses com 24,2% da frequência. A variante *para* possui neutralidade em relação aos dois fatores sociais.

**Tabela 13** – Distribuição das preposições em relação à estada fora da comunidade

	Ø-DAT		<i>a</i> -DAT		Para-DAT	
	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%
Estada fora em – de 6 meses	28/150	18,7%	26/150	17,3%	86/150	64,0%
Estada fora em + de 6 meses	31/128	24,2%	15/128	11,7%	82/128	64,1%
Total	59/278	22,6%	41/278	14,6%	178/278 <sup>100</sup>	62,7%

Fonte: Elaboração Própria

O percentual verificado na Tabela 13 é contraditório à hipótese inicial e vai de encontro à hipótese da transmissão linguística irregular, concernente às observações de Lucchesi e Baxter (2009). Em outras palavras, ao observar a tabela em questão, nota-se o uso mais frequente no fator variável [+ *de 6 meses*] da variante Ø, enquanto a variante padrão *a* é mais favorecida pelos falantes que nunca saíram ou saíram por menos de 6 meses da comunidade. Assim, o fato de os dados mostrarem que os membros que saíram da comunidade influenciavam mais no apagamento da preposição, vai muito de encontro à proposta de transmissão linguística irregular da aquisição das construções dativas propostas por Lucchesi e Mello (2009), porque se trata de uma variante considerada pelos autores como aspecto proveniente de um processo próximo ao de uma crioulização. Diante desse panorama, afirmo apenas que os dados são inconclusivos ou a variável *Estada fora* é neutra em relação ao processo de inserção do *para* em contextos dativos de verbos dinâmicos de transferência e movimento nas comunidades rurais afro-brasileiras, dado que o padrão de todas as comunidades é o uso frequente do *para*.

<sup>100</sup> Como o *corpus* de controle de Helvécia-BA não possui esses dados, a tabela em questão corresponde apenas ao *corpus* com as 4 comunidades afro-brasileiras, por isso, a redução do número de ocorrências.

### 5.3.5 Escolaridade do informante

Espera-se dos dados que os analfabetos apaguem mais a preposição, enquanto os que tiveram o mínimo de contato com a norma padrão da escrita façam mais uso das preposições *a* e *para*. Em favor da hipótese, os dados revelam que a variante não preposicionada é, sobretudo, condicionada pelo fator *analfabeto*, com 32,2% das ocorrências, porém, contrário a essa hipótese, a variante padrão, a preposição *a*, também é levemente condicionada pelos *analfabetos*, com 15,8% das ocorrências. Já a variante *para* possui uma alta frequência entre os *semianalfabetos*, com 75,2% das ocorrências.

**Tabela 14** – Distribuição das preposições em relação à escolaridade dos informantes

	Ø-DAT		a-DAT		para-DAT	
	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%
Analfabeto	43/133	32,2%	21/133	15,8%	69/133	51,9%
Semianalfabeto	16/145	11,0%	20/145	13,8%	109/145	75,2%
Total	71/314	22,6%	46/314	14,6%	197/314	62,7%

Fonte: Elaboração Própria

Por um lado, a submissão dos dados de *para* em função de  $\emptyset$ , baseando-se nos valores estatísticos de *Input* 0.816, *Log likelihood* -105.574, e *Significance* 0.019, mostra que, com peso relativo de 0.665, os falantes *semianalfabetos* realizam mais a preposição *para*, sendo essa preposição desfavorecida pelos *analfabetos*, com peso relativo de 0.318. O efeito contrário é que a variante nula é mais favorecida pelos analfabetos quando sua frequência está em função da variante *para*. Diante disso, afirmo que os indivíduos com o mínimo de escolarização favoreceram a entrada do *para* como variante inovadora. Por outro lado, a variável escolaridade em relação à preposição *a* não foi selecionada pelo programa *Goldvarb* como significativa, não exibindo, por conseguinte, uma distribuição estatisticamente relevante. Além do mais, os percentuais na Tabela 14 apresentados em relação à variável escolaridade demonstram que não existe interferência no condicionamento da variável em relação à ocorrência da preposição *a*.

#### 5.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A SEÇÃO

Com um total de 314 ocorrências de dativos em covariação estrita no PB afro-brasileiro, a análise conduz para a validação da hipótese de que o item *para* teria se introduzido em contextos dativos nessa língua, a partir de uma relexificação (LEFEVBRE, 1998; 2002) da preposição, devido à situação de contato verificada nas comunidades rurais afro-brasileiras. A abertura para esse processo teria sido resultado do apagamento da preposição, variação entre  $\emptyset$  e *a*, e queda do núcleo aplicativo no PB, nos termos de Pylkkanen (2002). Nesta seção, busquei evidenciar as características que pudessem confirmar essa hipótese, por generalizações que apresento a seguir:

- I. a variante crioulezante, representada pela marca  $\emptyset$ , ocorre sobretudo em contextos prototípicos de verbos de *transferência material*, do tipo *dar*, em estruturas COD cujo complemento dativo se realiza preferencialmente adjunto ao verbo. É a principal concorrente de *a*, tendo em vista as frequências semelhantes aos contextos de *a*, tais como: além de introduzir dativos de *primeira menção*, como a variante *a*, também introduz os *anafóricos* e *pronomes*, demonstrando certa semelhança de comportamento mediante aos contextos semânticos e estruturais;
- II. em contextos opostos à variante  $\emptyset$ , a variante *para* ocorre em configuração sintática em que o OD se posiciona adjacente ao verbo e o dativo posposto ao acusativo, em estruturas CDP. Essa preferência é evidência de que a preposição *para* teria sofrido expansão funcional como introdutora de dativos por meio de contextos sintáticos semelhantes, como a estrutura de verbos *faciendi* e sentenças com *para* de finalidade. A preposição *para* nas comunidades aparece também quando o complemento acusativo se encontra nulo na sentença, tornando a interpretação ambígua concernente à posição do dativo na sentença, se adjunto ao predicador verbal ou se posposto ao acusativo. A preposição ocorre principalmente do contexto *dêitico* e/ou *nominais* e, em covariação estrita, ocorre com verbos de *transferência material*;
- III. a preposição *a*, em geral, introduz dativos essencialmente *anafóricos* e/ou *pronominais*. Embora ocorra também com verbos de *transferência material*, os contextos linguísticos de resistência da preposição *a*, variante padrão, fixaram-se em dativos cujo predicador verbal é *discendi*, em que há uma transferência de uma

noção abstrata em direção ao dativo e, cuja estrutura sintática possui a configuração V DAT OD SENTENÇA;

- IV. as comunidades de *Helvécia* e *Cinzento* são as que mais favorecem o apagamento da preposição. Entretanto, o processo de erosão desse item funcional foi mais aceito na comunidade de *Rio de Contas*, haja vista a variação observada entre a variante  $\emptyset$  e *a*. Esse dado é característica favorável à hipótese de que essas comunidades teriam passado por reestruturação gramatical decorrente do contato entre línguas (LUCHESE, 2001; LUCHESE; BAXTER, 2006; 2009). Em via inversa a essas comunidades, *Sapé*, situada a 123 km da capital baiana, é a comunidade que reflete o uso da variante da língua alvo *a*. Diante disso, pode-se afirmar hipoteticamente que ou a comunidade reflete estágio avançado da preposição inovadora ou não sofreu o mesmo processo intenso de contato entre línguas como as outras comunidades;
- V. de modo geral, em *Helvécia*, *Cinzento* e *Rio de Contas*, a Faixa III e IV são os fatores responsáveis pelo apagamento da preposição, enquanto a Faixa I é fator favorável ao uso da preposição *para*. Assumo nesta tese, conforme capítulo 6, que a escolha pela preposição *para* seria decorrente de um processo de relexificação da estratégia de introdução do dativo. A variante da língua alvo *a* aparece nessas comunidades nas faixas II e III, de modo que esse resultado contribui para a hipótese da transmissão linguística irregular, que prevê um processo de erosão morfológica, seguida de um processo inverso de reestruturação gramatical, no sentido da variante padrão da norma culta por meio do acesso a falantes de zonas urbanas. Das comunidades observadas, *Helvécia* é a única que não apresenta apagamento da preposição quando o dativo está posicionado posposto ao acusativo, além disso apresenta claramente uma *mudança em progresso*, da Faixa IV a I, no sentido do aumento da preposição *para* e diminuição das variantes  $\emptyset$  e *a*, embora se observe aumento da preposição *para* em todas as comunidades, inclusive na comunidade *Sapé*, que apresenta na faixa dos idosos maior frequência de preposição *a*, nenhuma variante  $\emptyset$ , e menor frequência de *para*, mudando literalmente o quadro na faixa dos mais jovens, com maior número de ocorrências de *para*, nenhuma da variante  $\emptyset$ , e menos de *a*;
- VI. sobre os demais fatores sociais, são as mulheres quem favorecem o uso da variante padrão e, ao mesmo tempo, também o apagamento da preposição, diferentes dos homens que produzem mais a variante *para*; a variável *estada fora* mostrou-se

indeterminada, de modo que se assume que a variável não possui influência sobre o fenômeno estudado; e, por fim, sobre a variável escolaridade, observa-se que os indivíduos com o mínimo de escolarização favoreceram a entrada do *para* como variante inovadora, e os sem escolaridade favorecem a realização das variantes *a* e  $\emptyset$ .

Essas generalizações fomentam a hipótese desta pesquisa de que o processo de perda da preposição *a*, considerando-se o fato de que as variantes *a* e  $\emptyset$  estão em concorrência quase sempre nos mesmos contextos sintáticos e sociais, envolve a competição entre duas gramáticas distintas (KROCH, 2003), conforme defendo no próximo capítulo. Em outras palavras: esse apagamento da preposição *dummy a*, marca de aplicativo (COD), é uma evidência morfofonológica do processo de reestruturação configuracional da gramática por qual passaram as comunidades de fala afro-brasileiras. Na presente análise, defendo que esse processo é devido a, em primeira instância, uma reinterpretação da estrutura aplicativa baseada no padrão africano (LUCCHESI; BAXTER, 2009; LUCCHESI; MELLO, 2009; BAXTER; MELLO; SANTANA, 2014), em que o dativo perde a preposição em posição adjacente ao verbo, e, em segunda instância, à perda da projeção sintática aplicativa (PYLKKANEN, 2002; TORRES MORAIS, 2010), que dá margem à reinterpretação da preposição *para*, introdutora da noção de *finalidade* e *meta* em outros contextos, como preposição introdutora de dativos, em um processo de gramaticalização (perda de traços semânticos) da preposição lexical *para* para um estágio mais funcional em concorrência com a variante padrão, a preposição *a*.

## 6 A SUBSTITUIÇÃO DE A POR PARA: O RESULTADO DO CONTATO ENTRE LÍNGUAS

Discutir acerca de processos de mudança requer que se observem os dados quanto às faixas etárias, visto que, segundo Naro (2003), padrões estatísticos ascendentes ou descendentes apontam para uma mudança em curso. Sendo assim, para tratar da substituição da preposição *a* pela preposição *para* no PB-afro, retomo os resultados dessa variável social, apresentados no capítulo anterior, na Tabela 15<sup>101</sup>, com a finalidade de embasar a análise que realizo sobre o processo de mudança, apresento as teorias de aquisição de língua em contexto de contato, sob a perspectiva sócio-histórica (GUY, 1981; TARALLO, 1993; NARO; SCHERRE, 1993; 2003; 2007) BAXTER; LUCCHESI, 1993; 1997; 2006; LUCCHESI, BAXTER, 2009; LUCCHESI, 2006; 2009a; 2015) e sob a perspectiva inatista (BICKERTON, 1984; 1988; MUFWENE, 2002; ROBERTS, 2007; KROCH, 2003; LEFEVBRE, 1998; 2001).

Tabela 15 – Cruzamento das variáveis comunidade e Faixa etária

		Faixa IV		Faixa III		Faixa II		Faixa I	
		Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%
	$\emptyset$ -DAT	18	<b>51</b>	10	<b>38</b>	5	25	3	8
<b>Helvécia</b>	<i>a</i> -DAT	2	6	4	<b>15</b>	3	<b>15</b>	2	5
	<i>Para</i> -DAT	15	<b>43</b>	12	<b>46</b>	12	<b>60</b>	35	<b>88</b>
		35		26		20		40	
	$\emptyset$ -DAT	-	-	9	<b>39</b>	6	<b>43</b>	2	9
<b>Cinzento</b>	<i>a</i> -DAT	-	-	1	4	2	<b>14</b>	2	9
	<i>Para</i> -DAT	-	-	13	57	6	43	18	<b>82</b>
				23		14		22	
	$\emptyset$ -DAT	-	-	3	19	9	43	4	12
<b>Rio de Contas</b>	<i>a</i> -DAT	-	-	1	6	3	<b>14</b>	3	9
	<i>Para</i> -DAT	-	-	12	<b>75</b>	9	43	26	<b>79</b>
				16		21		33	
	$\emptyset$ -DAT	-	-	0	0	2	6	0	0
<b>Sapé</b>	<i>a</i> -DAT	-	-	10	<b>59</b>	8	<b>26</b>	5	31
	<i>Para</i> -DAT	-	-	7	14	21	<b>68</b>	11	<b>69</b>
				17		31		16	

Fonte: Elaboração Própria

<sup>101</sup> Como dito anteriormente, a análise das preposições introdutoras de dativo numa perspectiva da variação e mudança linguísticas é necessário que se controlem, quando houver, outras estratégias de introdução. No caso do PB-afro, a variante  $\emptyset$ .

Antes de discorrer sobre as teorias de aquisição, é válido mencionar que, conforme a Tabela 15, há um aumento, da Faixa IV para a Faixa I, da frequência da preposição *para*, principalmente nos mais jovens, em detrimento do seu apagamento ( $\emptyset$ ), e do uso da variante da língua alvo *a* em todas as comunidades, embora os números referentes à faixa intermediária (II) não contribuam para um padrão progressivo, como se vê nas comunidades de Cinzento e Rio de Contas.

A tabela anterior demonstra que em todas as faixas etárias, verifica-se o uso significativo da preposição *para*, porém, é na Faixa I, a dos mais jovens, que há uso quase categórico dessa variante, revelando uma mudança linguística em curso no âmbito das estratégias introdutoras de dativo *alvo/meta* no PB-afro. Além disso, é possível observar que o dativo sem preposição ocorre sobretudo na faixa IV, seguida da faixa III, em Helvécia e em Cinzento. Pressuponho, a partir desses resultados, que a inserção da preposição *para* com dativo *alvo/meta* em verbos ditransitivos dinâmicos, não observado no PE, evidencia a existência de ao menos dois padrões gramaticais quanto à estrutura argumental, sendo uma que prevê aplicativo baixo (PYLKKÄNEN, 2002; 2012) como aquelas que ocorrem sem a realização fonológica da preposição (estratégia  $\emptyset$ ) ou na sua forma clítica, e outra com a presença da preposição *para* (e mesmo da preposição *a*), que é uma CDP, isto é: não aplicativa, em alta frequência em todas as gerações, mas com a presença significativamente forte na última faixa etária, que é indício de uma implementação do *para* nesses contextos, conforme discuto na seção 6.2.

A variante da língua alvo *a* ocorre sobretudo nas Faixas III e II, principalmente na comunidade de Sapé, demonstrando que nesta geração houve alguma influência da língua alvo por meio de fatores externos, nos moldes de Baxter e Lucchesi (1993; 1997). Esse alto índice da variante *a* nas faixas II e III na comunidade de Sapé em relação às demais comunidades pode ser justificado pelo fato de essa comunidade se localizar em uma região turística e ser a mais próxima de Salvador. O que, provavelmente, promove o contato dos membros da comunidade com variedades urbanas do português.

Os números obtidos a partir da quantificação, em que se verifica a perda da variante da língua alvo, a preposição *a* – prototípica de dativo, e a sua substituição pela preposição *para*, que pode ocorrer em diversos contextos sintáticos, como apresentado na seção 5.1, apontam para uma mudança decorrente do contato entre línguas, em um contexto de aquisição linguística emergencial, ainda nos primeiros anos do período colonial e pós-colonial do Brasil. Tendo em vista esse contexto sócio-histórico, e com respaldo em Lucchesi (2000), é possível afirmar que o dativo sem preposição é decorrente de um primeiro momento de aquisição da língua alvo,

como L2, devido à simplificação de elementos mais gramaticalizados, e, posteriormente, a preposição *para* surge em contexto de aquisição natural, quando outros elementos são introduzidos, ampliando a sua funcionalidade. Assim, o padrão observado na tabela 15 pressupõe que as gramáticas subjacentes à realização das preposições teriam sido herdadas das primeiras gerações de falantes do PB-afro (MUFWENE, 2002; ROBERTS, 2007), a partir dos DLP tanto das línguas de substrato africano (MARANTZ, 1993; BAKER, 1988; BRESNAN; MOSHI, 1990), conforme demonstro na seção 6.2, quanto da língua alvo (TORRES MORAIS, 2007) com o contato entre línguas ocorrido no Brasil nos primeiros séculos do tráfico transatlântico de escravos africanos.

Para a argumentação que realizo neste capítulo e que considera como principal fator para o distanciamento do PB em relação ao PE, o contato entre línguas existente no período colonização brasileiro, principalmente entre o português e as línguas africanas, enumero mais alguns fatos sócio-históricos do Brasil e das comunidades, resenhados no capítulo 3:

- i) O tráfico contínuo dos escravos para o Brasil (aproximadamente 3,5 milhões) da Costa Norte (atualmente: Nigéria – de Benim ao Tongo) e sul africana (Congo e Angola) e, no século XIX, do oriente africano (Moçambique), majoritariamente africanos bantos proveniente das últimas regiões (MUSSA, 1991; PESSOA DE CASTRO, 2001; PETTER, 2015)
- ii) o multilinguismo existente no Brasil, devido ao convívio de falantes do português, das línguas indígenas autóctones e das línguas africanas de diferentes famílias;
- iii) maior facilidade de integração social por parte do grupo étnico-linguístico banto ao ambiente colonial, dominado pela cultura e língua, através das estratégias de dominação do colono português de convívio familiar, apadrinhamento, religião, e miscigenação, sobretudo aqueles da zona rural (VIANNA FILHO, 2008 [1946]); MATTOSO, 1982; LUCCHESI, 2009);
- iv) o relativo isolamento das comunidades rurais afro-brasileiras que compõem o *corpus* estudado em relação às zonas urbanas até a segunda metade do século XX (LUCCHESI AT ALI, 2009), o difícil acesso à língua franca portuguesa falada nas cidades grandes, favorecendo a conservação dos traços linguísticos, sobretudo nos mais velhos, decorrentes do contato entre línguas durante o período colonial provenientes do modelo de português falado por gerações antepassadas dos seus membros (LUCCHESI, 2009);

- v) a formação étnica e econômica dessas comunidades, essencialmente agricultoras, em torno dos engenhos ou agrupamento familiar quilombola, constituindo um contexto propício ao surgimento de uma língua crioula, tal como a comunidade de Helvécia (BAXTER; LUCCHESI, 1999; LUCCHESI ET ALI, 2009);
- vi) a formação das comunidades, ora a partir de doações de terras, que foram herdadas dos antigos senhores, com o fim da agroexportação e da escravidão, ora se deu a partir de antigos quilombos formados de escravos foragidos, uma característica muito peculiar dessas comunidades é a formação majoritária por filhos, netos, bisnetos diretos de escravos africanos (LUCCHESI AT ALI, 2009).

Esses fatores sócio-históricos e demográficos parecem apontar para a possibilidade da influência do elemento africano banto no tocante à formação do PB. O PB-afro, portanto, por ser falado em comunidades afastadas dos centros urbanos, deve guardar indícios da gramática resultante do contato entre o português e as línguas bantas. A sócio-história em que o PB se formou é propícia a formação de língua crioula (LUCCHESI, 2000).

De acordo com Baxter e Lucchesi (1993; 1997), as línguas crioulas se definem por surgirem a partir de situações excepcionais de aquisição em que a primeira língua de um grupo de falantes nativos é baseada em uma segunda, falada de modo defectivo por gerações anteriores, quando adquiridas como L2, tal como *o pidgin*. Ao observar o PB falado atualmente, embora possua características distintas do PE, não se pode dizer o português no Brasil tenha se crioualizado. Quanto ao passado, não se tem qualquer documento que registre tal fato, embora alguns autores (BAXTER; LUCCHESI, 1993; 1997; BAXTER, 1996; LUCCHESI AT ALI, 2009) apontem fenômenos que poderiam indicar um período de criouliização do PB (GUY, 1981 apud TARALLO, 1993). Lucchesi e Baxter (2006;2009) argumentam que o contato radical entre línguas, ocorrido, em um primeiro momento, durante o período colonial na história do Brasil, teria motivado em um processo formativo distinto daquele verificados em línguas crioulas em um segundo momento, porque diversos fatores sócio-históricos promoveram um movimento inverso à criouliização. Em outras palavras, de acordo com Lucchesi (2009b), o contato com a língua alvo tornou-se uma força contrária à formação de um crioulo propriamente dito, por meio do incentivo à normatização da língua portuguesa no país.

Nas próximas seções, considerando que a situação de contato entre línguas ocorrida no Brasil tenha sido relevante para a mudança nas estruturas ditransitivas, cujo dativo apresenta o

papel semântico de *alvo/meta*, que culminam com a substituição a preposição *a* pela preposição *para*, demonstro a relação existente entre estruturas dativas observadas no *corpus* com estruturas simétricas e assimétricas presentes nas línguas bantas que vieram para o Brasil. No percurso dessa mudança, a hipótese é de que houve ao longo de várias gerações de falantes do PB-afro uma concorrência de gramáticas de grupos dominados (substrato) (MUFWENE, 2002; KROCH, 2003), e posteriormente, como se verifica nos resultados dos dados analisados, leve influência da gramática do grupo dominante (superstrato). A fim de respaldar os argumentos que pretendo defender, busco apoio nas teorias de aquisição de língua como L2 em situações de contato intenso.

A próxima seção, tem por objetivo principal apresentar as teorias que revalidam a análise desta pesquisa. Assim, as seções estão subdivididas da seguinte forma: na seção 6.1, apresento as teorias de aquisição de língua em situação de contato, na perspectiva inatista, em seguida; na seção 6.2, com base nas teorias de aquisição e na descrição do padrão das línguas bantas, desenvolvo uma proposta sob a perspectiva de concorrência de gramáticas no decorrer das gerações de falantes do PB-afro, convertendo-se em consequentes mudanças por meio de um efeito cascata. Na seção 6.3, assumo a hipótese da relexificação, a fim de explicar a inserção do *para* verificada nos dados do PB-afro, apresentando, para fins de comparação, o padrão de três línguas bantas no que se refere ao item que marca o dativo *alvo/meta* nessas línguas.

## 6.1 A AQUISIÇÃO DE LÍNGUA E O CONTATO ENTRE LÍNGUAS NA FORMAÇÃO DO PB

Para explicar o comportamento dos falantes analisados das comunidades afro-brasileiras quanto ao uso das preposições introdutoras de dativo *alvo/meta* em verbos ditransitivos dinâmicos, deve ser levado em consideração, primeiramente, o processo de aquisição do português pelos africanos durante o período colonial no Brasil, bem como o papel de sua língua materna (substrato) nesse processo, no tocante ao aprendizado do português como L2, e consequente aquisição como L1 a partir do código linguístico emergencial formado no período de contato intenso entre línguas. Em segundo lugar, deve-se considerar a formação da variedade brasileira, observando os aspectos pertinentes à formação do PB-afro, foco desta pesquisa, conforme se verifica a seguir.

### 6.1.1 Considerações sobre a aquisição de língua em situações de contato

De acordo com Lucchesi (2000) e Baxter (1996), o surgimento de uma língua crioula se dá em uma situação em que falantes de diversas línguas, em condições de submissão, distanciam-se de seus laços sociolinguísticos e culturais de origem e passam a conviver juntos em contexto, em que devem adquirir uma língua alvo, que é a dominador. Devido às circunstâncias precárias e dificuldades sociais vivenciadas por esses falantes no primeiro momento, os grupos de falantes de diferentes línguas terminam por se comunicar através da língua do grupo dominante, e, por se encontrarem em condições de adaptação restritas e de difícil acesso aos falantes da língua-alvo, com o tempo, acabam desenvolvendo um código emergencial (ou jargão), cuja estrutura é suportada por sua língua de substrato e o léxico pela língua alvo.

Em um segundo momento, segundo Baxter (1996), esse código emergencial especializa-se em uma gramática simplificada e de vocabulário reduzido, tornando-se incompleto e defeituoso, decorrente de processos radicais provenientes do contato intenso entre línguas denominado *pidgin*<sup>102</sup>, de modo que toda a comunidade de fala passa a utilizá-lo não apenas como meio de comunicação com o grupo dominante, mas para comunicação mútua e interna, haja vista as diferentes origens etnográficas de seus membros. Estendendo a necessidade do contato entre esses falantes, esse *pidgin* se nativiza e as funções linguísticas e as estruturas simplificadas são supridas, dando origem a uma língua crioula (LUCCHESI, 2000). Assim, um terceiro momento é marcado pelo fato de que as crianças que nascem sob essas circunstâncias, baseiam-se nos dados desse *pidgin*, quando estabilizado, fornecidos por seus pais, pelos familiares e pela comunidade, na construção funcional e formal da sua gramática durante o período de aquisição de sua língua materna (L1), surgindo, dessa forma, uma nova língua nativizada (BAXTER, 1996). Lucchesi e Baxter (2009) explicam que a formação dessa língua crioula envolve a erosão de elementos gramaticais da língua-alvo no uso pelos adultos como L2, ainda na fase *pidgin*, isto é, nos primeiros estágios com a necessidade do código emergencial, e preenchimento de lacunas, por meio da expansão gramatical e funcional da nova língua. Segundo os autores, quanto maior a exposição à língua-alvo, menos frequente é a erosão gramatical e menor é a necessidade de reconstrução gramatical, sendo o inverso também verdadeiro.

---

<sup>102</sup> Ver nota de rodapé 57.

Para as abordagens inatistas (BICKERTON, 1984; 1988; ROBERTS, 2007), a primeira fase desse processo de aprendizado da língua, os falantes da geração mais antiga baseiam seu aprendizado de L2 em dados linguísticos primários (DLP) simplificados em relação à configuração disponível na língua alvo, a partir de um grupo de falantes socialmente distante. De acordo com a abordagem inatista (BICKERTON, 1984; 1988; ROBERTS, 2007), tendo por base a sua competência em L1, a geração que vivenciou o contato intenso entre línguas recorre às propriedades da faculdade da linguagem para que essa atue de modo a completar com os recursos morfossintáticos simplificados na fase anterior, isto é: ao não encontrar no DLP os itens gramaticais necessários para a integridade de sua gramática, o falante de L2 termina por selecionar (inconscientemente) itens lexicais da língua-alvo com base no modelo de sua língua nativa. Esse processo é significativo para a compreensão sobre a mudança linguística de uma geração para outra subsequente.

Sobre esse processo, Roberts (2007) afirma que dificilmente um falante adulto de segunda língua reconstruiria regras gramaticais que não estivessem disponíveis em sua língua nativa, de modo que, apenas uma criança em processo de aquisição da língua teria capacidade de reconfigurar tais parâmetros inatos.

Bickerton (1984; 1988)<sup>103</sup> argumenta que, quando há uma erosão devido ao forte contato entre diferentes línguas, o processo de reconstituição gramatical se dá através do processo de aquisição da língua pelas crianças por meio dos *inputs* que lhes são fornecidos pela comunidade de fala, os quais são incompletos. Dessa forma, o dispositivo inato dessa nova geração atua em busca de satisfazer os princípios da Gramática universal. Baseando-se nessa linha universalista, pode-se dizer que é no processo de aquisição da linguagem que o indivíduo falante do crioulo define as propriedades morfossintáticas e sintáticas de sua língua. Esse processo ocorre de maneira abrupta, quando, na aquisição, esse falante escolhe um parâmetro X ou Y dentre as possibilidades ao qual está exposto (ROBERTS, 2007).

Os estudos de Bickerton (1984; 1988) apontam para algumas características que se distinguem entre o crioulo e seu predecessor linguístico, o *pidgin*, como: a ordem das palavras na estrutura da frase; o sistema de determinante; o sistema de tempo, modo e aspecto (TMA); as estratégias de relativização, entre outras. Em todos os casos, o crioulo teria apresentado inovações em relação à estrutura anterior do *pidgin*. Para Bickerton, existem duas explicações para o surgimento desses novos itens gramaticais na estrutura do crioulo: a primeira de que a

---

<sup>103</sup> Importante mencionar que a teoria de Bickerton se opõe a outras visões sobre o desenvolvimento da estrutura do crioulo, como a teoria anterior da cafeteira, segundo a qual o processo se daria por transferência ou empréstimo, com base no léxico da língua dominante/europeia e na estrutura da língua dominada/africana (BAXTER, 1996).

língua crioula possui características que produzem um mecanismo geral que soluciona os problemas causados pela falta de dados rígidos provenientes de uma língua defectiva; e a segunda de que as novas características resultam do bioprograma inato da competência linguística, conforme a ponta Bickerton (1988, p. 282):

A consistência dessa tipologia<sup>104</sup>, apesar da ausência de qualquer modelo empírico consolidado para isso, é um forte argumento que, além dos princípios universais da sintaxe, devemos assumir a existência de um conjunto não marcado de opções gramaticais pelo qual esses princípios podem ser realizados, mesmo se outras opções mais complexas não sejam adaptáveis ao aprendiz devido à perda da morfologia gramatical<sup>105</sup>. (BICKERTON, 1988, p. 282)

Tendo isso em vista, a proposta de mudança paramétrica para Roberts (2007) prediz que a quantidade de traços formais e esforço de movimento de um parâmetro é proporcional à marcação em uma determinada língua. Considerando essa premissa, a abordagem de mudança paramétrica de Roberts prevê que o valor *default* (não marcado) é mais minimalista, mais econômico, e é preferencialmente escolhido na ausência de DLP de expressão ou marca morfológica em situações de contato entre línguas. Devido a essa característica, o autor diz que é natural perceber nas línguas crioulas uma tendência a um padrão gramatical semelhante entre si pela escolha de valores não marcados, o que, conforme o autor, certamente não significa dizer que em línguas não crioulas há somente valores de parâmetro marcado, em vez disso, significa evidenciar que ambas tipologias de língua têm à sua disposição no processo de aquisição de língua ambos os valores paramétricos: marcado e não marcado, conforme esquema baseado nas operações sintáticas, a seguir, em (01).

(01)        Operação *Move* > Operação *Agree* > nenhum dos dois

(ROBERTS, 2007, p. 255)

Roberts (2007) explica que o símbolo “>” significa “mais marcado”, de modo que um valor paramétrico é i) mais marcado se houver concordância; ii) mais ainda marcado se houver concordância e movimento; iii) ou não marcado se houver a ausência dessas duas operações

---

<sup>104</sup> Aqui o autor refere-se aos conjuntos de características sintáticas observadas nas línguas crioulas, tais como ordem SVO, sujeitos e objetos marcados posicionalmente, oblíquos marcados com as preposições da língua de superstrato ou por meio de verbos seriais.

<sup>105</sup> Traduzido por mim do original: *The consistency of this typology, despite the absence of any consistent empirical model for it, argues strongly that in addition to universal principles of syntax we must assume the existence of an unmarked set of grammatical options by which those principles can be realized, even if other, often more complex options are unavailable to the learner due to the loss of grammatical morphology.*

sintáticas, de sorte que as propriedades observadas em ii) tornam uma estrutura mais complexa que i) ou iii).

Considerando a noção de evidência negativa de Chomsky (1981), Roberts (2007) demonstra que na falta de alguma pista linguística das operações *move* e *agree* nos DLP, o adquirente não fixa um parâmetro marcado, mas o valor paramétrico *default* não marcado, ou em outras palavras: para que os valores marcados sejam adquiridos pela criança, é necessária a evidência positiva nos *inputs* por meio de algum recurso linguístico, como o morfológico ou fonológico, por exemplo, os quais serviriam como gatilho para a fixação de um parâmetro na fase aquisição da língua. O autor argumenta que tal gatilho ou pista é tão importante que, a aquisição de L2 em situações extremas de contato, como o caso da formação de *pidgin* em que se verifica a erosão gramatical e perda de traços formais (associados aos núcleos sintáticos), poderia afetar os DLP de tal forma, provocando a mudança sistêmica de uma geração para outra.

Nesta pesquisa, tomo como base a proposta de Roberts (2007) sobre a mudança paramétrica com o objetivo de explicar a influência na estrutura argumental dos verbos ditransitivos dinâmicos, e consequente inserção da preposição *para* nesses contextos, por meio de dois valores paramétricos verificados na língua alvo portuguesa, tendo em vista que, como retomo no início deste capítulo, e resenhado ao longo do capítulo 3, assumo que o PB-afro é fruto do contato com essas línguas.

Em crítica ao bioprograma de Bickerton, Mufwene (2002) rejeita a ideia de que a formação do crioulo tenha respaldo estrutural apenas no dispositivo inato da criança durante o processo de aquisição, e defende que o processo de aquisição envolve não apenas a influência do substrato como também traços herdados do superstrato, de modo que a língua-alvo tem influência sobre a sintaxe da nova língua. Na sua proposta, o autor busca explicar o hibridismo observado nas comunidades de fala, a partir de uma proposta de concorrência a nível de um idioleto, sob influência de diferentes dialetos e línguas em contato. Para o autor, o hibridismo é condição natural das línguas, não apenas no nível do léxico, mas também a nível estrutural.

A fim de dar conta de sua argumentação, Mufwene (2002), por conceber a língua como um sistema adaptativo complexo, composto por um conjunto de idioletos semelhantes, porém peculiares e variados entre si, defende que a seleção de valores, (ou parâmetros, retomando os termos de Roberts, 2007) feitas pelo adquirente é análogo a um conjunto extra de cromossomos presentes no núcleo de uma célula, responsável por uma mutação genética, tal como a herança de traços genótipos presentes em cada organismo, em que as características aparentes de um indivíduo não implicam o descarte de outras características latentes no sistema.

Conforme o autor, quando já existe uma variação em algum parâmetro linguístico na comunidade de fala em que fornece os *inputs* necessários para a aquisição da língua, a chance de o adquirente manter a variação é alta, mesmo em contextos monolíngues, em que também se verifica uma variação inerente à faculdade da linguagem, isto é, da mesma forma como cada ser humano possui uma anatomia distinta do outro, dois falantes de uma mesma língua não recriam exatamente a língua-alvo da mesma maneira. No caso dos crioulos, segundo o autor, devido à gama de opções fornecidas pelo contexto de heterogeneidade linguística ao qual os falantes são expostos resulta em mudanças que extrapolam a língua-alvo, devido a influências de outras línguas em contato.

Para Mufwene, em situação de contato entre línguas, a variação observada no âmbito do idioleto é produto de uma competição de gramáticas e seleção a partir de uma capacidade de inovação do falante no processo de aquisição, que toma como base os modelos fornecidos pelos idioletos e dialetos aos quais tem contato. A variação e a mudança observadas no âmbito do idioleto, por ser um aspecto natural da língua, podem, com o tempo, expandir-se para o nível da comunidade de fala, sobretudo nos crioulos, em que a competição de gramáticas é mais evidente, porque se tratam de línguas de padrões gramaticais distintos.

A proposta de Mufwene (2002) trata da competição de gramáticas e seleção como processos inerentes à dinâmica de evolução da linguagem, as quais, segundo o autor, contribuem significativamente quanto aos processos mutáveis no decorrer da aquisição de uma língua, sobretudo na formação de uma língua crioula, já que são casos por excelência em contexto multilíngue. A proposta de Mufwene serve à presente pesquisa, porque, explica a mudança em curso ao longo das gerações de falantes das comunidades afro-brasileiras desde a sua fundação. Além disso, a teoria fornece subsídio à proposta de competição de gramática de Kroch (2003), principalmente no que se refere à desmitificação de que a mudança observada nos processos de aquisição de L2, e transmissão linguística nas gerações subsequentes, acontece de maneira instantânea e homogênea, além de fornecer esclarecimentos acerca da influência da língua de superstrato observada no *corpus* estudado.

Diante dessas premissas, é possível dizer também que o hibridismo previsto por Mufwene (2002) no âmbito do idioleto pode explicar a ocorrência das três variantes investigadas no *corpus* dos afro-brasileiros ( $a \sim \emptyset \rightarrow para$ ) nas quatro faixas etárias, e a consolidação da mudança apenas na faixa dos mais jovens, dado que considerável parte dos informantes das comunidades analisadas utilizam as três variantes em seu vernáculo. Com isso, é possível lançar a hipótese de que o vernáculo dos falantes do PB-afro é reflexo de mais de

uma gramática no tocante às construções dativas ditransitivas dinâmicas e o uso de preposições introdutoras de dativo.

Diante desse quadro teórico, na seção a seguir, procuro explicar a mudança da preposição que introduz o complemento dativo de verbos ditransitivos dinâmicos observada nas comunidades rurais afro-brasileiras encontra respaldo nas teorias de aquisição de abordagem inatista (BICKERTON, 1984; 1988; MUFWENE, 2002; ROBERTS, 2007), mudança paramétrica a partir de competição de gramáticas (MUFWENE, 2002; KROCH, 2003; ROBERTS, 2007), e a relexificação da preposição *para* como introdutora de dativos (LEFEVBRE, 1998; 2001), a fim de compor a configuração da estrutura inovadora (gramática que vence dentre os mais jovens), que teria surgido no contexto de contato radical entre diferentes línguas africanas, bantas e não bantas, e o PE, ainda nos primeiros séculos de formação do Brasil, conforme se observa na seção 6.2 a seguir.

## 6.2 A ESTRUTURA ARGUMENTAL DOS DITRANTIVOS NO PB-AFRO: UM CASO DE COMPETIÇÃO DE GRAMÁTICA

Considerando a visão de que, de acordo com Kroch (2003, p. 32): “a variação em sintaxe que corresponde à fixação de oposições para parâmetros sintáticos deve refletir a co-presença num falante ou numa comunidade de fala de gramáticas mutuamente incompatíveis”, considero que a possibilidade de concorrência de gramáticas no âmbito das construções ditransitivas dativas tem como principal consequência um processo de relexificação (LEFEVBRE, 1998; 2001) a preposição *para* como introdutora de dativo *alvo/meta* de verbos ditransitivos dinâmicos, baseado no uso dessa preposição recorrente na língua-alvo em outros ambientes sintáticos, conforme defendo na próxima seção.

É concebido nessa análise que, conforme a proposta de parâmetros binários opostos (ROBERTS, 2007), marcados e não marcados, nos dados analisados das comunidades afro-brasileiras, evidenciam-se duas gramáticas distintas em concorrência, nas faixas etárias mais altas (KROCH, 2003; MUFWENE, 2002). A consequência dessa mudança de parâmetro quanto à estrutura argumental dos verbos que preveem dativos *alvo/meta* teria resultado em uma segunda mudança linguística no PB-afro: as estratégias prepositivas ( $a \sim \emptyset \rightarrow para$ ). A hipótese é que, no tocante à estrutura argumental dos verbos ditransitivos dativos, há, pelo menos dois padrões: com aplicativo baixo e sem aplicativo baixo, nos termos de Pylkkänen (2002; 2012), conforme demonstrei no capítulo 2, por influência do contato com as línguas bantas simétricas

e assimétricas (BAKER, 1988; BRESNAN; MOSHI, 1990), conforme esquema a seguir, em (02):

(02) **GRAMÁTICAS EM COMPETIÇÃO NO PB-AFRO**

1. **GRAMÁTICA 1:** apresenta valor marcado, por meio das construções aplicativas e morfologia evidente. Não exhibe alternância dativa entre COD e CDP, e todas as construções com um argumento adicional é via núcleo aplicativo. A projeção aplicativa é responsável por estabelecer a relação de transferência de posse entre o objeto acusativo e o objeto dativo (ou entre o objeto dativo e o evento). As línguas que possuem esse tipo de gramática (simétricas) permitem que mais de um objeto possa exibir a propriedade de objeto proeminente (como as línguas bantas: Kinyarwanda, Kihaya, Kimeru, Kichaga, e Lubuzusu, do grupo do oeste da Quênia). Entretanto, em construções ditransitivas, quando o dativo é aplicado a posição preferencial é aquela adjacente ao núcleo predicator;
2. **GRAMÁTICA 2:** com valor não marcado, o dativo é inserido por meio de preposições (CDP), capaz de selecionar categorialmente e marcar caso ao DP que rege. A proeminência do complemento verbal encontra-se no objeto acusativo e, por conseguinte, a ordem preferencial é V OD DAT. Esse tipo de gramática permite alternância dativa com a sua contraparte (COD), em que o dativo é inserido por meio de núcleo aplicativo. As línguas que possuem esse tipo de gramática (assimétrica) possuem apenas um objeto mais proeminente (como nas línguas bantas: Kiswahili, Bokamba, Chimwin, Hibena, Chicheŵa, quicongo, quimbundo e umbundu).

A fim de demonstrar a influência das línguas de substrato africano na formação do PB-afro, considerando a concorrência de ambas as gramáticas e competição de valores paramétricos (KROCH, 2003; MUFWENE; ROBERTS, 2007) ao longo das gerações de falantes do PB-afro que passaram pelo processo de contato entre línguas, primeiramente, descrevo, resumidamente, os dois tipos de construções dativas existentes nas línguas bantas, tendo em vista os aspectos apontados por Bresnan e Moshi (1990), e de construção aplicativa (BAKER, 1988; PYLKKANEN, 2002; 2012).

O estudo de Bresnan e Moshi (1990) sobre algumas línguas bantas demonstra que, embora essas línguas permitam quase sempre mais de um objeto pós-verbal, as propriedades

sintáticas das construções ditransitivas dividem essas línguas em dois tipos sintáticos, conforme apontei anteriormente em (02), de modo que se verifica a ocorrência de um ou outro, ou ainda ambos os objetos nessas construções. Ainda segundo Bresnan e Moshi (1990), e conforme demonstra Baker (1988), alguns testes que evidenciam o comportamento dos objetos quanto às propriedades de objeto mais proeminente podem ser levados em conta para evidenciar o tipo de gramática à qual pertence a línguas: a) passivização dos objetos; b) concordância (ou marca) de objeto; c) adjacência ao verbo são estratégias.

Assim sendo, Baker (1988) afirma que, se os objetos sintáticos exibem relação *assimétrica*, apenas um dos objetos pode ocupar posição do **sujeito da passiva** (03), exibir marcação morfológica de **concordância de objeto** (04), e estar mais **adjacente ao predicador verbal** (05), no entanto, se a relação for *simétrica*, mais de um objeto pode exibir tais propriedades. Os exemplos a seguir são da língua banta assimétrica Chichewa, com base em Baker (1988), e de línguas simétricas, como Kichaga, com base em Bresnan e Moshi (1990), e Swahili, com base em Marantz (1993).

(03) **PASSIVIZAÇÃO**

a. *Kalulu*      *a-na-gul-ir-a*                      *mbidzi*                      *nsapato*. (Chichewa)  
 Coelho      CS-PAS-comprar-APL-VF      zebras                      sapatos  
 ‘O coelho comprou os sapatos para as zebras’

b. *Mbizi*      *zi-na-gul-ir-idw-a*                      *nsapato*                      (*ndi kalulu*). (Chichewa)  
 Zebras      CS-PAS-comprar-APL-PASS-VF      sapatos                      por coelho  
 ‘As zebras foram compradas sapatos pelo coelho’

c. \**Nsapato*      *zi-na-gul-ir-idw-a*                      *mbizi*      (*ndi kalulu*) (Chichewa)  
 Sapatos      CS-PAS-comprar-APL-PASS-VF      zebras por coelho  
 ‘Os sapatos foram comprados para as zebras pelo coelho’

(BAKER, 1988, p. 248)

d. *N- à-ĩ-lyì-í-à*                      *m-kà*      *k-élyà*.                      (Kichaga)  
 FOC-1 S-PR-eat-AP-FV                      1-wife      7-food  
 ‘Ele está comendo a comida por sua esposa’

e. *M-kà n-ä-ì-lyì-í-ò* *k-èlyá.* (Kichaga)  
 1-wife FOC-1 S-PR-eat-AP-PAS 7-food  
 ‘A esposa está sendo beneficiada/afetada por alguém que está comendo a sua comida’

f. *K-èlyá k-ì-lyì-í-ò* *m-kà* (Kichaga)  
 7-food 7 S-PR-eat-AP-PAS 1-wife  
 ‘Esta comida é comida por sua esposa’

(BRESNAN; MOSHI, 1990, p. 150)

(04) **CONCORDÂNCIA DE OBJETO**

a. *Mavuto a-na-wa-umb-ir-a* *mtsuko ana.* (Chichewa)  
 Mavuto CS-PAS-CO-moldar-APL-VF pote crianças  
 ‘Mavuto moldelou o pote para as crianças’.

b. \* *Mavuto a-na-u-umb-ir-a* *ana mtsuko.* (Chichewa)  
 Mavuto CS-PAS-CO-moldar-APL-VF crianças pote  
 ‘Mavuto moldelou para as crianças o pote’.

(BAKER, 1988, p. 301)

c. *N- ä-ì-m-lyì- ì -à* *k-èlyá.* (Kichaga)  
 FOC-1 S-PR-eat-1 O-eat-AP-FV 7-food  
 ‘Ele(a) está comendo a comida por ele(a)’

d. *N-ä-ì-ki-m-lyì- ì -à* (Kichaga)  
 FOC-1 S-PR-7-O-1 O-eat-AP-FV  
 ‘Ele(a) está comendo isso por ele(a)’

e. *N-ä-ì-ki-lyì-ì-à* *m-kà.* (Kichaga)  
 FOC-1 S-PR-7 O-eat-AP-FV 1-wife  
 ‘Ele(a) está comendo isso por sua esposa’

(BRESNAN; MOSHI, 1990, p. 150-151)

(05) **ORDEM LINEAR**

a. *Ni-li-m-some-a [kila mwandishi]; kitabo chake<sub>i</sub>.* (Swahili)

CS-PAS-CO-ler-APL-VF cada escritor livro seu

‘Li para cada escritor<sub>i</sub> o seu livro<sub>i</sub>’

b. \**Ni-li-m-som-e-a mwandishi wake<sub>i</sub> [kila kitabo]<sub>i</sub>.* (Swahili)

CS-PAS-CO-ler-APL-VF escritor seu cada livro

‘Li para o seu autor<sub>i</sub> cada livro<sub>i</sub>’

c. *Ni-li-m-som-e-a kitabo chake<sub>i</sub> [kila mwandishi]<sub>i</sub>.* (Swahili)

CS-PAS-CO-ler-APL-VF livro seu cada escritor

‘Li para cada escritor<sub>i</sub> o seu livro<sub>i</sub>’

d. \**Ni-li-m-som-e-a [kila kitabo]<sub>i</sub> mwandishi wake<sub>i</sub>.* (Swahili)

CS-PAS-CO-ler-APL-VF cada livro escritor seu

‘Li para o seu escrito<sub>i</sub> r cada livro<sub>i</sub>’

(MARANTZ, 1993, p. 312)

No que concerne ao exemplo em (03a-b), Baker (1988) observa que o dativo *alvo/meta* não ocorre em posição de complemento do predicador verbal e, a fim de receber Caso estrutural, move-se para a posição de sujeito da passiva. Ao contrário do DP *alvo/meta*, em Chichewa, o OD não pode mover-se para posição de sujeito, pois recebe Caso inerente. Em kichaga (03d-f), os autores mostram que é permitido que múltiplos objetos sejam passivizados, seja tema ou beneficiário. Como se observa o exemplo em (04a-c), a concordância de objeto é evidência do Caso estrutural atribuído pelo predicador verbal em Chichewa, assim, se um dativo fizer a concordância morfológica na sentença, não é possível a concordância de objeto do tema simultaneamente. Bresnan e Moshi (1990) afirmam que em Kichaga (04c-e), qualquer um ou mesmo todos podem apresentar concordância de objeto no verbo. Em (05a-d), Marantz (1993), em Swahili, objeto dativo aplicado pode ocorrer também em posição não argumental, isto é, o DP aplicado pode ocorrer em VP e mover-se posteriormente para outra posição sintática, sem afetar a relação de c-comando entre os objetos, desde que haja concordância de objeto morfológica expressa no verbo. De acordo com o autor, isso ocorre porque a marca morfológica aplicativa pode c-comandar o vestígio do DP dativo movido na posição em que se originou o movimento.

Bresnan e Moshi (1990) comentam que a diferença crucial entre as línguas assimétricas e simétricas consiste no fato de que as primeiras exibem alternância estrutural e possuem mais restrições, enquanto essas exibem apenas construções aplicativas. Com base nesse contraste, Pylkkänen (2002; 2008) tem assumido que o repertório universal das línguas exhibe ao menos dois tipos de aplicativos, como já mencionado no capítulo 2: *aplicativos altos* e *aplicativos baixos*. A autora observa que algumas línguas bantas simétricas apresentam argumentos aplicados que se combinam com verbos inergativos, os quais não podem atribuir caso estrutural ao argumento, de modo que, assim como ocorre nas passivas, se um verbo não tiver caso estrutural, um argumento deve ser aplicado. A esses aplicativos, Pylkkänen (2002; 2008) denomina aplicativo altos. Por outro lado, em línguas bantas que são assimétricas, além de apresentarem argumentos aplicados em inergativas, exibem aplicativos baixos, que servem para estabelecer relação de posse com objeto tema, conforme a abordagem da autora.

A hipótese desta pesquisa é que o PB-afro exhibe os dois tipos de gramática, como nas línguas bantas: a) *assimétricas*, no tocante à observação da realização da alternância dativa, sendo o dativo da CDP, sem aplicativo, introduzido pela preposição *para*, ou *a* se segue o modelo da língua de suestrato portuguesa, com OD como o objeto mais proeminente na maior parte das ocorrências, e a COD evidenciada pela inserção dos clíticos, hipoteticamente, por meio de aplicativos (PYLKKÄNEN, 2002; 2012); e b) *simétrica*, hipoteticamente, uma gramática que insere o dativo apenas por meio de aplicativos (PYLKKÄNEN, 2002; 2012), não exibindo alternância com uma contraparte preposicionada, tendo em vista as ocorrências de dativo sem preposição, sobretudo em posição adjacente ao verbo (vd. Capítulo 5), e, portanto, mais proeminente sentencialmente.

Em comparação com os exemplos do banto apresentados, busco encontrar esse padrão no PB-afro, através da observação das propriedades sintáticas da COD nas línguas bantas (e do inglês): a *passivização*, haja vista que o objeto primário a ser passivado é aquele que se encontra em posição mais alta para ser movido para a posição de sujeito, devido à preservação de caso estrutural do argumento mais proeminente. É válido mencionar que não foram encontrados no *corpus* analisado ocorrência de sentenças ditransitivas dativas, de modo que não é viável a comparação com o uso de exemplos do PB-afro. Apesar disso, para a presente análise, considero o fato de que a maior parte das ocorrências do *corpus* dos afro-brasileiros exhibe o padrão V OD DAT, além disso, levo em conta que, conforme comenta Pujalte (2007), não é possível apassivar o dativo, se o OD estiver em posição de prioridade sintática, em CDP no PB, conforme os exemplos a seguir.

(06) **PB**

a. \*Ela foi dado/dada um livro.

(CAVALCANTE; BARROS, 2012)

b. \*Pros meninos foram dados um livro.

c. Um livro foi dado pros meninos.

(PUJALTE, 2007, p. 19)

d. O professor foi solicitado entregar os resultados.

e. O empregado foi proposto um acordo.

f. O aluno foi perguntado sobre o que aconteceu

(TORRES MORAIS; SALLES, 2007, p. 31)

(07) **PB dialetal**

a.? João/ Ele foi dado um carro.

b. \*O carro foi dado João.

(TORRES MORAIS; SALLES, 2007, p. 31)

c.\*Ele foi negado um copo de café e saiu da loja

d. Ele foi perguntado o que foi que aconteceu

(RAMOS; SALLES, 2017, p. 8)

Uma das evidências em línguas assimétricas, isto é: que exibem alternância dativa, no banto (COD; CDP), é o fato de que o OD acusativo é objeto prioritário da CDP, não sendo possível torná-lo sujeito da passiva, mas possível apassivar o dativo, como se observa nos exemplos em (03-05).

Os exemplos do PB em (06a-b) evidenciam que, preposicionado ou não, o argumento dativo na posição de sujeito passivo gera uma sentença agramatical. Quanto ao resultado inverso nos exemplos em (06d-f), Ramos e Salles (2017) explicam que o dativo como sujeito passivo somente ocorre com os verbos declarativos por suas propriedades denotacionais na variedade brasileira. Já o exemplo em (06c) evidencia que OD pode ser passivizados. Quando os exemplos são do PB dialetal, com exceção de (07c-d), em que há um verbo declarativo com comportamento semelhante ao PB, em (07a-b) é o inverso, em que o alçamento do OD é agramatical, não o dativo.

Embora os autores se divirjam em relação às conclusões das restrições observadas no PB e PB dialetal, quanto à observação dos testes, é possível estabelecer uma hipótese acerca mudança linguística em curso observada nas comunidades afro-brasileiras em direção à gramática que prevê alternância entre COD e CDP como nas gramáticas assimétricas bantas, e também do PE. Conforme demonstrado por Ramos e Salles (2017) nos exemplos do PB dialetal em (07a-b), é possível afirmar que a gramática padrão do dativo de terceira pessoa no PB-afro é CDP, na ordem parametricamente não-marcada: V OD prep.+DAT, ainda que se evidencie a presença de clíticos dativos de primeira e segunda pessoas (*me, te, lhe, nos*), os quais podem ser projetados em uma construção applicativa, parametricamente marcada pelo movimento clítico, seguindo Roberts (2007).

Esse padrão pode ser observado nas línguas bantas assimétricas, como o quimbundo, umbundo, e quicongo, línguas que se têm evidência sobre a influência no PB no decorrer do período colonial. Diferentemente do que se observa nos exemplos de Bresnan e Moshi (1990), Baker (1988) e Marantz (1993), (03-05), ainda que sejam também assimétricas, essas línguas exibem construções que envolvem preposições. O padrão CDP, conforme também se verifica no PE (com a preposição *a*), é restrito a determinadas áreas bantas, como aponta Wald (1973), conforme demonstro em (08-09), a seguir.

(08) a. *Mbidzi zi-na-perek-a msampha kwa nkhandwe* (CDP - UMBUNDU)  
zebras SP-PAS-MÃO-ASP armadilha para raposa  
'As zebras preparam uma armadilha para a raposa'

a'. *Mbidzi zi-na-perek-er-a nkhandwe msampha* (COD - UMBUNDU)  
zebras SP-PAS-MÃO-ASP para raposa armadilha  
'As zebras preparam para a raposa uma armadilha'

(BAKER, 1988, 229)

b. *Ndi-na-tumiz-a chipanda cha mowa kwa mfumu* (CDP - UMBUNDU)  
1S-PAS-ENVIAR-ASP cabaça de cerveja para o chefe  
'Eu enviei uma cabaça de cerveja para o chefe'

b'. *Ndi-na-tumiz-ir-a mfumu chipanda cha mowa* (COD - UMBUNDU)  
1S-PAS-ENVIAR-ASP cabaça de cerveja para o chefe  
'Eu enviei para o chefe uma cabaça de cerveja'

(BAKER, 1988, 229-230)

- (09)      a.ua    *tu*                      *sumbila*                      *maiaki* (COD – QUIMBUNDO)  
             3p.s    cli.dat.1ps    COMPRAR.appl    ovos  
             “Ele comprou ovos para nós”

(CHARTELAIN, 1888-89)

- b. *Nga-bana ma-divulu ku-a-thu.* (CDP - QUIMBUNDO)  
             1SG.PST-give book LOC-people  
             ‘Eu dei um livro para as pessoas’

(Adaptados de HAGEMEIJER, no prelo, apud R. GONÇALVES, 2017)

Os exemplos observados em (08) demonstram que a preposição *kwa* (*a/para*) introduz o dativo em CDP, semelhante ao padrão do PB, e na sua ausência, o aplicativo expresso pela morfologia verbal *-er-* / *-ir-* realiza o licenciamento do dativo em posição adjacente ao verbo, semelhante à construção dos clíticos de segunda e primeira pessoa. Quanto ao exemplo em (09) do quimbundo, Chartelain (1888-89) apresenta dois padrões: de um lado, um dativo aplicado por meio dos morfemas de concordância *-ile*; *-ene*; *-ine* (PYLKKÄNEN, 2002; 2012), do outro, em CDP, o dativo é introduzido pelo prefixo locativo *ku* e o objeto mais proeminente é objeto acusativo.

Quanto ao padrão banto dos exemplos em (08) e (09), Marantz (1993) diz que há concordância de objeto, evidenciando uma marcação por meio da morfologia verbal, quando o dativo é adicionado por meio de um núcleo funcional aplicativo, como no Chicheŵa. Essa configuração provavelmente é o que marca o parâmetro nessas línguas. O autor reconhece que, em línguas bantas, os objetos sintáticos cujo caso é atribuído diretamente, não há concordância morfológica no verbo, de modo que, para ser COD no banto, é preciso observar se há morfologia de aplicativo no verbo. Quanto à CDP, Marantz (1993, p. 116) assume que é a forma não marcada das construções ditransitivas nas línguas em geral: casualmente marcados um pelo verbo, outro pela preposição.

Mediante o que se coloca até aqui, defendo que o PB-afro analisado exibe, principalmente na faixa IV, vestígios de que, ao longo do período de colonização do Brasil, em que se verifica um contato massivo entre línguas, houve duas gramáticas em competição, nos moldes de Mufwene (2002); Kroch (2003); Roberts, (2007): i) tipo 1(cf. 02), em que o dativo

ocorre sem preposição, sendo aplicado por meio de um núcleo funcional (PYLKKÄNEN, 2002; 2012); e ii) tipo 2 (cf. 02), em que o dativo *alvo/meta* está inserido em estruturas sintáticas não marcadas: a CDP, e é preposicionado por *a*, por influência do padrão do supestrato, principalmente em contextos anafóricos, e *para*, variante inovadora resultante do contato entre línguas durante as chegadas sucessivas de africanos no período colonial e pós-colonial no Brasil. Porém, ao observar o resultado das outras faixas, verifica-se que a gramática do tipo 2, principalmente na Faixa I, vencendo a competição. Essa proposta baseia-se nos resultados observados da análise das faixas etárias, conforme Tabela 15, apresentada no início deste capítulo.

Na seção, a seguir, desenvolvo a hipótese de que a preposição *para* teria entrado como introdutora de dativos *alvo/meta* devido à carência de morfologia evidente, gerando *inputs* de uma gramática não-marcada, favorecendo a inserção do *para* no contexto sintático em foco nesta pesquisa.

### 6.2.1 A queda do clítico de terceira pessoa e o efeito cascata

A fim de fundamentar a explicação, no âmbito intralinguístico, de onde partiu o processo de competição de gramáticas no PB-afro, retomo a proposta de mudança de parâmetros linguísticos por meio de aquisição de língua incompleta que, segundo Roberts (2007), a ausência de especificação de traços em um determinado termo implica a escolha de um termo não marcado, porém o inverso não é verdadeiro. Dessa forma, a proposta é que o processo de simplificação morfológica no PB-afro, como preveem Baxter e Lucchesi (1993;1997) teria gerado evidências menos visíveis nos DLP quanto à gramática das construções dativas. A ausência ou falta de DLP rico em marcação morfológica de aplicativo, parâmetro marcado pelos traços de caso fonologicamente realizados expresso por meio do clítico de terceira pessoa e da preposição *dummy a*, principalmente em construções de redobro, durante a aquisição do português como L1 pelas gerações subsequentes, desencadeou no uso do parâmetro não marcado da língua alvo: o uso de dativo de terceira pessoa por introdução de um item prepositivo (*a* ou *para*), não pelo marcador *dummy a* morfológico da COD, evidência da construção applicativa no PE (PYLKKANEN, 2002; 2008; TORRES MORAIS, 2007; CUERVO, 2003).

Um primeiro fato a ser considerado é a observação da ausência de construções de redobro de clítico dativo nas comunidades afro-brasileiras, quando o dativo é um *a*-DP pronominal (*a* ele/*a* ela/*a* eles/*a* elas). Isso evidencia que a preposição *a*, verificada nos dados,

é proveniente do processo de interferência do modelo da língua alvo nessas comunidades, mas não é projetada por uma estrutura semelhante ao PE, como propõe Torres Morais (2007), haja vista que, segundo a autora, na variedade europeia é agramatical uma sentença com um *a*-DP pronominal sem redobro do clítico, como essas observadas no PB-afro. A autora considera o fenômeno do redobro do clítico dativo (*lhe/s + a* ele/a/s) uma evidência de COD, ou construção applicativa, no PE. Levando isso em conta, o fato de não se observar tal construção nos dados do PB-afro, mas a realização do *a*-DP pronominal sem redobro, demonstra que, ainda que se baseie no modelo da língua alvo, quando é preposicionado por *a*, principalmente em contextos anafóricos, a gramática do dativo nas comunidades estudadas distingue-se configuracionalmente daquela que se observa no modelo europeu, sendo, conseqüentemente, uma gramática emergente do contato entre línguas ocorrido no Brasil ainda nos primeiros séculos. Portanto, de modo a corroborar a hipótese de Torres Morais e Salles (2007), esse fenômeno observado nos dados do PB-afro caracteriza-se como uma configuração exclusiva e inovadora em relação à língua alvo.

Outro fato linguístico importante é que, no curso do processo de aquisição do português como L2 pelos africanos e afro-brasileiros durante esse período, a queda do clítico dativo de terceira pessoa, já atestado no PB por diversos autores (TORRES MORAIS; BERLINCK, 2006; RAMOS; SALLES, 2017; GOMES, 2003; BERLINCK, 1997; 2000; 2001; 2009; TORRES MORAIS; SALLES, 2007, entre outros), teria sido resultado de uma ambigüidade desse clítico nas línguas de substrato, mais especificamente quimbundo, umbundo e quicongo, haja vista que, segundo Chavagne (2005, p. 225), essas preposições desses substratos africanos **ku** e **mu** se alternam de acordo com a consoante e concordância rítmica, como no poema "Muimbu ua Sabalu" de Mário Pinto de Andrade, em que ora o locativo aparece ora antecedido por **ku** (24a) ora por **mu** (24b). Além disso, Chavagne (2005) diz que essas preposições variam conforme a combinação com as consoantes iniciais dos nomes que precedem. O autor explica que essas três preposições são de "aluguel", pois são facilmente intercambiáveis, sem grandes restrições, nos contextos de contato entre línguas, conforme (10).

(10) a. *mu* tumisa **ku** São Tomé

(Eles os levaram para São Tomé)

b. *ku* tumisa **mu** São Tomé

(Eles te levaram para São Tomé)

O autor observa que a alternância em (10) é decorrente do fato de que os pronomes casuais são homônimos das preposições e, por questões de ambiguidade, não são intercambiáveis, já que, conforme Hagemeijer (2016), nessas línguas bantas, tanto OD (11) quanto dativo (12)<sup>106</sup> podem ser representados pelo mesmo prefixo imediatamente à esquerda do verbo.

(11) a. Kàbhúlú ka-mù-bhit-**íle**.

12.lebre 12-1-ultrapassar-PST

‘A lebre ultrapassou-o.’

(MIGUEL, 2003, 55 apud HAGEMEIJER, 2016, p. 59)

b. Nga **mu** mono kya

1SG.acus ver adv

‘Eu o vi já’

(NZAU, VENÂNCIO E SARDINHA, 2013, p. 172)

(12) Nga-**mu**-bane ma-honjo.

1SG.PST-1-dar.PST 6-banana

‘Eu dei-lhe (algumas) bananas.’

(NZAU, VENÂNCIO E SARDINHA, 2013, p. 172)

Desse modo, considerando que os pronomes nas línguas bantas servem tanto para acusativo quanto para dativo (CHARTELAINE, 1888-89; GALVES, NO PRELO), em concorrência às variantes preposicionadas, conforme menciona Hagemeijer (2016), o uso comum dos clíticos, independentemente da função sintática, é um fator que conduz à hipótese de que a situação de contato entre línguas no Brasil teria motivado a perda do clítico dativo de terceira pessoa no PB (*lhe/lhes*), verificado hoje no PB (TORRES MORAIS; BERLINCK, 2006; TORRES MORAIS; SALLES, 2007; TORRES MORAIS, 2007). Esse

---

<sup>106</sup> Esta tendência é verificada no Português de São Tomé (PST) (HAGEMEIJER, 2016) quando os falantes não fazem distinção entre acusativo ou dativo nas formas clíticas *le* (s), acentuando-se, conforme o autor, quando se verificam outras estratégias de terceira pessoas introduzidas por *a* ou *para* e perda do clítico acusativos a(s)/o(s). Essa tendência ocorre também no PB, em que se verifica o uso do reconfigurado como *lhe* como clítico acusativo.

contexto teria fixado um padrão, em que *lhe/lhes* servem à 2ª pessoa do discurso<sup>107</sup>, em COD, configurando-se: i) na gramática 1, com a existência apenas de aplicativos, tendo em vista a ocorrência dos dados de dativo sem preposição; ii) na gramática 2, exibindo alternância com a estrutura CDP, em que o dativo *alvo/meta* de terceira pessoa é inserido por meio da preposição *a*, principalmente em contextos anafóricos e na comunidade de Sapé – que é mais próxima da zona urbana, e da preposição *para*, de maneira a eliminar a ambiguidade<sup>108</sup>.

Conforme a abordagem de mudança paramétrica, Roberts (2007) afirma que as mudanças sintáticas no sistema inato surgem através de: a) a ambiguidade paramétrica nos *inputs* disponíveis para o adquirente; b) a opacidade / a complexidade do gatilho nos DLP. Dessa forma, é possível afirmar que a mudança no âmbito da sintaxe das construções ditransitivas dinâmicas, e conseqüentemente das preposições dativas, no PB-afro seria decorrente dessas propriedades universais, a saber:

- i) conforme a), em razão da ambiguidade paramétrica nos DLP aos quais as primeiras gerações foram expostas, a aquisição do clítico de terceira pessoa como de segunda pessoa teria sofrido interferência das línguas de substrato banto, que possuem clíticos objetos acusativo e dativo homófonos;
- ii) conforme b), a ambiguidade desencadeou na queda da expressão morfológica de dativo de terceira pessoa, resultando, com isso, na falta de evidências linguísticas nos DLP para uma morfologia evidente e mais complexa de núcleo aplicativo para a terceira pessoa do discurso, além da queda da preposição *dummy a* (TORRES MORAIS, 2007) em construções de redobro, resultando em mudança do parâmetro na variedade afro-brasileira.

Dessa forma, a evidência da mudança paramétrica ao longo das gerações nos dados observados é, em primeira instância, a ausência de clíticos dativos de terceira pessoa *lhe/lhes*; em segunda instância, a ausência de outra marca morfológica de dativo: a preposição *dummy a*

<sup>107</sup> Como evidência adicional para esse fenômeno, os dados analisados no *corpus* do PB-afro neste estudo corroboram essa hipótese, já que não se verifica a ocorrência de clítico dativo de terceira pessoa, apenas clíticos de primeira e segunda pessoas do singular e primeira pessoa do plural, além disso, ainda que se verifique a realização do clítico *lhe*, o traço formal de pessoa é de segunda do discurso.

<sup>108</sup> Essa hipótese pode ser corroborada por Nzau, Venâncio e Sardinha (2013) ao afirmarem que no PA tais prefixos são responsáveis pela posição clítica e uso não-padrão do *lhe* como pronome acusativo: “Inferimos que o facto de as funções de OD e OI ocorrerem em quimbundo, indiscriminadamente, com o prefixo “mu-” no singular e “a-” no plural (= a ele/s, a ela/s, o/s, a/s, lhe/s em português) pode ser responsável pela produção de enunciados como os que se seguem: *Ele lhe viu no mercado* (Locutor: Um jovem de instrução secundária) [...]? *Fomos nós que levámos-lhe ao hospital.*” (NZAU, VENÂNCIO E SARDINHA, 2013, p. 176)

em construções de redobro, típica das construções dativas na língua-alvo, o PE; e em terceira instância, como consequência das duas primeiras, a alta frequência da preposição *para*, em virtude da sintaxe não marcada da CDP, haja vista que não implica, como a proposta de Roberts (2007), em operações de *move* ou *agree*, como se verifica na COD, as quais preveem concordância morfológica do dativo em construções de redobro de clítico (TORRES MORAIS, 2007).

Na seção a seguir, trato do processo linguístico por qual a preposição *para* teria passado, a fim de fazer parte do grupo variável das estratégias de introdução de dativo alvo/meta no PB-afro, e também PB.

### 6.3 FENÔMENO NO SUBSTRATO BANTO: RELEXIFICAÇÃO DA PREPOSIÇÃO PARA EM CONTEXTOS DE VERBOS DITRANSITIVOS DATIVOS

Esta seção tem por objetivo apresentar as estratégias prepositivas relacionadas àquelas introdutoras de dativo no PB (*a* e *para*) nas três línguas bantas que se fizeram presente em massa no Brasil, por meio do tráfico de escravos africanos ao longo dos séculos para o Brasil, a saber: *quimbundo*, *umbundo* e *quicongo*<sup>109</sup>. Nurse & Philippson (2003), Pachiorotti (2017, p. 44), ao comentarem sobre essas variedades bantas provenientes da zona H, afirmam que grande parte dessas línguas exibem inovações, como: i) extensão de certos prefixos para classes não substantivas e ii) locativos preposicionados em vez de prefixais<sup>110</sup>.

Pachiorotti (2017, p. 100) assume que algumas línguas bantas desenvolveram preposições por meio de um processo de (des)gramaticalização, de uma instabilidade ou de variação sintática observada na natureza dos locativos/dativos, como ocorreu com os prefixos *pà-*, *mò-* and *kù-* da classe nominal locativa ao se tornarem itens prepositivos **ku** (**ko**, no *umbundo*, conforme HAGEMEIJER, 2016), **mu** e **bu**. Tais elementos, de acordo com Hagemeyer (2016) possuem a *noção de interioridade* (13), e podem ocorrer com *verbos de movimento* (14) ou como *introdutores de dativo* (15).

---

<sup>109</sup> É importante apontar também para o fato de que essas línguas participam da zona H: o *quincongo*, das zonas de H11 a H16, e *quimbundo*, das zonas de H21 a H23, ambas línguas que mais frequentemente foram trazidas da África para o Brasil, por meio do tráfico negreiro no período colonial (GALVES, NO PRELO, p. 12).

<sup>110</sup> De acordo com Wald (1973, p. 243), as *projeções prepositivas* das línguas bantas compõem as propriedades características do Protobanto e, de modo geral, são encontradas em todas as zonas na classificação de Guthrie [1948] *apud* WALD, 1973), com exceção das zonas A e B. Em concordância a isso,

- (13) Mwene w-ala **ku**-bata (quimbundo, Mingas 2000, 75)  
 ele CS-estar LOC-casa  
 ‘Ele está em casa.’
- (14) a. Ndé **ku**-Palaia. (quimbundo, Chatelain 1894, 30)  
 vai LOC praia  
 ‘Vai à praia.’
- b. Uvutuk’ê **ku**-itadi. (quimbundo, Chatelain 1894, 36)  
 ele-voltar LOC-jardim  
 ‘Ele volta ao jardim.’
- (15) a. Nga-bana ma-divulu **ku**-a-thu. (quimbundo, Afonso Miguel [c.p.])  
 1SG.PST-dar 6-livro LOC-2-pessoa
- b. Nda-ka a-livulu **ko**-ma-nu. (umbundo, Félix Chinjengue [c.p.])  
 1SG.PST-dar 6-livroLOC-2-pessoas  
 ‘Dei os livros às pessoas.’

(HAGEMEIJER, 2016, P. 54-55)

É válido mencionar que, quanto aos dativos, R. Gonçalves (2017, p. 16)<sup>111</sup> verifica que, quando em contato com o Português Angolano (PA), os falantes do quimbundo e umbundo dão maior preferência às variantes de **ku**, conforme apontam os exemplos em (16).

- (16) a. *Nga-bana ma-divulu **ku**-a-thu.* (QUIMBUNDO)  
 1SG.PST-give book LOC-people  
 ‘Eu dei um livro para as pessoas’
- b. *Nda-ka a-livulu **ko**-ma-nu.* (UMBUNDO)  
 1SG.PST-give book LOC-people  
 ‘Eu dei um livro para as pessoas’

---

<sup>111</sup> Rita Gonçalves (2017)

(Adaptados de HAGEMEIJER, no prelo, apud R. GONÇALVES, 2017)

Na gramática do quimbundo, escrita por Chartelain (1888-89), é possível encontrar os usos das preposições no quimbundo e equivalentes: **ku** (*em, a, para, por, junto, ao pé*), **mu** (*em, a, para, por, dentro de*), e **bu** (*em, a, para, por, sobre, em cima de*). Enquanto preposições, podem denotar direção (no PB: *a, para e de*), como por exemplo: **ku** bata (para casa); **mu** kalunga (no mar), sendo que, quando ocorrem com verbos de movimento/direção, podem significar tanto origem quanto destino. No entanto, conforme demonstra Chartelain (1888-89), o uso de **ku**, **mu** e **bu** é múltiplo em termos de função gramatical, podendo ocorrer em contextos de uso bastante diversificados, conforme a descrição detalhada desses itens gramaticais oferecida pelo autor, a seguir.

1. Introdutores de *palavras deverbais*: **kunua** (bebida); **kufua** (morte); **kutunga** (costura), em que o **ku** é utilizado para deverbais [-animado]; **murimi** (cultivador); **muzueri** (falador); **muriri** (chorador); **mukongo** (caçador), em que **mu** é utilizado para nomes com traço [+humano] (CHARTELAIN, 1888-89, p. 6, 26, 118);
2. Marca / Introdutor de *infinitivo*: **kuria** (comer); **kubanga** (fazer), **kuenda** (andar), **kuelela** (rir), **kuinda** (entrançar)<sup>112</sup> (CHARTELAIN, 1888-89, p. 6, 26);
3. Introdutoras de *infinitivo passivo*: **ku** ngi zola – eu ser amado / **ku** zola – você ser amado / **ku** mu zola – ele ser amado. Quando introduzem o infinitivo com **mu** (no lugar de **ku**), significam o *intuito* de fazer alguma coisa, como por exemplo: *ngeza mu banga* (vir para fazer) (CHARTELAIN, 1888-89, p. 84-85);
4. Servem como *demonstrativo*, como por exemplos: **mu** ‘xi umu (nesta terra); **bu** kiriri aba (neste lugar); **ku** bat’uku (nesta casa) (CHARTELAIN, 1888-89, p. 76);
5. São *afixos locativos*, isto é: prefixos quando são pronomes e sufixos quando apresentam significação adverbial (CHARTELAIN, 1888-89, p. 76);

---

<sup>112</sup> Assim como ocorre no inglês, em que se verifica a realização da marca do infinitivo *to* em orações adverbiais finais (*The journal was prepared to coincide with International Education Week* / Tradução: Esta revista foi elaborada para coincidir com a Semana Internacional da Educação), o quimbundo exibe o infinitivo com **mu** e pode ser tanto uma marca de infinitivo quanto introdutor de adverbiais.

6. Ocorrem com *verbos relativos*: para estabelecer relação entre o verbo e os objetos, como demonstra o autor: em português equivalem a: *em lugar de, por, para; por causa de; por amor de, a favor de, por conta de; por meio de; contra; na pessoa de*, e dativos, os quais dariam conta de “para posse de” ou “da posse para” (CHARTELAIN, 1888-89, p. 91);
7. São pronomes objetos, indistintamente ao caso que representam, se dativo ou acusativo: 1ª s: *ngi* / 2ª s: *ku* / 3ª s: *mu* / 1ªp: *tu* / 2ªp: *nu* / 3ª p: *a*, conforme os exemplos: *ngi ku bana* (dou-te/te/lhe<sub>2nd</sub> dou); *tu nu bana* (damos a/para vocês); *nga mu sumbila-mu* (o *masa*) (comprei-o para ele [o milho]); *ngi mu sonekena* (escrevo-lhe) (CHARTELAIN, 1888-89, p. 76, 154)<sup>113</sup>

Segundo Bento (2010, 63), também não é feita a distinção entre os complementos circunstanciais, de modo que, no Quicongo, o **ku** é usado tanto com verbos estativos quanto de movimento: *ngyele ku nzo* (vou para casa) e *ngina ku nzo* (estou em casa); no quimbundo: *mwene wamuya ku bata* (ele vai para casa) e *mwene wala ku bata* (ele está em casa); e por fim, diferencia-se no umbundu: *eye wenda konjo* (eles vão para casa) *eye okasi konjo* (eles estão em casa), o que denota, por um lado, um caráter multifuncional do item prepositivo **ku** em diferentes contextos sintático-semânticos verbais, e, por outro, a noção de *local* sempre envolvida em torno dos contextos aos quais se refere.

Considerando a descrição dos correlatos das preposições *a* e *para* do PB no banto (**ku**, **mu** e **vu**) que serviram de substrato para a formação do PB-afro falado nas comunidades rurais, e o resultado da análise dos dados, respaldo-me na abordagem de Lefebvre (1998; 2001) a fim de fornecer uma explicação para a reconfiguração da preposição *para* em contextos de verbos ditransitivos dativos, haja vista que a língua-alvo dispõe de outro material gramatical para esse contexto: a preposição *dummy a*, e, além disso, no padrão europeu o uso de *para* é aplicado a outros contextos sintaticamente semelhantes, como aqueles apresentados no capítulo 2 desta tese. A proposta é que o aspecto multifuncional e ambíguo das preposições do quimbundo, umbundo e quicongo teria contribuído no processo de relexificação (LEFEBVRE, 1998; 2001), do item *para* como preposição introdutora de dativos de verbos ditransitivos dinâmicos no PB-

---

<sup>113</sup> Chartelain (1888-89) chama a atenção para o fato de que, quando desempenham a função de dativos com alguns verbos, ocorrem nas formas: *-ile*; *-ene*; *-ine* morfologicamente presas ao verbo, como nos exemplos: *eme ngasumbirile* (eu comprei para); *ngasonekenene* (escrevi para); *a ngi jikuila o ribitu* (eles abriram a porta para mim); *ua tu sumbila maiaki* (Ele comprou ovos para nós). Pode-se dizer que as formas dativas, quando não são argumentais, ocorrem em sua forma aplicativa alta, nos termos de Pylkkänen (2002;2008), conforme discorro na seção 2.2.3.

afro, a partir das informações extraídas de DLP no tocante a contextos sintático-semânticos semelhantes às construções ditransitivas dinâmicas.

Lefebvre (1998; 2001) conceitua a relexificação como um processo que envolve uma cópia das funções de um item necessário com base na sua língua nativa e, utiliza a forma fonológica um *input* da língua de superstrato. A forma relexificada mantém os traços semânticos e propriedades sintáticas do item equivalente na língua de substrato.

A autora argumenta que o processo de relexificação de um item funcional ocorre devido ao fato de que os indivíduos envolvidos no processo de aquisição de L2, no início da formação de uma variedade ou língua nova, tal como aconteceu no Brasil, como nos processos de pidginização ou criouliização, tendem a não identificar categorias funcionais na língua de superstrato e de pouca evidência morfo-fonológica. Isso ocorre, segundo a autora, porque tais falantes adquirem a língua em situações em que não estão suficientemente expostos à língua do dominador, resultando em uma erosão gramatical, nos termos de Lucchesi e Baxter (2009). Em consequência dessa carência de evidência positiva por meio dos *inputs* dos DLP aos quais essas primeiras gerações estão expostas, o adquirente baseia-se na sua competência linguística, com base no padrão do substrato, a fim de completar os *gaps* funcionais percebidos pelo dispositivo inato (BICKERTON, 1984; 1988).

A proposta de relexificação fornece o subsídio necessário para a compreensão do fenômeno aqui estudado. De acordo com essa abordagem, a preposição *para* teria assumido um papel de estratégia introdutora de dativo, no lugar da preposição *dummy a*, conforme já argumentado, decorrente do decalque dos itens prefixais **ku**, **mu** e **vu**, os quais, como é possível observar nesta seção, são multifuncionais e atuam em outros contextos semelhantes ao *para* na língua de superstrato, o PE: introdutor de infinitivo, introdutor de dativo beneficiário, locativo e fonte, além de ocorrer em diferentes contextos sintáticos verbais, conforme quadro 8.

**Quadro 7** - comparação entre as preposições prefixais bantas e o *para* na língua alvo

	<b>KU/MU/BU – Línguas banta (Zona H e R)</b>	<b>PARA – Língua Alvo</b>
<b>Introdutor de dativo alvo/meta</b>	<b>X</b>	-
<b>Introdutor de dativo fonte</b>	<b>X</b>	-
<b>Introdutor de finalidade com verbo no infinitivo (mu)</b>	<b>X</b>	<b>X</b>
<b>Introdutor de beneficiário (aplicativo alto)</b>	<b>X</b>	<b>X</b>
<b>Movimento</b>	<b>X</b>	<b>X</b>
<b>Direção</b>	<b>X</b>	<b>X</b>
<b>Locativo</b>	<b>X</b>	<b>X</b>

Fonte – Elaboração Própria

No quadro 8, são apresentadas apenas os usos em que se pode verificar traços semelhantes entre os itens funcionais das línguas bantas (**ku, mu**) e do português (**para**). A relexificação é um processo pelo qual o falante de L2 em situação de contato apropria-se da representação fonológica de uma forma lexical da língua-alvo, atribuindo-lhe as propriedades sintático-semânticas da sua língua materna: a língua de substrato (LEFEBVRE, 1998, p.4). O item selecionado deve compartilhar traços semânticos com a língua de substrato, mesmo que não exerça as funções morfossintáticas nas duas línguas. Considerando a escolha da preposição *para* em detrimento da preposição *a*, introdutora de dativo *alvo/meta* na língua alvo, proponho que o traço compartilhado seja o de [deslocamento], que pode ser analisado em um *continuum* que vai do [+concreto] ao [-concreto] ou [+abstrato].

Nas construções em que as preposições indicam direção, verifica-se deslocamento físico para chegar a um ponto determinado, portanto pode ser considerado mais concreto. Em uma posição intermediária desse *continuum*, há um deslocamento de algo que pertence ao sujeito para o complemento dativo. Por fim, em construções que introduzem uma finalidade, verifica-se um deslocamento mais abstrato. Em: *estudei para passar no vestibular*, há um percurso a ser transcorrido até que se alcance o objetivo. Esse tipo de construção estaria mais à direita do *continuum*. Dessa forma, proponho que o traço que permitiu a ampliação funcional, relexificação, da preposição *para* como introdutor de dativo *alvo/meta* seja o traço de [deslocamento] disponível na preposição *para*.

Além disso, tendo em vista a descrição Xavier (1989) da realização das preposições no PE, a preposição *para* apresenta-se na língua alvo com o traço [+durativo] e a preposição *a* com o traço [-durativo]. Assim, na situação de contato entre línguas, a preposição *para* expande-se para os contextos com traço [-durativo], traço em que se manifesta a preposição *a* no PE, (XAVIER, 1989), e, por fim, generaliza-se para o traço [ $\pm$ durativo] no PB-afro, por meio da influência do substrato banto.

Considerando aspectos fonológicos, Galves (no prelo) e Baxter (no prelo), Baxter, Mello e Santana (2014), propõem que na língua alvo havia duas preposições candidatas à introdução do dativo. São elas: *em* e *para*, visto que são mais salientes morfo-fonologicamente. Essas preposições introdutoras de dativo *alvo/meta* substituíram a preposição *a* em algumas variedades do português, cuja aquisição se deu em situação de contato.

Um processo semelhante ocorre no Português Saotomense, em que, para R.Gonçalves (2017, p. 32), os traços de [+loc; +dir] da preposição *para* teriam sido reanalisados como traços [ $\pm$ loc;  $\pm$ dir], devido à ambiguidade entre os *inputs* da língua alvo e das línguas crioulas em contato. Sobre o mesmo processo, P. Gonçalves (2005), assim como Galves (no prelo), explica

que há uma reanálise do *em* como um marcador locativo nas variedades do português, sobretudo no português angolano, devido à interpretação de “direção” dos verbos de movimento do PE, assim como ocorre nas línguas bantas. Diferente da proposta das autoras, proponho que na verdade seja a noção de deslocamento que subjaz todas essas funções. Assim, em referência ao PB-afro, e também PB, defendo que a preposição *para* teria se especializado nos contextos de dativo *alvo/meta* por meio da relexificação (LEFEBVRE, 1998; 2001) durante o contato entre línguas verificado no Brasil colonial e pós-colonial, dado que o *para* no PB-afro e no PB, demonstra-se produtivo nos contextos apresentados na seção 2.1, tais como os contextos semânticos semelhantes, como: *localização, movimento, alvo secundário* ou *beneficiário, finalidade*. Da mesma forma, os prefixos **ku**, **mu** e **bu** presentes no quimbundo, umbundo e quicongo, além de serem alternantes, podem ocorrer em contextos em que indica um direcionamento (CHARTELAIN, 1888-89; BENTO, 2010), conforme quadro 7.

Baxter (no prelo) diz que é previsível que a preposição *a* nesses contextos verbais não seja uma variante predileta, porque lhe falta transparência morfo-fonológica. Esse raciocínio, conforme o autor, explica porque muitas línguas de base portuguesa terminam por selecionar ou a variante *em* ou *para*. De modo geral, Hagemeijer (2016, p. 55) comenta que todas as três variedades do português na África sofrem um processo de reestruturação da grade argumental, interferindo na escolha das estratégias prepositivas. Tendo isso em vista, e perseguindo a hipótese de que a preposição *para*, em detrimento de *a*, observada em contextos dativos no PB-afro (e também PB), é decorrente de um processo de reestruturação gramatical no período do contato entre línguas nos primeiros séculos do Brasil, decorrente da concorrência entre gramáticas, resultando na relexificação do *para*.

Diante disso, os dados apresentados nesta tese revelam que o processo de expansão funcional da preposição *para* (LUCCHESI; MELLO, 2009) seria, em verdade, produto de um processo de relexificação, nos termos de Lefebvre (1998; 2001). A relexificação do *para* seria resultante de uma mudança motivada por um *efeito cascata* observada na gramática dos clíticos dativos, em que se verifica a queda do clítico dativo *lhe/lhes* e preposição *dummy a*, marcas morfológicas de caso no dativo de terceira pessoa essenciais para aquisição da gramática que prevê aplicativos, devido à ambiguidade em comparação às formas clíticas da língua de substrato. Assim, não estando disponíveis nos DLP de maneira evidente para as gerações que aprenderam o português como L2, a CDP é a gramática mais viável para a marcação casual de dativo de terceira pessoa, por meio da preposição *para*.

## 7 CONCLUSÃO

Para a investigação do fenômeno da (não) realização das preposições *a* e *para*, introdutoras de dativo *alvo/meta* de verbos ditransitivos dinâmicos de movimento e de transferência no PB-afro, sob a hipótese de que a situação de contato intenso entre o português e as línguas africanas no Brasil teria resultado na variação e mudança dessas preposições, a presente pesquisa pautou-se em pelo menos quatro frentes teóricas: i) a perspectiva da Teoria da Variação e Mudança<sup>114</sup>; ii) a abordagem formalista<sup>115</sup>; iii) o levantamento sócio-histórico<sup>116</sup>; iv) nas teorias da aquisição de línguas em contato tanto sob a perspectiva da sócio-história<sup>117</sup> quanto sob a abordagem inatista<sup>118</sup>.

Primeiramente, busquei descrever, conforme capítulo 2, os diferentes usos das preposições *a* e *para* no PB e PE, a fim apontar as principais diferenças e semelhanças dessas duas variedades, servindo de referência para argumentação de que no PB a preposição *para*, diferentemente do PE, teria se especializado em ambientes sintáticos de dativos *alvo/meta*, tornando-se em alguns dialetos brasileiros a principal concorrente da preposição *a*. Além disso, a fim de demonstrar quais foram os fatores favoráveis para a entrada do *para*, apontei outros contextos linguísticos que teriam servido de modelo para que essa preposição se tornasse introdutora de dativo em contexto de verbos ditransitivos dativos. Procurei também resenhar as principais propostas para a estrutura argumental de verbos ditransitivos (PYLKKANEN, 2002) nas línguas, tendo em vista que a noção de aplicativo é lançada na Morfologia Distribuída como parte do conjunto de categorias funcionais que compõem a gramática universal, o que serve como argumento para a afirmação de que a alternância dativa nas línguas parte de uma escolha paramétrica (mais marcada ou menos marcada, nos termos de Roberts, 2007).

Para a análise dessas estruturas no PB-afro, nesta tese, descrevi a forma de como são projetadas as duas construções dativas alternantes (COD; CDP) nas línguas, dando ênfase ao modelo de superstrato, o PE (XAVIER, 1989; TORRES MORAIS; BERLINCK, 2006 etc.), e

---

<sup>114</sup> (LABOV, 2008 [1972])

<sup>115</sup> (BARSS; LASNIK, 1986; LARSON, 1988; KAYNE, 1994; CHOMSKY (1995 [2015]; PYLKKÄNEN, 2002; 2012, etc.)

<sup>116</sup> (NINA RODRIGUES, 2010 [1933]; VIANNA FILHO, 2008 [1946]; MATTOSO, 1982; MUSSA, 1991; PESSOA DE CASTRO, 2001; LOBO, 2003; MATTOS E SILVA, 2004; 2006; AVELAR; CYRINO, 2008; BONVINI, 2008; NEVES, 2012; PETTER, 2015; PETTER E CUNHA, 2015, GALVES, no prelo, BAXTER, no prelo, etc.)

<sup>117</sup> (GUY, 1981; TARALLO, 1993; NARO; SCHERRE, 1993; 2003; 2007; BAXTER; LUCCHESI, 1993; 1997; 2006; LUCCHESI, BAXTER, 2009; LUCCHESI, 2006; 2009a; 2015, etc.)

<sup>118</sup> (BICKERTON, 1984; 1988; MUFWENE, 2002; ROBERTS, 2007; KROCH, 2003; LEFEVBRE, 1998; 2001)

às línguas de substrato africano (MARANTZ, 1993; BAKER, 1988; BRESNAN; MOSHI, 1990, etc.).

Além disso, levando em conta o contexto externo por trás do *corpus* linguístico das comunidades afro-brasileiras em análise, com base na literatura vigente<sup>119</sup>, bem como nas hipóteses para a formação do PB<sup>120</sup>, no capítulo 3, apontei os principais fatores sociais e históricos (demografia, etnia, origem geográfica, relações sociais, línguas, entre outros) em torno da aquisição como L2 pelos africanos que desembarcaram no Brasil, ao longo do período do tráfico transatlântico de escravos provenientes da África. O propósito desse levantamento sócio-histórico consiste em i) destacar a importância da presença de africanos bantos no Brasil, principalmente no interior da Bahia, de modo a validar a defesa de que o PB-afro teria sofrido forte influência das línguas bantas e, conseqüentemente, da estrutura configuracional dessas línguas africanas, mais especificamente das línguas mais faladas pelos escravos no período colonial: *quimbundo*, *umbundo* e *quicongo*; ii) argumentar em favor da hipótese de que a aquisição como L2 na situação de contato ocorrida no espaço brasileiro seria responsável pela variação e mudança observada na configuração das construções de verbos ditransitivos dinâmicos, que serve como contexto sintático para a realização das preposições introdutoras de dativo *alvo/meta* no PB-afro, e também PB.

Dessa forma, a partir da observação de que o aprendizado pelos escravos do português, no papel de língua alvo, levou em consideração o modelo da gramática dessas línguas, considero crucial a informação acerca do alto índice de africanos das zonas bantas que teriam sido enviados para os interiores do Brasil, sobretudo na Bahia, além do nível de envolvimento social e cultural desses africanos nas relações com colonizador. Esses fatores corroboraram para a interferência direta nas construções dativas e, conseqüentemente na entrada da preposição *para*, no apagamento da preposição sobretudo dentre os mais velhos das comunidades.

Além disso, é válido ressaltar que o tráfico interno nacional, via intercâmbio comercial e via exportação de escravos da Bahia para outros locais do Brasil, teria influenciado significativamente na expansão das mudanças linguísticas observadas quanto às estratégias introdutoras de dativo *alvo/meta* não apenas no PB-afro, mas em outras variedades do PB.

A fim de respaldar a análise a partir de dados empíricos, o levantamento, o tratamento e análise quali-quantitativa do *corpus* foram desenvolvidos com base nos princípios

---

<sup>119</sup> Vd. Nota 116.

<sup>120</sup> (TARALLO, 1993; BAXTER, 1996; BAXTER; LUCCHESI, 1993; 1997; BAXTER; LUCCHESI, 2006; LUCCHESI, 2009; LUCCHESI; BAXTER, 2006; LUCCHESI, 2009a; 2015)

fundamentais da abordagem teórico-metodológica da Teoria da Variação e Mudança<sup>121</sup>, os quais orientam e fundamentam essas práticas metodológicas, com o intuito de respaldar teórica-metodologicamente a manipulação e a sistematização dos dados reais de fala das comunidades afro-brasileiras na análise do fenômeno variável investigado.

O resultado da análise dos dados mostra que as preposições introdutoras de dativo *alvo/meta* observadas no vernáculo dos falantes do PB-afro encontram-se em um processo de uma mudança em curso ( $a \sim \emptyset \rightarrow para$ ), com o aumento progressivo da preposição *para* em detrimento das demais variantes em contextos de dativo *alvo/meta* em verbos ditransitivos dinâmicos, conforme se verifica nos dados das comunidades rurais afro-brasileiras: Helvécia, Rio de Contas, Cinzento e Sapé. Além disso, em todas as comunidades afro-brasileiras, a variante mais frequente é a preposição *para*, seguida do dativo sem preposição e, por fim, da preposição *a*, respectivamente. Apesar disso, Sapé é a comunidade que mais realiza a preposição *a*, provavelmente, por estar mais próxima à capital baiana, é a comunidade que mais tem apresentado os efeitos da onda normatizadora ocorrida sobretudo a partir do século XIX.

Sobre isso, é importante destacar a realização notória da preposição *a* na comunidade de Sapé, é importante destacar também que o fato de não haver redobro do clítico dativo (lhe/me/te/nos) na presença de DP pronominais (a/para ele/a/s), como ocorre no PE, nessas comunidades, e o fato de que as variantes *a* e  $\emptyset$  são condicionados sempre nos mesmos contextos linguísticos, apontam para o raciocínio de que a preposição *a*, embora tenha por modelo a língua de superstrato, projeta-se, sem dúvida, em uma configuração sintática inovadora, possivelmente também por interferência do substrato africano.

De maneira ampla, a mudança observada no *corpus* seria graças à situação de contato entre línguas ocorrida no período colonial no Brasil de modo geral, que, como já foi dito, configura-se em um contexto sócio-histórico subjacente à formação do português como L2. Assim, para chegar à conclusão de que a preposição *para* ocorre em uma CDP no PB-afro, no capítulo 6, desenvolvo uma hipótese explicativa para o resultado dos dados, argumentando que em um primeiro momento da mudança, a situação de contato entre línguas, devido à chegada sucessiva dos africanos no Brasil por todo o período colonial no Brasil, teria fornecido ao adquirente de L2 *inputs* de pelo menos duas gramáticas em competição: i) não marcada, que prevê a realização de CDP com dativos *alvo/meta* preposicionado; ii) marcada, que prevê a introdução de argumentos dativos por meio de aplicativo alto ou baixo.

---

<sup>121</sup> (TARALLO, 1986; WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]; LABOV, 2008 [1972]; MENDES, 2016)

Em uma segunda etapa da mudança, esse contexto sócio-histórico favorável à competição de gramáticas teria gerado um efeito cascata no tocante à mudança das estratégias de introdução de dativo *alvo/meta*, porque engatilhou a queda do clítico dativo de terceira pessoa e preposição *dummy a*, por conta da ambiguidade nos *inputs* acerca dos clíticos dativos da língua alvo, já que, nas línguas de substrato banto, esse pronome átono serve tanto para acusativo quanto para dativo (CHARTELAIN, 1888-89; GALVES, no prelo).

A consequência desse resultado é evidenciada a partir da observação da reconfiguração do sistema de clíticos no PB, em que o clítico *lhe/lhes* passa a exibir ambos os casos na segunda pessoa, e, por ser mais gramaticalizada e menos saliente, da queda da preposição *dummy a*. Tendo em vista a ausência de clíticos dativos de terceira pessoa e da marca morfológica de dativo, a preposição *a*, a forma preposicionada por *para* seria a única opção de expressão do dativo para os falantes da gramática do tipo 2, em que se pressupõe uma alternância dativa, envolvendo a estrutura CDP.

No que diz respeito à terceira pessoa dativa no PB-afro, na aquisição do português como L2, dada a ausência de evidência morfológica para a fixação do parâmetro (ROBERTS, 2007) de uma construção ditransitiva mais marcada, o dativo de terceira pessoa passou a se realizar de duas formas no PB-afro:

- i) sem preposição ( $\emptyset$ ), isto é: sem a realização morfológica de caso dativo (COD) (BARROS, 2008; LUCCHESI; MELLO, 2009), evidenciando uma gramática de aplicativo, tal como nas línguas bantas simétricas;
- ii) com preposição *para* (ou *a*), sem aplicativo, como na contraparte CDP nas línguas assimétricas bantas e também PE, as quais exibem alternância dativa (BRESNAN; MOSHI, 1990; BAKER, 1988; MARANTZ; 1993; PYLKKÄNEN, 2002; 2012; TORRES MORAIS, 2007).

Assim, devido a essa ambiguidade dos clíticos, a expressão do dativo, sobretudo de terceira pessoa, teria se especializado na estrutura CDP, de modo que, por falta de evidência morfológica casual nos *inputs*, esse contexto teria sido favorável à mudança no âmbito das preposições dativas, a partir da relexificação do *para*, conforme a teoria de Lefebvre (1998; 2002). Esse processo de relexificação do *para* teria como gatilho a perda do núcleo aplicativo, nos termos de Pylkkänen (2002), expresso morfológicamente na língua alvo pela preposição *dummy a* e clíticos dativos de terceira pessoa *lhe/lhes*, como no PE, devido à escassez de *inputs* que levassem à seleção do parâmetro de uma gramática marcada (ROBERTS, 2007) nos DLP aos quais as primeiras gerações de falantes do PB-afro foram expostas.

Levando em conta Lefebvre (1998; 2002), defendo que a relexificação da preposição *para* em dativos *alvo/meta* no PB-afro gira em torno de um processo, em que a forma fonológica da preposição *para* lexical observada em outros contextos sintático-semântico na língua alvo, por exibir um traço semântico de [deslocamento], teria sido associada às preposições prefixais *ku*, *mu* e *bu*, das línguas de substrato banto, resultando na especialização da preposição *para* em contextos de verbos ditransitivos dinâmicos de transferência e de movimento, tornando-se a principal concorrente da preposição *a*.

O presente estudo contribui sobretudo para a explicação da mudança da estratégia de introdução do dativo *alvo/meta*, com base na teoria de microparâmetros (ROBERTS, 2007), com a entrada do *para* como preposição multifuncional no PB-afro. Apesar dos bons resultados apresentados nesta pesquisa, um parêntese é necessário, tendo em vista que o presente estudo fornece bases empíricas e nichos teóricos para futuros estudos:

Em primeiro lugar, sobre a mudança na configuração do sistema pronominal dos clíticos dativos no PB-afro, e nas variedades do PB, deve-se levar em conta, acima de qualquer coisa, o contato com as línguas bantas africanas, tendo em mente o fato de não existir distinção casual na forma clítica nessas línguas, e são, às vezes, clíticos homófonos no tocante à pessoa do discurso, o que possivelmente termina por fornecer *inputs* ambíguos ao falante de L2, e conseqüentemente, mudanças no sistema dos clíticos na gramática de gerações posteriores.

Em segundo lugar, apesar das conclusões preliminares nesta tese, é preciso investigar mais a fundo como se configura sintaticamente a realização de *a-DP* pronominais (*a* ele/*a/s*), sem redobro do clítico dativo, perfeitamente gramaticais no PB-afro, sobretudo em contextos anafóricos. Além disso, é relevante observar que, em termos linguísticos, nos dados observados, a preposição *para* ocorre em contextos opostos à demais variantes *a* e  $\emptyset$ , o que conduz à conclusão de que essas encontram-se em um padrão sintático diferente daquela, que, por sua vez, é parte de um CDP.

Outro aspecto importante é quanto ao contexto semântico em que ocorrem as preposições dativas. Ainda que o programa estatístico Goldvarb não tenha selecionado nesta pesquisa os contextos de verbos de *movimento* concreto e abstrato por não haver covariação estrita, o tipo semântico do verbo fornece pistas para a investigação da hipótese de que o *para* no PB-afro teria entrado em ambientes de verbos ditransitivos dinâmicos, a partir de um *continuum* que vai do [+concreto] ao [-concreto] ou [+abstrato], em um cruzamento com o fator linguístico sobre a natureza semântica do dativo, e o fator ordem do VP: VOD prep.+DAT e V DAT OD.

Por fim, considerando o alto número de dados nulos no *corpus* do PB-afro (3242 ocorrências de 4049), questionam-se ainda quais motivações sintático-pragmática-semânticas são subjacentes à realização dessa variante nas comunidades, dada a hipótese de que o contato com as línguas bantas teria interferido na obrigatoriedade/opcionalidade sintática do dativo no PB-afro.

## REFERÊNCIAS

- ADRIANO, P. S. **Tratamento Morfossintático de expressões e estruturas frásicas do português em Angola: divergência em relação à norma europeia.** Tese de doutorado. Évora (Portugal), Universidade de Évora, 2014.
- AGBEDOR, P. K. **Verb serialisation in Ewe.** *Nordic Journal of African Studies* v. 3. 1994, p. 21–42.
- AIKHEN-VALD, A Y.; DIXON, R.M.W. **Serial Verb Constructions: A Cross-Linguistic Typology.** Oxford, 2006.
- ALBUQUERQUE, W. R. de; FILHO, W. F. **Uma História do negro no Brasil.** Salvador: Centro de Estudos Afro-orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. 320p
- ALKMIM, T. M. Sociolinguística (Parte I). In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras.** São Paulo: Cortez, v.1, 2. ed., 2001. p. 21-47.
- ANAGNOSTOPOULOU, E. **The Syntax of Ditransitives. Evidence from clitics.** Berlin & New York: Mouton de Gruyter, 2003.
- ARMELIN, P. R. G. **Sentenças bitransitivas do Português do Brasil revisitadas à Luz da Teoria de Núcleos Funcionais Aplicativos.** Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2011.
- ALVES, Daniela Almeida. **Construções de verbo leve: o elemento nominal e a leitura final.** Dissertação de Mestrado. Salvador, UFBA, 2016.
- AVELAR, J.; CYRINO, S. (2008). Locativos preposicionados em posição de sujeito: uma posição contribuição das línguas Bantu à sintaxe do português brasileiro. **Linguística**, v.3, p. 218-249. 2003.
- BARROS, I. J. F. **A variação nas construções dativas no dialeto de Helvécia (BA).** Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação. Salvador: UNIME, 2008.
- \_\_\_\_\_; RIBEIRO, I. Variação das preposições introdutoras de DP dativo no dialeto de Helvécia-BA. **Revista eletrônica PAPIA**, 2011, p. 209-219.
- \_\_\_\_\_. **O dativo em construções ditransitivas nas atas oitocentistas da sociedade protetora dos desvalidos: um estudo sob a proposta dos núcleos aplicativos.** Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2013.
- \_\_\_\_\_; FIGUEIREDO, C.; CAVALCANTE, R. A expressão do dativo. In: GALVES, C.; LOBO, T. **África à vista II.** Salvador: EDUFBA, 2018. (no prelo)
- BAKER, M. C. **Incorporation: a Theory of Grammatical Function Changing.** Chicago: Chicago University Press, 1988.
- \_\_\_\_\_; SAFIR, K.; SIKUKU, J. Sources of (A)symmetry in Bantu Double Object Constructions. **Cascadilla Proceedings Project.** p. 54-64. 2012.

BARSS, A. & LASNIK, H. A note on anaphora and double objects. **Linguistic Inquiry**, v.17, p. 347-354. 1986.

BAXTER, A. N.; LUCCHESI, D. A relevância dos processos de pidginização e criolização na formação da língua portuguesa no Brasil. **Estudos Linguísticos e Literários**, n.19, p. 65-84. 1997.

\_\_\_\_\_; LUCCHESI, D. Processos de criolização na história sociolinguística do Brasil. In: CARDOSO, Suzana Alice; MOTTA, J.; MATTOS e SILVA, R. V. (Org.). **Quinhentos anos de história lingüística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006.

\_\_\_\_\_. A concordância de número. In LUCCHESI, D. et al. (Eds.) **O português afro-brasileiro**. Salvador, EDUFBA. p. 269-294. 2009.

\_\_\_\_\_; MELLO, C. F. de.; SANTANA, N. G. de A. **A construção de objeto duplo e as influências do substrato no português afro-brasileiro (e africano)**. Colóquio da ACBLPE (Associação de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e espanhola). 2014.

\_\_\_\_\_. Epilogue. In: ÁLVAREZ-LÓPEZ, L.; GONÇALVES, P.; ORNELAS AVELAR, J. (eds.) **The Portuguese language continuum in Africa and Brazil**. Amsterdam: John Benjamin. 2018 (no prelo).

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Ed. Lucerna, 1999.

BENTO, C. **Contributos para uma caracterização do Luandense**. Unpublished Master's thesis, Universidade de Aveiro, 2010.

BERLINCK, R. de A. **'Dirigir-se para a sede social da Elite Flor da Liberdade' e 'oferecer um banquete aos visitantes'**: sobre a variação de preposições em complementos verbais. Comunicação oral. VI Congresso Internacional da ABRALIN (UFPB), 2009.

\_\_\_\_\_. Dativo ou Locativo? Sobre sentidos e formas do "dativo" no português. **Revista Letras**, Curitiba, n. 56, 2001, p.159-175.

\_\_\_\_\_. O objeto indireto no português brasileiro do século XIX. In: Abralín. **Anais... II CONGRESSO NACIONAL DA E XIV INSTITUTO LINGÜÍSTICO (UFSC)**. Florianópolis, 2000. p. 210-220.

\_\_\_\_\_. Sobre a realização do objeto indireto no português do Brasil. In: **Anais... II ENCONTRO DO CELSUL (UFSC)**. Florianópolis, 1997.

\_\_\_\_\_. The Portuguese Dative. In: VAN BELLE, W.; VAN LANGENDONCKE, W. (Ed.). **The dative**. Amsterdam: John Benjamins, 1996.p.119-151.

BICKERTON, D. The Language Bioprogram Hypothesis. **The Behavioral and Brain Sciences**, v.7, p. 173-221, 1984.

BICKERTON, D. Creole languages and the bioprogram. In NEWMeyer, F. J. (Ed.) **Linguistics: The Cambridge survey. Volume 2: Linguistic theory: Extensions and implications**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988, p. 268-84.

BONVINI, E. Línguas africanas e português falado no Brasil. In FIORIN, J. L.; PETTER, M. (Eds.), **África no Brasil. A formação da língua portuguesa**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 15-62.

BRESNAN, J.; MOSHI, L. Object asymmetries in comparative Bantu syntax. **Linguistic Inquiry**. N.1990, p. 147–85.

BRITO, A. M. Mudança e variação em português: a expressão do objeto indirecto. **Cadernos de Literatura Comparada**, n.24/25, 2011. (Deslocações Criativas)

\_\_\_\_\_. Two base generated structures for ditransitives in european portuguese. In: SIMÕES, BARREIRO, SANTOS, SOUSA-SILVA & TAGNIN (eds.) **Linguística, Informática e Tradução: Mundos que se Cruzam. Oslo Studies in Language**, n.7, v.1, 2015. p. 337–357.

BRITO, I. Categorias sintáticas. In: MIRA MATEUS, M. H. *et al.* **Gramática da Língua Portuguesa**. 5 ed. Lisboa: Caminho, 2003. p. 391-402.

CABRAL, A. V. **Complementos verbais preposicionados do português de Angola**. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2005.

CALINDRO, A. R. V. Um estudo sobre as preposições introdutoras de argumentos em português brasileiro. **Linguística (Madrid)**, v. 31-2. p. 61-72. dez 2015.

CALVET, L. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. 4. ed. São Paulo: Parábola, 2002.

CAMPOS, H. **Transitividad e intransitividad**. In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (Org.). Gramática Descriptiva de la Lengua Española. Madrid: Espasa-CALPE, 1999.

CASTILHO, A. T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

CAVALCANTE, R.; BARROS, I. **Construções de duplo objeto em dois dialetos brasileiros**. Domínios da Linguagem, v. 6, n. 1, 2012.

CHAMBERS, J. **Sociolinguistic Theory: linguistic variation and its social significance**. Oxford: Blackwell, 1995.

CHARTELAIN, H. **Kimbundu grammar: gramática elementar do kimbundu ou língua de Angola**. Genebra, 1888-89.

CHAVAGNE, J. P. **La langue portugaise d'Angola**. (Unpublished doctoral dissertation). Université Lumière Lyon 2, Lyon, France. 2005.

CHOMSKY, N. **Syntactic structures**. The Hague: Mouton, 1957.

\_\_\_\_\_. **Knowledge of language: its elements and origins**. New York: Praeger, 1981.

- \_\_\_\_\_. **Lectures on government and binding**. Dordrecht. Foris, 1981.
- \_\_\_\_\_. **Knowledge of Language**. New York: Praeger, 1986.
- \_\_\_\_\_. **The Minimalist Program**. Cambridge Mass: MIT Press, 1995.
- \_\_\_\_\_. **The Minimalist program: 20th Anniversary Edition**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2015.
- CORVER, N. Chapter 11 Lexical categories and (extended) projection. In: DIKKEN, M. D. (Ed.) **The Cambridge Handbook of Generative Syntax (Cambridge handbook in language and linguistics)**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, p. 353- 424.
- CUERVO, C. **Datives at large**. Tese de Mestrado. MIT, Massachusetts, 2003.
- CUKOR-AVILA, P.; BAILEY, G. Real time and apparent time. In: CHAMBERS, J. K. et al. (eds). **The Handbook of Language Variation and Change, Second Edition**, 2013, p. 239–262.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2 ed., 1985.
- CYRINO, S. L. **O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico**. Londrina: Editora da UEL, 1997.
- CYRINO, S. M. L. **Mudança sintática e português brasileiro**. In: CASTILHO, A.T. et.al. (Org). Descrição, história e aquisição do português brasileiro - estudos em homenagem à Mary Kato. Campinas: Pontes/FAPESP, 2007, p. 361-374.
- DEMONTE, V. Dative alternation in Spanish. In: **Probus**, v.7, 1995. p. 5-30.
- DUARTE, M. E. L. (1993). Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, I., KATO, M. A.(orgs.) **Português Brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas, Ed. da UNICAMP. p.107-128.
- DUARTE, M. I. Relações gramaticais, esquemas relacionais e ordem de palavras. In: MATEUS, M.H. M. & alii. **Gramática da Língua Portuguesa**. Coimbra: Ed Livraria. cap. 10, 2003. p. 275-321.
- FARACO, C. A. O tratamento você em português: uma abordagem histórica. **Fragmenta**, Curitiba, n. 13, 1996, p. 51-82.
- FARIAS, J. G. de. **Aspectos da sintaxe de preposições no português**. Tese de doutorado. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, UFAL, 2005.
- FIGUEIREDO, C. **O objeto direto anafórico no dialeto rural afro-brasileiro**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2004.
- FIORIN, J. L. Pragmática. In: FIORIN, J. L. (org). **Introdução à Linguística II: Princípios de análise**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

FREIRE, G. **A realização do acusativo e do dativo anafórico de 3ª pessoa na escrita brasileira e lusitana**. Tese de Doutorado, UFRJ, 2005.

GALVES, C. A gramática do português brasileiro. In: **Línguas. Instrumentos Lingüísticos**. Editora: Cidade, n.1, 1998. p.79-93.

\_\_\_\_\_. Theoretical, empirical and methodological approaches for studying the Afro-Brazilian continuum of Portuguese. In: ÁLVAREZ-LÓPEZ, L.; GONÇALVES, P.; ORNELAS AVELAR, J. (eds.) **The Portuguese language continuum in Africa and Brazil**. Amsterdam: John Benjamin, 2018. (no prelo)

GOMES, C. A. Directionality in linguistic change and acquisition. **Language Variation and Change** (Print), Nova York, v.11, n.2, p. 213-230, 1999.

\_\_\_\_\_. Variação e Mudança na Expressão do Dativo no Português Brasileiro. In: PAIVA, M. C.; DUARTE, M. E. L. (Ed.). **Mudança Lingüística em Tempo Real**. Rio de Janeiro, FAPERJ/Contra Capa, 2003a. p. 81-96.

\_\_\_\_\_. **Dative alternation in Brazilian Portuguese: typology and constraints**. *Language Design*, Universidade de Granada, v. 5, n.1, p. 67-78, 2003.

GOMES, D. C. T. **O uso variável do mais em Português afro-brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura). Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2014.

GONÇALVES, P. A formação de variedades africanas do português: Argumentos para uma abordagem multidimensional. In: **A língua portuguesa: Presente e futuro – Textos da Conferência Internacional “A língua portuguesa: presente e futuro”**, Lisbon: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005, p. 223-242. dez 2004.

GONÇALVES, R. **Construções ditransitivas no português de São Tomé**. Unpublished doctoral dissertation, University of Lisbon, 2016.

HAGEMEIJER, T. O português em contacto em África. In A. MARTINS, M.; CARRILHO, E. (eds.), **Manual de Linguística Portuguesa**. Berlim: Mouton de Gruyter, 2016. p.43-67.

HALE, K.; KEYSER, J. **On the Double Object Construction**, unpublished manuscript, MIT, 1996.

HAUSER, M. D.; CHOMSKY, N.; FITCH, T. The faculty of Language: what is it, who has it, and how did it evolve?. **Science**, v.298, p. 1569-1579. 22 nov 2002.

HOECKE, W. V. The Latin dative. In: VAN BELLE, W.; VAN LANGENDONCKE, W. (Ed.). **The dative**. Amsterdam: John Benjamins, 1996. p. 3–37.

JACKENDOFF, R. **Semantic interpretation in generative grammar**. Cambridge: The MIT Press, 1972.

\_\_\_\_\_. **Semantic structures**. Cambridge. Mass. MIT. Press, 1990.

KAYNE, R. **Connectedness and binary branching**. Foris, 1984.

\_\_\_\_\_. **The antisymmetry of syntax**. Cambridge: MIT Press, 1994.

KRATZER, A. Severing the external argument from its verb. In: ROORYCK, J. & ZARING, L. (Ed.) **Phrase structure and the lexicon**. Dordrecht: Kluwer, 1996. p.109-138.

KROCH, A. **Mudança sintática**. Disponível em: <http://www.ling.upenn.edu/kroch>. Traduzido por Silvia Cavalcante, 2003.

LABOV, W. **The social stratification of English in New York**. Washington, D. C.: Center for Applied Linguistics, 1966.

\_\_\_\_\_. Building on Empirical Foundations. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (org.) **Perspectives on Historical Linguistics**. Amsterdam: John Benjamins, 1982.

\_\_\_\_\_. **Principles of Linguistic Change**. Internal factors. Cambridge: Blackwell, v.1, 1994.

\_\_\_\_\_. **Sociolinguistic Patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2008 [1972].

\_\_\_\_\_; TRUDGILL, P. **Principles of linguistic change volume 3: cognitive and cultural factors**. Wiley-Blackwell: a John Wiley & Sons, Ltd, Publication, 2010.

LARSON, R. On the double subject construction. In: **Linguistic Inquiry**, n.19, p. 335-391, 1988.

\_\_\_\_\_. On the double object construction. In: SCHER, Ana Paula. **As construções com dois complementos no inglês e no português do Brasil: um estudo sintático comparativo**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

LEFEBVRE, C. **Creole genesis and the acquisition of grammar: The Case of Haitian creole**. Cambridge Studies in Linguistics 88. New York: Cambridge University Press, 1998.

\_\_\_\_\_. Relexification in creole genesis and effects on the development of the creole. In: SMITH, N.; VEENSTRA, T. (eds). **Creolization and Contact**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2001.

LEVIN, B.; RAPPAPORT, H. **Argument Realization**. Cambridge University Press, 2005. 278p.

LOBO, T. 2003. **A questão da periodização da história linguística do Brasil**. In: CASTRO, I.; DUARTE, I. Razões e Emoção: Miscelânea de Estudos em Homenagem a Maria Helena Mateus. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. p. 395-410.

LOPES, C. R. S. **A inserção de a gente no quadro pronominal do português: percurso histórico**. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado, Faculdade de Letras/UFRJ, 1999.

LUCCHESI, D. A constituição histórica do português brasileiro como um processo bipolarizado: tendências atuais de mudança nas normas culta e popular. In: GROßE, S.; ZIMMERMANN, K. (Ed.). **“Substandard” e mudança no português do Brasil**. Frankfurt amMain: TFM, 1998. p.73-100.

\_\_\_\_\_. **A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira:** novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ. Tese de doutorado, 2000.

\_\_\_\_\_. As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil. São Paulo, SP: **D.E.L.T.A**, v.17, n.1, p. 97-130. 2001a,

\_\_\_\_\_. O conceito de transmissão linguística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Org.). **Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003. p. 272-284.

\_\_\_\_\_. História do Contato entre Línguas no Brasil. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (Org.). **O Português Afro-Brasileiro**. 1 ed. Salvador: EDUFBA, 2009b, v. 1, p. 41-73, cap. 2.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (Org.). **O Português Afro-Brasileiro**. 1 ed. Salvador: EDUFBA, 2009, v. 1, p. 27-37, cap. 1.

\_\_\_\_\_. Os limites da variação e da invariância na estrutura da gramática. Curitiba: **Revista ABRALIN**. v. 10, n.4, 2011.

\_\_\_\_\_. A diferenciação da língua portuguesa no Brasil e o contato entre línguas. **Estudos de Linguística Galega**. Santa Catarina - RS, v. 4, 2012, p. 45-65.

\_\_\_\_\_. **Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

\_\_\_\_\_; BAXTER, A. Processos de crioulização na história sociolinguística do Brasil. In: CARDOSO, S.; MOTA, J.; MATTOS E SILVA, R. V. M. (Org.). **Quinhentos anos de história linguística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 163-218.

\_\_\_\_\_; BAXTER, A.. A Transmissão Linguística Irregular. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (Org.). **O Português Afro-Brasileiro**. 1 ed. Salvador: EDUFBA, 2009, v. 1, p. 101-124, cap. 4.

\_\_\_\_\_; BAXTER, A.; SILVA, J. A. A. ; SILVA, Maria C. V. de F. O português afro-brasileiro: as comunidades de fala analisadas. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A; RIBEIRO, I. (Org.). **O Português Afro-Brasileiro**. 1 ed. Salvador: EDUFBA, 2009, v. 1, p. 75-100, cap. 3.

\_\_\_\_\_; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (Org.). **O Português Afro-Brasileiro**. 1 ed. Salvador: EDUFBA, 2009, v. 1.

\_\_\_\_\_; MELLO, C. F.. A alternância dativa. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. (Org.). **O Português Afro-Brasileiro**. 1 ed. Salvador: EDUFBA, 2009, v. 1, p. 427-456, cap.18.

MACHADO-ROCHA, P. **O Redobro de Clítico no Português Brasileiro Dialectal**. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

MARANTZ, A. Implications of asymmetries in double object constructions. In MCHOMBO, S. (Ed.), **Theoretical aspects of Bantu grammar**. Stanford, CA: CSLI, 1993, p. 113-150.

\_\_\_\_\_. No Escape from Syntax: Don't Try Morphological Analysis in the Privacy of Your Own Lexicon. **Working Papers in Linguistics**, Philadelphia, 1997, p. 201-225.

MATEUS, M. H. *et al.* **Gramática da língua portuguesa**. 5.ed. Lisboa: Caminho, 2003.

MATTOS e SILVA, R. V. **Ensaios para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004. v. 1.

MATTOSO, K. de Q. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MEILLET, A. Sur les caractères du verbe. Genève : Slatkine Reprints / Paris : Champion **Linguistique historique et linguistique générale**, 1982, p. 190-193.

MELLO, C. F. de. **Alternância dativa no português de Salvador**. Dissertação de Mestrado. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2013.

MENDES, R. B. A terceira onda da Sociolinguística. IN: FIORIN, J. L. (Org.) **Novos caminhos para a Linguística**. São Paulo: Contexto, 2016, p. 103.

MINGAS, A. A. **Interferência do kimbundu no português falado em Luanda**. Lisboa: Campo das Letras, 2000.

MORETTI, F. C. B. **Os verbos de transferência e movimento no PB e a expressão do objeto indireto**. Revisitando a noção de estrutura argumental à luz da Morfologia Distribuída. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

MUFWENE, S. S. Competition and selection in language evolution. **Selection**, v.3, p.45-56, 2002.

MUSSA, A. **O papel das línguas africanas na história do português do Brasil**. 1991. Dissertação (Mestrado em Letras) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1991. 2 v.

NARO, A. J. Análise quantitativa e tópicos de interpretação do VARBRUL. In.: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. **Introdução à Sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 147-178.

\_\_\_\_\_. SCHERRE, M. M. Sobre as origens do português popular do Brasil. **DELTA**, São Paulo, v.9, 1993, p.437-454.

\_\_\_\_\_; SCHERRE, M. M. P. O conceito de transmissão lingüística irregular e as origens estruturais do português brasileiro: um tema em debate. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Org.). **Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003, p. 285-302.

\_\_\_\_\_; SCHERRE, M. M. P. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2007.

NEVES, E. F. **Escravidão, pecuária e policultura**: Alto Sertão da Bahia, século XIX. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012. 305 p

NURSE, D.; PHILIPPSON, G. **The Bantu Languages**. Routledge Language Family Series. Published online on: 03 jul 2003.

NZAU, D. G. N.; VENÂNCIO, J. C.; SARDINHA, M. da d'A. Em torno de uma consagração de uma variante angolana do português: subsídios para uma reflexão. **Limite**. n.7, 2013, p. 159-180.

OLIVEIRA, L. A. F. de. **Tu e você no português afro-brasileiro**. Comunicação ao VI Seminário de Pesquisa e Pós-Graduação da UFBA. Salvador, 2005

OLIVEIRA, M. de. **A perda da preposição a e a recategorização de lhe**. GEL, 2003

ORDONEZ, S. G. Los dativos In: BOSQUE, I; DEMONTE, V. (Orgs.). **Gramática descriptiva de la lengua española**. Madrid: Espasa-CALPE, 1999.

PACCHIAROTTI, S. **Bantu applicative construction types involving \*-id**: form, functions and diachrony. Tese de Doutorado. University of Oregon, 2017.

PAIVA, M. da C. de. Mudança em tempo real e em tempo aparente. In: MOLICA, M. C.; FERRAREZI JUNIOR, C. **Sociolinguística e sociolinguistas**: uma introdução. São Paulo: Editora Contexto, 2016. 224 p.

PETTER, M. M. T. Línguas africanas no Brasil. In: CARDOSO, Suzana Alice; MOTTA, Jacyra; MATOS e SILVA, Rosa Virgínia (Org.). **Quinhentos anos de história lingüística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006.

\_\_\_\_\_. Ampliando a investigação do *continuum* afrobrasileiro de português. **Papia**, n.25, p. 305-317, 2015.

\_\_\_\_\_. CUNHA, A. S. A. **Línguas africanas no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

PESETSKY, D. **Zero Syntax**: Experiencers and Cascades. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.

PESSOA DE CASTRO, Y. **Falares africanos na Bahia**: um vocabulário afro-brasileiro. Topbooks Editora. 2. ed. 2001.

PINEDA, Anna. What lies behind dative/accusative alternations in Romance. In: LAHOUSSE, K; MARZO, S. **Romance Languages and Linguistic Theory 2012**: Selected papers from 'Going Romance' Leuven 2012, v.13, 2014, p. 123-140.

PUJALTE, M. Las construcciones con Dativo en Español Y en PB. Tese de doutorado. UNICAMP, Campinas. 2007.

PYLKKÄNEN, M. **Introducing arguments**. Tese de doutorado, MIT, 2002.

RAMOS, J.; **Marcação de Caso e Mudança Sintática no Português**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 1992.

\_\_\_\_\_ ; SALLES, H. Sintagmas acusativos em configurações bitransitivas no português brasileiro dialetal. In: PILATI, E.; SALLES, H. L.; NAVES, R. (Orgs.) **Novos olhares para a gramática do português brasileiro**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017, p. 131-150.

ROBERTS, I. **Diacronic syntax**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

ROCHA LIMA, C. H. da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 5ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1972.

RODRIGUES, A. As outras línguas da colonização do Brasil. In: CARDOSO, S. A.; MOTTA, J.; MATOS e SILVA, R. V. (Org.). **Quinhentos anos de história lingüística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006.

RODRIGUES, N. **Os africanos no Brasil [online]**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. 303 p. ISBN: 978-85-7982-010-6. Disponível em: <http://books.scielo.org>.

ROMERO, N. **A história da literatura brasileira**. Rio de Janeiro : Editora Zélio Valverde, 3 ed., 1944.

SALLES, H. M. M.L. **Prepositions and the Syntax of Complementation**. PhD Dissertation. University of Wales, 1997.

\_\_\_\_\_. The syntax of (ditransitive) predicates of transference in Dialectal Brazilian Portuguese. **Quaderni di Linguistica e Studi Orientali**: Working Papers in Linguistics and Oriental Studies, n. 2, 2016, p. 79-96.

SAUSSURE, F. **Curso de Lingüística Geral**. Tradução: Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2006 [1916].

SCHADEBERG, T.C. Historical Linguistics. In: NURSE, D.; PHILIPPSON, G. **The bantu languages**, 2003.

SCHER, A. P. **As construções com dois complementos no inglês e no português do Brasil: um estudo sintático comparativo**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

SILVA, J. A. A. da. **A concordância verbal no português afro-brasileiro: um estudo sociolingüístico de três comunidades rurais do Estado da Bahia**. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

SILVA-CORVALAN, C. **Sociolingüística: teoria y análisis**. Madrid: Alhambra, 1988

TAGLIAMONTE, Sali A. **Analysing Sociolinguistic Variation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

TARALLO, F. **A pesquisa sociolingüística**. São Paulo: Ática, 1986.

\_\_\_\_\_. Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (orgs). **Português Brasileiro: uma viagem diacrônica**. 2 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

TESSYER, P. **História da língua portuguesa**. Tradução de Celso Cunha. Martins Fontes, 1997.

TORRES-MORAIS, M. A. **Os Dativos**. Tese de Livre Docência, São Paulo: USP, 2007.

\_\_\_\_\_. Conversando sobre o objeto indireto nulo no português brasileiro. **Estudos da Língua(gem)**, v. 8, 2010, p. 37-51.

\_\_\_\_\_; BERLINCK, R. de A. A caracterização do objeto indireto no português: aspectos sincrônicos e diacrônicos. In: LOBO, T; RIBEIRO, I; CARNEIRO, Z.; ALMEIDA, N. **Novos dados, novas análises**.v. 1. t. 1. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 73-106.

\_\_\_\_\_; SALLES, H.M.L. **Parametric change in the grammatical encoding of indirect objects in Brazilian Portuguese**. Presented at LSRL 37, University of Pittsburgh. 2007.

\_\_\_\_\_; RIBEIRO, I.; FERREIRA, R. J. **Rastreando dativos de 3ª pessoa na gramática de Fernão de Oliveira**. No prelo.

VIANNA FILHO, L. **O negro na Bahia**. Rio de Janeiro - RJ, s. n., 1946. Recebido em: 29 abr 2008.

WALD, B. Syntactic change in the lake languages of northeast Bantu. **Studies in African Linguistics**, v. 4, n. 3, dez 1973.

WEINREICH, V.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística**. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

XAVIER, M. F. **Argumentos e preposicionados em construções verbais: um estudo contrastivo das preposições a, de, to e from**. Tese de Doutorado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1989.

**ANEXOS**

## ANEXO 1 – Chave de codificação

## Chave de codificação - Tese

**1) Variável dependente**

(P) Sintagma preposicional

(D) Sintagma Nominal

(C) Clítico

(0) Nulo

**Variáveis linguísticas****2) Tipo de preposição**

(a) preposição “a”

(p) preposição “para”

(0) preposição nula

(o) OUTRAS (Retirado da rodagem)

**3) Estrutura sintática do dativo**

(1) [DP lexical]

(2) [pronome]

(3) [sentença]

(4) [pronome circunstancial]

(/) Não se aplica

**4) Tipo semântico do verbo**

(T) Transferência Material (dar, pedir, doar, mostrar, encomendar, devolver, emprestar, vender, entregar, ceder, passar, pagar, caber, ficar, distribuir, guardar, reservar, deixar, etc.).

(V) *Discendi* (dizer, falar, contar, perguntar, ensinar, agradecer, escrever, explicar, avisar, alertar, etc.).

(F) *Faciendi* (fazer para, comprar para, preparar para, quebrar algo pra alguém pagar,

olhar (cuidar) para, arar para, resolver para, pegar, liberar, receber, tirar, arrumar, copiar, buscar, procurar, colocar, costurar, arranjar, tomar conta, etc.).

(M) Movimento físico (levar, encaminhar, conduzir, despachar, trazer, botar etc.).

(A) Movimento abstrato (ensinar, conceder, submeter etc.)

(L) leves (dar apoio, dar uma mão, fazer promessa, dar trabalho, fazer uma leitura, dar prejuízo, dar aula, dar aviso, dar mal criação, dar explicação, dar um agrado, dar saúde, dar problema, dar assistência, (não) ter consideração, dar socorro, dar emprego, fazer porcaria, fazer mal, fazer bem, fazer medo, etc.).

**5) Descrição de caso**

(d) dativo

(o) Outro tipo de complemento

(/) não se aplica

**6) Descrição do papel temático**

(b) beneficiário

(m) meta/alvo

(f) fonte

(l) locativo

(/) não se aplica

**7) Obrigatoriedade sintática**

- (\*) Argumental
- (#) Não argumental

**8) Natureza semântica do dativo**

- (h) Ser animado
- (a) Noção abstrata
- (n) Ser inanimado/concreto
- (/) não se aplica

**9) Contexto referencial**

- (@) anafórico
- (&) Dêitico
- (%) arbitrário
- (\$) Primeira menção

**10) Posição do dativo em relação ao predicador**

- (4) V OD (prep) DAT
- (5) V (prep) DAT (OD)
- (6) (prep) DAT V (OD)
- (7) V SUJ (OD) (prep) DAT
- (8) OD V (prep) DAT
- (9) V OD (prep) DAT
- (/) Não se aplica

*Variáveis sociais***11) Comunidade**

(R) Rio de Contas

(H) Helvécia

(S) Sapé

(C) Cinzento

(V) Mais velhos de Helvécia

**12) Informante**

(1) Informante 01 / Maria Rofe dos Santos

(2) Informante 02 / Dona Tereza

(3) Informante 03 / Dona Alice

(4) Informante 04 / Sr. Bento

(5) Informante 05 / Dona Berlina

(6) Informante 06 / Catarina Barnabé

(7) Informante 07 / Sr. Euclides Mango

(8) Informante 08 / D. Julia

(9) Informante 09 / Manuel Lorianos Rosa

(X) Informante 10

(I) Informante 11

(A) Informante 12

(S) Informante 13

(T) Informante 14

(B) Informante 15

(C) Informante 16

(D) Informante 16

(E) Informante 17

(F) Informante 18

(G) Informante 19

(H) Informante 20

(J) Informante 21

(K) Informante 22

(M) Informante 23

(N) Informante 24

(O) Informante 25

(P) Informante 26

**13) Faixa etária**

(1) Faixa I (15-39)

(2) Faixa II (40-60)

(3) Faixa III (acima de 60)

**14) Sexo**

(M) Masculino

(F) Feminino

**15) Estada fora**

(6) + do que 6 meses

(0) – do que 6 meses

**16) Escolaridade**

(S) Semi-analfabeto

(A) Analfabeto